

Universidade de Brasília - Departamento de Psicologia

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA: DESVENDANDO
CONTEÚDOS E EXPLORANDO PROCESSOS**

Karina de Mendonça Vasconcellos

Orientadora: Angela Maria de Oliveira Almeida

Brasília

2013



Universidade de Brasília - Departamento de Psicologia

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA: DESVENDANDO CONTEÚDOS E EXPLORANDO PROCESSOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Psicologia Social do Trabalho e das
Organizações como requisito parcial para
obtenção do grau de doutora.

Karina de Mendonça Vasconcellos

Orientadora: Angela Maria de Oliveira Almeida

Brasília, 21 de Janeiro de 2013

Agradecimentos

Após este longo trabalho percebo que ele não foi escrito apenas a duas mãos. Esta tese constitui uma espécie de rede tecida pelos movimentos de várias pessoas. Umas teceram grandes partes, outras contribuíram com pequenos detalhes ou ajudaram com ideias de tramas que nem sabem que inspiraram, ou ainda fazem parte desta trama por comporem outras redes paralelas que ajudaram a suportar esta difícil tarefa. Mas sem a participação de cada pessoa, essa rede não seria tecida, ou ao menos ela seria bem diferente.

Agradeço a minha orientadora Angela Almeida não apenas por ter tecido grande parte desta rede junto comigo e ter me ensinado novas tramas num trabalho que me proporcionou imenso crescimento acadêmico, mas pela presença e apoio constantes. Por ter sido sempre uma mão estendida pronta a acolher, pela confiança e por conseguir extrair de mim o melhor. Por ter me emprestado sua sabedoria e sua amizade.

Agradeço a todos os membros da banca de qualificação e defesa por terem se disposto a ler este trabalho com carinho e seriedade e pelas enormes contribuições que impuseram às tramas desta rede. Agradeço especialmente a Fátima Santos que além de banca, foi meio orientadora e tem feito parte das tramas da minha vida profissional desde o início, sendo sempre um modelo para mim.

Agradeço a cada participante/sujeito deste trabalho por ter doado um pouco do seu tempo para compartilhar pensamentos e emoções. Principalmente aos participantes dos grupos, que se colocaram de forma tão honesta e tão inteira e dividiram comigo um pouco de sua história e sua intimidade me permitindo uma intensa experiência emocional de adentrar por várias tramas familiares e compreender a beleza de cada uma.

Agradeço aos meus amigos do LaPsiS que se fizeram presentes de muitas formas nas tramas deste trabalho e que me acolheram em Brasília, mostrando que o melhor que essa cidade tem são as pessoas. Especialmente a Luiza, a Dani, a Ívina, a Juliana e a Felipe, pela

solidariedade, amizade, boas ideias e ajudas importantíssimas neste trabalho. Agradeço também a Juliana Harumi e aos amigos do Centro Moscovici, pela disponibilidade constante e pelas ajudas inestimáveis.

Agradeço àquelas que foram minha família em Brasília e que me ofereceram as bases emocionais para eu seguir tecendo, a Sandra que abriu as portas da sua casa e da sua família e a Joana que construiu comigo nossa casa e depois juntamente com Juliana me recebeu tantas vezes com tanto carinho e esteve sempre presente mesmo de longe.

Agradeço aos amigos de colégio e faculdade que, como sempre, souberam me esperar, me receber, me incentivar e me alegrar e que me inspiram novas tramas a cada dia. Inclusive às amigas que de longe se fazem sempre presentes tecendo comigo grandes partes da minha vida.

Finalmente, e mais importante, agradeço àqueles que me ensinaram a tecer as primeiras tramas e que continuam tecendo comigo tantas outras. A minha família, que inspirou este trabalho e que é a melhor de todas: avós, tios, primos, sogros, cunhados. Agradeço principalmente aos meus pais pelo modelo, amor, apoio e incentivo inesgotáveis, e às minhas irmãs pela amizade constante. Agradeço também a Bruno, meu fiel companheiro, pelas ajudas gráficas na tese, pela sua presença paciente e amorosa na minha vida e por sermos hoje a família mais feliz. Eu sou porque vocês são e este trabalho existe porque vocês existem em mim. Obrigada!

Agradeço a CAPES/ CNPQ pelo financiamento da pesquisa.

Índice de figuras

Figura 1: Distribuição percentual de casais com e sem filhos por ano - de 1993 a 2009 (<i>Fonte: IBGE</i>).	17
Figura 2: Distribuição percentual de famílias chefiadas por homens e mulheres por ano - de 1993 a 2009 (dados do IBGE).	18
Figura 3: Distribuição percentual de arranjos familiares em 1992 e 2009 (dados IBGE).	19
Figuras 4 e 5: Distribuição de artigos total e com índice “família” por ano – de 1945 a 2010 (dados: SCIELO).	56
Figuras 6 e 7: Distribuição dos artigos total e com índice família por área de conhecimento (dados: SCIELO).	57
Figura 8. Distribuição de artigos com índice família por ano (<i>Fonte: Index-psi</i>)	59
Figura 9. Distribuição de artigos sobre a família por tipo de trabalho (<i>Fonte: Index-psi</i>).	59
Figura 10. Distribuição de artigos sobre a família por sub-área da psicologia (dados Idex-Psi).	60
Figura 11. Distribuição de artigos sobre a família por categoria de análise (Dados: Index-psi).	62
Figura 12: Distribuição dos participantes por faixa etária (N=600).	97
Figura 13. Distribuição dos participantes por orientação política (N=600).	100
Figura 14. Distribuição de participantes por religião (N=600).	101
Figura 15. Distribuição dos participantes por estado civil (N=600).	101
Figura 16. Distribuição dos participantes por quantidade de filhos (N=600).	101
Figura 17. Distribuição dos participantes por pessoas por habitação (N=600).	102
Figura 18: Estruturas referentes à família de antigamente para jovens, adultos e idosos	102
Figura 19: Estruturas referentes à família atual para jovens, adultos e idosos	134
Figura 20: Estruturas referentes à família do futuro para jovens, adultos e idosos	135
Figura 21: Árvore de parentesco entre os participantes do Grupo 4- Família	136
Figura 22: Proporção de casamentos formais e uniões consensuais por idade (<i>Fonte: IBGE</i>)	206

Figura 23: Etapas de análise realizadas pelo <i>software</i> Alceste. <i>Fonte</i> : Ribeiro (2005)	261
Figura 24: Classificação Hierárquica Descendente do corpus total e as 5 classes geradas	262
Figura 25: Análise Fatorial de Correspondência: a relação entre as classes	306
Figura 26: Relação entre os níveis de análise e os processos genéticos	326

Índice de tabelas

Tabela 1: Evocações relativas à “família”.	106
Tabela 2: Evocações típicas por gênero relativas ao estímulo família (Teste t).	110
Tabela 3: Evocações típicas por escolaridade relativas ao estímulo família (Teste t).	111
Tabela 4: Evocações típicas dos idosos relativas ao estímulo família (Teste t).	112
Tabela 5: Evocações típicas dos adultos relativas ao estímulo família (Teste t).	112
Tabela 6: Evocações típicas dos jovens relativas ao estímulo família (Teste t).	112
Tabela 7: Evocações relativas à “família de antigamente”.	116
Tabela 8: Evocações típicas dos idosos relativas ao estímulo família de antigamente (Teste t).	120
Tabela 9: Evocações típicas dos jovens relativas ao estímulo família de antigamente (Teste t).	120
Tabela 10: Evocações relativas ao estímulo “família atual”.	122
Tabela 11: Evocações típicas dos idosos relativas ao estímulo família atual (Teste t).	126
Tabela 12: Evocações típicas dos adultos relativas ao estímulo família atual (Teste t).	126
Tabela 13: Evocações típicas dos jovens relativas ao estímulo família atual (Teste t).	126
Tabela 14: Evocações relativas à “família do futuro”.	128
Tabela 15: Evocações típicas dos idosos relativas ao estímulo família do futuro (Teste t).	131
Tabela 16: Evocações típicas dos adultos relativas ao estímulo família do futuro (Teste t).	131
Tabela 17: Evocações típicas dos jovens relativas ao estímulo família do futuro (Teste t).	132
Tabela 18: Caracterização dos participantes do Grupo 1	149
Tabela 19: Caracterização dos participantes do Grupo 2	149
Tabela 20: Caracterização dos participantes do Grupo 3	149
Tabela 21: Caracterização dos participantes do Grupo 4	150
Tabela 22: Distribuição das categorias e subcategorias no Grupo 1- Jovens	157

Tabela 23: Distribuição das categorias e subcategorias no Grupo 2- Adultos	175
Tabela 24: Distribuição das categorias e subcategorias no Grupo 3- Idosos	182
Tabela 25: Distribuição das categorias e subcategorias no Grupo 4- Família	192
Tabela 26: Distribuição da categoria Definição e suas sub-categorias por grupo	211
Tabela 27: Distribuição da categoria Transformação e suas sub-categorias por grupo	212
Tabela 28: Frequência das unidades de contexto por categoria de análise por grupo	244
Tabela 29: Número de artigos analisados por década.	259
Tabela 30: Palavras e variáveis típicas da Classe 1 com Qui-quadrado e frequência.	264
Tabela 31: Palavras típicas da Classe2 com Qui-quadrado e frequência.	270
Tabela 32: Palavras e variáveis típicas da Classe 3 com Qui-quadrado e frequência.	278
Tabela 33: Palavras e variáveis típicas da Classe 4 com Qui-quadrado e frequência.	287
Tabela 34: Palavras e variáveis típicas da Classe 5 com Qui-quadrado e frequência.	293

RESUMO

Esta tese apoiou-se no referencial teórico das representações sociais (RSs) e utilizou conceitos clássicos da Psicologia Social para estudar os conteúdos das representações sociais de família e os processos subjacentes a sua sociogênese, abordando as variações no tempo e no espaço social. Foram realizados três estudos. Com o primeiro buscou-se mapear a estrutura das RSs e verificar suas variações no espaço social (variações grupais em função do sexo, escolaridade e faixa etária) e no tempo (significados da família ao longo dos diferentes momentos históricos). Participaram deste estudo 600 pessoas. Os dados foram obtidos da Técnica de Associação Livre, usando-se como termos indutores a família, a família do presente, do passado e do futuro. Usou-se o *software* Evoc para a análise dos dados. O segundo estudo abordou os processos envolvidos na construção das RSs de família nas relações intra e intergeracionais. Foram realizados quatro grupos focais, com jovens, adultos, idosos e quatro gerações de uma mesma família, somando 29 participantes. Foram feitas análises de conteúdo e conversacional. Com o terceiro estudo buscou-se superar os limites dos trabalhos anteriores, com os quais a gênese da RS foi acessada por meio da memória. Neste, foram selecionados 323 artigos sobre a família, distribuídos em 50 anos da Revista Família Cristã. Estes dados foram submetidos à análise lexical, utilizando-se o *software* Alceste. Os três estudos foram ancoradas nos níveis de explicação psicossocial – intraindividual, interpessoal, intergrupar e societal – e evidenciaram uma RS de família hegemônica, idealizada e normativa ancorada em discursos religiosos e científicos, que resiste às mudanças nas práticas e atua como referencial para a análise da realidade social. Já os sentidos das transformações são modulados pelas experiências pessoais significadas a partir de diferentes inserções sociais e voltadas à proteção identitária. Neste processo, metassistemas novos e arcaicos se articulam na regulação mútua dos discursos. Esta regulação é pautada em processos de influência social também que norteiam as transformações históricas na RS veiculada pela Família Cristã. A atual noção de “crise familiar” é construída em meio a instáveis jogos de poder entre instituições que buscam ampliar sua influência e atuar como matriz hegemônica de produção de sentidos sobre a família.

Palavras-chave: Representação social; família; sociogênese; Influência social

ABSTRACT

THE SOCIAL REPRESENTATION OF FAMILY: UNVEILING CONTENTS AND EXPLORING PROCESSES

Based on the theoretical perspective of Social Representations (SRs) and approaching variations across time and social spaces, this thesis used classic concepts from the Social Psychology in order to study contents of social representations of family and the processes underlying their sociogenesis. The first study sought to map the structure of SRs and to verify their variations across the social spaces (group differences according to gender, educational level and age range) as well as across time (meanings of family along different historical moments). The sample of this study was 600 people. The data were obtained from the Free Association Technique which was based on the following inductor terms: family, family of the present, past and future. The software Evoc was used to analyze the data. The second study approached the processes involved in constructing social representations of family in intra and intergeneration relations. Four focal groups were carried out with youths, adults, elders and four generations of the same family, totalizing 29 participants. Content and conversational analyses were conducted. The third study aimed at overcoming the limitations of the previous investigations in which the genesis of the social representation was assessed through memory. In this study, 323 articles about family were selected from 50 years of the *Família Cristã* (Christian Family) Magazine. Using the software Alceste, these data were submitted to lexical analysis. These three studies were grounded on levels of psychosocial explanation – intra-individual, interpersonal, intergroup and societal – and it pointed out a social representation of family which is hegemonic, idealized and normative. This representation is anchored in religious and scientific discourses which resist the changes regarding the social practices and operate as a referential to analyze the social reality. The meanings of the transformations are modulated by personal experiences meant from the different social insertions, which aim at protecting identity. In such process, new and archaic meta-systems are articulated in the mutual regulation of the discourses. This regulation is based on processes of social influences which guide the historical transformations in the social representation conveyed by the *Família Cristã*. The current notion of “family crisis” is built up in the middle of power games between institutions which seek to expand their influence and operate as hegemonic meaning-maker matrix about family.

Key words: Social representation; family; sociogenesis, social influence

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A FAMÍLIA E A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	23
1.1. A Família como objeto de representação social	23
1.2. O estudo da família no bojo da TRS	25
1.3. A história da família e a TRS	27
1.3.1. A construção da família no mundo ocidental.....	29
1.3.2. A construção da família no Brasil.....	34
1.3.3. A construção da família e os jogos de poder.....	39
1.4. A (re)construção das Representações Sociais	41
1.5. As representações sociais numa abordagem genética	45
1.6. Memória e representação social	49
1.7. Comunicação e representações sociais.....	52
2. A FAMÍLIA NA LITERATURA CIENTÍFICA	56
2.1. A família na literatura geral	56
2.2. A Família na psicologia	58
2.3. A análise dos conteúdos sobre a família na literatura psicológica	61
2.3.1. Violência e vulnerabilidade na família	62
2.3.2. Saúde, deficiência e dinâmica familiar.....	67
2.3.3. A família contemporânea e suas configurações	72
2.3.4. Histórico e significados da família.....	77
2.3.5. Intervenção psicológica e dinâmica familiar	80
2.3.6. Educação formal e família	83
2.3.7. Desenvolvimento humano e dinâmica familiar.....	86
2.3.8. Temas variados	88
2.3.9. Os Estudos sobre a Família na Revista Família Cristã	90
3. OBJETIVOS E REFLEXÕES METODOLÓGICAS	95
3.1. Objetivo Geral.....	95
3.2. Objetivos Específicos.....	95
3.3. Reflexões teórico-metodológicas	95
4. ESTUDO 1: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA E SUAS VARIACIONES NO ESPAÇO E NA MEMÓRIA SOCIAL	99
Método	100

4.1.1.	Participantes.....	100
4.1.2.	Instrumento.....	103
4.1.3.	Procedimentos de coleta de dados.....	104
4.1.4.	Procedimentos de análise de dados	104
	Resultados e discussão	105
4.2.	A representação social da família: conteúdos e estrutura.....	105
4.3.	A Família e suas variações no espaço social	110
4.3.1.	Variações referentes ao gênero	110
4.3.2.	Variações referentes à escolaridade.....	111
4.3.3.	Variações referentes à faixa etária	112
4.4.	A família e suas variações no tempo.....	114
4.4.1.	O que é a família de antigamente?.....	115
4.4.2.	O que é a família atual?.....	121
4.4.3.	O que é a família do futuro?.....	127
4.5.	Pensando a representação social da família no tempo e no espaço social ..	132
5.	ESTUDO 2: REPRESENTANDO E VIVENDO A FAMÍLIA EM DIFERENTES GERAÇÕES	142
	Método	148
5.1.	Participantes	148
5.2.	Instrumento.....	150
5.3.	Procedimento de coleta de dados	152
5.4.	Procedimentos de análise de dados	152
	Resultados e Discussão.....	154
5.5.	Como a família é vivida?.....	155
5.5.1.	Como os jovens vivem a família?.....	156
5.5.2.	Como os adultos vivem a família?	174
5.5.3.	Como os idosos vivem a família?	182
5.5.4.	Como uma família vive a própria família?.....	191
5.6.	Como a família é pensada?.....	210
5.6.1.	Como os jovens pensam a família?.....	212
5.6.2.	Como os adultos pensam a família?	220
5.6.3.	Como os idosos pensam a família?.....	232
5.6.4.	Como uma família pensa a família?	238
5.7.	Pensando sobre os grupos.....	243

6. ESTUDO 3 - A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA: UMA HISTÓRIA CONTADA PELA REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ	250
O método.....	258
6.1.1. Amostra documental e procedimentos de coleta	258
6.1.2. Procedimentos de Análise	259
Resultados e discussão	262
6.2.1. Eixo 1/Classe1: Deus criou o homem com a cabeça acima do coração	263
6.2.2. Eixo 1/Classe 2: Entre a ciência e a religião, a família se constrói em suas práticas.	270
6.2.3. Eixo1/Classe 3: Existem princípios fundamentais de psicologia que os pais não podem ignorar se quiserem o bem de seus filhos	277
6.2.4. Eixo 2/Classe 4: A Igreja e seus dispositivos.....	287
6.2.5. Eixo 2/Classe 5: A família em crise: de quem é culpa?	292
6.2.6. O discurso sobre a família na relação entre as Classes e os Eixos: mudanças em movimento.....	304
AMARRAÇÃO	314
REFERÊNCIAS.....	329
ANEXO 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido Estudo 1.....	366
ANEXO 2 – Questionário/ Roteiro de entrevista – Estudo 1.....	368
ANEXO 3 - Carta de apresentação com os objetivos e implicações da pesquisa – Estudo 1.....	374
ANEXO 4 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Estudo 2	376

INTRODUÇÃO

A família pode ser considerada um dos grandes temas da atualidade, pois é um assunto amplamente discutido no senso comum, nos meios profissionais e na academia. É um assunto alvo de numerosas teorizações e discutido exaustivamente em múltiplos veículos de comunicação como jornais, revistas, livros, novelas, filmes e programas de televisão. A família é assunto constante tanto nas conversas de mesa de bar, como nos consultórios psicológicos e médicos, é uma das maiores preocupações nas escolas e no mundo do trabalho e tem sido extensamente estudada nos laboratórios de pesquisa em diversas áreas do conhecimento: medicina, psicologia, direito, antropologia, história, sociologia. Mas o que seria a família?

Para o antropólogo Lévi-Strauss (2009; 1956) família designa um grupo social que tem sua origem no casamento; é constituído pelo marido, esposa e filhos, podendo incluir outros parentes que tenham um lugar próximo ao núcleo do grupo; os seus membros são unidos entre si por laços legais, direitos e obrigações econômicas e religiosas, num entrelaçamento definido por direitos e proibições sexuais e sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo, dentre outros. Em resumo, um grupo familiar tem sua origem nas trocas entre outras famílias de origem e se assenta na proibição do incesto como regra reguladora do intercâmbio do grupo. É a proibição do incesto que forneceria as bases fundamentais para a fundação da sociedade humana por meio do regime matrimonial, em relações de troca e reciprocidade entre os homens através das mulheres. A exogamia visa assegurar a circulação total e contínua das mulheres e das filhas; não pelo perigo biológico no casamento consanguíneo, mas pelo benefício social do casamento exogâmico. A família garantiria, portanto, a instauração da cultura no seio da natureza, pois é na família como aliança que o ser humano se faz social. Esta explicação desloca a atenção da própria família, como unidade biológica mínima baseada na consanguinidade, dirigindo-a para o sistema de parentesco mais

amplo. Ao tirar o foco das famílias como termos isolados e valorizar a relação entre esses termos, nega-se a família como ordem natural, e se afirma a família como ordem cultural, fundamentada na aliança. Esta perspectiva não funcionalista abre mão da família nuclear como modelo de análise e possibilita pensar a consanguinidade como um significante construído culturalmente (Sarti, 1999). A família como ordem simbólica se delimita por uma história contada aos indivíduos e por eles ressignificada, em diferentes tempos e lugares da vida familiar e da relação da família com o mundo externo (Sarti, 2004).

Tanto no senso-comum como na ciência, encontramos diferentes formas de “interpretar” a família e as mudanças sociais em torno dela e de compreender o *status* atual desta instituição. Figueira (1987) propõe que desde a década de 1950 o intenso processo de modernização, que atinge todos os setores da sociedade brasileira vem atingindo a família. O modelo ideal de família prevalecente na classe média da década de 50 era o hierárquico, no qual homem e mulher e adulto e crianças se percebem como intrinsecamente diferentes, sendo esta diferença objetivada nas roupas, linguagem e comportamento. O poder do homem se funda nas relações de trabalho fora de casa e dele não se espera a monogamia. O adulto sabe mais que a criança e deve mostrar seu poder pelo exercício da disciplina. A identidade é posicional e as pessoas se definem por sua posição, sexo e idade. Há clareza entre certo e errado e mecanismos de repressão dos desvios. Esse ideal foi sendo substituído no processo de modernização, com a emergência da nuclearização e privatização das famílias e da ideologia do igualitarismo. No modelo de família igualitário, a identidade é idiossincrática, todos se percebem como diferentes idiossincraticamente, mas iguais como indivíduos. Diferenças pessoais subordinam diferenças posicionais, sexuais e etárias. Marcadores visíveis das diferenças entre grupos tendem a ser substituídos por expressões do gosto pessoal. As noções de certo e errado perdem clareza e se instala a pluralidade de escolhas limitadas apenas pelo respeito a individualidade do outro. Há um enfraquecimento de fronteiras entre categorias percebidas como intrinsecamente diferentes, constituindo identidades mais

abstratas e comuns. Com a difusão da psicanálise na década de 1970, o analista assume o papel de ideal modernizador por ser o especialista na desconstituição de posições e preconceitos. A modernização da família resultaria, portanto, da modernização de ideais e identificações e da dissolução e criação de categorias classificatórias, da multiplicação das aparências e da psicologização dos discursos. Mas o arcaico apenas aparentemente desaparece e é substituído pelo moderno, ele continua presente mais ou menos invisível e inconsciente fazendo uma oposição eficaz ao moderno, recente, desejado. Este processo de coexistência de mapas, ideais, identidades e normas contraditórias e relativamente dissociados dentro do sujeito é denominado desmapeamento.

As mudanças sociais que estão sempre ocorrendo reverberam na instituição familiar, fazendo desta um meio de socialização bastante dinâmico por estar em constante reestruturação. No último século, o movimento hippie, a revolução feminista e a inserção feminina no mercado de trabalho, a prolongação do tempo de estudo, as evoluções científicas no campo da reprodução humana, a supressão e restauração do regime democrático, entre outros, afetaram enfaticamente a instituição familiar brasileira. Novas práticas, leis e modos de ser família têm sido criados ou legitimados. Desta forma, vivemos um momento de revisão de ideias, valores, imagens e opiniões sobre este objeto que, apesar de antigo, está sempre adquirindo um caráter de novidade, de polêmica e “problema social”.

Uma suposta crise familiar vem sendo anunciada em diferentes contextos. Alguns autores anunciam um movimento de ruptura com a natureza, afrouxamento dos laços, falta de autoridade e tempo dos pais e repressão da infância (Costa, 1994). Discute-se, ainda, o choque de interesses dos membros da família e a falta de amor, as crianças déspotas, os adultos infantilizados e os adolescentes rebeldes. Ramos e Nascimento (2008) afirmam que esta crise familiar se justifica por aspectos como: a reforma higienista, os novos papéis da mulher, o investimento afetivo nos filhos e a ideologia dos compromissos não obrigatórios. Cotidianamente nos deparamos com matérias jornalísticas e científicas que atribuem uma

série de problemas sociais às chamadas “famílias desestruturadas”, como a violência urbana, nas escolas e nos lares, o consumismo exacerbado, o individualismo crescente e o enfraquecimento dos valores humanos. Autores consideram que o sistema capitalista e o desenvolvimento social e tecnológico teria se sobreposto ao indivíduo gerando uma sociedade individualista e traumática, marcada pela ausência de referenciais duradouros e pelo afrouxamento das vinculações. Esta falência de valores fundantes do psiquismo favoreceria o desenvolvimento de uma subjetividade móvel imersa num vazio de identidade e identificações, com problemas nas noções de paternidade, na aceitação de limites e nas diferenças entre o homem e a mulher. Isso implicaria em relações imaturas, competitivas e destrutivas, com falta de parceria no casal, perda da autoridade parental e confusão das identidades (Gus, 2005; Kaës, 2003; Lima, 2002; Parreira & Justo, 2005). A “crise familiar” é, então, difundida como causa ou fator desencadeador de toda sorte de transtornos e sofrimentos psíquicos, como dificuldade de aprendizagem, baixo rendimento no trabalho, uso de drogas, violência, depressão e até suicídio.

A ideia de crise, no entanto, não é unânime. Ao passo que alguns autores, como Ramos e Nascimento (2008), afirmam o processo de desintegração da família no último século, outros propõem que as mudanças têm se dado em direção a uma reorganização de papéis e à adaptação da instituição familiar a novas conjunturas sociais. Autores como Pratta e Santos (2007) avaliam que a família ainda prossegue exercendo funções capitais no contexto social e continua a ser uma instituição reconhecida e altamente valorizada. Eles consideram que a participação da mulher no mercado de trabalho provocou mudanças nos padrões conjugais e o homem passou a ter maior participação na família. Assim, as relações familiares deixaram de se basear unicamente na imposição da autoridade e passaram a ser pautadas na possibilidade de diálogo e no afeto. Estaríamos saindo de modelo de família hierárquico, no qual crianças e mulheres se limitavam a obedecer, para um ideal igualitário de família. Nesta perspectiva, o questionamento sobre a autoridade dos pais está presente na medida em que, neste novo

modelo, a criança é mais autônoma e independente e argumenta suas ideias (Semionato-Tozo & Biasoli-Alves, 1998). Possivelmente essa horizontalidade nas relações com a redução da autoridade masculina constitui a base do discurso que pressupõe a crise familiar.

Partimos da perspectiva que a família constitui, além de um valor simbólico, uma instituição em constante modificação e adaptação, tanto em seus papéis e funções, quanto em suas configurações. O arranjo familiar predominante no Brasil ainda é do tipo casal com filhos, no entanto, dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010) ilustram algumas mudanças no que se refere à estrutura das famílias na última década. Um dessas tendências é a redução do tamanho das famílias, de forma que de 1999 para 2009, o número médio de pessoas na família caiu de 3,4 para 3,1. Também observamos em 15 anos uma redução de 12,4% na proporção de casais com filhos (de 59,40% em 1993 para 47,0% em 2009) e o crescimento das famílias formadas por casais sem filhos (de 12,9% em 1993 para 17,0% em 2009), como se pode ver na Figura 1.

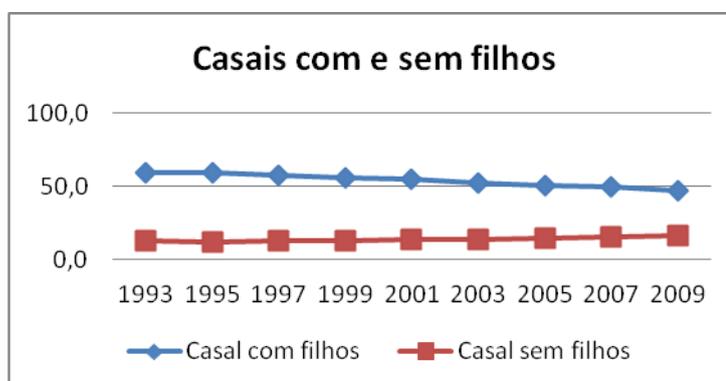


Figura 1: Distribuição percentual de casais com e sem filhos por ano - de 1993 a 2009 (Fonte: IBGE).

Outra transformação marcante se refere à pessoa de referência, ou à chefia da família, na qual a predominância masculina vem decrescendo fortemente. A proporção de casais chefiados por mulheres passou de 0,8% em 1992 para 9,4% em 2009 e a proporção de famílias monoparentais femininas (mãe com filhos) também cresceu de 12,3% para 15,4% neste mesmo período. Desta forma, a proporção das famílias chefiadas por mulheres aumentou mais de 10% em 13 anos, passando de 22,27% em 1993 para 33% em 2007, como se pode observar

na Figura 2. Outro dado que remete às mudanças nos papéis de gênero na família é a contribuição feminina na renda familiar, que passou de 30,1% em 1992 para 40,9% em 2009; assim como a proporção de mulheres que contribuem para a renda da família, que aumentou de 39,1% para 65,8% no mesmo período. Apesar destas mudanças no provimento financeiro, os afazeres domésticos continuam a cargo das mulheres. Em 2009 as mulheres com emprego gastavam 21,8 horas semanais em trabalhos domésticos, enquanto os homens gastavam apenas 9,5 horas (IBGE, 2010).

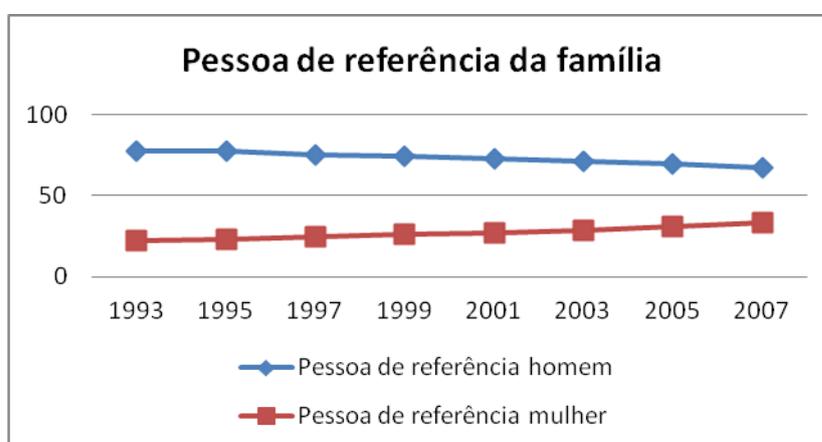


Figura 2: Distribuição percentual de famílias chefiadas por homens e mulheres por ano - de 1993 a 2009 (Fonte: IBGE).

Em resumo, como pode ser observado na Figura 3, em um pequeno lapso de tempo (de 1992 a 2009) já se evidencia uma clara mudança nos padrões familiares. O número de famílias unipessoais vem aumentando, assim como o número de casais sem filhos, de famílias monoparentais femininas e de famílias chefiadas por mulheres. Por outro lado, o número de casais com filhos e homens chefes de família vêm diminuindo nos últimos anos. Percebe-se, assim, a redução numérica do modelo de família composto por pai-chefe, mãe e filhos e uma multiplicação de outras formas de ser família.

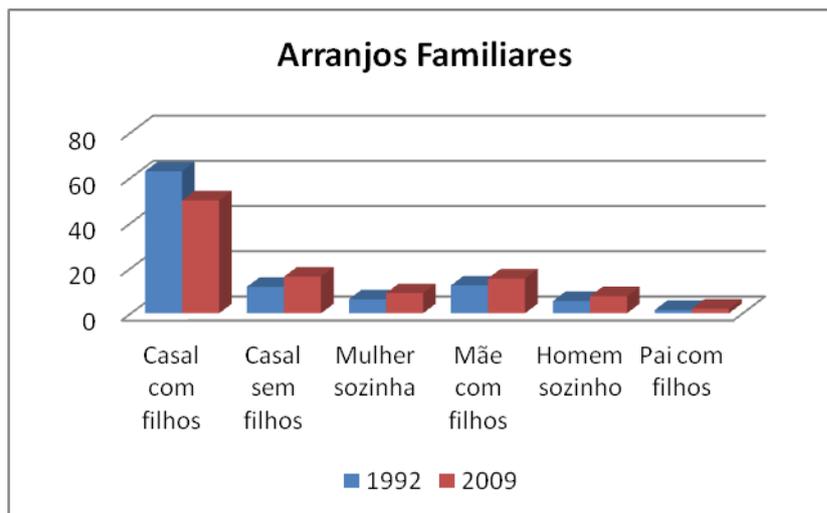


Figura 3: Distribuição percentual de arranjos familiares em 1992 e 2009 (Fonte: IBGE).

No centro das discussões sobre essa multiplicação de configurações familiares, encontramos a definição legal do que seria a família. A legislação vai se construindo em resposta às mudanças conjunturais ou também pode se antecipar e acelerar tais transformações. No Brasil, observamos um movimento que vai da proteção à instituição familiar em si em direção à proteção da pessoa, principalmente das crianças. No primeiro código civil de 1916, a noção de família se restringia ao casal considerado legítimo, fruto do casamento legal, e seus filhos. Quaisquer outras formas de relação seus descendentes não tinham direito a qualquer proteção do Estado (Brasil, 1916). Desta forma, a lei garantia a permanência do grupo em dependência do poder patriarcal, evitava escândalos que denunciasses os desvios morais e religiosos e garantia a unidade do patrimônio e a permanência do poder dos senhores e coronéis.

Um movimento progressivo de legitimação da filiação fora do casamento e de proteção à mulher foi paulatinamente se instituindo no século XX e as leis passaram a considerar como família um número cada vez maior de formas de convívio interpessoal, ampliando a garantia de direitos e deveres a pessoas não inseridas no casamento legal. O atual Código Civil (Lei 10.406 /2002) considera como família, além das unidades formadas por casamento, as uniões estáveis entre homens e mulheres e as comunidades formadas por um

genitor e seus descendentes (Brasil, 2002). Este Código prevê de forma explícita a igualdade conjugal, sendo a chefia conjugal masculina eliminada e o pátrio poder substituído pelo poder familiar. A mulher passou a ser dona de seus bens e todos os filhos passaram a ter os mesmos direitos, sem diferenciação entre legítimos e ilegítimos. Já a união homoafetiva não é tratada diretamente, mas como a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus filhos é considerada entidade familiar, um pai homoafetivo e seu filho passaram a ser incluídos como família.

Como as adaptações legais evidenciam, o conceito de família se expandiu, mas o atual Código Civil ainda ignora uma variedade de arranjos familiares e os hierarquiza. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) propõe um conceito de família mais abrangente na medida em que a define como “a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” (Brasil, 2006). Observamos que estamos em meio a um importante movimento de mudança, mas ainda há muito a se conquistar no que se refere à proteção às pessoas que compõem sociedades diversas da família padrão. Ainda vivemos numa sociedade comandada pelos homens; estes são os principais titulares de planos de saúde e de clubes, são os maiores proprietários de imóveis e automóveis e continuam submetendo as mulheres a seu poder (Ribeiro, 2002). Assim como as mulheres, crianças e idosos são diariamente vítimas de abandono e maus tratos cometidos por seus parentes.

Com o intuito de propor um ordenamento jurídico mais inclusivo e humanitário, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBFAM) propôs um projeto de lei que cria o Estatuto da Família (IBFAM, 2007). Este projeto se encontra em tramitação no congresso e tem enfrentado fortes resistências por atribuir a mesma dignidade a todas as entidades familiares sem hierarquização. O Estatuto propõe que o parentesco, além da consangüinidade, resulta da socioafetividade ou afinidade e sistematiza as regras especiais da união estável, da união homoafetiva e da família parental, incluindo a monoparental. Desta forma, os direitos e

deveres dos conviventes passam a ser idênticos aos dos cônjuges casados e a filiação é tratada de modo igualitário.

A evolução da legislação e seus embates ilustra o paulatino abandono de um processo de fortalecimento e manutenção da instituição familiar patriarcal. Vislumbra-se um Estado cada vez mais poderoso, preocupado em garantir a proteção de seus membros e a divisão do poder no interior da família. Isto vem sendo conseguido por meio da promoção da igualdade entre cônjuges e entre filhos e da legitimação de diversas formas de união. O poder cada vez mais escapa das mãos dos homens e pais e se distribui na sociedade, sendo dividido com o Estado, as mulheres, as crianças e jovens. Numa perspectiva Foucaultiana, o Estado, juntamente com a ciência, apoiou-se num trabalho anterior da igreja para tirar as relações familiares de uma dimensão privada e incidiu diretamente sobre elas, controlando os cidadãos nas suas práticas sociais mais íntimas. As transformações familiares no bojo das relações de poder propostas por Foucault (1988) e Costa (1994) serão discutidas em tópicos seguintes.

Observamos que macro transformações sociais têm gerado micro transformações no interior das famílias, as quais por sua vez impulsionam novas transformações macrossociais numa relação dialética. Estas mudanças colocam a família no centro de polêmicas e acaloradas discussões sociais. Diante desta situação, perguntamo-nos: Como as pessoas significam a família atualmente e percebem as mudanças nesta instituição social? Como estes sentidos sobre a família foram se construindo ao longo dos últimos anos?

Para abordagem do problema supracitado, partimos de uma perspectiva psicossocial triangular, a qual propõe que o sujeito, o objeto e o outro social encontram-se intimamente interligados e se engendram mutuamente numa relação ativa de significação/construção da realidade. Assim, sujeito e sociedade são indissociáveis e todo contato com um objeto é permeado pela inserção do sujeito numa dada coletividade social e histórica. É nessa perspectiva que Moscovici criou a Teoria das Representações Sociais (TRS) em 1961 para explicar como o senso comum constrói coletivamente teorias a respeito de um dado objeto

socialmente relevante e como estas teorias funcionam no mundo, colaborando para a construção social da realidade.

Assim, Moscovici tomou como objeto de estudo o pensamento do senso comum antes tido como “confuso”, “inconsistente” e “desarticulado” e lhe restituiu *status* legítimo. O conhecimento do senso comum constitui um conjunto de conceitos articulados construídos coletivamente para explicar teoricamente o mundo. A ciência possui a mesma função, mas é elaborada a partir de uma lógica formal e de métodos delimitados, visando explicar, prever e dominar a natureza. Já o senso comum tem origem nas práticas sociais e diversidades grupais e visa a criação de universos consensuais confortáveis, permitindo a comunicação e a ação no mundo (Santos, 2005). Estudar como estes universos são criados é o alvo deste trabalho.

1. A FAMÍLIA E A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

1.1. A Família como objeto de representação social

Moscovici (1978/1961) propôs que a dispersão da informação, a focalização e a pressão à inferência são três dimensões da realidade social que criam as condições para a produção de uma representação. A complexidade do objeto implica a proliferação de múltiplos discursos sobre o tema e o acesso a informações pouco objetivas e precisas gera no senso-comum a necessidade de construção de uma teoria que organize estas informações. A realidade, ou melhor, a dinâmica social, exige das pessoas explicações, opiniões e posicionamentos que norteiem como elas vão agir no mundo. O sujeito é, então, levado a estabilizar seu rol de conhecimentos sobre o objeto e construir teorias coerentes sobre ele.

Estas teorias são organizadas com base em uma lógica social implicada nas inserções de cada sujeito e em sua relação com o objeto. Assim, não existe uma visão total do objeto, mas teorias parciais construídas coletivamente com focos em diferentes aspectos do mesmo, a depender das necessidades e interesses dos grupos, bem como do acesso diferenciado às múltiplas fontes de informação (Moliner, 1996; Santos,2005). Todo este processo não se deve apenas a um ímpeto pessoal de conhecer o mundo e apropriar-se dele, simplificando-o e tornando-o familiar; deve-se, principalmente, à necessidade de se posicionar e agir no mundo aderindo às opiniões dominantes dos grupos de pertença e se identificando com eles.

No que se refere à família, observamos que as constantes mudanças sociais têm surtido grandes repercussões nesta instituição, que vem sendo ressignificada. Diante disso, há uma proliferação de discursos científicos divergentes - médicos, psicológicos, pedagógicos, antropológicos, legais - que se desdobram para explicar essas transformações e normatizar as famílias contemporâneas. A mídia, por sua vez, dedica-se a vulgarizar estes discursos, tornando-os mais palpáveis para o senso comum por meio de programas de televisão, novelas,

propagandas, revistas, livros de auto-ajuda, entre outros. As diferentes religiões também se colocam prontas a explicar e julgar a família e os múltiplos fenômenos em torno dela. Cada um destes discursos é permeado pelos referenciais e interesses dos grupos nos quais são forjados e a falta de consenso entre eles é evidente. Em meio a tal “dispersão da informação”, encontra-se o homem comum, que precisa compreender, posicionar-se e agir frente à família.

Neste quadro, as pessoas se sentem cada vez mais perdidas, parecem desorientadas diante da queda das grandes certezas e modelos de comportamento e sofrem para construir modelos de família em sintonia com os valores e práticas aceitos em seus grupos. Assim, diferentes pessoas vão buscar respostas não só nas suas histórias de vida e valores já arraigados, como também, considerando esse arcabouço pessoal, vão procurar diferentes fontes de informação. Alguns se integram nas diferentes formas de reabilitação familiar propostas por especialistas e consomem livros científicos, outros consomem tudo o que se produz com “caráter educativo” sobre a família na mídia: revistas, livros, panfletos, programas de televisão, filmes. Ainda há aqueles que priorizam o discurso dos textos bíblicos e os sermões dos padres ou pastores.

Não se pode negligenciar que as pessoas possuem diferentes acessos à informação sobre a família - a depender de fatores como grau de escolarização, sexo, religião, ambiente cultural, local de moradia, serviços a que têm acesso - que uma mesma pessoa compartilha diferentes fontes, que diferentes grupos podem se beneficiar de uma mesma fonte e que uma mesma pessoa possa participar de diferentes grupos. A focalização, então, será determinada não só pelo acesso à informação, mas pelo “filtro” empregado na sua recepção. Afinal, os atores sociais não retêm passivamente as informações recebidas, elas as ressignificam a partir de seus próprios referenciais, necessidades e inserções sociais. Assim, possivelmente, homens e mulheres devem buscar informações sobre a família em diferentes fontes e, mesmo que leiam uma mesma revista sobre o tema, cada um vai priorizar um tipo de informação, reter e ignorar conteúdos diferentes. Isto se dá porque homens e mulheres possuem referenciais

prévios próprios de seus grupos e são chamados a se comportar em relação à família de formas específicas. Ou seja, as funções das representações são exercidas diferentemente para cada grupo.

As pessoas representam para se comunicarem a partir de um conjunto de sentidos consensuais (**função de saber**). Estes sentidos podem constituir antecipações que atuam como orientação de como o grupo deve se comportar frente a determinado objeto (**função de orientação**), e ainda possibilitam justificar estes comportamentos *a posteriori* (**função justificadora**). As representações servem, ainda, como arcabouço para a construção e a proteção da identidade social dos membros de um dado grupo (**função identitária**) (Almeida, 2005; Abric, 2000).

A família pode, então, ser considerada um objeto de representação porque é um tema polêmico, polissêmico e relevante para as pessoas, que são impulsionadas a conversar sobre ela, a pensar, a se posicionar e se comportar no mundo prático a partir destes posicionamentos. E, ainda, em certa medida, as pessoas se agrupam e se reconhecem a partir das teorias que possuem sobre a família. As pessoas se engajam, então, em um processo ativo de construção social da família, que acaba se constituindo como um empreendimento social fundamentado na vida mental e um empreendimento mental fundamentado na vida social.

1.2. O estudo da família no bojo da TRS

Diante do exposto, podemos afirmar que a Teoria das Representações Sociais (TRS) se faz pertinente para a abordagem do seguinte problema de pesquisa: Qual é a representação social da família hoje e como esta foi sendo construída no tempo e no espaço social? Ou seja, como se dá a sociogênese de representação social da família?

É imprescindível destacar que este trabalho envolve dois focos diferentes: processo e conteúdo. Temos como interesse compreender o que o senso comum pensa sobre a família na atualidade e como as pessoas percebem as transformações que ela vem passando: De que

família se está falando nas discussões diárias? Como devem ser as relações de parentesco e os papéis familiares? Quais são as funções da família na sociedade? O que é proibido e permitido fazer e dizer em relação á família? Quais são os tipos de família saudáveis e patogênicos, aceitos e proibidos? Qual é a família referência quando se fala de uma família desestruturada? O que marca esta desestruturação? Estamos em um processo de desintegração ou de evolução da família? Será que estas respostas são diferentes para homens e mulheres, para pessoas mais ou menos escolarizadas, para pessoas com idades diferentes? Quais são essas diferenças? Compreender estes conteúdos se faz relevante na medida em que entender o que as pessoas pensam ajuda a compreender e prever o que elas fazem. Isso pode nos ajudar a criar modos de intervenção pautados na realidade das pessoas e conscientes de suas implicações políticas e éticas.

Outro interesse do trabalho é contribuir para o conhecimento dos processos subjacentes à construção do conhecimento social. Neste íterim nos interessa compreender: como a representação sobre um objeto vai sendo construída e modificada ao sabor das mudanças contextuais ao longo do tempo? Como estas representações são comunicadas em sociedade? Como diferentes grupos ressignificam e organizam às suas maneiras as informações sobre o objeto? Como a imprensa influencia e é influenciada neste processo de transmissão/construção de representações?

A fim de esclarecer a abordagem de estudo que pretendemos desenvolver, partiremos dos campos de pesquisa propostos por Wagner (1988) no estudo das representações sociais (RS): 1- Estudo do processo de apropriação das ideias científicas no âmbito do senso comum e suas implicações na vida cotidiana dos diversos grupos sociais; 2- Estudo de como os objetos e fenômenos sociais são construídos e reelaborados culturalmente ao longo da história; 3- Estudo de como as condições e eventos políticos e sociais que têm um significado recente na vida social, implicam em mudanças práticas no cotidiano de determinados grupos, fazendo emergir representações sociais polêmicas.

O primeiro campo acima referido é o mais comum no estudo das representações sociais e será abordado neste trabalho na medida em que nos propomos a identificar as representações sociais da família hoje e compreender em que discursos se ancoram tanto as ideias hegemônicas como as variações individuais e intergrupais. No entanto, o foco principal deste trabalho é o segundo campo, pois nossa questão de pesquisa se refere exatamente ao processo de transformação que a RS vai sofrendo ao longo dos anos. Conseqüentemente, tangenciamos o campo 3, pois este estudo poderá possibilitar a identificação de novas condições sociais e eventos relevantes que tenham posto em questão as ideias e práticas referentes à família, gerando transformações ou fazendo emergir representações polêmicas.

Assumiremos, então, a tarefa de transcender a maioria dos estudos que se detém apenas em conteúdos ou em processos para estudar ambos ao mesmo tempo, pois para a TRS, conteúdo e processo dependem intrinsecamente um do outro e não devem ser considerados de forma dissociada. Ir além da compreensão sobre o que as pessoas pensam e estudar como elas pensam, sentem e se posicionam no mundo a partir de suas inserções sociais pode contribuir para o processo de construção científica da TRS, além de extrapolar a aplicação do conhecimento para todo o campo social não se restringindo ao tema pesquisado.

1.3. A história da família e a TRS

O pai, a mãe e os filhos; todas as pessoas do mesmo sangue, como filhos, irmãos, sobrinhos, que vivem ou não em comum; conjunto de ascendentes, descendentes, colaterais e afins, uma linhagem, a estirpe; instituição social básica que compreende um ou mais homens, vivendo maritalmente com uma ou mais mulheres, os descendentes vivos, e, às vezes, outros parentes ou agregados; em casa, na intimidade; usa-se como adjetivo, no sentido de "honesto", "decente" falando-se sobretudo da mulher (Aurélio, 2010; Weiszflog, 2007).

Provavelmente as definições acima, retiradas de dicionários, suscitariam a ideia de família em qualquer leitor ocidental da atualidade. Isto seria ainda mais provável se

propuséssemos uma reflexão sobre um grupo composto por pai, mãe e filhos unidos por fortes laços de afeto, vivendo na intimidade de seu lar, com a função de cuidar, apoiar e educar. No entanto, provavelmente existem ainda hoje alguns grupos de pessoas, mesmo no ocidente, que não identificam tal definição com a ideia de família e quanto mais regredirmos ou avançarmos no tempo, mais encontraríamos pessoas que não reconheceriam o grupo descrito.

Como a família é uma instituição de enorme relevância por ser uma das mais antigas e fundamentais à organização social, há uma tendência de pensá-la como algo natural e generalizado. A ideia de família é antiga e pode existir em todo o mundo, mas nem sempre essa noção coincidiu ou ainda hoje coincide com a descrição acima, até porque há pouco tempo este tipo de grupo sequer existia, como demonstraremos a seguir. E, atualmente, existem comunidades em que este modelo não se faz presente, a exemplo de sociedades poligâmicas, nas quais um homem convive com várias mulheres (poligenia), ou uma mulher desposa vários homens (poliandria). A poligenia é um fenômeno bastante comum em comunidades africanas e muçulmanas, já a poliandria é uma formação mais rara presente no Tibete e em algumas tribos de esquimós.

As RSs possuem a função de tornar o estranho familiar integrando o novo aos sistemas de conhecimento prévios. Considerando que as diferentes teorias sobre a família vão servir para as pessoas explicarem sua realidade social e justificarem as formas como as pessoas se organizam e se relacionam, estas também criam a realidade na medida em que as pessoas agem no mundo norteados por suas concepções. Isto significa dizer que as representações estão em constante transformação em função das mudanças sociais e vice-versa. Assim, a realidade da família em diferentes contextos sociais é indissociável das representações sociais sobre a família construídas nestes contextos.

Observamos, então, que a história das mentalidades possui relação intrínseca com a história das práticas sociais. As Práticas Sociais podem ser definidas como um conjunto de comportamentos que se repetem no tempo e são compartilhados por um grupo de pessoas.

Estas práticas se relacionam dialeticamente com as representações, pois além de serem engendradas por estas, podem gerar transformações propiciando o surgimento novas representações (Trindade, 1998). Ambas são interdependentes e indissociáveis e precisam estar em coerência, posto que contradições percebidas como irreversíveis levam, necessariamente, a transformação de uma ou de outra (Abric, 1994).

Assim, em cada época histórica se cunhou uma representação diferente da família porque a família era vivida de forma diferente. Por sua vez, a família era vivida de forma diferente porque era pensada diferente. Desta forma, devemos aproveitar este momento histórico de efervescência na discussão sobre a família para compreender como os processos históricos de mudança social influenciam as RSs e são influenciados por elas. Consideraremos, então, neste momento, as relações entre as mudanças no contexto histórico e cultural e o pensamento social sobre a família.

1.3.1. A construção da família no mundo ocidental

Podemos começar com a seguinte questão: quando se inicia a história da família? Não há consenso quanto a isso, pois os marcos históricos dependem de que aspectos devem ser considerados para um determinado grupo ser considerado uma família. Neste breve histórico nos referiremos apenas a uma parte da história; restringimo-nos à Europa Ocidental e contamos a história hegemônica das famílias abastadas. Não o faremos porque estas eram a maioria ou porque apenas elas influenciaram a família atual, mas porque é aquela que os pesquisadores mais relatam por terem maior acesso aos vestígios históricos. Mas lembremos de que esta é a história do pensamento hegemônico, daqueles que constroem mais intensamente os ideais e as normas que possuem um enorme peso na construção das representações.

Muitos historiadores afirmam que no início da humanidade não existiam normas disciplinadoras, os grupos humanos eram nômades, dependiam da força física e a sexualidade

era indiscriminada e promíscua. Mais tarde estes grupos teriam estabelecido moradia, desenvolvido a agricultura e iniciado uma divisão do trabalho. Pode-se pensar que nestas primeiras coletividades que garantiam a sobrevivência por meio da proteção e da produção de alimentos estariam as origens da família. Nesta perspectiva, a família teria surgido da matrimonialização e da patrimonialização da conjunção sexual. Ou seja, seria consequência da necessidade das tribos de preservar suas terras e evitar o mescla ou o domínio de outros grupos.

Esta perspectiva se baseia na clássica teoria de Engels (s/d) descrita na Origem da família, da propriedade privada e do Estado publicada inicialmente em 1884. Segundo o autor, em um estágio primitivo, as relações carnais não eram reguladas por interdições e barreiras impostas pela cultura e era tolerante ao comércio sexual entre pais e filhos e havia uma grande indefinição dos laços de ascendência, sendo possível ter vários pais e mães. Esta situação começa a mudar quando o homem começa a perceber as vantagens do grupo e estabelece os casamentos em grupo. Inicia-se a **Família Consanguínea** característica do período de selvageria. Esta instaura o incesto ao proibir relações sexuais entre pais e filhos, os grupos conjugais se determinam pela geração de modo que irmãos e irmãs são necessariamente marido e mulher e a reprodução era endógena. Na **Família Panaluana**, os casamentos ainda se dão em grupos, mas já se exclui relações sexuais entre irmãos, criando a categoria dos sobrinhos e primos; é instituído um círculo de parentes consanguíneos por linha feminina que não se podem casar uns com os outros. As uniões por grupos foram substituídas pela **Família Sindiásmica** característica da barbárie, que instaura o matrimônio por pares, embora a poligamia permaneça um direito dos homens, enquanto das mulheres se exige fidelidade, sendo o adultério destas cruelmente castigado. Isto permite o desenvolvimento da **Família Monogâmica** característica da civilização e marcada pelo patriarcado. Esta expressa a dominação masculina, os laços conjugais se tornam mais sólidos e só os homens podem

rompê-los. Como os filhos herdam os bens do pai, exige-se da mulher castidade e fidelidade. Assim se constitui a família, como forma de escravização de um sexo por outro.

Outros autores, como Ribeiro (2002), consideram que é na Roma antiga que encontramos o embrião da família atual, pois tomam como marco o esforço por disciplinar as relações íntimas via o Direito. Mas, se tomarmos como referência a estrutura da família nuclear atual centrada no afeto e na privacidade, como o faz Ariès (1981), podemos datá-la apenas do século XVII. Segundo este historiador, a ideia de família que possuímos hoje teria sido antecedida pela noção de parentela, que existiria desde a antiguidade, mas esta seria uma instituição diferente da família atual.

Na Roma Antiga tinha-se um Estado fraco e muita violência. A família, então, se fortaleceu com a função de proteção aos membros e estabilidade financeira. Mas essa “família” não tinha qualquer relação com a ideia de proximidade afetiva entre os membros, ou controle da sexualidade. O enfeitamento de crianças era comum e os filhos recém-nascidos eram enviados a uma nutriz que, juntamente com um “pedagogo”, os educava até a puberdade (Veyne, 1989). Os homens tinham muitos filhos com as servas e a relação sexual entre dois homens era aceita desde que fosse uma relação ativa de um homem livre com um escravo, ou pessoa de baixa condição (Brown, 1989). A mulher, os filhos e os escravos eram um patrimônio administrado pelo *pater* sem nenhuma interferência do Estado, o que dava ao homem o direito de vida e morte sobre eles (Ribeiro, 2002). Apesar disso, muitas mulheres mais nobres e ricas que o marido recusavam a autoridade dele e até possuíam papel político importante. O divórcio, assim como o casamento, era informal e fácil para homens e mulheres (Veyne, 1989).

É a partir deste momento que podemos compreender a etimologia da palavra **família**, a qual viria do latim *familia* que significa o conjunto de propriedades de alguém. Como *familia* vem de *famulus*, que significa escravo doméstico, estas propriedades incluem os escravos e as

peessoas ligadas a uma grande personalidade (Machado,2005). Assim, a família nada seria além de uma propriedade do senhor, tal como a terra.

Esta ideia de família-propriedade foi modificada no século II quando uma nova moral foi difundida com o apoio do novo discurso médico. A sexualidade foi confinada ao casamento por meio da passagem de uma moral cívica para uma moral do casal. Na lógica cívica, aceita até então, o cidadão tinha o dever de se casar para procriar e a mulher era um instrumento que poderia ser repassado entre dois senhores. Com a nova moral, o homem se tornou uma criatura moral responsável, que se casava em nome de uma afeição duradoura e a mulher tornou-se amiga e companheira, mas deveria continuar obedecendo ao marido (Brown,1989). Neste momento a família adquire características mais próximas da atual, mas ainda não era uma instituição considerada sagrada como hoje. No entanto, logo a Igreja católica se apossou desta nova moral e transformou o casamento num sacramento indissolúvel.

A Igreja Católica combateu tudo o que pudesse desagregar a família por meio da ideia de pecado, da fiscalização dos comportamentos mais íntimos via confissão e da punição pela exclusão social dos infratores. O casamento deveria garantir a ordem social, assim como as técnicas de educação moral e disciplina espiritual que vigoraram nos mosteiros repletos de jovens. Uma nova concepção da sexualidade a associava ao pecado e pregava a castidade (Brown, 1989).

Já na Idade Média, com a queda do Império Romano e as invasões bárbaras, observa-se o fortalecimento da família e a privatização da vida pública. Neste momento feudal, a lei passa a ser desconhecida e a família passa a ser a garantia de sobrevivência e manutenção do patrimônio via proteção, procriação e produção de bens. A não divisão dos bens gerava dependência e uma permanência prolongada junto ao pai. Assim, a família se tornou uma unidade complexa e ampla que englobava parentes distantes, viúvas, órfãos, sobrinhos, vassallos, todos em poder de um homem. O casamento tinha a função de garantir e aumentar

o patrimônio e reforçar a parentela, por isso a endogamia era comum e a sucessão era garantida pela severa punição ao adultério feminino (Ariès, 1981; Rouche, 1989).

Neste momento, a família era associada ao patrimônio e à honra do nome e não consistia uma realidade sentimental. O amor não era considerado um bom sentimento e não era associado ao casamento, mas à paixão sensual, irracional e destrutiva (Rouche, 1989). Era impossível se alimentar um sentimento profundo pelos filhos, pois a mortalidade infantil era enorme e os que sobreviviam estavam a maior parte do tempo longe, sendo instruídos nas casas de outros nobres. Esta dinâmica implicava a não existência do sentimento de infância, pois não havia a noção de uma particularidade infantil e a criança era vista como um adulto em miniatura. A superpopulação nas casas, somada à configuração indiscriminada de seus cômodos dificultava o surgimento da intimidade (Ariès, 1981). Esta configuração familiar era muito distante daquele grupo descrito no início deste tópico. O quê, então, teria provocado tamanha transformação na unidade familiar acarretando o surgimento da família nuclear conhecida atualmente?

No fim da Idade Média assistiu-se à transformação do poder até então heterogêneo e difuso nas mãos dos senhores feudais num poder jurídico concentrado nas grandes monarquias. Houve o desenvolvimento da economia monetária, a melhora na saúde e na segurança pública e a Igreja passou a investir numa promoção religiosa do leigo, convidando toda família a ter como modelo a Sagrada Família. Isto propiciou a redução do número de pessoas nas casas e o enfraquecimento da instituição familiar voltada à proteção e produção. Este era o cenário para o desenvolvimento do sentimento de infância e de intimidade que gerariam a emergência da família nuclear burguesa.

No século XVII o Estado inicia uma busca de controle sobre os cidadãos, para além das leis, por meio de um projeto de educação moral com base em argumentos médico-científicos. Assim, surge a preocupação em educar e preservar a infância, delimitando seus espaços. Proliferam-se os colégios e surge um grande interesse psicológico pela infância, pois era

preciso conhecê-la para corrigi-la. A criança foi, então, colocada no lugar central da família, a qual assume o papel de responsável por produzir e criar cidadãos saudáveis, dóceis e produtivos. Assim, a família se tornou a célula social, fundamento do poder monárquico. Surgiu o sentimento moderno de intimidade, pois a vida pública e profissional passou a ser separada da familiar. Isto possibilitou o desenvolvimento de uma família que excluía os empregados, amigos e clientes e se resumia a pais e filhos vinculados por forte afeto. Este grupo conjugal que mantinha a sociedade à distância já constitui a família moderna nuclear descrita no início desta sessão (Ariès, 1981).

Após este breve histórico, focaremos a história da família no Brasil e mais uma vez faremos um recorte bastante estrito, destacando apenas a família dos senhores rurais e posteriormente da burguesia. Não desconsideramos a existência de inúmeros tipos de família nem a importância delas na construção do pensamento social sobre o tema. Mas, acreditamos que este recorte atende ao nosso objetivo de desnaturalizar a ideia de família e demonstrar como esta, imersa em relações de poder, vai se transformando com as mudanças macro-sociais ao mesmo tempo em que impulsiona tais mudanças.

1.3.2. A construção da família no Brasil

No processo de colonização no Brasil o poder se deu de forma difusa, concentrando-se nas mãos daqueles que recebiam terras e deveriam trabalhá-las por conta própria. A igreja também teve grande força neste processo e foi responsável por submeter os indígenas a esses senhores. Para tanto, as crianças eram arrancadas da família ainda pequenas e catequizadas pelos padres, num processo em que cabia às crianças servirem de exemplo e educarem os adultos (Freyre,1933). A imposição de novos modos de vida gerou a dissolução das famílias indígenas, aumentou a mortalidade infantil e diminuiu a natalidade, gerando a quase extinção da população autóctone. Desta forma, a moral europeia católica prevaleceu na formação social da família brasileira.

A família colonial, então, se desenvolveu nas grandes plantações de açúcar de forma híbrida, poligâmica, patriarcal e aristocrática. Poucos colonos vieram ao Brasil trazendo suas mulheres e, na ausência destas, a bigamia, o concubinato e a miscigenação eram frequentes. As relações sexuais e sociais de domínio entre senhores e escravas teriam prevalecido e, segundo Silva (1998), raramente alguma herança ia para a concubina negra e seus filhos mestiços, que eram considerados ilegítimos. No entanto, as mulheres não eram totalmente submissas. Algumas poucas escravas enviavam cartas à rainha buscando sua intersecção e havia esposas brancas que pediam o divórcio no tribunal eclesiástico alegando as relações ilícitas do marido.

Neste contexto de não reconhecimento das leis, os senhores que custeavam a colonização possuíam o mando de terras enormes e fundaram os primeiros núcleos de povoamento. O privado se impunha ao público e a cidade funcionava como extensão da propriedade rural. As famílias monopolizavam o governo dos municípios e o poder era gerado pela violência e submissão, que garantiam a posse das terras e sua produção. Assim como na Idade Média, a família extensa assumiu o importante lugar de garantir a preservação do patrimônio, além da proteção de seus membros. Os casamentos eram decididos como negócios, sem relação alguma com sentimentos e a endogamia era comum e tinha a função de impedir a dispersão dos bens e a redução do poder do senhor (Costa, 1994).

No século XVIII, o pai tinha o comando econômico, social e sexual, enquanto o resto da família só obedecia e temia as punições. Era comum a reclusão das esposas em conventos ou até seu assassinato, justificado pelo direito que os homens brancos tinham de limpar sua honra (Silva, 1998). As esposas e filhos estavam no mesmo nível dos escravos. Elas passavam a maior parte do tempo reclusas em casa e o filho ocupava um lugar secundário e instrumental na família (Costa, 1994). As crianças eram alimentadas e criadas por alguma negra ama-de-leite e, devido ao alto índice de mortalidade infantil, a perda de um filho não representava a mesma dor de hoje (Freyre, 1993). Como na Idade Média, não existia o sentimento de infância

e a precocidade do filho era considerada positiva, pois ele logo assumiria o trabalho e enriqueceria a família. As casas tinham cômodos indefinidos, eram superpovoadas, cheias de empregados, parentes e agregados, o que gerava a ausência do sentimento de intimidade e privacidade familiar. Isto só foi mudado no século XIX, quando se iniciou a separação entre o público e privado e a família foi reduzida ao convívio entre pais e filhos (Costa,1994).

No século XVIII, o processo de urbanização acarretou o surgimento de uma nova elite, a proliferação da violência e da marginalidade, as altas taxas de mortalidade infantil, epidemias e surtos de gonorreia e sífilis. Estes fatores foram impulsionados ainda mais pela vinda da família real para o Brasil e o conseqüente aumento da população no início do século XIX. A coroa Portuguesa via no poder das famílias um obstáculo à sua consolidação e ao controle da Colônia e tentou se utilizar o poder de direito e da punição como meio de controlar a população e restringir o poder difuso das famílias. No entanto, no século XIX, a monarquia viu no saber médico uma forma de poder técnico mais eficiente no controle da população que a polícia (Costa, 1994).

A medicina, então, passou a difundir que os problemas de saúde se deviam a maus hábitos de vestuário e alimentação, à falta de tratamento médico e de educação das mães, bem como aos casamentos por interesse entre parentes e aos nascimentos ilícitos (Freyre, 1933). Com isso, atestava-se a etiologia familiar dos problemas sociais e se contestava o lugar do patriarca e da mulher na sociedade. A medicina passou, então, a exercer seu poder técnico por meio da normalização dos hábitos sociais e sexuais, da fiscalização da vida íntima via terapêutica e da educação de crianças nos colégios internos. O avanço da medicina higiênica possibilitou a construção de uma nova moral e a universalização de novos valores, fazendo os indivíduos compactuarem com o Estado, o qual passou a ser visto como aliado responsável pelo bem estar da população (Costa, 1994).

Assim se instaurou uma nova organização doméstica, a família moderna adaptada ao sistema político-econômico. O casamento por interesse econômico, a endogamia e a

disparidade de idades entre os cônjuges foram condenados, bem como o contato com os escravos, que passaram a ser considerados nocivos à saúde e à moral. Num momento em que a burguesia se esforçava para parecer com a nobreza europeia, a carreira dos homens passou a depender da aparência e do comportamento de suas esposas, que saíram da clausura e tomaram os salões e as lojas de artigos europeus.

Assim, a higiene integrou a família à cidade e enfraqueceu o poder paterno. Mas para evitar que esta família “se perdesse” na promiscuidade urbana, a higiene acentuou os riscos dos vícios sociais, doenças físicas e violências morais e exaltou a influência materna na educação dos filhos. A mulher foi empoderada, mas voltou ao ambiente doméstico e assumiu o papel dos professores, tornando-se responsável pelos futuros adultos. Aparência física, boas maneiras, educação, juntaram-se à exigência de dinheiro e títulos na seleção rigorosa dos cônjuges, que passou a ser feita também em nome do sexo e do amor. Um novo ideal de sexualidade associado ao amor, ao matrimônio e à procriação foi criado e exaltado (Costa, 1994).

A hierarquia familiar foi revisada e a mulher e o homem foram ressignificados com vistas a atenuar as tensões familiares. Criou-se uma mulher frágil, sensível, doce, afetiva, submissa e inapropriada para o trabalho intelectual e um homem forte, resistente, seco, racional, autoritário e altivo. O pai higiênico deveria prover a existência material da família e cumprir obrigações sociais, enquanto a mulher deveria ser mãe e esposa devotada, dominada pelo marido e responsável pela unidade da família. Desta forma, surgiu o ideal de família nuclear como lugar de amor entre os cônjuges e de proteção e cuidado com a infância.

O século XX foi marcado por importantes mudanças sociais que repercutiram na estruturação e na noção de família. No início do século, a família era regida pelo Código Civil de 1916, que garantia a proteção aos coronéis e senhores rurais por meio da instituição da família ilegítima, à margem da lei. Este código estabelecia o casamento insolúvel e restrições aos filhos ilegítimos e à concubina, vedando-lhes benefícios, como herança. Este ainda previa

que o homem era o chefe e representante legal da sociedade conjugal, responsável pelo sustento e manutenção da família e da mulher e pela administração dos bens comuns e particulares, além de ser detentor do pátrio poder sobre os filhos (Ribeiro, 2002).

Na década de 1920 houve o impulso da industrialização com a dinamização da economia, que acarretou a entrada da mulher no mercado de trabalho e a difusão do ideário anarquista, que questionava o modelo de sociedade principalmente no sul do país. Na mesma época, o movimento de contra-cultura se opôs a europeização dos costumes e o mundo se deparou com a força do movimento feminista que se intensificou na década de 1960 com a bandeira de igualdade legal e social e direitos sexuais, reprodutivos e trabalhistas. Antes disso, houve as duas Grandes Guerras Mundiais que impulsionaram a saída dos homens do lar e a criação das mulheres chefe-de-família. Nas décadas de 1960 e 1970 viu-se no país um período de repressão não só política, como moral e, em contrapartida, o movimento hippie se espalhou pelo mundo se colocando contra o capitalismo e o militarismo e pregando um modo de vida anarquista e coletivista e o amor livre.

A família não poderia passar ilesa a tantas mudanças sociais e a legislação foi aos poucos se adaptando aos novos contextos. Em 1949, a Lei 833 concedeu ao filho ilegítimo o direito de solicitar reconhecimento de paternidade e alimentação para o pai não casado. Em 1962, o Estatuto da Mulher Casada elevou o lugar da mulher ao admitir que esta poderia exercer poder sobre os filhos e administrar os próprios bens. Já em 1963 foram garantidos a partilha dos bens adquiridos com esforço comum e o direito hereditário ao filho adulterino e em 1977 o divórcio indireto foi legalizado (Ribeiro, 2002). Na década de 1980 o movimento de redemocratização do país tem seu auge com a Constituição Cidadã de 1988 (Brasil, 1988), a qual também atualiza algumas questões de família. Passou-se a reconhecer as uniões estáveis entre um homem e uma mulher, independente de seu estado civil, além de garantir a igualdade entre irmãos e entre cônjuges. Na primeira década do século XXI viu-se a promulgação do código civil de 2002, que atualmente regulamenta a família brasileira, e

presenciamos a discussão sobre o Estatuto das famílias, já abordados em tópico anterior deste trabalho.

Em suma, percebe-se que a família se molda aos sistemas de poder de cada momento histórico e assume funções sociais diferentes. Na Idade Média, assim como no Brasil colonial, tem-se um período de poder difuso, conseguido por meio da violência, da descendência, da posse de terras e da submissão. Neste momento, uma família numerosa garantia, além da transmissão dos bens, mão-de-obra para a produção e consistia num grupo social de apoio e defesa. Com o estabelecimento da monarquia, há a concentração do poder na forma do direito regulamentador das relações, definindo o lícito e o ilícito. Neste momento, as famílias se reduzem, assumem o caráter de privado e a função de gerar e educar cidadãos dóceis. Mas este poder de direito que atua regulamentando vida das famílias por meio da repressão jurídica e do castigo, em pouco tempo dá lugar ao poder técnico que extravasa o Estado e funciona por meio da normalização e do controle sutil da vida íntima dos cidadãos.

1.3.3. A construção da família e os jogos de poder

A história da família não se dá de forma linear e tampouco homogênea. A família encontra-se inserida em jogos de poder que estão em constante transformação. O poder, segundo Foucault (1988), diz respeito a uma multiplicidade de forças e ao jogo de correlações, apoios, lutas e afrontamentos que as transforma, reforça e inverte. O poder é produto e produtor das partilhas e desequilíbrios que se produzem nas relações sociais (sexuais, familiares, de conhecimento, econômicas) e se refere às estratégias que originam essas forças e as cristalizam nos aparelhos estatais, na formulação das leis e nas hegemonias sociais. Abordaremos, então, como as relações de poder instituíram a família como objeto da ciência, possibilitando seu controle e vigilância por meio de um poder-saber, adotando aqui a perspectiva foucaultiana.

Foucault (1988) argumenta que até o século XVIII as relações familiares eram reguladas pelo dispositivo de aliança focado na importância da reprodução como transmissão do nome e dos bens. A aliança teria vínculo com o direito, pois seria estruturada como um sistema de regras que definem o lícito e o ilícito com o objetivo de produzir as relações e manter a lei que as rege. A família era articulada à economia pelo seu papel na transmissão e dispersão de riquezas e ordenada para a homeostase do corpo social por meio da valorização do casamento legítimo e da fecundidade e pela exclusão das uniões consanguíneas e a prescrição da endogamia social e local.

A partir do século XVIII o dispositivo da aliança é superposto pelo dispositivo de sexualidade. Este é estruturado de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder e se volta às sensações do corpo e à qualidade dos prazeres. É um dispositivo ordenado para penetrar nos corpos, controlando as populações de modo mais global e detalhado. Promove-se a intensificação do corpo e sua valorização como objeto de saber, articulado à economia por meio da ideia de corpo produtivo e consumidor. O dispositivo da sexualidade é possibilitado pela colocação do sexo em discurso por meio da penitência e da confissão na Igreja católica da Idade Média e é impulsionado pela Contra reforma, quando se ampliou o ato sexual para a ideia de sexualidade embutida nos pensamentos, sentimentos e sensações. Foucault (1988) sustenta que a possibilidade de controle das famílias via dispositivo da sexualidade se desenvolveu a partir de quatro grandes estratégias: sexualização da criança, histerização da mulher, regulação da população (controle da natalidade) e especificação dos perversos. Assim nasceu uma nova tecnologia do sexo desligada do pecado e associada à pedagogia, à medicina e à economia. O sexo se tornou uma questão de Estado e a medicina assumiu o poder de normalizar a sexualidade dentro de um projeto médico-político de gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivência.

Desta forma, o dispositivo da sexualidade veio psicologizar ou psiquiatrizar as relações de aliança e se centrou numa família reorganizada com laços mais estreitos. Isso explica como

a família se tornou um lugar de afetos, sentimentos e sexualidade e transformou suas relações internas de poder. No entanto, deste processo, emergiu uma demanda incessante da família por ajuda para resolver as interferências entre a sexualidade e a aliança e para tratar os novos personagens que surgem com o dispositivo da sexualidade: o filho homossexual, a esposa frigida, o marido pervertido ou impotente, a mãe indiferente. Desde o século XIX, a família passou a buscar em si mesma os mínimos traços de sexualidade, a confessá-los e solicitar escuta e orientação de todos os especialistas possíveis: médicos, pastores, padres, psicólogos, pedagogos e psicanalistas. Neste processo, diminuiu a repressão judicial, mas se multiplicaram os mecanismos de controle e vigilância sobre a vida íntima. A lei assume a função de norma, de mecanismo regulador e corretivo e a ciência se estabelece como um micropoder sobre o corpo com o objetivo de discipliná-lo e regular a população. Assim, a família se constituiu como uma rede de prazer-poder em suas relações de domínio, vigilância e segredos (Foucault, 1988).

Considerando que as sociedades atuais se distanciaram das grandes verdades e se encontram em meio a relações de poder-saber inseridas em correlações de força a serem compreendidas, interrogamo-nos como as representações sociais sobre a família são construídas e transformadas no bojo dessas relações de poder?

1.4. A (re)construção das Representações Sociais

Moscovici (2003) defende que a psicologia social deve se ater a um modelo genético que considera a sociedade como uma rede de relações em construção. Nesta perspectiva, a TRS se interessa pelos processos de construção e desenvolvimento do senso-comum e a estrutura de uma representação é entendida como produto de um momento particular do desenvolvimento desse conhecimento.

Uma representação social é construída e reconstruída a partir de informações recebidas do ou sobre o objeto, filtradas e memorizadas, formando uma matriz cognitiva que

permite compreender e agir sobre ele (Santos, 2005). Diante do contato com a família, suas transformações e informações sobre ela, terão início dois processos, os quais acabarão por compor a representação: **objetivação** e **ancoragem**. Estes processos compreendem a articulação entre atividade cognitiva, mobilizações afetivas e as condições sociais, ou os jogos de poder em que são forjadas as representações. Por meio deles, as pessoas dão sentido ao objeto, ancorando-o nos sistemas de referências já possuídos e vão modificando suas estruturas para se adaptar ao novo e às demandas da realidade social.

A objetivação implica uma *construção seletiva* e uma *descontextualização*, por meio das quais apenas alguns elementos do objeto são filtrados e retidos, dependendo de significados pré-existentes frutos da inserção grupal. Estes elementos são retirados de um contexto específico e passam pelo processo de *naturalização*. Assim, o objeto adquire uma realidade plena e concreta, o que implica em considerar inerente ao objeto, as características que lhes são socialmente atribuídas (Santos, 2005). A ancoragem, por sua vez, refere-se à assimilação do novo elemento num sistema de categorias familiares mediante alguns ajustes. O objeto é integrado num sistema de valores, denominado e classificado de acordo com a inserção social (Almeida, 2005). Este processo implica a *atribuição de sentidos*, pois “o objeto novo é reajustado para que se enquadre em uma categoria conhecida adquirindo características dessa categoria” (Santos, 2005, p.33). No processo de *enraizamento* destes novos elementos, o sistema de pensamento pré-existente prevalece, mas é transformado mediante a incorporação social da novidade. Por fim, a ancoragem agrega valor funcional à representação por meio da *instrumentalização do saber*, que implica o uso da mesma como referência para compreensão e gestão do mundo social. Nestes processos, diferentemente da ciência, contradições e ambiguidades são comuns, e as conclusões comumente surgem antes das premissas de modo que construções posteriores tenham a função de manter e justificar as conclusões prévias.

Desta forma, toda a informação a que se tem acesso sobre a família é filtrada e são retidos principalmente aqueles conteúdos coerentes com os valores, as práticas e as imagens compartilhados por um determinado grupo num dado momento. Esta retenção, no entanto, se dá de forma a modificar tanto as informação e novidades, quanto este sistema prévio, que, apesar de prevalecer, vai se modificando para se adaptar às novas condições sociais que impõem novas formas de ser família. A teoria construída sobre a família nesse processo adquire caráter de natural. Desta forma, na idade média era impensável uma família construída por amor ou atração sexual, assim como atualmente parece natural o enorme cuidado e afeto que se dedica aos filhos. Estas teorias transformadas em realidades naturais vão orientar, por sua vez, a compreensão e a ação no mundo, ou seja, a construção social da realidade.

Arruda (1998) complexifica estes mecanismos ao pesquisar alguns momentos da história nacional em que importantes mudanças nas relações sociais de poder implicavam a construção de um novo senso comum que incorporasse novos interesses e valores. Ela constata que, em determinados contextos, um grupo social precisa inicialmente estranhar o familiar, para só então se apropriar do desconhecido. Opera-se, então, uma reciclagem da memória por meio da retradução do antigo mediante um novo momento social, misturando-se o novo e o antigo. Há, então, mecanismos pelos quais o novo não busca ancoragem nos valores e conteúdos do passado, mas esta se faz por contraste com um padrão pré-existente, que é fornecedor de possibilidades. A seleção destas possibilidades é direcionada pelos afetos e pelos novos valores e objetivos econômicos, políticos e culturais com vistas a compor as representações de forma coerente com o projeto que as alimenta. As representações, então, não servem apenas à integração do estranho, mas também à transformação do familiar por meio da incorporação do novo objetivando a readequação ao presente (Arruda, 1998).

É possível que este momento em que a família é posta em uma situação de crise e tem sua sobrevivência questionada devido às mudanças sociais incite a emergência do mecanismo

descrito por Arruda (1998). As mudanças são tantas que é possível que o sistema de representações e valores esteja ficando estreito para absorvê-las. Isto tornaria necessário o estranhamento e a revisão do estabelecido para possibilitar a emergência de uma nova representação de família coerente com os projetos da sociedade contemporânea. Isto, no entanto, só poderá ser afirmado após a investigação a que nos propomos neste trabalho.

Outra possibilidade de se compreender a construção e as transformações numa representação social é estudá-la por meio da Abordagem Estrutural de Abric (2000), que foca a estrutura e organização interna dos conteúdos da representação social. Nesta perspectiva, os conteúdos da representação são organizados em torno dos sistemas central e periférico. No núcleo central estariam poucos elementos, porém mais estáveis, consensuais, históricos e arraigados. São elementos mais resistentes à mudança, unificadores e estabilizadores da Representação, têm função geradora e organizadora e comportam a “imagem” do objeto na medida em que dão sentido e organizam os demais elementos da representação. Já o sistema Periférico comporta maiores especificidades do objeto, são mais concretos e podem denotar diferenças entre subgrupos. São elementos maleáveis e mutáveis, relacionam-se com as práticas sociais e protegem o núcleo quando ameaçado, servindo como “para-choque” da representação.

Este duplo sistema permite que as representações sejam ao mesmo tempo estáveis e instáveis, rígidas e flexíveis, consensuais e comportem diferenças individuais (Abric, 1994; Santos, 2005). Segundo Abric (2000), as Representações Sociais são dinâmicas e sofrem cotidianamente diferentes tipos de transformação em sua estrutura: a) transformações resistentes - mudanças apenas no sistema periférico geram novas práticas contraditórias e mecanismos de defesa (interpretação, justificção, racionalização, referência a normas externas); b) transformações progressivas - novas práticas não contraditórias ao núcleo vão, aos poucos, integrar-se ao sistema periférico até chegar ao núcleo transformando-o e gerando uma nova representação; c) transformações brutais - novas práticas colocam em questão o

significado central da representação, transformando direta e completamente o núcleo e, conseqüentemente, toda a RS.

Trabalharemos com a Abordagem Estrutural ao investigarmos como se organizam os conteúdos da RS da família e avaliarmos, por meio do estudo de sua estrutura, as especificidades intergrupais e os processos de mudança. Identificar a estrutura da representação social da família será um dos objetivos do presente trabalho, posto que isto fornece um panorama geral dos sentidos que circulam sobre o objeto e suas relativas importâncias. Com isso, tentaremos compreender os processos de mudança dessa estrutura no espaço social e buscaremos entender as condições de emergência dos conteúdos da representação de família e compreender que tipo de transformação esta representação vem passando nos últimos anos.

A hipótese que levantamos neste momento é que estamos diante de transformações progressivas, posto que ao longo do último século as práticas sociais associadas à família têm sofrido grandes modificações, atingindo um momento de crise quando estas mudanças chegaram a por em questão sentidos nucleares da representação de família. Neste contexto, para continuar nos adaptando, precisamos rever sentidos arraigados e estabelecidos e modificá-los em função de um novo projeto social que inclua como família formas de convivência jamais pensadas até então.

1.5. As representações sociais numa abordagem genética

Moscovici (1990) assinala que a psicologia social e do desenvolvimento têm sido artificialmente diferenciadas, pois ambas se interessam pelo fenômeno da construção do conhecimento. Ao considerar que a primeira situa o conhecimento no espaço e no meio externo e a segunda no tempo e no meio interno ao indivíduo, os psicólogos do desenvolvimento esquecem que as crianças se desenvolvem como atores sociais, enquanto os psicólogos sociais omitem que os atores sociais possuem uma história de desenvolvimento que

não pode ser esquecida. Numa perspectiva construtivista essa distinção entre social e desenvolvimento não se sustenta.

Estudar as Representações Sociais numa perspectiva genética possibilita, então, a compreensão dos papéis e funções que elas ocupam nas interações sociais. Por isso abordaremos a ancoragem da RS da família numa perspectiva dinâmica e histórica, considerando o movimento das pessoas nas tomadas de posição, seu lugar no espaço social e no tempo, partindo da Abordagem Societal proposta por Doise (2002).

Nesta perspectiva, as representações sociais são consideradas “princípios geradores de tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas, organizando os processos simbólicos que interferem nas relações sociais”. Devemos, então, tentar entender “quais regulações sociais atualizam quais funcionamentos cognitivos em quais contextos específicos” (Clémence, Doise & Cioldi, 1994, p. 120). Partimos, então, dos pressupostos propostos por Doise (2002) - há partilha de crenças comuns sobre determinado objeto entre membros de uma comunidade; há heterogeneidades nas tomadas de posição frente a um objeto; estas tomadas de posição se ancoram em diferentes realidades simbólicas coletivas – para estudar como se organizam os elementos comuns a diferentes grupos, ou seja, o campo comum da representação social de família, o como e o porquê os indivíduos se diferenciam nas suas relações com o objeto família.

Consideramos estas tomadas de posição como cristalizações temporárias de um movimento de evolução de uma pessoa, de suas relações, de suas pertenças e de suas ideologias. Por isso, abordaremos a ancoragem destas diferenças individuais partindo do princípio que os posicionamentos individuais são inscritos em uma dinâmica temporal. Uma tomada de posição deve ser compreendida em seu nível intraindividual, na medida em que implica uma relação emocional e uma avaliação cognitiva sobre o objeto. No entanto, esta relação e avaliação encontram-se imediatamente inseridas num contexto de interação com o outro. Isto gera a necessidade de se analisar o nível interpessoal, que, por sua vez, se encontra

num contexto maior de relações intergrupais envolvidas em jogos de poder. O estudo deste nível intergrupar deve levar em consideração as pertenças das pessoas e sua relação com os valores, normas e sistemas de pensamento do grupo em relação aos outros grupos, implicando a abordagem da representação num nível ideológico.

Pretendemos abordar os quatro níveis de análise propostos por Doise (2002). O nível intraindividual ou intrapessoal será trabalhado na medida em que analisaremos os mecanismos pelos quais os indivíduos organizam sua experiência no meio ambiente, ou seja, como os indivíduos organizam cognitivamente e afetivamente as informações e vivências pessoais relacionadas à família. Já o nível interindividual ou situacional será estudado ao buscarmos nos sistemas de interação, ou na dinâmica das relações dos indivíduos no interior do grupo, princípios explicativos para a construção da representação da família. Quando buscamos explicar como as posições sociais interferem na interação entre os atores sociais e modulam os processos nos níveis anteriores estaremos destacando o nível posicional ou intergrupar. Por fim, o estudo do nível ideológico implica a identificação de ideologias, sistemas de crenças, valores e normas que dão suporte às diferenciações sociais. Ou seja, estudar como as produções culturais e ideológicas dos grupos dão significação às práticas e representações relacionadas à família.

Estes níveis de análise - intraindividual, interindividual, posicional e ideológico – não devem ser considerados de forma estática, pois sua dinâmica encontra-se em constante movimento de transformação e se articula a diferentes momentos da história da representação social. Clémence e Lorenzi-Cioldi (2004) propõem uma articulação entre os níveis de Análise de Doise e os processos de gênese e desenvolvimento de uma representação propostos por Moscovici: a sociogênese, a ontogênese e a microgênese.

Duveen e Loyd (1990) consideram que a sociogênese consiste na abordagem histórica das transformações da RS de um dado objeto entre diferentes grupos. O processo por meio do qual as RSs são geradas, circulam entre os grupos e se transformam é abordado numa

perspectiva diacrônica. Estudar a sociogênese é focar a história da representação social em si mesma. Já a ontogênese refere-se ao desenvolvimento dos indivíduos em relação a uma representação. Tendo em vista que as crianças nascem em um mundo repleto de representações que norteiam as relações sociais, ser agente nessa “sociedade pensante” implica o acesso às RSs da comunidade. A ontogênese descreve como as representações sociais se tornam ativas e são reconstruídas pelos indivíduos no processo de elaboração de suas identidades. Estudá-la implica conhecer como uma tomada de posição se inscreve num determinado momento do desenvolvimento do indivíduo (Clémence & Lorenzi-Cioldi, 2004). Já a microgênese trata da evocação e construção das RSs no microcontexto das interações sociais, nas quais os indivíduos se comunicam e negociam sentidos. O estudo da microgênese considera como a tomada de posição implica a compreensão do contexto onde são atualizados os laços interpessoais, as posições no espaço social e os pontos de referência ideológicos (Clémence & Lorenzi-Cioldi, 2004). Duveen e Loyd (1990) consideram que há um processo microgenético em toda interação em que indivíduos constroem uma compreensão da situação, evocando e negociando representações sociais. A microgênese é, então, um processo de mudanças transitórias geradas pela influência social. A ontogênese e a sociogênese são processos independentes, mas ambas são consequências da microgênese, que é o motor das transformações genéticas das representações sociais.

Estudar a ontogênese do posicionamento ao nível intraindividual consiste em verificar a estabilidade da expressão individual no desenvolvimento da pessoa para lhe atribuir disposições ou traços de personalidade. Mas, na concepção de Clémence e Lorenzi-Cioldi (2004) este nível deve ser também articulado com as experiências interpessoais e as situações em que a pessoa se posicionou e forjou lembranças, as quais também demarcam a ontogênese. Essa regulação contextual se integra na aprendizagem dos códigos relacionais e as pessoas descobrem o lugar e a reputação de suas afiliações sociais. Este processo, que se inscreve na construção identitária, deve ser estudado de modo a conhecer o que liga a pessoa

a uma categoria e os movimentos engendrados pelos deslocamentos ou a permeabilidade das fronteiras entre os grupos.

O nível intergrupar, no qual a pessoa é situada numa rede de grupos, fundamenta-se na sociogênese. Esta se relaciona com a memória, a qual é ativada por um sistema de valores e normas adquirido durante a ontogênese. O nível intergrupar também se integra no nível ontogenético, na medida em que os referentes ideológicos definem o clima social no curso do desenvolvimento e intervêm na modulação das relações entre grupos. O nível ideológico se insere na sociogênese, posto que valores e normas cristalizados num dado espaço social deixam uma forte marca nas relações intergrupais, interindividuais e nas disposições pessoais. Desta forma, Clémence e Lorenzi-Cioldi (2004) demonstram como os níveis micro, onto e sociogenéticos se encaixam entre si desde o nível intraindividual até o nível ideológico, afinal a história individual é encaixada na história coletiva.

1.6. Memória como representação social do passado

A representação social da família certamente é feita de memória e daquilo que é transmitido entre gerações. Mas a memória da família também é feita a partir das representações sociais atuais. A memória é uma reconstrução e reinterpretação dos acontecimentos individuais e coletivos a partir das ideias e valores atuais. “Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais” (Bosi, 1994, p.21). Muitas de nossas lembranças mais individuais não são originais, possuem um forte lastro comunitário, pois se fundamentam em trocas sociais. Especialmente nossas primeiras lembranças, que não são realmente nossas, mas fazem parte do acervo familiar. A convivência social nos diversos meios como o familiar, escolar e profissional propicia o desenvolvimento de uma memória coletiva que acrescenta, unifica e diferencia a memória do indivíduo a partir das vicissitudes do grupo. O desejo de explicação,

de dar sentido à própria biografia, integra as experiências do passado e do presente gerando os esquemas que norteiam a vida das pessoas (Bosi, 1994).

A teoria psicossocial de Halbwachs (1956) se ocupa dos quadros sociais da memória e sai do enfoque na pessoa para focar a realidade interpessoal das instituições sociais. Segundo este autor, uma lembrança jamais é a mesma experiência do passado porque nós não somos mais os mesmos e nossa percepção alterou-se juntamente com nossas ideias e juízos de realidade e de valor. Por meio da linguagem, a memória individual encontra-se associada à memória do grupo, e esta, à tradição. No cerne da lembrança, trabalham noções gerais com filiação institucional veiculadas pela linguagem. É justamente por este caráter transubjetivo que as imagens resistem e se transformam em lembranças. A memória só ganha *status* de realidade social na medida em que é compartilhada e torna-se coletiva, assim cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Bartlett (1932) propôs o conceito de convencionalização para conectar o processo cultural de um momento histórico ao trabalho da memória. Ele concorda que a matéria prima da recordação sofre uma modelagem pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado e que há uma relação entre o ato de lembrar e a importância social e existencial do fato recordado. Após realizar pesquisas experimentais com grupos indígenas, o autor concluiu que no processo de transmissão intergrupal, o indivíduo é inserido num contínuo entre assimilação pura e a criação de novos símbolos, que podemos associar tanto ao trabalho da memória como ao trabalho de construção das representações sociais via ancoragem e objetivação.

Por meio da assimilação pura, o indivíduo pode simplesmente incorporar a forma estranha. Mas por meio de uma simplificação, ele pode despojá-la de alguns aspectos e conotações estranhas à sua prática social e exercer uma retenção parcial com hipertrofia do detalhe, na qual apreende e dá relevância a um aspecto menos importante para a fonte. Assim, o sujeito pode chegar a construir uma forma simbólica nova a partir da realidade social

de seu grupo. Desta forma, tanto a construção de representações quanto a memória seguiriam a regra geral: “sempre fica o que significa”. O que não for atualmente significativo para o grupo é esquecido, pois estes aspectos não costumam ser objeto de conversa ou de elaboração comum. Na busca pela significação, os sujeitos agregam, esquematizam e simplificam tanto o material novo a ser conhecido, quanto o material antigo, quando resgatado pela memória (Bosi, 1994).

Estudar a memória como representação social do passado se faz relevante por entendermos que para “digerir” qualquer novidade em relação à família os sujeitos se engajam no processo de seleção e simplificação do novo conteúdo, realizado, entre outras coisas, a partir de sua memória sobre o tema. Para entendermos a construção social e histórica de qualquer representação, precisamos, então, considerar esse jogo de apoio e renovação entre o passado, o presente e o futuro e entre os níveis intra e interindividual, intergrupar e ideológico. É por partimos desta perspectiva que o estudo do processo de sociogênese da representação se faz tão relevante quanto o estudo dos conteúdos da mesma.

Moscovici (1978/1961) propôs duas formas de estudar a gênese de uma representação: o modo Vygostky e o modo Bartlett. O modo Vygostky aborda a emergência da criança como ator social por meio da incorporação e das transformações sucessivas das representações durante a infância e a adolescência. Esta abordagem destaca como o desenvolvimento de capacidades mentais influencia a internalização gradual das representações e práticas sociais compartilhadas na comunidade e vice-versa. O foco, neste caso, está na ontogênese da representação. Já o modo Bartlett aborda como as representações são construídas e organizadas por meio de sua comunicação na sociedade. O processo destacado, neste caso, é como as RSs são comunicadas, construídas e reconstruídas enquanto passam de um grupo a outro e como se organizam com base na estrutura psicossocial desses grupos.

Neste estudo, abordaremos a construção da representação social da família numa perspectiva sociogenética. Aproximamo-nos do modo Bartlett na medida em que buscaremos compreender como diferentes variáveis ou inserções sociais como gênero, escolaridade, ou faixa etária, permeiam especificidades na representação ou implicam diferentes representações de família. Com isso, visamos compreender o processo de gênese por meio da negociação e comunicação da representação na dinâmica das redes sociais. No entanto, além da variabilidade no espaço social, estudaremos também a variabilidade da representação no tempo. Interessa-nos a percepção de mudança que os diferentes grupos possuem da representação da família e, numa perspectiva diacrônica, estudaremos também o processo de construção desta representação ao longo das últimas décadas em um veículo de comunicação que têm como foco “orientar” os leitores sobre o tema família.

1.7. Comunicação e representações sociais: pensando pela boca

As representações são geradas e expressadas no processo de comunicação, através da linguagem. Como toda emissão linguística está baseada em uma intenção persuasiva, e gera a mudança das pessoas. As mídias produzem, conservam e fazem circular informações, repercutindo na significação dada pelas pessoas à realidade social. Elas produzem e reproduzem esta realidade absorvendo o imaginário social e dando-lhe uma formatação específica para atingir variados seguimentos sociais e guiar a atenção do receptor para determinados aspectos do texto. Isto é atingido por meio de uma preocupação estética com o formato e o tipo de linguagem que atuam na circulação da informação e na construção de representações sociais relativas aos objetos em exposição (Santos, Aléssio & Silva, 2008).

Os meios de comunicação se tornaram constitutivos da vida social, influenciando seus modos de interação e o consumo de bens simbólicos. Sua tendência para produzir significados

hegemônicos não deve ser subestimada, pois a mídia é um ator chave no exercício do poder. Ela pode manipular a memória social ao descolar símbolos e sentidos do contexto em que são produzidos (Jovchelovitch, 2000). Mas, apesar da força da mídia e da hierarquização dos saberes, numa perspectiva psicossocial não cabe colocar o poder e o controle social como obra de um grupo dominante restrito que atua sobre as massas reduzidas a meros receptores passivos da cultura, ciência ou ideologia. No processo midiático, existe um movimento de reação a partir dos grupos populares, que participam ativamente na assimilação do discurso dominante, constituindo um processo de trocas sociais. Além de ressignificar a informação recebida, a audiência atua como moeda de troca. Esta garante o valor de uso de determinado meio de comunicação, que lucra com a venda de seu produto/informação ou com a venda de espaço para publicidade, sendo, então, a audiência necessária a sua manutenção (Marcondes Filho, 1990). Desta forma, mais que criar novos anseios, os meios de comunicação oferecem informação e entretenimento que vão ao encontro dos anseios de seu público alvo. Caso contrário, a informação seria recusada e o veículo não se sustentaria.

A mídia transforma a circulação de bens simbólicos na sociedade contemporânea, criando canais de comunicação e funcionando como mediação. Por isso, ela deve ser objeto da TRS, a qual estuda como as diversas formas de comunicação repercutem nas pessoas. Em sua obra seminal Moscovici (1978/1961), distinguiu três gêneros de comunicação por meio dos quais a psicanálise circulava na sociedade francesa: difusão, propagação e propaganda. A difusão seria característica dos meios de comunicação de massa e teria a função de criar um interesse comum sobre o objeto, sem deixar de adaptar-se ao interesse dos consumidores, corresponderia à formação de opiniões. Já a propagação teria como objetivo expandir uma dada visão de mundo e acomodar os conteúdos do objeto seletivamente, adaptando-os a uma ideologia. Foi o caso da comunicação institucionalizada da igreja sobre a psicanálise e corresponderia às atitudes. A propaganda, por sua vez, se relacionaria com os estereótipos e

visaria criar um antagonismo entre ideias propondo-as como verdadeiras ou falsas. Seria o caso da imprensa comunista no estudo da psicanálise.

Apesar da importância da comunicação de massa, a conversação é o principal meio pelo qual as representações são construídas e comunicadas. Ela consiste no veículo mais importante para a preservação da realidade, como também da sua modificação e reconstrução. É na conversação que se transmitem os discursos e cada um sensibiliza-se para o que lhe é estranho e apropria-se dos elementos que lhe convém (Moscovici, 1961).

A diversidade de formas de saber deve ser relacionada com a interação social e a cultura. O saber não se define por uma lógica transcendental, é dinâmico, heterogêneo e só pode ser entendido em relação a um contexto do qual deriva sua lógica e racionalidade. Segundo Jovchelovitch (2004), o estudo do saber implica uma concepção da representação como um sistema de relações psicossociais que envolvem: a) os produtores do saber, envolvidos em identidades, interesses, acesso a recursos e poder; b) os meios de produção do saber, que envolvem os tipos de reações sociais no dado contexto; c) os produtos ou objetos do saber, que formam o ambiente simbólico e material de uma comunidade.

A proliferação da comunicação de massa gera questões sobre possibilidade de comunicação entre diferentes saberes diante da assimetria em sua valorização. A assimetria no *status* de formas diferentes de saber reverbera na forma como este é comunicado e na sua consideração de veracidade e autoridade, podendo o saber adquirir a legitimidade da universalidade ou ser considerado um saber menor e localizado (Jovchelovitch, 2004). É nesta perspectiva que retomamos a importância de abordarmos como diferentes saberes em circulação sobre a família são implicados, numa análise foucaultiana, em relações estratégicas e móveis de poder. Cabe-nos, então, considerar a existência de assimetrias de poder entre os discursos sobre a família mesmo quando vindos de uma única fonte ou de diferentes parcelas do senso comum. Devemos, então, abordar a gênese da representação social da família, questionando as implicações dos discursos correntes sobre o tema e questionar como

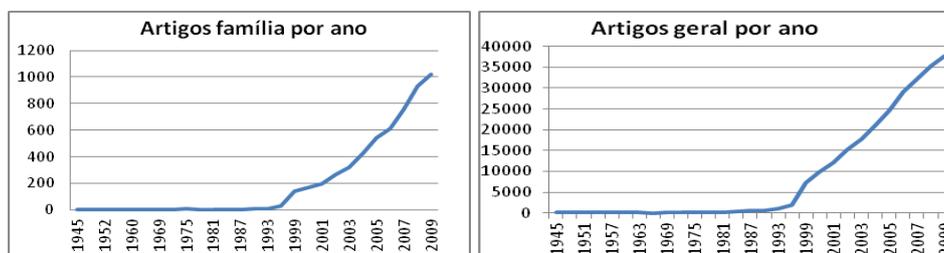
diferentes grupos e atores sociais se apropriam e significam as informações que chegam de posições mais ou menos dominantes. Mais que isso, é preciso analisar o processo sócio-político e científico que coloca os saberes e as pessoas que o produzem em uma escala hierárquica (Jovchelovitch, 2004). No entanto, precisamos destacar que este não se trata de um estudo exaustivo sobre o estilo e a forma da comunicação midiática, o foco se encontra nos sentidos circulados na sociedade sobre a família e suas transformações ao longo do tempo e nas trocas sociais. O que queremos com o estudo da mídia é articular a representação social da família na atualidade, a memória e um discurso historicamente datado sobre o tema para tornar possível a construção de uma explicação de como se dá a sociogênese da referida representação social.

2. A FAMÍLIA NA LITERATURA CIENTÍFICA

2.1. A família na literatura geral

Com o objetivo de conhecer o volume e as características das produções científicas sobre a família, realizamos pesquisa em duas bases de dados virtuais. A primeira delas foi acessada com a finalidade de conhecermos a evolução das pesquisas sobre a família em países de língua portuguesa e espanhola e as áreas do conhecimento que têm trabalhado o tema. Em março de 2011 foi, então, realizada uma busca no site Scielo.org, que disponibiliza mais de 303 mil artigos publicados no Brasil, Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, Cuba, México, Espanha e Portugal. A palavra “família” foi utilizada como índice tanto nos títulos quanto nos resumos e encontramos um total de 6.764 artigos. O número de produções sobre o tema vem aumentando constante e significativamente nos últimos anos.

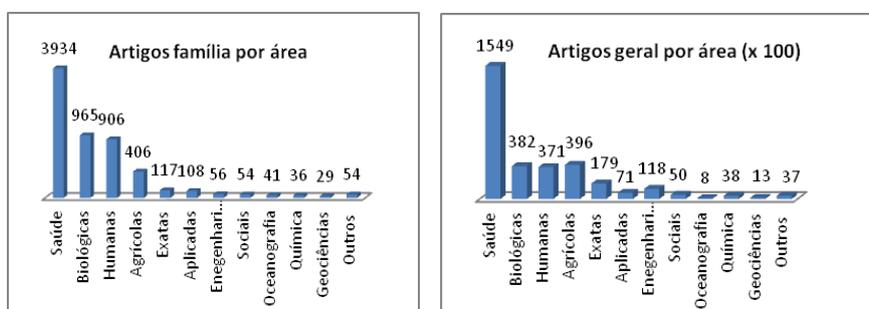
Observa-se que 91,26% desta produção foi publicada entre os anos 2000 e 2011, somando um total de 6137 artigos, enquanto 479 ou 7,08% foram publicados na década de 1990 e apenas 1,66% dos artigos datam de anos anteriores. Poderíamos afirmar, então, que o interesse pelo estudo da família se iniciou na década de 1990 e teve um grande aumento a partir do ano 2000. No entanto, este movimento se faz menos marcante na medida em que observamos que ele acompanha o movimento das publicações em geral no mesmo banco de dados. Observemos isto no gráfico seguinte:



Figuras 4 e 5: Distribuição de artigos total e com índice “família” por ano – de 1945 a 2010
Fonte: SCIELO.

Da produção total de 303996 artigos indexados no Scielo, 78,17% datam de anos posteriores a 2000 e 8,64% datam da década de 1990, enquanto apenas 13,8% correspondem a anos anteriores a esta década. Mesmo considerando que em ambos os casos o número de publicações cresce constantemente, podemos afirmar que existe um grande interesse pelo tema da família, posto o número de artigos com esta temática corresponde a 2,23% do total de publicações na base de dados. E este interesse vem aumentando constantemente no decorrer dos anos. A existência de uma suposta crise familiar contemporânea pode justificar este aumento de interesse científico sobre o tema. Nas últimas décadas observamos a emergência de uma discussão sobre a reestruturação das famílias e o reconhecimento de configurações familiares até então ignoradas.

No que se refere ao nível de interesse em diferentes áreas do conhecimento, observa-se um volume consideravelmente mais expressivo na área da saúde. No entanto, mais uma vez se faz necessário comparar os gráficos relativos às produções em geral com o da família para evitar conclusões precipitadas.



Figuras 6 e 7: Distribuição dos artigos total e com índice família por área de conhecimento
 Fonte: Scielo.org.

A análise dos gráficos torna evidente que o Scielo dispõe significativamente mais de periódicos na área de saúde e as produções sobre a família apenas acompanham esta tendência. Observa-se, no entanto, que as ciências da agricultura tornam-se menos significativas no que se refere ao tema família do que as ciências biológicas e humanas. Assim como as ciências sociais e sociais aplicadas adquirem maior relevância que as engenharias. Conclui-se, assim, que o tema da família é uma questão de grande interesse para as ciências

humanas e sociais. Temos, então, 3.715 artigos na área de saúde, 906 na biológica, seguido de 801 nas ciências humanas, 362 artigos na área agrícola, 144 nas ciências sociais e aplicadas e 174 em outras áreas como exatas, geológica, linguística, artes, entre outros. Destes números, deduzimos que o significante família admite uma vasta série de sentidos na ciência que vão além da família como grupo biologicamente determinado, ou organização social de humanos. Provavelmente os artigos na área de agricultura, além de se referirem à agricultura familiar, tratam de famílias vegetais, assim como muitos dos artigos na área biológica destacam famílias de outras espécies animais ou famílias de elementos químicos.

Devido ao grande número de artigos encontrados e a essa significativa dispersão de sentidos inerentes ao termo família, optamos por realizar uma pesquisa mais detalhada abordando uma base de dados que se restringe à psicologia e áreas afins e que abrange apenas publicações realizadas no território nacional. Este recorte parece restritivo, no entanto ele se fez necessário para viabilizar um estudo mais aprofundado dos assuntos abordados nas produções, considerando tanto aspectos quanti quanto qualitativos. Este método se justifica ainda por ser suficiente para atender o objetivo a que nos propomos com essa revisão, qual seja, conhecer como o tema da família vem sendo abordado nos últimos anos e o que vem sendo estudado e concluído sobre o assunto na psicologia.

2.2. A Família na psicologia

Utilizamos o banco de dados Index-psi, que contém mais de 33.570 artigos de mais de 160 revistas brasileiras em psicologia e áreas afins publicadas desde 1949. Em pesquisa realizada em meados de 2009, utilizamos a palavra “família” como índice tanto em títulos quanto em resumos e obtivemos um total de 1102 artigos. A fim de completarmos o banco de dados referente ao ano de 2009, realizamos nova pesquisa em 2011 e somamos 34 artigos, gerando um total de 1136 artigos.

No que diz respeito ao quantitativo de artigos por ano, observamos que 57,04% ou 649 foram publicados entre 2000 e 2009. Entre 1990 e 1999 foram publicados 365 artigos sobre o tema ou 32,13% da produção. Nas décadas anteriores a estas encontramos 10,82% dos artigos. Este movimento crescente de publicações sobre o tema pode ser observado no gráfico a seguir.

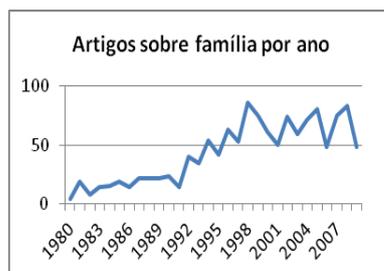


Figura 8: Distribuição de artigos com índice família por ano (*Fonte: Index-psi*)

Para conhecermos os conteúdos abordados optamos por analisar mais detalhadamente os 649 artigos publicados entre 2000 e 2009. Destes, a maioria (308) descreve pesquisas empíricas quanti ou qualitativas. Os artigos teóricos são 230, incluindo os de revisão bibliográfica ou de reflexão teórica ou social sobre a família e o papel do psicólogo neste contexto. Encontramos ainda 89 trabalhos clínicos, que discutem o tema da família a partir da apresentação de um caso clínico ou de um modelo de intervenção. Por fim, 22 artigos não deixam claro em seus resumos o tipo de trabalho apresentado.

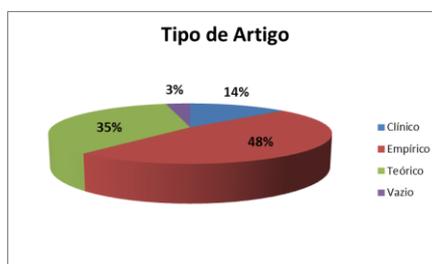


Figura 9. Distribuição de artigos sobre a família por tipo de trabalho (*Fonte: Index-psi*).

Quanto às subáreas da psicologia que se interessam pelo tema da família, observamos um quantitativo maior de publicações na área social com um total 231 artigos e na clínica, com

176 artigos. Estes enfoques juntos somam 62,71% do total das publicações deste período. Estas são seguidas por produções na área de desenvolvimento/educação (103) e na saúde encontramos 91 artigos. As demais áreas da psicologia como jurídica, trabalho, psicometria e método somam um total de 48 artigos, como se pode observar no gráfico abaixo.

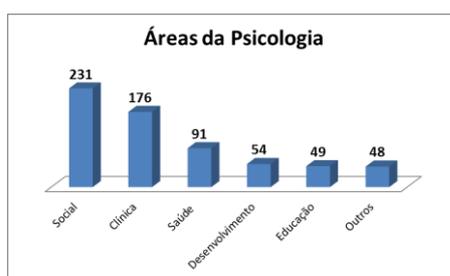


Figura 10. Distribuição de artigos sobre a família por sub-área da psicologia (Fonte: Idex-Psi).

Este grande número de publicações na área social trata da constituição da família e seus sentidos, considerando temas como: o histórico das relações de poder e as questões de gênero, as mudanças em suas funções, os novos arranjos familiares, os sentidos da família e as origens da violência familiar. Isto aponta para uma busca da ciência em se apropriar das transformações geradas na família entendendo suas origens e repercussões sociais. Há também um esforço de compreensão de como as pessoas se posicionam nesta dinâmica, quais suas crenças, atitudes, valores, representações, concepções sobre uma série de personagens que ganharam evidência na contemporaneidade, como o casal homoafetivo adotante, a mulher chefe de família, o adulto que vive com os pais, os filhos de famílias recompostas, entre outros.

A grande quantidade de produções na clínica, além de acompanhar uma tendência em psicologia, evidencia que neste contexto de transformações, a família é vista como uma instituição a ser terapêutica e o indivíduo precisaria ser ouvido, acolhido e confrontado no que se refere a suas relações familiares. Neste ínterim, a clínica se questiona sobre a constituição dos sujeitos e a origem dos sintomas na família contemporânea. Discutem-se as consequências psicológicas e modos de intervenção em casos de separação, adoção, violência

intrafamiliar, entre outras. Discutem-se as terapias de casais e familiares e é quase unânime a conclusão de que intervenções no indivíduo surtem melhor efeito quando também são tratadas, ou ao menos consideradas, as famílias.

Na área de saúde, a dinâmica familiar surge como causadora de uma série de problemas, principalmente a doença mental, o uso de álcool e drogas e os transtornos alimentares. No entanto a família também é pensada como cuidadora que precisa ser cuidada nestes e em tantos outros contextos, como no caso dos pacientes com câncer, com Alzheimer, AIDS, pacientes terminais e no caso das pessoas com deficiência.

Os artigos em educação e desenvolvimento foram coadunados por serem áreas de difícil distinção. Aqueles mais voltados para a educação tratam da relação família - escola ou creche, discutem a importância da participação da família na aprendizagem da criança e evidenciam as consequências dos desvios familiares neste âmbito. Já aqueles mais relacionados ao desenvolvimento discutem estilos parentais e fatores de risco para o desenvolvimento, bem como o desenvolvimento em condições adversas como em abrigo, ou na rua. Também são tratados a relação conflituosa dos adolescentes com a família, os ciclos de vida, o lugar da velhice na família e a influência da mídia nas crianças e adolescentes, entre outros temas.

As demais subáreas supracitadas consistem em trabalhos com temas diversos como metodologia de pesquisa e a psicologia na justiça e no mundo do trabalho. Na psicometria, encontramos a validação de instrumentos de medida psicológica, na área de trabalho, discutem-se as organizações familiares e a relação do trabalho com a família e na justiça, o papel do psicólogo e questões inerentes as varas de família.

2.3. A família como objeto de estudo da psicologia

Com a finalidade de realizarmos uma análise mais precisa dos conteúdos abordados nos periódicos, os trabalhos foram agrupados em oito categorias temáticas: 1- Histórico e significados da família; 2- A família contemporânea e suas configurações; 3- Violência e

vulnerabilidade na família; 4- Saúde, deficiência e dinâmica familiar; 5-Educação formal e família; 6- Desenvolvimento humano e dinâmica familiar; 7- Intervenção psicológica e dinâmica familiar; 8- Temas variados. Os artigos foram distribuídos nestas categorias da seguinte forma:

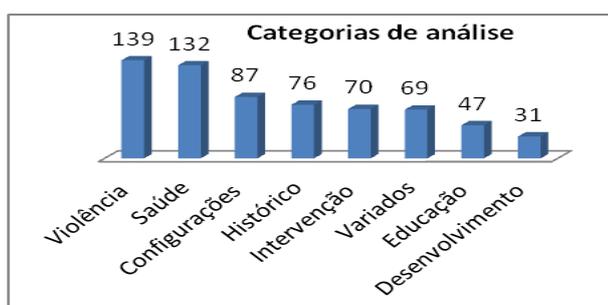


Figura 11. Distribuição de artigos sobre a família por categoria de análise (Fonte: Index-psi).

2.3.1. Violência e vulnerabilidade na família

Um dado relevante é que a categoria mais frequente refere-se à violência e vulnerabilidade na família, com um total de 139 artigos. Este agrupamento inclui trabalhos empíricos, teóricos e clínicos sobre famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e são distribuídos nos seguintes subtemas: Violência contra a criança e o adolescente (56); Violência conjugal de gênero (21); Vulnerabilidade social e violência familiar em geral (50); Outros (12). Os artigos buscam identificar as características da família violenta para ajudar na detecção de condições desencadeadoras de violência e subsidiar intervenções precoces e mais eficientes. No entanto, reflexões éticas evidenciam que as pesquisas que apontam uma associação da pobreza com a violência omitem que a maioria das famílias estudadas são elencadas na justiça ou em abrigos, universo que atinge principalmente as famílias pobres. Observamos, então, que os pesquisadores estão contribuindo para pintar o quadro da “família pobre desestruturada”, no qual as cores do preconceito vão se articulando no discurso científico que coloca na pobreza e nos arranjos diversos da família nuclear todo um potencial de violência. Este

discurso pode justificar a necessidade de intervenção, controle e transformação dessas famílias.

A violência contra crianças e adolescentes é o tema mais frequente nesta categoria e engloba a negligência, a violência física, inclusive sexual e, em menor grau, a psicológica. Os fatores de risco - a desagregação do núcleo familiar, a falta de rede de apoio social, as famílias reconstituídas, problemas com os papéis familiares, o abuso de álcool e drogas, a presença de outras formas de violência na família, o desemprego e a pobreza - são encontrados prioritariamente na dinâmica familiar e na condição econômica (Alves & Emmel, 2008; Antoni & Koller, 2000a; Habigzang e cols, 2005; Pereira, Santos & Williams, 2009; entre outros). Características individuais, patologias e experiências familiares dos pais também são apontados como fatores de risco, assim como a violência na comunidade, o descontrole emocional, falta de responsabilidade e de diálogo, a ausência dos pais e a hierarquia muito rígida (Antoni & Koller, 2000b; Ceconello, De Antoni & Koller, 2003; Pelisoli, Teodoro & Dell'Aglio, 2007). Já os indicadores de proteção elencados são: rede de apoio social e afetiva, valorização das conquistas, desejo de melhoria futura, apoio emocional, práticas disciplinares e a realização de atividades em conjunto (De Antoni, Barone & Koller, 2003; Costa e cols., 2007; Santos & Dell'Aglio, 2009). Alguns concluem que os fatores de risco são numerosos, graves e diversificados, enquanto os indicadores de proteção não estão suficientemente articulados para inibir a violência.

Galiás (2009) inova ao considerar a superproteção como uma forma de violência que causa prejuízos à individuação e é geradora da agressão de filhos contra pais. Ela identifica as origens desse fenômeno numa espécie de culpa cultural devido aos séculos de negligência à criança. Lima e Ribeiro (2004), por sua vez, identificaram que o espancamento é usado com fins educativos e é considerado uma prova de amor, pois existe a crença de que esta é uma boa forma de corrigir os erros da criança. Longo (2004) encontra as raízes históricas dessa

punição corporal nos manuais de educação familiar do século passado, nos quais a violência era legitimada.

Um grupo de autores (Lisboa et al, 2002; Vagostello et al, 2003; Armenta, Sing e Osorio, 2008; Pereira, Santos e Williams, 2009) discute as expressões da violência na escola. Estes concluem que crianças vítimas de violência possuem desempenho escolar inferior às demais, agredem para resolver problemas e possuem maiores problemas de conduta e mais depressão. No entanto, estas crianças também seriam expostas a outros fatores que poderiam precipitar tais comportamentos, como pobreza, baixa escolaridade dos pais e uso de álcool e/ou droga na família. Vagostello et al (2003) concluíram que os profissionais da educação conseguem identificar situações de maus tratos domésticos, mas não são capazes de solucionar o problema, pois procuram orientar os pais em vez de encaminhá-los aos serviços de proteção, colocando em risco a integridade das crianças. Aponta-se, então, a necessidade de se intensificar o trabalho sobre a violência nas escolas.

Os poucos autores (Pinto Junior, 2001; D'Affonseca & Williams, 2003; Albornoz & Nunes, 2004; Tardivo, Pinto & Santos, 2005) que se propõem a discutir as consequências da violência familiar contra a criança e o adolescente afirmam que estas podem ser permanentes: baixa afetividade, tendência ao isolamento, baixa autoestima, atitudes agressivas, sentimentos de culpa, medo e vergonha, dificuldades para investir em si mesmo e nos outros, incidência de choro incontido, depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. Destaca-se a importância do diagnóstico para avaliar o impacto dos traumas e afirma-se a necessidade de atendimento terapêutico para as vítimas visando o rompimento do ciclo da violência, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e uma minimização das consequências psicológicas (Costa & Rossetti-Ferreira, 2009; Lisboa et al, 2002; Foresti 2005; Martini & Hemesath, 2009; Sei, Cabrera & Kodato, 2003; Scarparo ,Cruz & Guareschi, 2005).

Por outro lado, alguns autores (Lemos, 2004; Vecina, 2005; Milani e Loureiro, 2005; Nascimento, 2009) propõem uma avaliação crítica de tais modelos de intervenção, destacando

a relevância de aspectos histórico-culturais. Nesta perspectiva, crenças, tabus, preconceitos e as maneiras de conceber a família, influenciam as intervenções, que muitas vezes são estigmatizantes, psicopatologizantes e vitimizadoras. Considera-se, ainda, que os Conselhos Tutelares podem agir como dispositivos de controle do cotidiano das famílias pobres ao usar estratégias políticas de moralização, normalização, culpabilização, infantilização e higienização da clientela atendida. Desta forma, para fomentar uma nova cultura de acolhimento, são necessárias mudanças nas concepções e nas políticas de assistência às crianças e adolescentes.

Outro tema bastante abordado é a violência conjugal de gênero, presente em 21 artigos. A gravidade e os altos índices de ocorrência fazem com que este fenômeno seja considerado uma questão de saúde pública. No entanto, variáveis de ordem social e institucional ainda dificultariam a visibilidade do problema, reduzindo-o à esfera privada. Dentre as causas deste tipo de violência estariam: a cultura machista e a consequente submissão feminina, a transmissão transgeracional da violência, a naturalização dos papéis estereotipados de gênero, o uso de álcool e drogas, a pobreza, a falta de suporte social e as características pessoais dos agressores. Argumenta-se, ainda, que a coexistência de concepções tradicionais de gênero com a insubordinação e o empoderamento femininos contribuiria para a violência (Couto, 2005; Falcke et al, 2009; Mattar & Carreteiro, 2003; Narvaz & Koller, 2006; Pitanguy, 2002).

Alguns trabalhos (Cerruti & Rosa, 2008; Oliveira & Souza, 2006) identificam que este tipo de violência tem sido tratado tanto numa concepção jurídica e dualista – homem agressor versus mulher vítima - como considerando os múltiplos papéis de homens e mulheres numa relação afetiva violenta, abarcando os custos e as consequências da violência para ambos. Estes autores apresentam a violência como um problema relacional, que não está localizado em um indivíduo.

As consequências da violência conjugal seriam: sofrimento psíquico, baixa autoestima, tristeza e irritação, ansiedade, medo, sentimento de inferioridade, insegurança e depressão.

Afirma-se, então, a necessidade de intervenção com o acompanhamento profissional na forma de psico ou farmacoterapia com o uso de testes, entrevistas, genograma entre outros (Carrasco, 2003; Coelho, 2005; Wilhelm & Tonet, 2007). O foco encontra-se, principalmente, na mulher-vítima, no entanto alguns autores propõem intervenções mais amplas, atentando para o cuidado com os homens considerados agressores e para a importância da participação de toda a família numa abordagem integrada e multidisciplinar (Corsi, 2004; Cortez, Padovani & Williams, 2005; Porto, 2008). Por fim, Rosa e Tassara (2003; 2004) concluem que a compreensão da violência doméstica requer o entendimento da função social da família e da dinâmica de suas relações.

Outro aspecto abordado são as concepções de família para pessoas em situação de rua ou institucionalizadas (Gomes & Parreira, 2003; Tfouni & Moraes, 2003; Martins & Szymanski, 2004; Pereira & Justo, 2005; Yunes et al, 2001). Um dado comum é a ambiguidade com que a família é pensada por essas crianças, que transitam entre a família real, com rearranjos e figuras parentais ausentes e a ideal, imaginada no formato nuclear, unida e feliz. Sentimentos de afeto, aceitação e agregação são colocados lado a lado com indicações de maus tratos, rejeição e desagregação. Outros trabalhos descrevem e analisam as condições de vida das pessoas em vulnerabilidade social, ou pobreza, avaliando as necessidades de saúde, as redes de apoio, as condições de emprego e escolaridade e a relação com a drogadicção (Garcia et al, 2001; Oliveira, 2004; Paludo & Koller, 2008; Poletto & Koller, 2002; Soares, Ávila & Salvetti, 2000). Destaca-se que a situação de rua não implica a inexistência da família ou de vínculos e não se associa a uma configuração familiar específica. Dentre as intervenções voltadas para essas famílias, encontramos programas que possibilitam o resgate e a apropriação da história subjetiva dos adolescentes e crianças, bem como programas voltados para a família, com o objetivo de ampliação dos vínculos familiares e das redes sociais de apoio.

As crianças em situação de rua possuem redes de apoio com estrutura e funcionalidade semelhante às de outras crianças, realizam atividades de trabalho e brincadeira com aspectos saudáveis que devem ser enfatizados, além de possuírem grande capacidade de resiliência. Apesar disso, agentes de saúde possuem crenças pessimistas sobre o funcionamento destas famílias que inviabilizam intervenções mais eficazes (Alves et al, 2002; Poletto & Koller, 2002; Yunes, Garcia & Albuquerque, 2007).

Por fim, temos 12 artigos que discutem temas diversos no contexto da violência familiar. Três deles tratam da violência contra o idoso e propõem suas causas: a conveniência dos parentes, a fragilidade dos vínculos familiares e o descaso do poder público (Fonseca & Gonsalves, 2003; Chaves & Costa, 2004; Silva d'Alencar, 2005). Padovani e Williams (2008) e Day (2002) tratam da violência relacionada à doença mental. O primeiro aponta uma possível etiologia familiar do transtorno psiquiátrico e o segundo discute a relação entre avaliação do potencial de risco do paciente psiquiátrico e a ocorrência de crime na família. Outros autores (Lordelo, Bastos & Alcântara, 2002; Castro & Guareschi, 2008; Branco & Demarchi, 2008) estudaram a dinâmica familiar de adolescentes em conflito com lei e apontaram para o mau funcionamento destas famílias. Estes estudos evidenciam o processo de associação da violência urbana com a suposta “desestruturação familiar” e com a pobreza. Por fim, discutem-se as dificuldades metodológicas e as implicações éticas na pesquisa deste tema (Lisboa & Koller, 2000; Costa, Penso & Almeida, 2006).

2.3.2. Saúde, deficiências e dinâmica familiar

O segundo tema mais abordado nos artigos a respeito da família trata da relação desta com a saúde (132 artigos), incluindo: a saúde mental (40), doenças físicas (33), deficiências (23), o uso de álcool e droga (14) e artigos sobre o Programa de Saúde da Família (PSF) (22). Nestes, observamos o padrão de identificar na dinâmica familiar as causas e consequências dos problemas de saúde e responsabilizá-la pela recuperação ou não de seus membros. A qualidade da família surge, então, como definidora do estado de saúde da população,

enquanto os profissionais de saúde são apresentados como os responsáveis pela melhoria da qualidade das famílias. Observa-se a construção de um discurso científico que se destina a legitimar sua importância por meio da afirmação da incompetência da família para se autogerir e cuidar dos seus membros. Assim, os profissionais de saúde se propõem a intervir na dinâmica das famílias de modo a ajustá-las aos padrões de comportamento. Assim, atendem uma demanda expressa pelas próprias famílias, que clamam por um ouvido atento que possa acolher suas mazelas e devolver soluções, apoio e compreensão. Seus efeitos positivos são demonstrados numa série de pesquisas, mas suas repercussões sociais e implicações éticas raramente são discutidas.

Alguns autores se propõem a discutir a influência da dinâmica familiar nos quadros de transtornos mentais, partindo do princípio que há grupos familiares que predispõem social ou geneticamente à enfermidade (Rodriguez, 2001; Santos et al, 2004; Nunes & Aiello, 2008). Por outro lado, quando as funções familiares são cumpridas adequadamente, emergiria um potencial de saúde e a família atuaria como amortecedor dos eventos estressantes, reduzindo o risco de doenças mentais. A depressão, por exemplo, é associada ao baixo grau de apoio familiar, entendido como manifestação de atenção, carinho, diálogo, liberdade, proximidade afetiva, autonomia e independência entre os integrantes da família (Baptista, Souza & Alves, 2008). Considera-se que um contexto familiar com alcoolismo, baixa escolaridade, muita crítica, hostilidade e culpabilização pode desencadear o suicídio, a anorexia, ou a esquizofrenia (Blumm, 2009; Costa; 2001; Duarte & cols., 2008; Rodriguez, 2001). No entanto, Houzel (2005) destaca a necessidade de prudência quando se trata de reflexão etiopatogênica, pois as causas dos transtornos mentais devem ser consideradas essencialmente polifatoriais e multidimensionais.

A família também é discutida numa perspectiva de cuidadora e sofredora das consequências dos transtornos mentais de seus membros. Propõe-se que as características próprias do comportamento do paciente constituem estressores para a família, a qual pode ter

toda a sua vida alterada, gerando o estresse parental. Pesquisas indicam que os familiares possuem pouca informação e muita sobrecarga de trabalho e financeira, principalmente os cuidadores que geralmente são as mães ou pessoas de sexo feminino e idade elevada. Esta seria uma consequência da reforma psiquiátrica, com o deslocamento do cuidado para as famílias. Destaca-se, então, a importância do trabalho psicológico e educativo com a família para a melhoria do relacionamento com o paciente e para o bem-estar do próprio familiar. São evidenciados bons resultados, como melhora no perfil cognitivo do paciente, alterações na percepção dos cuidadores quanto às características do paciente e a melhoria nas condições de vida e relacionamento familiar (Afonso, 2001; Babls & Zacar, 2004; Baptista & Baptista, 2000; Santos et al, 2002; Fávero & Santos, 2005; Furegato, 2002; Minerbo & Chu, 2004; Rosa, 2005; Scazufca, 2000; Scherer & Scherer, 2002; Schmidt & Bosa, 2003)

Assim como os transtornos mentais, são discutidos os impactos de outros tipos de enfermidades na família como o câncer, a obesidade, a AIDS, o Alzheimer, asma, alopecia, traumatismo craniano (Bosi & Reis, 2000; Lima & Marques, 2007; Maluschke, 2001; Peres & Romano, 2002; Wanderbroocke, 2002; Reppold et al, 2004, Wanderbroocke, 2005; entre outros). Também são discutidos o impacto de doenças crônicas ou da hospitalização, a doação de órgãos e a morte do paciente (Crepaldi & Varella, 2000; Santos, 2002; Lisbôa & Crepaldi, 2003; Fonseca & Carvalho, 2005; Bolze et al 2007).

Assim como na saúde mental, enfatiza-se o impacto da doença na família e as demandas práticas e emocionais do cuidar e suas implicações para a saúde e bem estar do cuidador. Gastos e sobrecarga de funções somam a aspectos psicológicos como: culpa, negação da doença, superproteção, medo e sentimentos ambivalentes entre a impotência e esperança (Andreoli et al, 2000; Wanderbroocke, 2002; Reppold et al, 2004; Castro & Piccinini, 2004; Carvalho, Kaihami e Alves, 2005; Souza et al, 2005; Menezes et al, 2007; Costa, Mombelli & Marcon, 2009). Os autores atentam para a importância do apoio familiar para a recuperação

ou tranquilização dos pacientes e como fator de motivação na adesão dos pacientes a tratamentos (Peres e Romano, 2002; Wanderbroocke, 2005; Souza et al, 2005).

O destaque dado à intervenção profissional nas famílias e às redes de apoio no caso de pacientes doentes é unânime. Estas teriam como objetivos amenizar a angústia e minimizar as consequências da doença crônica para o paciente e a família. Destacam-se os benefícios do trabalho com grupos e a importância da equipe multidisciplinar, o papel do psicólogo hospitalar e a necessidade de humanização das equipes de saúde (Fonseca e Carvalho, 2005; Nieweglowski & Moré, 2008; Prado & Neme, 2008).

A família da pessoa com deficiência é discutida em 23 artigos. A dinâmica familiar mais uma vez é tratada por alguns autores como responsável pela deficiência. Os distúrbios de aquisição de linguagem são atribuídos à mãe permissiva e ao pai, que realiza inadequadamente a função de interditor e a deficiência mental também é atribuída a dificuldades no relacionamento parental com conflitos familiares (Tavares, Madalozzo & Ferraz, 2000; Silva & Dessen, 2001; Bonato, 2002).

A deficiência causaria um grande impacto na dinâmica familiar, requerendo a adaptação de todos. São referidas vivências de choque, ansiedade, angústia e o uso de mecanismos de defesa frente à notícia do diagnóstico, assim como a sobrecarga e o estresse do cuidador. Isto justifica a necessidade de intervenção profissional a fim otimizar o relacionamento familiar, estimular o desenvolvimento do paciente e amenizar o sofrimento da família (Bazon, Campanelli & Blascovi-Assis, 2004; Canho, Neme & Yamada, 2006; Silva & Dessen, 2002). A comunicação e a relação entre os profissionais de saúde e a família são consideradas fundamentais e implicam a necessidade de uma formação profissional humanizada e atualizada, pois a família precisa ser cuidada e ensinada a cuidar. As intervenções são focadas principalmente na mãe, mas alguns autores destacam a importância de considerar o pai e os irmãos. Intervenções em grupo são referidas como forma de viabilizar a reflexão e compreensão das dificuldades e experiências vividas. Por fim, a escola também

deve atuar neste contexto, contribuindo para informar a família, escutar e compreender suas angustias e aspirações (Lichtig et al, 2001; Matsukura et al, 2000; Nunes, Silva & Aiello, 2008; Pasqualin, 2001; Torres & Magalhães, 2003; Voivodic & Storer, 2002).

No que se refere ao abuso de álcool e drogas, as famílias são tratadas como “coautoras”, tanto no uso, quanto no tratamento. A motivação para o uso de álcool e drogas é atribuída a fatores sociais, familiares e individuais, como tendências de personalidade. Autores destacam padrões familiares, constatando a dependência química nos pais ou avós, a instabilidade familiar, a falta de apoio e vínculos e a ocorrência de conflitos conjugais ou morte de parentes, além da minimização e justificação social do alcoolismo (Garcia & Menandro, 2000; Rezende, 2001; Martins, Santo & Percílio, 2002; Carreiro & Cardoso, 2003; Gaspard, 2007; Campos & Ferreira, 2007; Pratta & Santos, 2009). A indução mesmo que involuntária ao comportamento aditivo é um sinal da co-dependência. Esta é caracterizada por um comportamento patológico das famílias que se organizam em torno da drogadição (Brasil, 2004; Zanelatto & Rezende, 2005; Orth & Moré, 2008; Seadi & Oliveira, 2009). Destaca-se, então, a importância da inclusão da família no tratamento e na prevenção dos transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. Afirma-se que as famílias que se submetem a tratamento conseguem superar suas dificuldades e passam a colaborar com a recuperação do dependente, além melhorar sua dinâmica. Quanto maior o número de familiares envolvidos no tratamento, maior seria a adesão e a recuperação do usuário (Mazuca & Sardinha, 2000; Rezende, 2001; Moreira, 2004; Nascimento & Justo, 2000).

Ainda na categoria referente à saúde, encontramos 22 artigos sobre o Programa de Saúde da Família (Souza & Carvalho, 2003; Soares, 2005; Vieira & Cordeiro, 2005; Bittencourt & Mateus, 2006; França & Viana, 2006; Bernardes, Pereira & Souza, 2007; Pupin & Cardoso, 2008, entre outros). Alguns destes tratam na inserção do psicólogo neste contexto, outros destacam os sentidos sobre o ser agente, o usuário, a intergralidade e outros são voltados a

avaliações de diferentes ações no PSF, desde as repercussões de um treinamento de equipe até os impactos do PSF na qualidade de vida dos usuários.

2.3.3. A família contemporânea e suas configurações

Outra categoria com uma frequência significativa de artigos refere-se à diversidade de configurações da família atual, somando um total de 84 artigos. Nesta categoria são agrupados temas como: os arranjos familiares atuais e seus reflexos (24), as famílias homoparentais (7), o divórcio e as famílias reconstituídas (9), as famílias monoparentais femininas e outros aspectos como a opção por não ter filhos e as mulheres chefes de família (14), as famílias adotantes (9), os pais adolescentes e os adultos na casa dos pais (7) e as famílias migrantes (17).

Alguns autores se preocupam em desmistificar a ideia de hegemonia da família nuclear conjugal e criticam a tendência de se analisar como problemáticos quaisquer desvios desse padrão, bem como a política de países que prezam por este padrão mesmo em detrimento da saúde mental dos indivíduos. Concluem que este não é o padrão hegemônico em todas as camadas sociais brasileiras, destacam a diversidade de arranjos e apontam o predomínio da mulher como figura central, organizadora e responsável pelo bem estar da família (Fonseca, 2002; Amazonas et al, 2003; Souza et al, 2007; Villasanti, 2004). Nesta perspectiva, a construção de novos espaços individuais e conjugais, gerando o que se chama de novas formas de conjugalidade é um dos temas discutidos (Goldenberg, 2001; Frizzo, 2005; Fuks, 2007; Wendling, 2007). Vários teóricos refletem sobre os impactos das diversas constituições familiares, pensando as repercussões dos deslocamentos de lugares e posições dos membros no processo de subjetivação dos sujeitos (Passos, 2002; 2003; Amazonas e Braga, 2006; Rios e Gomes, 2009; Raduan e Araújo, 2009). Afirma-se que separações conjugais não são necessariamente prejudiciais aos filhos e discutem-se os preconceitos em torno da opção por não ter filhos. Nesta perspectiva, as transformações na família são um indicativo de que o grupo familiar continua indispensável ao desenvolvimento humano.

Pesquisadores de fundamentação psicanalítica também discutem o conceito de família na contemporaneidade (Adena e Speller, 2001; Amazonas e Braga, 2004; Passos, 2004; Kamers, 2006). Destacam que as transformações permanentes na família implicam novos padrões de funcionamento e a criação de novos núcleos relacionais, não mais marcados pela hegemonia patriarcal, gerando o fenômeno da “fragilização dos papéis parentais”. Com o suposto declínio do pai na sociedade contemporânea, a Função Paterna estaria dando lugar a Função Fraterna, que pressupõe uma família implicada na ética da solidariedade. Para Cottet (2007), independente de sua configuração, a família permanece pela manutenção dos vínculos, o cuidado e o sentimento de afiliação a uma ordem simbólica.

No que se refere ao tema da família homoparental, Futino e Martins (2006) destacam que a ciência ajudou a perpetuar estimas e a patologizar os comportamentos homoafetivos. No entanto, o reconhecimento legal das novas identidades sexuadas e de laços conjugais conquistado nas últimas décadas tem criado grandes impasses na medida em que a divisão em masculino e feminino consistiria a base para os eixos teóricos da psicanálise e seria o paradigma original da instituição familiar. O reconhecimento da família homoparental, então, implicaria a necessidade de uma revisão teórica da psicanálise e imprimiria uma mudança radical na ideia família. (Passos, 2005; Barbero, 2003). França (2009) aborda os impactos da formação das famílias homoafetivas numa sociedade heterocêntrica focando na homofobia.

Este impacto se intensifica ao pensarmos na parentalidade homossexual, posto que apesar da persistência dos impedimentos morais, a lei brasileira, apoiada na noção de paternidade sócio afetiva, possibilita que um homossexual adote uma criança (Futino & Martins, 2006; Mariotto, 2002). Uma pesquisa baseada na Teoria das Representações Sociais evidenciou como as mudanças legais tem impactado pouco o pensamento do senso-comum. Estudantes de psicologia e direito se mostram contrários à adoção de crianças por casais homossexuais alegando a possibilidade de influência na orientação sexual e de distúrbios psicológicos causados pela ausência de referencial materno/paterno (Araújo et al, 2007) .

Quanto aos divórcios e às famílias reconstituídas, uma revisão de literatura aponta para a existência de muitas lacunas sobre o tema e sugere a realização de pesquisas sobre os impactos dos recasamentos nos membros das famílias (Cano et al, 2009). De fato, foram encontrados apenas 9 artigos sobre este tema. Alguns deles focam apenas nas repercussões da separação do casal, principalmente para os filhos (Souza, 2000; Nascimento e Coelho, 2006; Brito, 2007). Afirma-se a variedade do impacto, mas todos apontam consequências negativas tomando este fato como fonte de sofrimento, solidão e isolamento, dificuldade para aceitar novos relacionamentos dos pais e distúrbios de personalidade como depressão, desapego emocional e ansiedade. O divórcio também é compreendido como uma forma de perda ambígua, pois o luto recai sobre toda a família.

Outros autores pensam o divórcio como uma solução saudável e focam nas famílias reconstruídas e nos novos vínculos estabelecidos (Tomé & Schermann, 2004; Citrón et al 2008). Destaca-se a construção anterior de um vínculo de amor entre cônjuges para, depois, ligarem-se afetivamente aos enteados e propõe-se que as transformações na vida dos adolescentes com o recasamento dos pais podem ser consideradas tanto positivas quanto negativas. Na perspectiva do novo cônjuge, Martins et al (2000) discutem questões referentes a lealdade e a ideia do outro permanecer “casado” com sua família de origem como queixa que dificulta o desenvolvimento do novo casal.

Outro tema abordado é o lugar da mulher como chefe de família. Alguns autores propõem que, apesar das rupturas e das novas expectativas, algumas concepções e valores tradicionais permanecem (Fleck & Wagner, 2003; Testoni & Tonelli, 2006; Perucchi & Beirão, 2007). As mulheres ainda representam a família a partir de um modelo clássico, com forte presença da moral sexual e grande valorização da maternidade, mas valorizam o pai participativo e presente, não apenas como provedor, mas como educador. Oliveira e Mariotto (2008) argumentam que neste contexto em que pai e mãe estão inseridos no mercado de trabalho, o cuidador assume um lugar importante na subjetivação da criança introduzindo uma

dinâmica que deve ser considerada pela psicanálise. Já Leitão e Ribeiro (2007) discutem os fatores que influenciam a decisão de ter, ou não, filhos. Querer constituir família, fortalecer a relação amorosa, perpetuar a espécie, receber apoio na velhice e buscar a completude influenciam a decisão de ter filhos, enquanto as dificuldades na criação, o dispêndio financeiro, o receio quanto à responsabilidade e a falta de preparo psicológico marcariam a decisão por não ter filhos.

A adoção, que também é muito discutida por teóricos da família. No caso das adoções 'prontas', nas quais os adotantes requerem na Justiça a adoção de uma criança, os adotantes pertencem às camadas médias e populares e são motivados pela infertilidade e o vínculo com a criança (Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008). Outro tipo de adoção estudada é o caso das mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas que adotam uma criança pelo desejo de ser mãe, o medo da solidão e para dar sentido a uma vida vazia de estímulos e pobre em relações afetivas (Levy & Féres-Carneiro, 2002). A maioria das pessoas com intenção de adotar busca uma criança com menos de dois anos de vida, branca e de sexo feminino. Coimbra (2005) discute, então, a hipótese de que restrições impostas ao grau de liberdade na escolha do adotando poderiam criar novas demandas para adoção. Neste aspecto, observamos a emergência de uma nova cultura de adoção que busca famílias para crianças e não crianças para famílias. A adoção tardia e de crianças com necessidades especiais possuem suas especificidades: a difícil e frágil construção de vínculos com crianças mais velhas, a dedicação dos pais para com seus filhos, a força negativa dos preconceitos e a necessidade de apoio social aos pais e acompanhamentos pós-adotivos (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Fonsêca, Santos & Dias, 2009). Discute-se, ainda, as adoções mal sucedidas que se concluem com a devolução das crianças. Nestes casos, as crianças são culpabilizadas, mas se destacam as dificuldades dos adultos ao confrontarem a criança por eles idealizada com a criança real, (Levy, Pinho & Faria, 2009).

Além das famílias sem filhos e das adotantes, as famílias compostas por pais adolescentes também constituem um tema bastante abordado. No que se refere à gravidez, Dias e Gomes (2000) concluem que as jovens percebem a informação recebida sobre sexualidade como parcial e não possuem confiança nos interlocutores, principalmente as mães, que não são bem informados e não aceitam a sexualidade adolescente. Esta hipótese é reforçada por pesquisas que indicam que diante da notícia da gravidez de uma filha adolescente, os pais reagem pior à 'descoberta' da sexualidade da filha do que à gestação propriamente dita. Neste contexto, os cuidados comumente ficam sob a responsabilidade da mãe, mas a família de origem, principalmente a avó materna, interfere significativamente. O casal parental geralmente se casa, porém essas uniões têm curta duração, implicando a pouca convivência do pai com a criança (Dias, 2001; Amazonas, Santana & Vaz, 2001; Falcão & Salomão, 2006). Quando permanecem juntos, a imaturidade dos pais na constituição da conjugalidade e no estabelecimento dos papéis no processo de criação dos filhos, bem como a interferência das famílias de origem poderiam contribuir para a formação dos sintomas nas crianças (Cicco, Paiva & Gomes, 2005).

Ao passo que se discute a paternidade e maternidade adolescentes, também é tema de pesquisa o prolongamento da coabitação de pais e filhos na classe média, gerando o que se tem chamado de adolescência tardia. Este fenômeno seria causado pela dificuldade de entrada no mercado de trabalho e pela expectativa de melhores salários e estabilidade, além da vontade de seguir desfrutando do conforto e da segurança da casa dos pais (Henriques et al, 2006; Silveira & Wagner, 2006). Com isso, os parâmetros de entrada na vida adulta - dependência e autonomia - são problematizados, assim como a conciliação de práticas individualizantes e hierarquizantes na família (Borges & Magalhães, 2009).

Outro tema bastante abordado nos estudos sobre família é a questão da migração. Estatísticas e mudanças no processo de imigração em determinados países são abordados no bojo dos processos de adaptação sócio cultural, de integração e de desenraizamento do

imigrante e seus descendentes, na formação da sua identidade e na forma de ser família (Tatsch, Teixeira & Gomes, 2003; Marra & Feijó, 2004; Bagno & Silvana, 2007; Pedone & Araujo, 2008, Pittau, 2008, entre outros). Reflete-se, também, sobre o conceito de cidadania e as formas de se pensar e intervir na família imigrante.

Outros temas sobre a família na atualidade são abordados de forma menos incisiva. Piccinini et al (2007) concluem que a maternidade sem marido pode ter implicações negativas para a relação da díade mãe-bebê, pois mães solteiras teriam mostrado menos responsivas a seus bebês do que mães casadas. Já Paiva et al (2002) discute a necessidade de desafiar o estigma anti-família associado às pessoas com HIV ao demonstrar o desejo e a viabilidade dessas pessoas de deterem filhos sem infecção. Por fim, Baumgart e Santos (2009) argumentam que os sintomas biopsicossociais apresentados por casais na ausência temporária de seus filhos que viajaram ao exterior configuram a Síndrome do Ninho Vazio.

2.3.4. Histórico e significados da família

Esta categoria engloba um total de 83 artigos e se refere às transformações históricas da família e seus sentidos atuais. Considerando o enfoque adotado dentro do tema, estes artigos foram distribuídos nas seguintes subcategorias: Influências do contexto na ideia genérica da família hoje (27); As transformações da família como agente educador (13); os papéis familiares de gênero (37) e outros artigos que de alguma forma discutem a concepção de família (7).

Vários autores se propõem a refletir como as mudanças sócio culturais das últimas décadas repercutem na estrutura, funcionamento e significação da família. As transformações nos modelos de família são abordadas a partir de novas formas de subjetivação e de interação entre os membros e com o meio (Arriagada, 2000; Silva, 2001; Ramos & Nascimento, 2008). Alguns autores propõem que os problemas familiares atuais encontram sua origem na instituição de um modelo oficial normativo de família nuclear, monogâmica, patriarcal,

burguesa, pois esta implicaria a instituição da perversão e propiciaria a invisibilidade e desqualificação de outros modelos de família (Berenstein, 2002; Narvaz & Koller, 2005; Birman, 2009).

Szapiro (2003) considera que a suposta crise na família se colocaria devido a atual demanda por relações igualitárias e seria influenciada pelo liberalismo econômico que contribui para a constituição de um sujeito afastado da cidade e recolhido à sociabilidade familiar. Considerando o valor atual da igualdade e as transformações das relações de poder e de autoridade na família, argumenta-se que o ideal do sacrifício pelo bem da família tem sido substituído pela exigência de satisfação no presente e que houve uma ruptura entre amor, sexualidade e procriação (Petrini, 2005; Corsini, 2008). Amenizando o impacto das mudanças, Machado (2008) discute como o estrutural se mantém diante das profundas transformações e Klarmann (2004) considera que os afetos primitivos permanecem os mesmos, assim como os tabus da humanidade, como o incesto e o parricídio.

Alguns autores se debruçam sobre a história da família para entender sua evolução acessando fontes como: o Comitê do Casal, os registros paroquiais, os recenseamentos, ou os processos criminais (Spier e cols., 2001; Samara, 2002; Scott, 2002; De Tilio & Caldana, 2005, Filipini, 2009). Outros focam na história da infância e da família enquanto instituição educadora e abordam as mudanças sócio históricas na infância (Tomás, 2001; Brito, 2005).

Diante das discussões sobre as inter-relações entre sociedade, educação e família, as posições e as funções educativas ocupadas pelos membros da família são questionados, assim como a escolha das estratégias educativas hoje, incluindo a influencia da televisão e os estilos parentais (Araújo, 2002; Gomide et al, 2003; Bem & Wagner, 2006; Silveira, 2006). Dentre os problemas apontados na educação contemporânea, encontramos pluralidade de centros de poder e a confusão de papéis e identidades, o que acarretaria a dificuldade da família exercer seu papel de transmissora de cultura (Pitombo, 2007; Bernardino & Kupfer, 2008)

Alguns artigos se propõem a analisar as transformações no lugar social da mulher e suas repercussões na família, destacando a influência dos avanços tecnológicos, da decadência do modelo patriarcal, das concepções históricas de corpo, bem como do discurso médico e da psicologia na promoção de novas formas de relação familiar (De Souza, Baldwin & Rosa, 2000; Moura & Araújo, 2004; Braga & Amazonas, 2005; Boris & Cesídio, 2007). Autores que analisam a construção da subjetividade feminina considerando os entrelaçamentos entre os conceitos de família, trabalho, maternidade e a identidade feminina, revelam relações de gênero mais flexíveis, mas ainda assimétricas, com o espaço doméstico ainda obedecendo aos padrões patriarcais (Stasevskas & Schor, 2000; Kublikowski & Macedo, 2001; Pacheco, 2001). Desta forma, representações e valores tradicionais acerca da maternidade ainda desempenham um papel crucial na concepção de feminilidade preponderante: ser frágil, sensível, voltado ao lar e aos cuidados com os filhos. Mas esta visão está sendo modificada, passando a abarcar o ser em busca da realização de potencialidades pessoais e profissionais (Biasoli-Alves, 2000; Dias & Lopes, 2003; Souza & Ferreira, 2005).

Apesar da menor ênfase, o lugar do homem na sociedade também é objeto dos estudos sobre a família. A mídia reflete uma mudança nos papéis masculinos, saindo de uma postura tradicional para a valorização da igualdade entre os sexos e a participação do pai e marido na família a partir da década de 70 (Santos, Caldana & Alves, 2001; Gomes & Resende, 2004; Hennigen, 2008). As pesquisas demonstram que o homem atual transita entre valores novos e arcaicos. Santos (2007) identifica nos jovens de baixa renda o modelo patriarcal de masculinidade, já Romanelli (2003) aponta para as mudanças na paternidade, como uma maior proximidade entre o pai e os filhos.

Com as transformações do masculino e do feminino na contemporaneidade, o modelo antigo de família passa a coexistir com um novo sem ser substituído. Ainda se observa uma diferenciação conservadora nos papéis de gênero, além de um descompasso entre atitudes liberais e comportamentos tradicionais. As tarefas domésticas continuam sendo

responsabilidade feminina e o provimento financeiro, masculina. A participação masculina na casa aumentou, mas é percebida como uma ajuda à companheira (Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002; Rocha-Coutinho, 2003; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004). Apontando uma abertura à mudança, Narvaz e Koller (2006) consideram que as discriminações ditadas pelo patriarcado ainda constituem uma forma de violência de gênero, mas as famílias já inventam outros papéis familiares numa subversiva capacidade de resistência a prescrições.

2.3.5. Intervenção psicológica e dinâmica familiar

Há um total de 70 artigos que focam as diferentes modalidades de intervenção da psicologia e psicanálise. Destes, 12 discutem esta problemática do ponto de vista histórico, ou ao menos, contextualizando as demandas atuais; 34 descrevem e criticam programas ou formas de intervenção específicas; e 24 abordam conteúdos teóricos ou técnicos trabalhados no contexto da clínica. De forma geral, estes artigos demonstram que a família é pensada como a principal responsável pela saúde psíquica dos sujeitos, por isso é uma instituição a ser terapeutizada, ouvida e corrigida. A psicologia se mobiliza para se constituir não só como ciência do sujeito, mas também como ciência da própria família.

A história das intervenções psicológicas sobre a família e sua situação diante do contexto atual é um tema discutido por doze autores. Alguns deles focam como as transformações na família afetam a clínica e implicam novas significações e técnicas (Soares, 2002; Soares et al 2002; Gomes & Paiva, 2003). Estes consideram que as transformações econômicas, sociais e psicológicas que vem ocorrendo na sociedade colocam em questão o lugar do terapeuta e a eficácia de suas técnicas tradicionais, instaurando um impasse entre a preservação do método e a necessidade de inovação técnica. Bernardino (2003) discute historicamente o lugar dos pais na análise do filho e esclarece as diferenças entre terapias que tomam a família como paciente e a psicanálise, que foca o sujeito singular considerando os efeitos do discurso familiar na sua fantasmática. Por outro lado, Cypel (2002) e Gomes e Levy

(2009) refletem sobre as novas demandas da psicanálise e a possibilidade de articulação com a psicanálise de grupo de Bion e de Winnicott para compor um corpo teórico próprio da psicanálise de família e casal. Jorge Forbes (2009), por sua vez, considera que as contribuições da psicanálise ao estudo da família envelheceram e são fracas para as demandas da família atual, cujo laço social é horizontal. Seria, portanto, necessário atualizar as perspectivas psis sobre a estrutura da família para uma interpretação mais legítima dos novos sintomas sociais.

Numa linha sistêmica, outros autores abordam a história e suas influências na terapia familiar (Ponciano, 2002; Ponciano & Féres-Carneiro, 2001; 2003; Seixas, 2005; Narvaz & Koller, 2007). Estes situam na história da família moderna o surgimento da terapia familiar baseada no padrão nuclear e apresentam a crítica feminista a este padrão e sua influência na inovação desta terapia. Nesta concepção, o terapeuta seria pensado como um crítico da ideologia familiar por promover mudanças e construir novas alternativas junto com às famílias.

Outro foco, no que se refere ao estudo das intervenções psi, é a apresentação ou avaliação de programas ou experiências de atuação, sejam elas focadas diretamente na família ou no sujeito, mas considerando as repercussões na, ou da família. Os artigos que focam o sujeito discutem principalmente a clínica infantil e adolescente abordando seus efeitos na reconfiguração da organização familiar; o brincar como oportunizador da criação de significados; o manejo clínico do ato antissocial; e a avaliação de um programa de habilidades sociais para adolescentes (Cimenti & Castro, 2000; Teixeira, 2006; Maia et al, 2007).

São apresentadas, ainda, intervenções voltadas especificamente para as famílias: um programa de suporte psicossocial para familiares dos militares da Força de Paz no Timor Leste (Schincariol & Vasconcellos, 2001); visita domiciliar para elaboração da experiência de perda/luto com familiares de pacientes recém-falecidos (Labate & Barros, 2006); Programa “Promoção da Qualidade de Interação Familiar”, que orienta e capacita pais para manejar as contingências de práticas educativas (Weber et al 2006); atendimento comunitário familiar, que adapta a Psicanálise Vincular ao atendimento em domicílio (Nunes,2003); e grupo

terapêutico para pais e bebês com má formação congênita (Jardim et al, 2008). A maioria destes artigos avalia tais intervenções como necessárias e com resultados positivos e preventivos. Considera-se que estas ações possibilitariam o autoconhecimento e a abertura de um canal de comunicação entre o grupo, melhoram a interação e reduzem os sentimentos de ansiedade e incapacidade, facilitam a construção de uma nova configuração entre os membros da família e impulsionam um maior envolvimento na vida dos filhos, o estabelecimento de regras e a diminuição das palmadas.

Outros autores abordam questões de ordem mais técnica, como o resgate do sociodrama como método de tratamento de famílias e casais (Barbosa, 2003), as técnicas utilizadas na terapia vincular (Zarankin, 2004) e os treinos de resolução de problemas e de comunicação na terapia comportamental de casal (Silva e Vandenberghe, 2008). Os fenômenos da transferência e contratransferência são discutidos numa intervenção psicoterápica de grupos com adolescentes e seus pais (Melgoza & Magana, 2008) e questiona-se a aplicabilidade do conceito de diferenciação do self na terapia de família (Martins, Rabinovich & Silva, 2008).

Encontramos, ainda, 22 artigos que se referem a conteúdos teóricos e demandas trabalhadas pelos psicólogos e psicanalistas. Estas demandas são bastante variadas como: o estresse infantil, a resiliência familiar, o luto em crianças e adolescentes e a perda ambígua, que acontece quando entes queridos desaparecem e os limites dos papéis familiares ficam confusos (Boss, 2005). Um conceito referente à família bastante trabalhado na clínica é da transmissão psíquico-geracional ou transmissibilidade psíquica entre gerações (Prado, 2000; Peron, 2001; Bertin & Passos, 2003; Magalhães & Féres-Carneiro, 2004; Henriques & Gomes, 2005; Raupp & Menezes, 2007). Este conceito é considerado importante para a compreensão dos processos de subjetivação, posto que a família seria uma matriz intersubjetiva permeada pela construção dos mitos familiares que devem ser tornados conscientes na clínica, diminuindo, assim, seus impactos negativos. Outra noção discutida é a de ciclos de vida no

contexto familiar (Béjar et al, 2002; Pontes et al, 2007; Magagnin et al, 2000). As turbulências emocionais decorrentes das transformações na organização da família são estudadas com foco na associação entre o conhecimento deste processo emocional de transição e as mudanças mobilizadoras de desenvolvimento. Considerando o enfoque psicanalítico, a família é pensada como uma realidade psíquica com formação fantasmática que tece o destino dos sujeitos. O sintoma da família é, então, entendido como excesso que transborda no psiquismo e assume um uso defensivo. São discutidas, também, as versões do Nome-do-Pai e as carências na transmissão da função paterna como base da patologia do laço familiar (Romagnoli, 2004; Said, 2005; Nominé, 2007; Gellano, 2007; Tendlarz, 2007).

Outro foco de interesse diz respeito ao papel e a identidade do psicoterapeuta de família ou individual. Quem são e o que fazem os terapeutas de família são questões respondidas a partir de uma pesquisa em periódicos e publicações dos Congressos Brasileiros de Terapia Familiar (Ponciano & Féres-Carneiro, 2006). Já Oliveira e Caldana (2004) estudaram o papel dos saberes psi nas vivências de mães psicólogas e Bolognini e Scappaticci (2008) investigaram como a intensa interação entre as duas famílias do analista, a da infância e a institucional, intervém no seu trabalho no plano da fantasia interior.

2.3.6. Educação formal e família

Teóricos da educação também se propõem a discutir a família (26), doze deles focam a relação família-escola e dezesseis destacam a influência da família no bom ou mau comportamento e rendimento dos filhos, enquanto outros 19 tratam de temas diversos no âmbito da educação. Esta série de artigos evidencia a grande preocupação da atualidade com a proteção e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. No entanto, as famílias têm sido consideradas insuficientes e esta função tem sido executada cada vez mais pelo Estado por meio das instituições de educação formal. O discurso científico defende a educação realizada num sistema de parceira família-escola. No entanto, a falta de comunicação entre os agentes

educadores e as representações conflitantes de ambos acabam fomentando um jogo de (des) responsabilização e culpabilização no qual os profissionais são chamados a observarem a família e intervirem nela, educando não só os filhos, como também os pais. A escola assume, então, a função de fiscalizar e denunciar a família em prol da proteção à criança.

Muitos autores destacam que a educação de crianças e jovens deve ser dividida entre a escola e família, implicando culpabilização e expectativas recíprocas, (Carvalho,2000; Almeida, 2001; Andrada, 2003; Carvalho, 2004; Szymanski, 2004; Polonia & Dessen, 2005; Reali & Tancredi, 2005; Ribeiro & Andrade,2006; Dessen & Polonia, 2007; Vasconcelos, Yunes & Garcia,2009). O envolvimento da família com a escola é considerado um facilitador da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno. Mas, este ainda seria um desafio, pois as instituições de ensino não conheceriam as ações das famílias, nem estas conheceriam as práticas das escolas e não assumiriam seu papel nelas. As dificuldades se repetem nas instituições de abrigo, onde os profissionais se referenciam na família nuclear tradicional e a família teme os julgamentos dos profissionais, acarretando relações de desconfiança (Maimoni & Bertone, 2001; Munhoz & Maciel, 2008; Andrada, 2003; Dessen & Polonia, 2007). Aponta-se, então, a necessidade de uma integração mais efetiva entre as instituições educacionais e as famílias e atenta-se para a emergência de significados sócio históricos nesse processo. A política educacional partiria de um modelo de família ideal que subordina as famílias à escola (Carvalho, 2000; 2004; Almeida, 2001; Ribeiro, 2006).

Partindo de uma lógica de poder assimétrica, Szymanski (2004) defende que a família deve ser objeto de atenção psicoeducacional, posto que ela não teria conhecimentos específicos para realizar a tarefa de socialização, “em especial para as camadas sociais empobrecidas”. Por outro lado, Reali e Tancredi (2005) destacam a necessidade de construção de estratégias de aproximação escola-família partindo das visões que professores e famílias apresentam sobre as necessidades educativas dos alunos.

Outro aspecto bastante pesquisado nesta área é a relação da família com o desempenho escolar do aluno. Busca-se, nas características da família, – interações, recursos disponíveis, composição, ordem de nascimento e gênero dos filhos – explicações para as possibilidades de maior ou menor êxito na escola. A maioria dessas pesquisas investiga o ambiente familiar de crianças pobres e com baixo desempenho, pouca motivação, ou problemas de comportamento e constata a presença de pouco suporte parental, poucos recursos promotores do desenvolvimento e muita dificuldade dos pais em lidar e educar a criança (D'Ávila-Bacarji, Marturano & Elias, 2005a, 2005b; Glória, 2005; Zamberlan, Ottoni & Sônego, 2005). Diante deste contexto, autores propõem intervenções preventivas ou corretivas direcionadas aos pais para ampliar sua participação na educação dos filhos e orientá-los a aproveitar os recursos de seu ambiente. Destaca-se, também, o papel do psicólogo e do diagnóstico nos casos de fracasso de criança que vivem em vulnerabilidade social (Chechia, 2009; Rolfsen & Martinez, 2008).

Outros teóricos questionam esta culpabilização familiar e focam em questões mais subjetivas e individuais (Cohen, 2004; Silva & Nascimento, 2005; Couto & Santiago, 2007). Justificam que irmãos que vivem nas mesmas condições possuem desempenhos diferentes devido a sua posição singular na família e consideram o fracasso como um sintoma produzido no encontro traumático com a educação, ou devido a carências e conflitos psicológicos. Dados de êxito escolar quando a realidade social é considerada desfavorável evidenciam o erro de se apoiar nos padrões das camadas médias para avaliar as práticas observadas em contextos de pobreza (Zago, 2000). Lima (2006) critica, ainda, a construção das “crianças problema” e seus efeitos e Andrada (2003) destaca a necessidade de ampliar a visão do problema para o entendimento dos sistemas no qual o aluno vive e fazer circular a responsabilidade entre todos os envolvidos na educação.

Por fim, temas diversos no âmbito da relação entre a educação e a família também são abordados: as configurações vinculares na escola e na favela (Oliveira, 2004), a educação

sexual (Barbosa, 2004), inclusão escolar (Ayub, 2005; Petean & Borges, 2002), escolha profissional (Santos, 2005), conceito de auto regulação na criança (Jeber, 2005) fatores que influenciam o temperamento e o desempenho de bebês (Melchiori et al, 2007) e percepção de agressividade por crianças na família e na escola (Joly, Dias & Marini, 2009), o trabalho infantil (Feitosa & Dimenstein, 2004), entre outros.

2.3.7. Desenvolvimento humano e dinâmica familiar

Ainda com foco na função educadora, 29 artigos discutem a relação da família com o desenvolvimento humano, destacando a adolescência (22) e a velhice (5). Considerando o escopo geral destes trabalhos, percebemos uma preocupação com a adolescência rebelde naturalizada e, muitas vezes, reduzida a questões biológicas e psicológicas. As reflexões, desvinculadas das influências históricas e sociais, focam a influência da família na crise adolescente e como esta pode lidar para evitar problemas como o uso de drogas. Já a velhice é compreendida como um problema vivenciado pelas famílias no bojo de uma construção social que precisa ser repensada na atualidade.

Dentre os 22 artigos sobre a adolescência, encontramos quatro provenientes de uma mesma pesquisa sobre as estratégias de comunicação entre os adolescentes e suas famílias (Wagner et al, 2001, 2002a, 2002b; 2005). Os autores partem do pressuposto de que na adolescência há um aumento nos confrontos entre pais e filhos, mas concluem que os adolescentes valorizam a comunicação em família e a consideram positiva. Como fatores dificultadores da comunicação, tem-se o grande número de membros na família, as diferentes concepções entre gerações, a falta de tempo e o fato dos adolescentes não gostarem de contar coisas pessoais para os pais. Já o bom relacionamento, o respeito e a abertura a compreensão entre pais e filhos são facilitadores da comunicação. Como variáveis que influenciam a qualidade da relação entre pais e adolescentes, Casullo e Liporace (2008) identificaram que o grau de controle/castigo é mais elevado quando ambos os pais vivem

juntos do que quando são divorciados e pais com educação primária possuem maior inconsistência que os pais com níveis educativos e status social mais altos.

No que se refere a influencia das relações familiares no desenvolvimento adolescente, Pratta e Santos (2007) concluíram que as transformações ocorridas na sociedade e na estrutura familiar provocaram dificuldades referentes à educação dos filhos, mas as funções básicas da família no desenvolvimento psicológico permanecem as mesmas. Segundo Sittou (2007), através do questionamento da família e da civilização, o adolescente fixa a diferença no cruzamento do singular e do coletivo e este processo só se torna destrutivo quando é percebido como uma ameaça e não é acompanhado de referências simbólicas. Gonçalves et al (2008) propõem que o projeto de vida adolescente é estruturado em torno da estabilidade econômica e afetiva e, para realizá-lo, conta-se com o apoio de familiares e amigos, que são vistos como grande problema quando não atendem às expectativas de suporte e auxílio. Fave e Massimini (2000) destacam o papel crucial da família ao identificar que a percepção dos adolescentes de um ambiente familiar positivo propicia a busca por atividades desafiadoras e produtivas, enquanto uma percepção negativa geraria a falta de engajamento e motivação. Os autores que abordam a escolha profissional discutem que deve-se trabalhar a relação do adolescente com sua família, visando criar condições de crescimento e diminuir a ansiedade (Guimarães & Romanelli, 2002; Selig & Valore, 2008; Teixeira & Hashimoto, 2005).

O adolescente muitas vezes é apresentado como um ser em crise, fala-se em elaboração de lutos, turbulências, perturbações, conflitos, agressividade, angústia, depressão e problemas na família, escola e sociedade. Isto é atribuído aos hormonais da puberdade, ao momento de reedição do Complexo de Édipo, ou ao contexto. Autores enfocam os segredos de família e as relações na escola, discutem a cultura consumista e a conseqüente ilusão de onipotência adolescente e focam na construção da identidade de gênero (Poli et al, 2001; Fagundes, 2002; Romanelli & Prieto, 2002). Outros abordam a relação da adolescência com a

drogadicção destacando a influencia das relações familiares e escolares (Batista, 2001; Brasiliano, 2006; Pratta & Santos, 2007).

Já os trabalhos que enfocam o envelhecimento compartilham uma visão sócio histórica na medida em que destacam a construção social da velhice e suas consequências sociais (Born, 2001; Herédia e Sirena, 2006; Maffioletti, 2005; Oliveira, 2004). Discute-se a história da velhice considerando a influencia das transformações da família, do discurso biológico e da seguridade social e a busca ética por novos sentidos que possam recuperar valores como a integração, a plenitude e a sabedoria. Santos e Dias (2008) concluem que idosos em grupos de convivência tornam-se mais otimistas, com planos para o futuro e com vida social ativa.

Outros artigos discutem temas diversos como: as consequências da crise sócio econômica argentina para os jovens e seu meio familiar (Sastre et al, 2002); uma teoria desenvolvimentista e relacional da socialização da personalidade na família (L'abate, 2000); e uma revisão da psicologia ecológica do desenvolvimento humano (Mondin, 2005).

2.3.8. Temas variados

Os 69 últimos artigos foram agrupados numa categoria com temas variados por incluírem temas de áreas de diferentes, mas que não compuseram outras categorias maiores. Estes se dividem em: relação família e justiça (11); Relação família e trabalho (7); método e psicometria (18) e outros artigos com temas diversos (33).

Dentre os artigos que discutem a relação da família com a justiça, autores focam a intersecção entre a psicologia e o direito no campo do direito de família: discutem a função do mediador de conflitos, suas conquistas e sua formação multidisciplinar; relatam as experiências de atuação de psicólogos na justiça; e discutem a percepção da população sobre as leis referentes à família e sobre o tempo na justiça (Andrade, 2008; Bucher-Maluschke,

2007; D'Elia, 2001; Fischer, Oliveira & Utpadel, 2009; Lago e Bandeira, 2009; Santos & Costa, 2007; Souza, 2009;).

A relação da família com o trabalho é discutida no âmbito das empresas familiares, considerando seus princípios éticos e julgamento moral, o processo sucessório e a exclusão da mulher. Também são abordados temas como: as repercussões das transformações na família contemporânea nas empresas; a interferência família-trabalho e sua relação com o estresse ocupacional e com a satisfação do trabalhador; e as influências do trabalho na sexualidade (Chambel & Santos, 2009; Jiménez et al 2005; Macêdo et al, 2004; Motta, 2004; Machado, 2005; Monteiro, Espírito Santo & Bonacina, 2005; Paschoal & Tamayo, 2005).

No que se refere à psicometria, encontramos um total de 10 artigos que abordam aspectos como a tradução, a adaptação, a construção, a validação e a comparação de itens de escalas de responsividade e exigência parentais, do Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) e do Inventário de Estilos Parentais. Outros trabalhos investigam a correlações entre diferentes instrumentos, além de um método Q de avaliação da qualidade das relações familiares (Baptista, 2005, 2007; Baptista, Alves & Santos, 2008; Sampaio & Gomide, 2007; Bigras & Dessen, 2002; Costa, Teixeira & Gomes, 2000). Discute-se, ainda, a aplicação dos testes projetivos nas varas de família e seus efeitos terapêuticos no processo de psicodiagnóstico (Barbieri, Jacquemin & Alves, 2007; Silva, 2000; Silva, 2001; Schnitman, 2004).

Encontramos, ainda, cinco autores que abordam metodologia de pesquisa em trabalhos sobre a família (Berthoud, 2004; Cezar-Ferreira, 2004; Kreppner, 2001; Sarti, 2004; Wendt & Crepaldi, 2008). As estratégias de registro na pesquisa observacional, as vantagens do uso do grupo focal e a utilização do genograma como representação gráfica da família são discutidas destacando-se a importância das pesquisas qualitativas para a produção de conhecimento em psicologia clínica. A necessidade de um esforço de estranhamento na análise da família diante de referências culturais diversas também é um tema observado.

Por fim, temos um total de 33 artigos que tratam de temas diversos relacionados à família, tais como: redes de apoio no nascimento do filho; festas e vínculos familiares; satisfação familiar e coesão; rituais e convivência familiar; as causas da infidelidade; urbanização e relações de gênero; educação econômica dos filhos; bolsa família e políticas públicas; o nascimento do segundo filho, entre outros. Estes não se adequaram às demais categorias estudadas, por isso foram agrupados numa última categoria de diversos.

Ao considerarmos toda esta revisão da literatura científica, observamos uma grande variedade de temas e de enfoques. Muitos deles discutem como as mudanças sócio culturais repercutem na família e propõem a emergência de novas configurações familiares. Reflexões sobre as implicações dessas mudanças nos processos de subjetivação, na educação e na clínica estão fortemente presentes nas revistas científicas, enquanto os consensos sobre isso são raros. Todo esse movimento é visto por alguns como uma crise na instituição familiar e por outros como transformações adaptativas em direção a modelos mais igualitários. Este contexto tem sido estudado e compreendido como uma realidade empírica a ser analisada e manipulada por meio de intervenções que normalizem a tamanha variedade de famílias.

2.3.9. A Família na Revista Família Cristã

Na revisão foram encontrados alguns trabalhos realizados a partir da análise dos artigos da revista Família Cristã. Nenhum deles se propôs a identificar especificamente a representação da família e suas transformações. Sob a hipótese de que a igreja se posiciona como legitimadora da sociedade capitalista, fornecendo significados cristãos às condutas criadas pelo sistema social, Prandi (1975) se propôs a investigar as transformações da ideologia católica no que se refere a família entre 1940 e 1970. Já Caldana e Biasoli-Alves (1993) analisaram as alterações das concepções que norteiam as atitudes assumidas na educação de crianças nos anos de 1935, 1959 e 1988. Outro artigo das mesmas autoras (Biasoli-Alves, Caldana e Silva, 1997) utiliza a mesma pesquisa relacionando-a a outros dois trabalhos empíricos para discutir a emergência do saber técnico científico na orientação das práticas de

educação das crianças na família. Por fim, Santos, Caldana e Biasoli-Alves (2001) abordaram as transformações no papel masculino entre 1943 e 1993.

As conclusões de Prandi (1975) consideram que o catolicismo tende a esvaziar-se enquanto orientação de condutas e a assumir uma posição de legitimação das mudanças sociais e do poder das classes dominantes, ficando a religião como uma ideologia acessória. A igreja se encontraria, então, em processo de *aggiornamento*, modernização em que o catolicismo passa por ajustes para adequar seu conteúdo, valores e práticas para emprestar à sociedade moderna significados religiosos. A análise das revistas indicam uma modernização nas orientações sobre a família. A orientação moderna aumenta em média 2% ao ano em detrimento de uma orientação mais tradicional, englobando mudanças como: o reconhecimento da importância da educação escolar, a concepção do matrimônio como auto realização com livre escolha dos parceiros, a diminuição da dominação absoluta do homem, a dissociação de sexo e pecado, a liberação da prática sexual na vida conjugal associada a procriação, aceitação do controle de natalidade pelo método de abstenção nos dias férteis e aceitação com restrições do trabalho remunerado feminino e da sua participação em atividades profanas. A orientação tradicional baseada em valores religiosos cai de 90% em 40/45 para 30,4% entre 1966/71. A utilização de valores ético-religiosos como fundamento ou justificativa das orientações dadas cai em média 0,9% ao ano sendo substituídos, a partir da década de 60 pelos argumentos científicos vindos da vulgarização da psicologia. Até 1955 a religião foi o único agente norteador de condutas, mas os métodos ético-religiosos sofreram um decréscimo de 0,8% ao ano, sendo a educação o tema mais secularizado.

É justamente sobre as mudanças referentes à educação que Caldana e Biasoli-Alves (1993) discutem. As autoras defendem que entre 1935 e 1988 o controle do comportamento e o foco no bom comportamento embasados na sabedoria popular são substituídos pelo controle da subjetividade com foco no equilíbrio emocional e amadurecimento fundamentados no saber científico dos especialistas. As análises indicam que em 1935 há uma

aproximação com amoralidade religiosa e o modelo é pautado na autoridade inquestionável do adulto, controle e punição. Há um referencial preciso de como agir, visando o ideal do abandono da infância o mais breve possível. Em 1959 há a introdução da psicologia e da pedagogia diante da divulgação de estudos sobre o desenvolvimento infantil e passa-se a focar tanto as necessidades da criança, quanto a preocupação com seu desenvolvimento. A Infância é vista como momento de inocência e a sexualidade precisa ser vigiada. São oferecidos conselhos em tom de ensino. Já em 1988 houve o boom da psicologia e psicanálise, com foco no subjetivo e na saúde emocional. Observa-se a ausência de orientação prática de condutas, as informações são fragmentárias e abstratas e há a presença de uma moralidade individualista e hedonista.

O artigo seguinte de Biasoli-Alves, Caldana e Silva (1997) parte das mesmas informações e conclui que aconteceram alterações fundamentais na educação das crianças, que se caracterizam pela transição do modelo tradicional - controlador, assimétrico e autoritário - para um modelo dito “moderno”, mais centrado na criança, que valoriza a comunicação e a independência dos filhos. Um modelo que valoriza as idiossincrasias e pontos de vista particulares dos adultos no lidar com as crianças e não consegue definir um sistema único para a educação. A pesquisa evidencia o surgimento e a busca do conhecimento científico na década de 50, mas é no final da década de 60 que ganha ênfase, quando há uma proliferação dos manuais para os pais e das sessões sobre educação nas revistas femininas. Neste período há uma proliferação da cultura norte-americana e do consumismo e uma desvalorização do tradicional e do folclórico. Estas mudanças explicam porque, atualmente a educação dos filhos tem sido um polo de dúvidas e contradições.

Outro fator de mudança identificado na Revista Família Cristã é o papel masculino, o qual se dá mesma direção dos estudos anteriormente citados. Santos, Caldana e Biasoli-Alves (2001) afirmam que 1943 observa-se valorização de papéis tradicionais masculinos, com o elemento destoante do homem voltado para o afeto e à família. Já em 53 a revista mantém a

rígida divisão de papéis, mas começa a abrir espaço para ideias emancipadoras das mulheres e na década de 1960 se inicia a preocupação com a aparência masculina, com referência ao padrão hollywoodiano e se discute de participação ativa dos homens na educação dos filhos. Na década de 1970 surge o homem público e político, a noção do pai-amigo, a ênfase na família e o discurso dos especialistas ganha cada vez mais peso. Nos anos 1980 observa-se uma postura progressista na defesa da dignidade humana e a dimensão social e política da fé. O ideal masculino passa a ser o homem cristão que vive para a família e para o próximo. Por fim, nos anos 90 o ideal de homem cristão voltado para projetos sociais se enfraquece, mas o discurso igualitário ganha ênfase. Critica-se a perda de referenciais resultantes da noção de pai-amigo e observa-se um reforço indireto ao universo convencional masculino. A ênfase na psicologia e psicanálise continua aumentando e alimentando ideais individualistas, tornando o sujeito psicológico a medida de todas as coisas e enfraquecendo as análises sociais.

Consideramos que as transformações na família, além de comporem uma realidade empírica, constituem uma realidade simbólica. Mais do que a emergência de novos modelos, temos a legitimação de modelos que sempre existiram e a proliferação de discursos divergentes sobre a família. Mais do que famílias violentas, presenciamos a ressignificação, a vigilância e a condenação de comportamentos antes tidos como naturais. E ainda, a noção de crise ajuda a explicar o porquê do grande número de artigos que associam família à violência. Com isso, queremos ressaltar a relevância de estudarmos a família com um olhar crítico. Muitos já contaram a história da família, mas queremos entender a história do pensamento sobre a família, como estes diferentes sentidos atuais foram construídos e porque eles coexistem atualmente. Muitos tentam explicar como funciona e se estrutura a família, mas nos perguntamos como pensamos a família e quais discursos fundamentam os sentidos que a família assume. Muitos discutem as relações de poder dentro da família, mas nós focamos as relações de poder que permeiam tantos discursos sobre a família.

Vivemos um momento de poucas verdades e múltiplos discursos negociados diariamente. Neste momento, para compreender a realidade social precisamos estudar a realidade simbólica: os sentidos, os discursos, os posicionamentos. Precisamos estudar as teorias que se constroem no bojo dessa realidade social. Este é o foco do nosso trabalho: estudar os processos de construção e os conteúdos das representações sociais sobre a família.

3. OBJETIVOS E REFLEXÕES METODOLÓGICAS

3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é estudar a representação social da família enfocando conteúdos e processos. Estudaremos os conteúdos da representação social da família e suas variações no tempo e no espaço social e destacaremos como se dá a sociogênese dessa representação.

3.2. Objetivos Específicos

- 1- Mapear os conteúdos da representação social da família.
 - 1.a. Identificar a estrutura da representação social da família e seu campo comum.
 - 1.b. Identificar as variações destes conteúdos no espaço social, ou seja, entre diferentes grupos sociais: sexo, escolaridade e faixa etária.
 - 1.c. Identificar as variações deste conteúdo no tempo, considerando a memória social e o dado histórico “congelado” pela imprensa nas últimas cinco décadas.
- 2- Estudar o processo de construção/mudança da Representação Social da Família
 - 2.a. Averiguar o processo de transmissão/transformação da RS considerando as relações no espaço social num mesmo momento histórico
 - 2.b. Inferir o processo de transformação da RS considerando o tempo histórico e a memória social.

3.3. Reflexões teórico-metodológicas

A família é um objeto de representação polêmico, norteado por imperativos valorativos e com repercussões identitárias e afetivas evidentes, sendo por tanto, de difícil abordagem. Há, então, a necessidade de buscar estratégias metodológicas criativas e diversas,

para que não se perca a complexidade e a multidimensionalidade do objeto. Tendo em vista os objetivos propostos, fez-se necessário um delineamento plurimetodológico e um planejamento de pesquisa que se torna mais compreensível quando dividida em três estudos:

O **Estudo 1** foi intitulado “A representação social da família e suas variações no espaço e na memória social”. Este estudo, com caráter mais quantitativo, utiliza-se de questionários e tem como objetivos: a) mapear os conteúdos e a estrutura da representação social da família; b) verificar suas variações em relação a diferentes grupos sociais, considerando sexo e escolaridade; b) compreender como as pessoas percebem as transformações da família ao longo do tempo, considerando como representam a família de antigamente, de hoje e do futuro e as variações nestas representações entre três gerações: jovens, adultos e idosos.

Espera-se que, com esse estudo, possamos não só abordar os conteúdos da representação social da família, como também lançar luz sobre o processo de sociogênese da mesma. O método utilizado no estudo do conteúdo e suas variações intergrupais e intergeracionais impulsiona o levantamento de hipóteses a respeito de como a representação vai sendo construída e transformada no magma das relações sociais e do tempo.

O **Estudo 2**, denominado “Representando e vivendo a família em três gerações”, também objetiva aprofundar os conteúdos da representação social da família e abordar seu processo de construção a partir da transmissão intra e intergeracional. Esclareceremos como estas representações são vividas, negociadas, comunicadas e reconstruídas por três diferentes gerações. Este estudo, de caráter qualitativo, utilizará a técnica de grupo focal e tem como foco o processo de construção da representação social tanto numa dimensão vertical, ou temporal, quanto numa dimensão horizontal, considerando os diferentes espaços sociais.

Não se faz suficiente, no entanto, estudar a gênese da representação social da família ao longo tempo unicamente a partir do recurso à memória de diferentes gerações, posto que, como já foi explicitado anteriormente, a memória implica uma revisão do passado a partir de referenciais presentes. Espera-se que cada geração imprima a marca de sua história na

representação da família e no seu olhar sobre as transformações que a família vem passando. No entanto, esse olhar não deixa de ser impregnado pelos acontecimentos, valores e práticas atuais. Ou seja, o método adotado nos permite trabalhar com a memória social sobre a família e não possibilita o acesso às transformações da representação social da família ao longo tempo. Tornou-se, então, imprescindível a criação de um delineamento metodológico que nos possibilitasse acessar estas transformações, sem que tenham passado pela reavaliação do presente. Assim, além de trabalhar com a memória coletiva acessada a partir de relatos pessoais emitidos no contexto de entrevista ou de interação intergruppal, acessaremos o passado por meio do estudo das produções escritas sobre a família ao longo dos anos.

Este é o objetivo do **Estudo 3**: compreender as transformações no conteúdo da representação social da família ao longo das últimas cinco décadas e, com isso, inferir sobre o processo de gênese histórica da representação social. Este estudo longitudinal foi denominado “A representação social da família: uma história contada pela revista Família Cristã” e compreende uma análise documental de cinco décadas baseada em uma revista que se propõe a falar sobre a família e para a família. A Figura 12 abaixo mostra de forma esquemática os três estudos realizados.



Figura 12: Resumo dos três estudos e seus enfoques

Espera-se que com essa combinação metodológica, possamos transpor os limites de cada técnica individual e produzir uma pesquisa com maior rigor e relevância científica, ampliando o potencial explicativo do estudo através de uma apreensão mais dinâmica do fenômeno. Acreditamos que os resultados dos estudos analisados em conjunto possam ser abrangentes de modo a atingirmos os objetivos propostos e colaborarmos com a construção do conhecimento científico e com o desenvolvimento da TRS. Numa perspectiva ética, esperamos que este trabalho contribua para a construção de novos discursos mais abrangentes e menos excludentes sobre a família que não corroborem com o binômio vítima-vilã que encontramos na literatura científica e ajudem a entender sua evolução como uma reestruturação permanente de si mesma.

4. ESTUDO 1: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA E SUAS VARIACIONES NO ESPAÇO E NA MEMÓRIA SOCIAL

O Estudo 1 tem como objetivo principal compreender como se estruturam os conteúdos da representação social da família e apreender como diferentes grupos sociais percebem as transformações da família ao longo do tempo. Para tanto utilizaremos a Abordagem Estrutural de Abric (2000) que foca a estrutura e organização interna dos conteúdos da representação social. No entanto como sabemos que a RS é concomitantemente um processo e um conteúdo. Na medida em que compreendemos a importância de se considerar as pertencas sociais na elaboração do conhecimento do senso comum, podemos inferir alguns mecanismos sócio psicológicos que governam a formação, a organização e a transformação destes conteúdos Esta operação nos foi possibilitada pela adesão à abordagem Societal de Doise (2001).

Buscaremos, portanto, tangenciar a compreensão de “quais regulações sociais atualizam quais funcionamentos cognitivos em quais contextos específicos” (Clémence, Doise & Cioldi, 1994, p. 120). Com este estudo esperamos, portanto identificar a estrutura da representação social da família considerando seu campo comum, mas também tentaremos identificar as variações destes conteúdos no espaço social, ou seja, entre diferentes grupos sociais, considerando sexo, escolaridade e faixa etária. Também objetivamos compreender como as pessoas percebem as transformações da família ao longo do tempo, considerando como representam a família de antigamente, de hoje e do futuro e as variações nestas representações entre três gerações: jovens, adultos e idosos.

Com este estudo esperamos esclarecer os conteúdos das RS da família. No entanto desde já começaremos a vislumbrar os processos que nos ajudarão a compreender a sociogênese desta representação social. Interessa-nos compreender como ela vai sendo

construída e transformada no magma das relações sociais e do tempo, considerando a dinâmica entre o sistema operatório - que procede as associações, inclusões, discriminações e deduções cognitivas - e o metassistema social - que controla, verifica, seleciona, e retrabalha a matéria produzida pelo sistema operatório (Doise, 2001).

Método

4.1.1. Participantes

Os participantes deste estudo foram selecionados a partir dos únicos critérios de residir no Distrito Federal e possuir no mínimo 15 anos de idade. Dentro deste universo, buscamos abordar uma população mais variada possível. Para tanto, os pontos de coleta de dados foram distribuídos por todo Distrito Federal, incluindo regiões de diferentes classes sociais. Neste contexto, os possíveis participantes foram convidados de forma aleatória a responderem uma entrevista estruturada. Apenas participaram aqueles que se dispuseram a tal e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 1).

Participaram deste estudo 600 sujeitos residentes no Distrito Federal (DF), sendo 54% (323) mulheres e 46% homens. Destes, 31% são naturais do Distrito Federal e 41% vivem no DF há mais de 20 anos, 21% moram há menos de 20 anos e 7% não informaram. Os participantes foram distribuídos em três faixas etárias distribuídas da seguinte forma: 28% de jovens entre 18 e 30 anos; 40% de adultos entre 31 e 59 anos; e 32% de idosos entre 60 e 85 anos, conforme a Figura 13 abaixo:

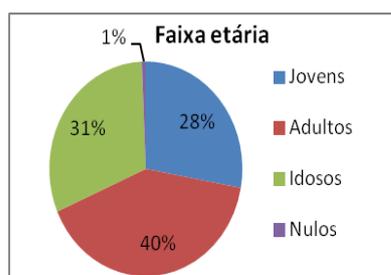


Figura 13: Distribuição dos participantes por faixa etária (N=600).

A maioria (62%) dos participantes declarou não possuir orientação política, 17% deles afirmaram ser de esquerda ou centro-esquerda, 18% se coloram como de direita ou centro-direita e 3% afirmaram possuir outras orientações ou não responderam.

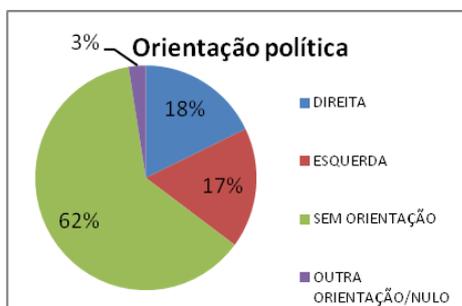


Figura 14. Distribuição dos participantes por orientação política (N=600).

Quanto a religião, 56% dos participantes afirmaram adotar a religião católica, 19% aderem a religiões protestantes, 15% não possuem religião, 5% possuem religião espírita e outros 5% possuem outras religiões ou não responderam, como se pode observar no gráfico abaixo:

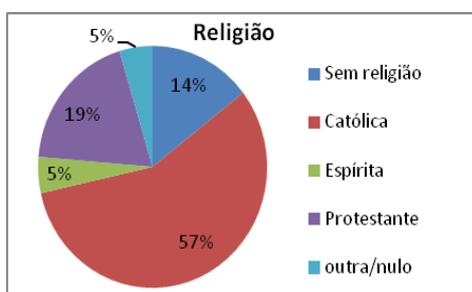


Figura 15. Distribuição de participantes por religião (N=600).

Em relação à orientação sexual, 87%, ou 521 participantes se declararam heterossexuais, enquanto 11%, ou 68 sujeitos são bi ou homossexuais e 2% da amostra não respondeu. Quanto ao estado civil, a amostra se distribuiu da seguinte forma:

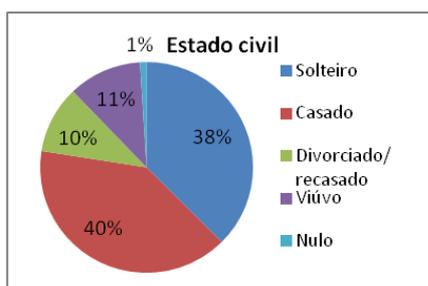


Figura 16. Distribuição dos participantes por estado civil (N=600).

De todos os participantes, 38% são solteiros, 40% casados ou vivem em união estável, 10% são divorciados ou recasados e 11% são viúvos. O gráfico abaixo se refere à quantidade de filhos: 33% dos participantes não os possuem e 30% possuem 1 ou 2 filhos, 24% possuem entre 3 e 5 filhos, enquanto 10% possuem mais de 6 filhos.

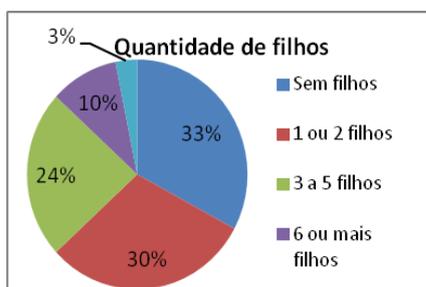


Figura 17. Distribuição dos participantes por quantidade de filhos (N=600).

Numa tentativa de compreendermos como os participantes se distribuíram em relação ao tipo de arranjo familiar, perguntamos quem são as pessoas que habitam na mesma residência que o respondente. Encontramos a seguinte distribuição:

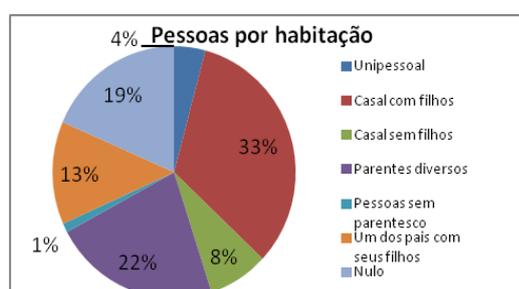


Figura 18. Distribuição dos participantes por pessoas por habitação (N=600).

Podemos notar que possuímos uma amostra bastante diversificada no que se refere a conformação familiar. O maior grupo de pessoas (33%) vive em residências compostas por um casal e seus filhos ou enteados, enquanto apenas 8% dos casais vivem sem filhos, 13% dos participantes formam famílias monoparentais, ou seja, apenas um dos pais vive com os filhos e 22% incluem entre os habitantes de sua residência parentes que não sejam pais ou filhos, como avós, tios, sobrinhos, cunhados, entre outros. Apenas 1% dos participantes não possui parentesco com quem mora e 19% dos participantes não responderam a questão de forma clara.

4.1.2. Instrumento

O instrumento utilizado neste estudo foi uma entrevista estruturada com base em um roteiro (anexo 2) dividido em três partes. A primeira consistia em questões a respeito dos “Anos Dourados”, a segunda parte era composta por questões sobre a família utilizando a técnica de Associação Livre e a terceira englobava as questões para caracterização dos participantes. Analisamos apenas a segunda e a terceira parte da entrevista. A primeira parte do roteiro foi trabalhada no bojo de um estudo nacional sobre memória e representação social dos “Anos Dourados” e não será abordada na presente pesquisa.

A segunda parte do instrumento fez uso da Técnica de Associação Livre com hierarquização das respostas. Esta técnica de coleta de dados consiste em inicialmente solicitar ao participante que ele escreva as primeiras palavras ou expressões que lhes vierem à mente a respeito de alguns estímulos, ou palavras indutoras. Após isto, solicita-se que o sujeito hierarquize sua própria produção em função da importância que ele atribui às palavras evocadas. Foram utilizados quatro termos indutores apresentados na seguinte ordem: família; família de antigamente, ou da época de seus avós; família atual, ou de hoje em dia; família do futuro, ou daqui a vinte anos. Estes termos indutores foram escolhidos de forma a acessarmos não só a ideia genérica de família, mas também de nos aproximarmos da forma como os participantes representam as mudanças que essa instituição social vem passando nos últimos anos.

A técnica de Associação Livre foi adotada por permitir um rápido e fácil contato com o universo semântico do objeto e possibilitar a apreensão de elementos que seriam mascarados em produções discursivas menos espontâneas e mais racionalizadas devido a desejabilidade social (Abric, 2000). Por meio de uma técnica de fácil e rápida aplicação, tem-se um mapeamento dos conteúdos da representação com suas hierarquizações a ser analisado com base na teoria estrutural de Abrik.

A última parte do instrumento inclui perguntas tanto discursivas como de múltipla escolha, abordando informações gerais sobre o participante: sexo, idade, escolaridade, orientação política e tempo no DF. Outras se referiam à situação familiar do respondente como a quantidade de filhos e quantas e quem são as pessoas que moram com o participante,

4.1.3. Procedimentos de coleta de dados

A coleta dos dados foi realizada de forma individual e oral por pesquisadores devidamente treinados para tal fim. O pesquisador lia as questões, apresentava as alternativas, quando essas existiam, e anotava a resposta do participante no roteiro. Os sujeitos foram abordados em diversos locais de circulação pública e privada como shoppings, rodoviária, feiras públicas, universidades, rua e também no domicílio ou local de trabalho. O pesquisador abordava as pessoas escolhidas aleatoriamente ou por conveniência, lia uma carta de apresentação com os objetivos e implicações da pesquisa (anexo 3), apresentava o termo de consentimento e, caso a pessoa abordada se dispusesse a colaborar, era iniciada a entrevista propriamente dita.

4.1.4. Procedimentos de análise de dados

Os dados provenientes do questionário de Associação Livre foram transcritos no programa Excel e trabalhados com a ajuda do *software* EVOC. Este *software* calcula a frequência e a ordem de importância de cada expressão evocada, oferecendo uma estrutura dividida em quatro quadrantes: 1- palavras com alta frequência e alta importância; 2- palavras com alta frequência e baixa importância; 3- baixa frequência e alta importância; 4- baixa frequência e pouca importância. O mesmo *software* realiza o teste “t” de comparação de médias, a fim de verificar se há diferenças significativas entre as frequências das respostas de diferentes grupos da amostra. Neste caso, comparamos diferentes grupos segundo as variáveis: sexo, faixa etária e escolaridade. Estes dados foram analisados com base na Abordagem Estrutural de Abric (2000) e na Societal de Doise (2002).

Resultados e discussão

4.2. A representação social da família: conteúdos e estrutura

O campo semântico em torno do significante “família” divide-se em quatro categorias elencadas por ordem de frequência: sentimentos/valores (em verde; f=1388), configuração (em azul; f=367), funções (em vermelho; f=281) e, de forma menos importante e periférica, as dificuldades (em cor de rosa; f=44). A representação social da família parece bastante idealizada, tendo os sujeitos se referido a um modelo prescritivo, mais do que a uma realidade vivida. Desta forma, a família é um grupo tão **importante** que é considerado **tudo** para as pessoas, composto principalmente por **pai, mãe e filhos, unidos** com a benção de **Deus** por laços de **amor e respeito**.

Os elementos nucleares são aqueles que organizam os demais elementos evocados e constituem aquilo que é essencial ao objeto. Por meio da Tabela 1, identificamos que a representação social de família está pautada na configuração da família nuclear triangular, nos sentimentos de amor e respeito, no seu aspecto divino e na constatação de sua importância. Chama atenção que as funções deste grupo social e os conflitos ou dificuldades enfrentadas não constam entre os elementos nucleares.

Tabela 1: Evocações relativas à “família”.

	Média de importância <2,8			Média de importância >2,8		
	Evocações	f	M.I.	Evocações	f	M.I.
Frequência >= 31	amor	373	1,799	Carinho	107	3,411
	união	248	2,714	Amizade	78	3,244
	respeito	135	2,778	Companheirismo	68	3,294
	filhos	132	2,432	Compreensão	60	3,483
	mãe	84	1,560	Educação	57	3,439
	Deus	70	1,429	Base	50	2,940
	pai	67	1,955	Paz	45	2,956
	tudo	39	2,128	Irmãos	43	3,070
				Felicidade	41	3,073
				Fraternidade	36	3,444
			Importante	34	3,118	
			Segurança	31	3,000	
10<= Frequência < 31	Pais	30	2,067	Responsabilidade	30	3,700
	Apoio	16	2,625	Alegria	28	3,429
	Esposa	11	2,000	Afeto	24	3,250
	Cuidado	10	2,700	Dedicação	24	3,500
	Proteção	10	2,100	Casa	23	3,000
				Harmonia	23	3,043
				Lar	23	3,261
				Cumplicidade	21	3,571
				Vida	20	3,100
				Confiança	17	3,000
				Aconchego	16	3,875
				Solidariedade	16	3,938
				Briga	16	4,250
				Trabalho	16	4,563
				Religião	15	3,400
				Saudade	14	4,071
				Conflito	12	3,833
				Saúde	11	3,091
				Avós	11	3,545
				Tios	11	4,000
			Boa	10	2,900	
			Força	10	3,700	

Nota: Nº total de evocações =2.725; Nº total de palavras diferentes =279

Os sentimentos/valores nucleares são o **amor**, palavra evocada por quase dois terços dos respondentes, a **união** e o **respeito**. Os elementos periféricos parecem reforçar e especificar esses sentimentos. O **carinho**, a **amizade**, o **companheirismo**, a **compreensão**, a **felicidade**, a **fraternidade** e a **paz** são elementos periféricos também importantes. Os sentimentos periféricos mais distantes, ou menos lembrados, são a **responsabilidade**, o **afeto**, a **dedicação**, a **cumplicidade**, a **confiança**, a **solidariedade**, a **alegria**, a **harmonia** e a **saudade**. Todos estes afetos socialmente valorizados permeiam o ideal de família desde o início do século passado, após a reforma higienista derivada da urbanização e do estilo de vida burguês

e reforçada pela Igreja a partir do modelo da sagrada família. Neste contexto a família deixou de ser um grande grupo organizado em torno de um patriarca/chefe com vistas a garantia de honra, proteção e a produção de renda para ser constituído por meio de um vínculo de amor entre duas pessoas que se unem com a função de gerar filhos sãos para a sociedade.

Quanto aos componentes da família, além dos elementos nucleares - **filhos, mãe e pai** - a **esposa** e os **irmãos** também aparecem como membros importantes, pois se encontram dentre os periféricos próximos, assim como a palavra **pais**. Por fim, dentre os elementos menos importantes temos os **avós** e os **tios**, representantes da família extensa.

Estes resultados apontam para a nuclearização da família, a qual tem cada vez mais se restringindo a um grupo reduzido pessoas que vivem sob o mesmo teto sem contato com suas famílias de origem. Observa-se, também, o paradoxo entre esta estrutura e o contexto de legitimação de famílias monoparentais, homoparentais e das famílias recompostas, que observamos atualmente nos dados do IBGE descritos na introdução desta tese. Este impasse pode ser um dos elementos justificadores da ideia de falência ou crise da instituição familiar preconizada por uma parcela significativa da literatura (Lima, 2002; Parreira e Justo, 2005; Kaës, 2003; Gus, 2005; Ramos e Nascimento, 2008). Pois, segundo esta representação, sem a configuração de pai, mãe e filhos não há família. As configurações diversas deste modelo, então, significariam a substituição da família por a qualquer outra instituição.

Os elementos periféricos mais distantes do núcleo muitas vezes são indicativos de uma mudança progressiva, que começa a se instalar na representação, mas também podem consistir de aspectos que resistem à mudança e, num processo progressivo, tornam-se menos importantes, sem deixar de compor a representação. A história da família no Brasil nos leva a supor que os avós e tios poderiam ter sido nucleares no século XX, quando a família era extensa e agrupava estes e outros parentes numa mesma habitação sob o comando dos mais velhos. No entanto, o movimento higienista colaborou para a propagação de uma representação de família nuclear que prevalece atualmente, mas os avós e tios ainda resistem

na representação, mesmo que periféricamente. O interessante é que, apesar da evocação da esposa, o marido não foi evocado. Possivelmente isso se deve ao fato de o homem ter sido socialmente colocado no âmbito público enquanto a mulher no privado, sendo a responsável pelo bem estar da família.

Apenas dentre os elementos periféricos encontramos as funções da família: garantir a **educação** e o **cuidado** de seus membros, dando-lhes **segurança** e **proteção** e servindo de **base** e **apoio** para estes. Dentre os elementos periféricos mais distantes encontramos ainda a função de gerar ou assegurar a **vida**, fornecer uma **casa**, um **lar** e ainda garantir a **saúde** e a **religião** dos membros, dando-lhes **aconchego** e **força**. Observa-se que os filhos encontram-se como núcleo ou razão da família, sendo a maioria das funções evocadas voltadas a estes. Como as funções não são elementos nucleares, podemos supor que um grupo que não obedeça a configuração triangular, mas que desempenhe todas funções de educação, proteção, saúde e moradia, não é considerado uma família. Esta concepção que impregna o senso comum encontra eco numa parcela da literatura científica (Habigzang & cols., 2005; Alves & Emmel, 2008; Pereira, Santos & Williams, 2009; Antoni & Koller, 2000a) que associa problemas psíquicos, violência urbana e outros males às configurações familiares não tradicionais e se distancia de uma outra parcela de autores (Fonseca, 2002; Amazonas & cols., 2003; Souza & cols., 2007 Villasanti, 2004) que se preocupam em desmistificar a ideia de hegemonia da família nuclear conjugal e criticam a tendência de se analisar como problemáticos quaisquer desvios desse padrão.

Apenas dentre os elementos periféricos mais distantes encontramos aspectos que indicam conflitos ou dificuldades, como: **briga**, **trabalho** e **conflito**. São elementos pouco expressivos que podem indicar que a representação desse ideal de família começa a ser abalada por aspectos de realidade presentes nos mais diversos contextos familiares. A ênfase dada aos conteúdos considerados positivos e a quase omissão de sentimentos ou aspectos considerados negativos indica o quanto o ideal se sobrepõe ao vivenciado nesta representação

de família. Evidencia-se uma necessidade social de manutenção e propagação de um modelo a ser seguido por meio de uma construção normativa e prescritiva.

Esta reflexão ganha mais ênfase quando observamos ainda as palavras **importante** e **boa** que denotam uma avaliação positiva e a grande importância atribuída à instituição familiar. Estas se associam ao elemento nuclear que afirma que a família é **tudo** para seus membros ou para a sociedade. Outro dado relevante é a sacralização da família que pode ser observada com a presença da palavra **Deus** entre os elementos nucleares. A família, então, ainda é vista como uma dádiva, um bem divino. Isto pode se justificar pela norma familiar ter sido associada à noção da sagrada família, propagada como modelo desde a renascença. Este dado evidencia a permanência da religião ancorando a noção da família e contradiz o discurso assumido por alguns autores (Lima, 2002; Parreira & Justo, 2005; Kaës, 2003; Gus, 2005) que afirmam a ausência de referenciais duradouros e a falência de valores fundantes do psiquismo.

Por meio destes dados, nos deparamos com uma representação de família essencialmente normativa, ancorada, entre outros aspectos, no modelo cristão da sagrada Família e com poucos elementos funcionais, que se referem às vivências e práticas sociais. Possivelmente a literatura propaga a falência da instituição familiar por tomar como referência este modelo compartilhado pelo senso comum e por desconsiderar a noção da família como uma instituição em constante transformação, com múltiplas configurações, conflitos e com afetos ambíguos. Esta reflexão já foi levantada por diversos autores os quais propõem que os problemas familiares atuais encontram sua origem na instituição de um modelo oficial normativo de família nuclear monogâmica patriarcal burguesa, e este modelo propiciaria a invisibilidade e desqualificação de outros formatos de família (Berenstein, 2002; Birman, 2009; Narvaz & Koller, 2005). Esta reflexão será mais bem ilustrada adiante, no item 5.7 Neste, discutiremos os resultados das evocações relativas à família do passado, do presente e do futuro. No entanto, antes discutiremos as variações intergrupais encontradas nesta representação normativa da família.

4.3. A Família e suas variações no espaço social

Considerando que as representações são princípios geradores de tomadas de posição ligados a inserções específicas (Doise, 2002), buscamos identificar as heterogeneidades nesta representação de família e levantamos hipóteses a respeito dos universos simbólicos que as ancoram. Isto foi feito com o objetivo de compreendermos como e porque os indivíduos se diferenciam nas suas relações com o objeto família.

4.3.1. Variações referentes ao sexo

Tabela 2: Evocações típicas por sexo relativas ao estímulo família (Teste t).

Palavras típicas	Feminino			Masculino			
	Teste t*	freq		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		fem	masc			fem	masc
Compreensão	2,49	42	18	Amizade	2,50	31	47
Mãe	1,68	53	31	Irmãos	2,80	14	29
União	1,76	21	09				

Nota: número de palavras diferentes: feminino= 191; masculino= 195; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Na tabela acima podemos observar que são poucas as diferenças significativas entre homens e mulheres. Dentre elas, temos **irmãos** e **amizade** como palavras típicas masculinas e **compreensão**, **união** e **mãe** como palavras típicas das mulheres. A maior frequência da palavra mãe entre as mulheres era esperada, posto que este é o papel que elas mesmas assumem ou assumirão em suas famílias. Não se espera o mesmo dos homens porque o papel deles na família é menos enfatizado devido à sua formação menos voltada ao mundo doméstico. Essa ênfase dada à maternidade, a compreensão e união pelas mulheres ancora-se no ideal de mulher-mãe construído historicamente. A mulher-mãe emotiva, compreensiva, voltada a união da família compõe o imaginário popular do que vem a ser o feminino em oposição à razão e à força associada ao masculino. Ao assumir a função social de garantir a unidade da família, a compreensão torna-se uma qualidade indispensável às mulheres. Já os homens, menos voltados para o ambiente doméstico da família, priorizam a relação horizontal entre irmãos e o sentimento de amizade.

4.3.2. Variações referentes à escolaridade

Outra variável que implica maiores especificidades é a escolaridade, como se pode observar na Tabela 3:

Tabela 3: Evocações típicas por escolaridade relativas ao estímulo família (Teste t).

Palavras típicas	Fundamental/Médio			Superior/Pós-graduação			
	Teste t*	freq		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		fund	sup			fund	sup
Deus	2,34	53	16	Briga	2,02	06	10
Carinho	1,84	76	30	Dedicação	2,47	09	15
Educação	1,65	42	15	Irmãos	1,82	21	22
Felicidade	1,65	31	10	Segurança	1,96	14	17
				Aconchego	2,52	05	11

Nota: número de palavras diferentes: fund/méd= 208, sup/pós= 176; * Teste t à $p \leq 0,05$.

A escolaridade parece ser um aspecto mais influente na representação social da família do que o gênero, modulando algumas especificidades na representação em questão. Isso se justifica ainda pelo fato de na nossa sociedade a escolaridade constituir um importante indicador da classe social, a qual é quase sempre uma variável importante no que se refere a produção de representações sociais. As pessoas que possuem até o ensino fundamental destacam mais **Deus**, a **educação**, o **carinho** e a **felicidade**. Já as pessoas com formação superior pensam a família como **segurança** e **aconchego** e destacam mais a **dedicação**, as **brigas** e os **irmãos**. É interessante ressaltar que as pessoas com escolaridade mais baixa citaram a educação mais do que aquelas com nível superior, possivelmente a dificuldade de escolarizar-se faz com que a educação informal, oferecida no interior da família, adquira maior relevância. A aproximação com o divino também é uma marca distintiva deste grupo, bem como a noção da família como fonte de felicidade e carinho. Observa-se que este grupo compartilha uma RS mais idealizada e ancorada nos ideais cristãos. Já as pessoas com nível superior, que possuem maior acesso a educação formal, se preocupam mais em oferecer ou receber segurança e aconchego. Relatam a necessidade de dedicação e a existência das brigas. Parece que o aumento da escolaridade implica um olhar menos normativo e menos ancorado no discurso religioso, o que acaba por gerar uma representação um pouco mais funcional e concreta sobre a família.

4.3.3. Variações referentes à faixa etária

A faixa etária também constitui uma variável relevante no que se refere às especificidades na representação da família. Isto pode ser observado nas tabelas seguintes.

Tabela 4: Evocações típicas dos idosos relativas ao estímulo família (Teste t).

Palavras típicas	Idosos x Jovens			Idosos x Adultos			
	Teste t*	freq		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		idosos	jovens			idosos	adultos
Paz	2,33	17	05	Base	1,86	21	16
Educação	3,37	27	06	Educação	1,64	27	24
				Lar	2,18	11	05
				Deus	1,31	27	25
				União	1,34	82	93

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 130; adultos= 188; idosos= 141; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Dentre as evocações típicas dos idosos, tanto em relação aos jovens como aos adultos, está a **educação**. A noção de **base**, **lar**, **união** e **Deus** são significativamente mais frequentes para os idosos do que para os adultos e a **paz** é mais enfatizada entre os idosos do que entre os jovens.

Tabela 5: Evocações típicas dos adultos relativas ao estímulo família (Teste t).

Palavras típicas	Adultos x Jovens			Adultos x Idosos			
	Teste t*	freq		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		adultos	jovens			adultos	idosos
Educação	2,09	24	06	Pai	1,69	32	13
Paz	2,25	23	05	Harmonia	-	18	00
Harmonia	1,66	18	05	-	-	-	-

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 130; adultos= 188; idosos= 141; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Já os adultos têm como evocação típica a **harmonia**, tanto em relação aos idosos, quanto aos jovens. A **paz** e a **educação** também são mais lembradas pelos adultos do que pelos jovens e **pai** é uma evocação típica em relação aos idosos.

Tabela 6: Evocações típicas dos jovens relativas ao estímulo família (Teste t).

Palavras típicas	Jovens x Adultos			Jovens x Idosos			
	Teste t*	freq		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		jovens	adultos			jovens	idosos
união	1,39	93	73	Pai	1,81	22	13
-	-	-	-	Pais	1,70	11	05

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 130; adultos= 188; idosos= 141; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Os jovens, por sua vez, lembram de **pai** e **pais** mais que os idosos e de **união** mais que os adultos. Observamos, então, que a inserção social relativa à faixa etária implica poucas especificidades na estrutura relativa a representação de família.

O destaque dado à educação pelos idosos pode se justificar porque no passado a educação era considerada um bem mais valioso que atualmente e era função da família socializar e produzir bons cidadãos através da educação. Os mais velhos priorizam valores como civilidade, boas maneiras e controle social e, para eles, garantir a educação seria a principal função da família, função esta que cada vez mais passa a ser responsabilidade do estado. Este termo também é mais relevante para adultos do que para os jovens, possivelmente porque faz parte do universo de preocupação deles a educação dos filhos, os quais não pensam ainda nesta questão para além de sua própria educação formal. A paz e a harmonia também parecem não ser aspectos relevantes para os jovens, que socialmente possuem a incumbência de questionar, propor novidades, provocar. Para estes a família é um espaço de conflitos de perspectivas e de disputa pelo lugar/poder social mais do que um ambiente de paz e harmonia.

Enquanto os adultos se preocupam em educar e manter a paz e a harmonia, os jovens se preocupam mais com a união da família, assim como os idosos. Os jovens e os adultos evocam os pais mais que os idosos. Os primeiros estão em sua maioria vivendo numa relação direta e em dependência dos pais, que são figuras elementares a sua sobrevivência. Os adultos, além de muitos possuírem relações com seus pais, ser pai ou mãe é uma de suas mais importantes funções sociais. Já os idosos em sua maioria não possuem mais os pais e ser pai não é mais sua principal tarefa. Estes lembram mais Deus e da família como base e lar mais do que os adultos. Possivelmente pelo seu lugar social e na família, os idosos pensam em funções mais abstratas da família, enquanto os adultos que precisam construir suas famílias e criar seus filhos se preocupam mais em educá-los e manter a ordem ou a paz.

Podemos, então, concluir que o objeto família comporta poucas especificidades intergrupais, tendo em vista que esta representação atua como um modelo social consensual. A representação parece assumir a função de manutenção de uma instituição fundamental na estruturação da sociedade atual por meio da afirmação de valores ancorados na ideologia cristã, que são estruturantes não só da família, como da sociedade como um todo, pois se pautam em oposições fundantes do pensamento ocidental: sagrado x profano; puro x impuro; razão x emoção. Neste caso, a família atua como uma micro sociedade que irradia suas características para o macro universo social. Desta forma, a representação funciona com vistas à manutenção de relações de poder e lugares ou papéis sociais já arraigados e quase consensuais no universo estudado: o masculino e o feminino, as diferenças entre pais e filhos, ou intergeracionais, os papéis de marido e esposa, entre outros. Assim, propomos que estamos diante de uma representação hegemônica, a qual não recebe significativas modulações a partir de diferentes lugares sociais.

Considerando esta representação de família tão positivada, perguntamo-nos se o discurso que encontramos na mídia e na literatura científica sobre a “crise familiar” realmente não encontra referente no pensamento do senso-comum. Possivelmente o método da Associação Livre relativa ao termo família não foi capaz de acessar os conflitos e paradoxos presentes no objeto, detectando apenas um modelo hegemônico ideal. O que também indica que quando se trata deste objeto, as normas são mais fortemente compartilhadas e enfatizadas do que os aspectos funcionais.

4.4. A família e suas variações no tempo

As estruturas das representações emergentes dos outros três termos indutores - família do passado, família do presente e família do futuro - induzem os participantes a refletirem sobre a família numa perspectiva mais concreta, remetendo-os às práticas sociais de cada tempo. Com isso, conseguimos compreender a questão da suposição da crise familiar e

adentrar um pouco mais nas contradições e ambiguidades que o objeto família comporta. Estas análises também possibilitaram a identificação de diferentes posicionamentos ancorados por universos simbólicos específicos a cada faixa etária. Apresentaremos, então, as análises relativas a cada estímulo separadamente e, posteriormente, faremos análises comparativas entre os grupos etários.

4.4.1. O que é a família de antigamente?

A família de antigamente parece menos idealizada que a representação genérica de família, ela é pensada como um grupo **rígido** e **unido** que se **respeita** acima de tudo, mas que também se **ama**, é **honesto** e tem com principal função a **educação**. Os elementos nucleares permanecem marcados principalmente pelos sentimentos/valores positivos, mas enquanto o principal para a representação de família é o **amor**, a família de antigamente é lembrada prioritariamente pelo **respeito**. No entanto, a **união** e o **amor** também são elementos nucleares, marcando as semelhanças entre ambos os objetos. Como aspectos nucleares específicos da família de antigamente, temos a **honestidade** e a **rigidez**. Possivelmente a palavra honestidade marca uma oposição com a atualidade, quando este valor supostamente perde parte de sua importância. Já a palavra **rigidez**, evocada com uma frequência bastante elevada, vai ser especificada nos quadrantes periféricos por significantes que descrevem uma família pautada em relacionamentos autoritários. A **educação** é o último significante nuclear, marcando uma diferença em relação ao estímulo família. Este dado ajuda a compreendermos porque os idosos evocam significativamente mais a educação que os adultos e jovens em relação à família. Podemos supor que as pessoas compartilham a noção que a educação já foi mais relevante para a família no passado do que é hoje.

Tabela 7: Evocações relativas à “família de antigamente”.

		Média de importância <2,7		Média de importância >2,7			
		Evocações	f	M.I.	Evocações	f	M.I.
Frequência >= 29	respeito		258	1,961	trabalho	66	2,955
	rigidez		119	2,353	muitos-filhos	50	3,480
	união		116	2,483	falta	47	3,213
	amor		98	2,480	religião	41	3,146
	educação		54	2,556	severidade	41	3,317
	honestidade		29	2,483	obediência	35	3,200
				carinho	32	3,063	
				submissão	31	3,419	
				homem-chefe-de-família	30	3,300	
				dificuldade	30	3,567	
09 <= Frequência < 29	conservadorismo		26	1,808	responsabilidade	26	2,923
	repressão		26	2,462	recato	19	3,632
	grande		23	2,348	rural	19	3,421
	autoritarismo		22	2,591	sem-diálogo	17	3,588
	tradição		22	2,273	amizade	16	2,938
	avós		20	2,300	fraternidade	14	3,929
	valores		18	2,167	costumes	13	3,308
	mulher-dona-de-casa		14	2,643	dedicação	12	3,667
	companheirismo		13	2,538	medo	12	3,000
	disciplina		12	2,583	cumplicidade	10	3,900
	mãe		12	1,250	humildade	10	3,000
	patriarcalismo		11	1,818	reunião	10	2,900
	Deus		10	1,600	compreensão	9	2,889
	pai		10	1,800	compromisso	9	3,000
				filhos	9	2,778	
				proteção	9	2,778	

Nota: Nº total de evocações =2186; Nº total de palavras diferentes =398

Temos, então, uma representação de família antiga pautada em sentimentos e valores, mas também em sua função **educativa** e nas **rígidas** relações de poder. Além dos sentimentos/valores (em verde escuro; f=652), a família é pensada a partir da noção de rigidez (em verde claro; f=353), dificuldade (em cor de rosa, f=160) e tradição (em vinho, f=127). Estas categorias são seguidas da configuração (em azul, f=124) e das funções da família (em vermelho; f=104).

Os valores e sentimentos aparecem com menos ênfase dentre os elementos periféricos próximos, sendo representados apenas pelas palavras **carinho** e **companheirismo**. Já no quadrante periférico mais distante do núcleo esses sentimentos retomam sua força com significantes como: **responsabilidade**, **amizade**, **fraternidade**, **dedicação**, **cumplicidade**, **humildade**, **compreensão** e **compromisso**.

Os elementos ligados às funções da família também são pouco enfatizados dentre os periféricos. Além de **educação** que é nuclear, encontramos **religião** como periférico próximo e **proteção** como distante. Estes dados evidenciam uma noção da família cujos sentimentos eram menos relevantes e que servia principalmente para educar com rigor, transmitir a religião e proteger. Observemos que as funções de saúde, cuidado, lar e apoio, presentes na representação da família genérica não se encontram na família de antigamente. Os itens relativos à composição da família não estão presentes no núcleo da representação e passam a constar principalmente nos quadrantes periféricos próximos. Tem-se uma família **grande** composta por **muitos filhos**. Os **avós** foram lembrados mais que o **pai** e a **mãe**, e os **filhos** são evocados apenas dentre os elementos periféricos mais distantes.

Esta composição nos remete às famílias coloniais cuja estrutura perdurou até o fim do século XIX. Nestas grandes famílias extensas, a figura dos mais velhos era centralizadora e os filhos, que eram muitos, não tinham a importância que possuem atualmente. Naquela época, a família era um acordo pautado na possibilidade de ampliar o patrimônio e garantir mão de obra e proteção, posto que aquele era um momento de muita violência em que a lei não exercia seu papel como guia de condutas. A religião é que tinha essa função, como referencial de valores e como discurso explicativo da realidade. Portanto, cabia à família aproximar seus membros da religião como uma forma de educação. Educação esta que ficava a cargo exclusivamente das famílias, posto que o Estado ainda não assumia essa responsabilidade como o faz hoje.

Quanto aos significantes relativos às dificuldades, temos a própria palavra **dificuldade**, **trabalho** e **falta** dentre os elementos periféricos próximos. Além de uma especificação da falta, a expressão **sem-diálogo** consta no último quadrante. As dificuldades de antigamente não são os conflitos e brigas presentes na noção de família genérica. Estes eram mais raros devido às relações de autoridade e submissão que se estabelecia. As dificuldades se referiam tanto às más condições sócio-econômicas, quanto à rigidez. Essa hipótese é fortalecida pelas palavras

que estão englobadas no significante falta. Este foi obtido pelo artifício de somar a palavra falta a cada expressão de ausência, permitindo isolar todas as expressões que representam a ausência ou necessidade de algo, como sem-diálogo e falta-de-dinheiro. Além destas, temos a falta de eletricidade, de conhecimento, de estudo e também a falta de liberdade, diversão, compreensão, vida, sexo e intimidade.

No que se refere ao trabalho, este se relaciona à família como produtora de renda e engloba expressões como: trabalho-duro, trabalho-pesado, trabalho-cedo, trabalho-rural. Isto indica que o trabalho era visto como um valor a ser exaltado, devido à dificuldade da vida em um passado permeado pela demanda do trabalho mais braçal que intelectual. Vale ressaltar que antigamente as relações familiares se confundiam com as relações de trabalho e, muitas vezes, os filhos eram reconhecidos como mão-de-obra, principalmente no campo e família era um núcleo de produção, um contexto de trabalho.

Uma das categorias específicas da família de antigamente é encontrada apenas nos quadrantes periféricos e se refere à preocupação com a tradição. Esta categoria é composta por palavras como **conservadorismo**, **tradição** e **valores**. Nos elementos periféricos mais distantes, temos ainda o **recato**, **costumes**, **reunião** e **rural**. São elementos que poderiam ser enquadrados em outras categorias. No entanto, optou-se por separá-los a fim de dar destaque às especificidades referentes a cada estímulo indutor referente a presente, passado e futuro. Esta categoria expressa a preocupação antiga com a conservação dos hábitos e valores tradicionais, além de exprimir um estilo de vida mais comum em ambientes rurais, com grandes reuniões familiares e com a preocupação com o recato das mulheres e a manutenção dos “bons costumes”. A palavra reunião engloba encontros como almoço-em-família, comemoração, família-reunida e denota uma prática de convivência familiar que era mais intensa há décadas atrás. Esta categoria pode coadunar aspectos positivos de lembrança com um ar nostálgico, mas também pode significar uma crítica a esse conservadorismo, numa perspectiva próxima à categoria seguinte.

A última categoria trata da **rigidez**, que é um elemento nuclear, e possui dentre os elementos periféricos próximos termos como: a **severidade**, a **obediência**, a **submissão**, a **repressão**, o **autoritarismo** e a **disciplina**. Além destas palavras, tem-se **homem-chefe-de-família**, **mulher-dona-de-casa** e **patriarcalismo**. Há ainda o **medo** no último quadrante. Estas palavras retratam um tipo de relação de poder pautada na autoridade da figura paterna e na submissão de mulheres e filhos. A família patriarcal é representada com foco na rigidez e na repressão que o homem chefe de família impunha com disciplina e severidade à mulher dona de casa e aos filhos, que, por medo, só podiam obedecer e se submeter ao autoritarismo.

Devido às outras sessões do instrumento de coleta referir-se aos anos dourados, pode-se pensar também que, para os jovens, a família de antigamente data da década de 60/70, período em que o país viveu uma grave ditadura. Neste caso, palavras como disciplina, repressão, medo, submissão, obediência e autoritarismo podem estar a serviço de delinear o contexto em que vivia a família, descrever o meio social e as relações extrafamiliares da época e não as relações intrafamiliares. Esta questão deverá ser esclarecida no Estudo 2.

Por fim, **Deus** surge com menos ênfase que na família genérica, dentre os elementos periféricos. A família recente nuclear pautada no amor e carinho e focada nos filhos é que é vista como uma obra divina e se fundamenta numa ideologia que remete à imagem de Deus. No passado a família era vista como uma unidade de produção, proteção e era menos pautada nos afetos. A imagem da Sagrada Família como modelo de união e amor familiar só começou a ser vinculado no Brasil com a reforma higienista, apesar de que antes disso a religião já fazia parte da vida das pessoas.

Observamos que a família ideal, pautada no afeto e na triangulação pai-mãe-filhos, se difere da representação da família de antigamente, a qual apresenta um caráter menos normativo e mais funcional, descritivo. Possivelmente a delimitação temporal “antigamente” provoca nas pessoas a tendência de pensar a família numa perspectiva mais concreta, resultando numa representação mais funcional. Esta abarca aspectos considerados tanto

negativos quanto positivos e enfatiza a concepção de uma instituição rígida com função educativa, permeada pelo respeito, amor e honestidade.

Após discutirmos a estrutura geral da representação social da família de antigamente, observaremos se há variações significativas na forma de conceber este objeto em diferentes faixas etárias.

Tabela 8: Evocações típicas dos idosos relativas ao estímulo família de antigamente (Teste t).

Palavras típicas	Idosos x Adultos			Idosos x Jovens			
	Teste t*	Freq.		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		idosos	adultos			idosos	jovens
Educação	1,75	25	21	Fraternidade	2,90	07	25
Fraternidade	1,71	09	05	Obediência	2,17	05	16
Honestidade	1,85	15	10	Respeito	1,88	58	88
Religião	2,83	25	14	União	3,95	20	59
União	3,92	59	37				
Rigidez	2,00	44	40				

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 204; adultos= 65; idosos= 149; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Tabela 9: Evocações típicas dos jovens relativas ao estímulo família de antigamente (Teste t).

Palavras típicas	Jovens x Adultos			Jovens x Idosos			
	Teste t*	Freq.		Palavras típicas	Teste t*	Freq.	
		jovens	adultos			idosos	jovens
Rural	1,87	10	06	Carinho	1,82	13	06

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 204; adultos= 65; idosos= 149; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Observamos que os idosos apresentam maiores especificidades, enquanto os adultos, que não possuem nenhuma palavra típica, correspondem a uma faixa de idade intermediária entre as outras duas. As palavras típicas para os jovens são aspectos que lembram a **vida do campo** e o **carinho**. Como a família de antigamente é mais distante deles, estes lançam um olhar sobre o contexto, descrevendo um estilo de vida. Este olhar parece um tanto romantizado, voltado ao bucólico e destacando o carinho como uma expressão de afeto que os próprios idosos desconsideram.

Já os idosos evocaram mais a **fraternidade** e a **união** que os demais, bem como a **obediência** e o **respeito** na comparação com os jovens; também lembraram mais da **religião**, da **educação**, da **honestidade** e da **rigidez** que os adultos. Tendo em vista que os idosos se aproximam mais da família de antigamente por terem feito parte dela, estes tendem a pensá-la de forma mais positiva, destacando a união, honestidade, fraternidade, o respeito e a

religião. Até como uma forma de diferenciar e ressaltar esta família com fortes valores morais da família atual. Este olhar nostálgico sobre o passado também é permeado por elementos do vivido, destacando-se a rigidez e a obediência que possuem relação com a educação, também enfatizada por eles. Estas expressões também podem remeter a um passado considerado melhor, no qual as pessoas eram educadas e obedeciam a rígidas autoridades.

Cabe salientar que quando os idosos falam da família de antigamente, estão falando do endogrupo enquanto a família atual e do futuro pode ser compreendida como a família “dos outros”, o exogrupo. Haveria, portanto, a tendência de uma avaliação positiva do endogrupo em detrimento do exogrupo como forma de marcar a identidade social positiva (Tajfel, 1982). Considerando ainda a memória como uma representação social do passado, ou seja, uma ressignificação do objeto a partir do contexto atual e ponderando as relações de poder na sociedade, bem como a função identitária da representação social, esperamos um olhar mais positivado dos idosos sobre a família de antigamente, um olhar que se diferencia dos demais grupos não só pela experiência vivida, mas pela função do idoso de frear as mudanças e prezar pela manutenção e estabilização dos valores e práticas tradicionais. É preciso ver a “minha família” como algo positivo e como um modelo a partir do qual avalio a “família dos outros”, ou seja, a atual e a do futuro.

Muitas das questões levantadas na interpretação dos dados relativos à família de antigamente podem ser esclarecidas ao opormos esta estrutura aos dados provenientes do estímulo “família atual”.

4.4.2. O que é a família atual?

A família de hoje é pautada principalmente na **falta** de quase tudo aquilo que predomina na representação genérica da família. A estrutura só não é uma negação completa do ideal de família porque além da constatação da falta, os mesmos sentimentos/valores também se fazem presentes nas evocações, a qual é marcada por estas oposições: amor x sem amor, união x sem união, respeito x sem-respeito, diálogo x sem diálogo. Apesar de ser uma

família em que predomina a falta, ainda há o **amor** e a **união**, evocados em número muito maior, ambos mais importantes do que sua falta: **sem-amor e sem-união**. Outra expressão típica da família atual é a **liberdade**. Este significante pode ser evocado como algo positivo, uma conquista em relação à família rígida e autoritária de antigamente. Mas também pode denunciar um excesso no viés da libertinagem.

Para analisar os dados da tabela 10 abaixo, mantemos as categorias presentes nas análises anteriores, como os sentimentos/valores (em verde escuro; f=364), as dificuldades (em rosa; f=221), as funções (em vinho; f=171), a configuração (em azul; f=104) e ainda acrescentamos mais duas que são características apenas da família atual: a falta (em vermelho; f=495) e a as características específicas da chamada “família moderna” relativas à liberdade (em verde claro; f=222).

Tabela 10: Evocações relativas ao estímulo “família atual”.

		Média de importância <2,78		Média de importância >2,78			
		Evocações	f	M.I.	Evocações	f	M.I.
Frequência >= 45	Falta		595	2,869	sem-respeito	131	2,885
	liberdade		145	2,145	sem-união	81	2,864
	amor		134	1,881	educação	56	3,143
	sem-amor		62	2,452	respeito	52	2,904
	união		52	2,500	carinho	47	3,191
11 <= Frequência < 45	diálogo		32	2,750	trabalho	31	3,065
	amizade		31	2,774	separação	29	2,793
	moderna		31	2,194	briga	28	3,286
	Deus		30	1,267	poucos-filhos	28	2,893
	filhos		29	2,276	sem-religião	28	3,036
	sem-estrutura		26	2,308	droga	25	2,840
	sem-obediência		21	2,667	dificuldade	19	3,316
	pais		19	2,211	conflito	18	3,167
	individualismo		18	2,722	felicidade	17	3,059
	sem-tempo		18	2,444	compreensão	15	3,733
	companheirismo		16	2,563	estudo	15	3,267
	mãe		14	2,429	violência	15	2,933
	pequena		14	1,929	independência	14	2,786
	rebeldia		13	2,769	bagunça	13	3,077
	sem-emprego		13	2,462	sem-diálogo	11	3,000
	ausência		12	2,250			
	sem-compreensão		12	2,750			
sem-educação		12	2,750				
sem-limite		11	2,455				

Nota: Nº total de evocações =2891; Nº total de palavras diferentes =420

Os sentimentos/valores aparecem com ainda menos ênfase do que na família de antigamente e na família genérica. Além do **amor** e da **união**, que são nucleares, temos o **respeito**, o **carinho**, o **companheirismo**, a **amizade**, e, no último quadrante, a **felicidade** e a **compreensão**. Apesar da pouca ênfase e das suas negações, estes sentimentos ainda parecem ser aquilo que possibilita que se chame essa instituição de família. Além da existência de pais e filhos e da educação, eles são os únicos elementos comuns às estruturas referentes à família e a família de antigamente,

As funções da família são resumidas em apenas **educação**, encontrada dentre os primeiros elementos periféricos e o **estudo**, dentre os distantes. A família agora é pensada como não estando mais preocupada em apoiar, proteger, ser um lar, transmitir a religião e garantir a saúde. A única função, ainda que não seja nuclear, é garantir a educação, principalmente formal.

A configuração da família atual é evocada composta pelos **filhos** e pelos **pais**, principalmente a **mãe**. É uma família em processo de encolhimento, **pequena** e com **poucos filhos** e muitos filhos únicos.

Enquanto as famílias encolhem, as dificuldades crescem e se transformam. As dificuldades comuns às outras estruturas surgem apenas dentre os elementos periféricos mais distantes: **trabalho**, **briga**, **dificuldade** e **conflito**. A briga e o conflito estão presentes na representação da família genérica, não existem na família de antigamente e passam a existir na atualidade. Possivelmente em decorrência da mudança para relações mais igualitárias, onde se permite maior liberdade, autonomia e questionamento do que nas rígidas famílias de antigamente marcadas pela obediência. Outras dificuldades surgem apenas na família atual, como: o **individualismo**, a **ausência** dos membros, a **rebeldia** dos filhos e o uso de **drogas**. A rebeldia remetida aos adolescentes e as drogas são consideradas os grandes problemas da família atual na literatura. As **separações** também se tornam constantes, principalmente no que diz respeito aos divórcios, mas incluem as separações entre pais e filhos devido a pouca

convivência. Este estado é considerado de plena **bagunça** e desorganização familiar, de modo que a família passou a ser considerada um contexto de **violência**. Vale salientar que o termo violência também pode estar relacionado à situação social extrafamiliar, podendo-se pensar numa família que, apesar de não ser violenta, está inserida num contexto social violento que a influencia. Mas na literatura psicológica encontramos a associação da família com a violência, seja na forma de contexto (Antoni & Koller, 2000a; Habigzang & cols., 2005; Alves & Emmel, 2008; Pitanguy, 2002; Mattar & Carreteiro, 2003; Couto, 2005; entre outros) seja na forma causa, sendo a família culpabilizada pela violência urbana (Lordelo, Bastos & Alcântara, 2002; Castro & Guareschi, 2008; Branco & Demarchi, 2008).

As faltas também expressam as dificuldades, mas criamos uma categoria específica para elas porque surgem na família da atualidade com grande expressividade. A principal falta é de **amor**, mas a **falta de respeito** e **de união** são evocadas com maior frequência. A falta destes elementos nucleares à representação da família genérica poderia nos levar a afirmar que na atualidade os sujeitos não veem famílias, mas sim sua ruína, seu oposto, pois afirma-se um estado de necessidade daquilo que é mais fundamental à representação genérica da família. No entanto, como já foi discutido, a falta destes elementos coexiste com sua presença mesmo que com menor intensidade. Isto nos impede de afirmar uma não-família e nos leva a crer que estamos diante de um objeto polêmico em um importante momento de mudança. Mais ainda há algumas faltas que são lembradas enquanto suas presenças não são evocadas como: a **falta de obediência**, **de limite** e a **falta de religião**. Neste caso, podemos inferir que há maior consenso quanto à ausência ou a necessidade destes itens que estavam presentes na família de antigamente e não estão mais na atualidade. Há ainda a **falta de emprego**, enquanto na família de antigamente o que se destacava era o trabalho duro. A **falta de compreensão** e **de diálogo** também foram evocadas na família atual, mas com menor ênfase. O diálogo é um item interessante na medida em que ele não estava presente na família de antigamente e emerge como uma prática presente na família atual, ao mesmo tempo em que

se denuncia sua falta. Pode-se pensar que o diálogo é surge como um valor da atualidade em consequência da adesão de ideal de família pautado em relações mais horizontais e igualitárias, mas que ainda não acontece como a sociedade espera. Diante de tantas dificuldades e faltas, temos a **falta de estrutura**, ou seja, a tão falada “família desestruturada”. Uma importante questão que nos colocamos neste momento é que estrutura é essa que falta à família? Será o afeto mais presente à família genérica, ou a rigidez e a tradição de antigamente? Ou a estrutura enquanto configuração de pai, mãe e filhos?

Por fim, temos algumas características da chamada família moderna que não constituem necessariamente dificuldades ou problemas. Além da **liberdade** que é um elemento nuclear, o **diálogo** surge como balizador das novas relações pautadas na **independência** entre os membros da família **moderna**. Esta independência pode estar relacionada com o individualismo e a separação, mas certamente encontra raízes na liberdade. Pode significar uma independência financeira, devido à entrada da mulher e dos filhos no mercado de trabalho quando estes ainda coabitam na casa dos pais, mas também pode refletir uma independência de opiniões, de decisões de vida, que na família de antigamente cabiam unicamente ao pai. Com uma frequência próxima à falta de religião, **Deus** ainda resiste na família da atualidade, mantendo-se como mais uma das tantas oposições que marcam essa família.

O senso comum parece perceber um movimento histórico de modernização da família descrito por Figueira (1987). A família de antigamente era regida pelo modelo hierárquico, no qual as pessoas se definem por sua posição, sexo e idade e as relações familiares são pautadas na rigidez e obediência ao homem e ao adulto e no exercício da disciplina. Já a família atual seria pautada no modelo igualitário que pressupõe uma identidade idiossincrática e a igualdade entre os membros e as noções de certo, errado e desvio perdem clareza e se instala a pluralidade de escolhas limitadas apenas pelo respeito a individualidade do outro. No os

participantes entendem que esta liberdade soma-se ao individualismo, acarretando uma desestruturação da família e a falta de seus aspectos ideais.

Observemos se existem especificidades nas estruturas da representação de diferentes faixas etárias:

Tabela 11: Evocações típicas dos idosos relativas ao estímulo família atual (Teste t).

Palavras típicas	Idosos x Adultos			Palavras típicas	Idosos x Jovens		
	Teste t*	freq			Teste t*	freq	
		idosos	adultos			idosos	jovens
Sem-amor	2,65	33	25	Sem-amor	4,01	33	06
Falta	3,35	227	225	Falta	5,33	227	112
Sem-estrutura	1,84	13	09	Educação	2,65	23	07
Sem-união	2,60	39	32	Sem-união	2,73	39	16
Trabalho	2,25	16	10				

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 217; adulto= 282; idoso= 179; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Mais uma vez os idosos possuem mais palavras típicas. A ideia genérica de **falta**, principalmente a falta **de amor** e **de união**, são elementos típicos deles. Novamente, a **educação** é mais lembrada pelos idosos do que pelos jovens. Assim como, os mais velhos evocaram mais a **falta de estrutura** e o **trabalho** do que os adultos.

Tabela 12: Evocações típicas dos adultos relativas ao estímulo família atual (Teste t).

Palavras típicas	Adultos x Jovens			Palavras típicas	Adultos x Idosos		
	Teste t*	freq			Teste t*	Freq.	
		adultos	jovens			adultos	idosos
Falta	2,53	112	225	Carinho	2,10	26	07
Sem-amor	1,98	25	06				

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 217; adulto= 282; idoso= 179; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Os adultos, por sua vez, destacam mais as **faltas**, principalmente **de amor**, do que os jovens e o **carinho** mais do que os idosos. Já os jovens evocaram mais as **dificuldades** do que os adultos. Os jovens e os adultos destacam o carinho do que os idosos.

Tabela 13: Evocações típicas dos jovens relativas ao estímulo família atual (Teste t).

Palavras típicas	Jovens x Adultos			Palavras típicas	Jovens x Idosos		
	Teste t*	freq			Teste t*	freq	
		jovens	adultos			jovens	idosos
Dificuldade	1,40	09	07	Carinho	2,91	21	07

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 217; adulto= 282; idoso= 179; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Estes dados indicam que os idosos possuem uma visão mais pessimista da família atual do que os adultos e estes, mais do que os jovens. Estes resultados podem ser compreendidos na medida em que os adultos e os jovens estão falando de “suas famílias”, aquelas pelas quais os adultos são responsáveis e a única que os jovens vivenciaram. Assim admite-se que os idosos tenham a tendência a lançar um olhar mais negativo sobre as práticas dos outros grupos, que muitas vezes negam os valores do passado. Desta forma, eles se colocam numa posição de modelo ou de quem tem algo para ensinar. Os jovens e os adultos também compartilham uma perspectiva pessimista da família atual, no entanto, com vistas a manutenção de uma identidade social positiva, eles assumem uma perspectiva mais positiva que os idosos.

De forma geral, observamos que as pessoas percebem uma família em luta para se manter, pois os elementos fundantes na noção de família estão em falta, ao mesmo tempo que ainda existem e resistem às mudanças sociais. Por isso, ainda temos a família, mesmo que ela não seja mais considerada tudo para os sujeitos. Estes dados evidenciam que o senso comum adere à noção de crise familiar publicada pela psicologia. Questionamo-nos, então: diante desse movimento de mudança, no pensamento do senso comum, a família resistirá ou sucumbirá num futuro próximo? As pessoas se percebem vivendo um momento de reestruturação ou de destruição da família? As respostas referentes à família do futuro nos ajudam a responder essas questões.

4.4.3. O que é a família do futuro?

A família do futuro continua sendo vista de forma pessimista, marcada pela **falta**, principalmente **de união**, mas o **amor** e o **respeito** continuam presentes como elementos nucleares estruturantes da família. Caso exista, será uma família envolta em **tecnologias**, mas devido às suas tantas dificuldades, há grande risco de **extinção**. Trinta e quatro pessoas afirmaram não conseguir imaginar como será família do futuro ou evocaram expressões como imprevisível, incerteza, ou **dúvida**. A tecnologia foi evocada via expressões como cibernética,

virtual, comunicação-virtual, digital, informatizada, robotização, robótica, computadorizada, entre outras. Estas expressões retratam uma perspectiva de que as inovações tecnológicas estarão no cotidiano da família influenciando suas relações, um movimento que já se iniciou nos últimos anos. Já a extinção é um significante que engloba expressões como não-vai-existir, vai-acabar, não-haverá, entre outros.

Tabela 14: Evocações relativas à “família do futuro”.

		Média de importância <2,7		Média de importância >2,7			
		Evocações	f	M.I.	Evocações	f	M.I.
Frequência >= 28	Falta	387	2,835	liberal	88	2,807	
	tecnologia	78	2,244	sem-respeito	78	2,962	
	amor	58	1,724	sem-amor	47	2,702	
	sem-união	50	2,320	poucos-filhos	34	2,912	
	extinção	47	1,574	união	30	2,867	
	respeito	38	2,342	educação	28	2,893	
	dúvida	34	1,176				
09 <= Frequência < 28	mudança	26	2,154	droga	26	3,077	
	dificuldade	21	2,619	individualismo	26	2,885	
	modernidade	19	2,158	sem-religião	26	3,423	
	Deus	18	1,389	independência	24	2,917	
	filhos	18	2,556	separação	22	2,909	
	sem-estrutura	16	2,313	carinho	20	3,200	
	sem-afeto	15	2,533	trabalho	17	2,882	
	sem-alicerce	13	2,692	pequena	15	2,733	
	melhor	12	1,500	estudo	14	3,786	
	egoísmo	11	2,455	dinheiro	13	2,769	
	informação	11	2,545	casa	12	2,833	
	solidão	11	2,636	homossexualismo	12	3,000	
	pais	9	2,333	violência	12	3,417	
				felicidade	11	3,000	
				amizade	10	2,800	
				briga	10	3,400	
				distância	10	2,700	
			sem-emprego	10	3,800		
			compreensão	9	3,556		

Nota: Nº total de evocações = 2180; Nº total de palavras diferentes = 412

Novamente encontramos os dados relativos às seguintes categorias em ordenadas de acordo com a frequência em que aparecem: falta (em vermelho, f=387), expressões típicas da família do futuro relativas à tecnologia e liberdade (em verde claro, f=258), dificuldades (em cor de rosa, f=231), sentimentos/valores (em verde escuro, f=176), configuração da família (em azul, f=88), funções (em vinho, f=67).

Observa-se que a principal marca da família do futuro é a ausência dos elementos definidores da ideia de família. A **união** é o item que os participantes sentem mais **falta**,

seguido do **amor** e do **respeito**. Constata-se ainda a falta de **afeto** e **alicerce**, formando a conhecida família **desestruturada**. De forma mais periférica, destacaram-se a falta de **religião** e de **emprego**.

As características específicas da família do futuro voltadas para a tecnologia e a liberdade poderiam ter sido enquadradas em outras categorias, no entanto optamos por destacá-las numa categoria específica de forma a salientar as especificidades de cada época. Além da **tecnologia**, temos que a família absorverá as **modernidades** e terá mais **informação** o que implicará em **mudanças**. Será uma família ainda mais **liberal** e com membros **independentes**, o que, para alguns é uma família **melhor** que a de hoje.

A possibilidade de **extinção** da família está relacionada a um rol crescente de **dificuldades** que se iniciam na atualidade, mas que também estarão presentes na família do futuro, como o **trabalho** e as **brigas**. Ao **individualismo** se somaria o **egoísmo** e estes implicariam a crescente **separação** e a **distância** física ou afetiva entre os membros, gerando muita **solidão**. Todas essas circunstâncias podem propiciar o aumento do uso de **drogas** e da **violência** intra e extrafamiliar. Mas a família não será apenas as dificuldades ou a falta ainda lembram dos afetos que unem as pessoas.

Os **sentimentos/valores** parecem ser cada vez menos importantes ou menos presentes na família, pois vão diminuindo em frequência e variedade e passam a ser negados. Além do **amor** e **respeito**, temos como elementos periféricos: a **união**, o **carinho**, a **felicidade**, a **amizade** e a **compreensão**.

A configuração da família parece permanecer como na família atual, ou seja, um **pequeno** grupo de **pais** e **filhos** que vem encolhendo, pois geram **poucos filhos**. Mas passa a incluir as relações homoafetivas, que ainda não estão presentes na estrutura referente à família atual. A expressão **homossexualismo** surge apenas dentre os elementos periféricos mais distantes, mas aponta para uma mudança que se inicia, indicando uma possível aceitação, ou ao menos a consideração das configurações familiares não tradicionais. É

interessante notar que os recasamentos e as famílias reconstituídas, com seus membros enteados, madrastas, padrastos, meio irmãos, não foram evocadas nem no estímulo família atual, nem no estímulo família do futuro.

As funções familiares permanecem voltadas à **educação** e ao **estudo**, surge ainda a preocupação em sustentar financeiramente, com o **dinheiro** e em oferecer um domicílio, ou uma **casa**. Destaca-se a ausência de funções como apoio, segurança e outras que encontramos nos demais estímulos.

Percebe-se um receio dos participantes em falar do futuro, muitos não querem responder, outros dizem que é imprevisível. Talvez esse medo se deva a acentuada velocidade das mudanças e o conseqüente desconhecimento do que acontecerá num futuro próximo. Para muitos, pensar a família do futuro é se deparar com sua extinção e isso leva os sujeitos a um estado de conflito: o que virá no lugar? Como as pessoas se organizarão na sociedade? Como viverão? Alguns participantes comentam que a família do futuro vai ser como a de hoje e amenizam o processo de mudança, isso pode gerar certo conforto psicológico necessário para lidar com as incertezas. No entanto, o que observamos é o predomínio de uma perspectiva pessimista das mudanças que a família vem passando ao longo dos anos.

Um fato relevante é que, apesar do pensamento crítico do senso-comum sobre a família do passado, presente e futuro, estas mesmas pessoas, ao pensarem na família de forma genérica, instantaneamente evocaram que a família é tudo, é importante, repleta de afeto e união, base da sociedade, uma instituição quase perfeita. Isto pode se dever a um mecanismo de defesa identitária, uma das funções das representações sociais. O raciocínio subjacente parece ser: a família da atualidade está um caos, mas a minha família é essa ilha de maravilhas que resiste à sociedade turbulenta. Ou, ainda: se todos pensassem e valorizassem a família como eu, o mundo seria melhor.

Podemos compreender ainda que a noção genérica de família funciona como um crivo para o processo de compreensão da realidade, ou de atribuição de sentidos para as

experiências pessoais. Ela não é afetada pela perspectiva negativa das famílias datadas no tempo. Pelo contrário, estas famílias é que são significadas a partir de um modelo genérico que nunca existiu nem vai existir. A questão que se coloca então é porque esse modelo não sofre alterações em função das práticas ou da realidade socialmente significadas como tão negativa? O fato é que a manutenção de uma representação idealizada da família é um impulso do senso comum, uma necessidade em meio ao desmoronamento das certezas e referenciais que será mais bem discutida ao final deste capítulo.

Neste momento, vamos nos deter à tarefa de entender as especificidades de diferentes faixas etárias no que se refere à família do futuro.

Tabela 15: Evocações típicas dos idosos relativas ao estímulo família do futuro (Teste t).

Palavras típicas	Idosos x Adultos			Idosos x Jovens			
	Teste t*	freq		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		idosos	adultos			idosos	jovens
Extinção	3,59	24	09	Sem-respeito	2,32	12	32
Falta	2,50	147	155	Extinção	3,26	24	05
Sem-religião	1,65	14	10	Falta	3,32	147	85
Dúvida	2,51	15	07	Sem-amor	2,38	21	07

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 203; adulto= 265; idoso= 162; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Os idosos possuem uma série de evocações típicas e demonstram novamente um olhar mais pessimista sobre o destino das mudanças que vem acontecendo na família. Eles levantam mais **dúvidas** que os adultos e consideram a possibilidade de **extinção** mais do que os demais grupos, talvez por considerarem mais as tantas **faltas** na família, principalmente de **religião, respeito e amor**. Provavelmente os idosos não estarão vivos para ver a família do futuro, por tanto se permitem pensar em sua **extinção** ou numa família completamente abalada pela **falta**.

Tabela 16: Evocações típicas dos adultos relativas ao estímulo família do futuro (Teste t).

Palavras típicas	Adultos x Jovens			Adultos x Idosos			
	Teste t*	freq		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		adultos	jovens			adultos	idosos
-	-	-	-	Tecnologia	1,69	32	13

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 203; adulto= 265; idoso= 162; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Em relação à família do futuro, os adultos não apresentam grandes especificidades, mas evocam palavras referentes à **tecnologia** mais do que os idosos. Assim como os jovens, que destacam mais **tecnologia** do que os adultos. Estes construirão a família do futuro e parecem temer dizer como ela será, preferem descrever os avanços **tecnológicos** e expressar a **dúvida**, mas destacam a preocupação com a **desunião**.

Tabela 17: Evocações típicas dos jovens relativas ao estímulo família do futuro (Teste t).

Palavras típicas	Jovens x Adultos			Jovens x Idosos			
	Teste t*	freq		Palavras típicas	Teste t*	freq	
		jovens	adultos			jovens	idosos
Dúvida	2,10	12	07	Tecnologia	3,28	33	13
Sem-união	1,78	15	18				
Tecnologia	1,88	33	32				

Nota: número de palavras diferentes: jovens= 203; adulto= 265; idoso= 162; * Teste t à $p \leq 0,05$.

Mais uma vez os resultados apontam que cada grupo vai selecionando os conteúdos que lhes são convenientes e excluindo aqueles incompatíveis com seus interesses e afetos. Encontramos algumas diferenças significativas no que se refere à faixa-etária, indicando novamente um processo de defesa identitária. É fácil compreender que para os idosos considerar a extinção da família é psicologicamente mais confortável do que para os jovens. Mas, além disso, é preciso ressaltar que estas diferenças se ancoram em universos simbólicos diferenciados. Podemos supor que os idosos possuem uma concepção de família mais restrita e pautada nos valores de honestidade, obediência, recato. É a família deles que se pode chamar de família. A instituição na qual a família de antigamente vem se transformando, a partir dos referenciais dos idosos, deixa de ser família e passa a ser outra coisa, na medida em que faltam os elementos básicos para que consideremos determinado grupo como uma família. Comparação estrutural

4.5. Pensando a família no tempo e no espaço social

Para compreendermos melhor a forma como cada faixa etária pensa a família, faremos uma comparação estrutural entre as respostas geradas por cada grupo etário sobre a

a família de antigamente, a família atual e a família do futuro. Temos, então, uma estrutura referente à respostas dos três grupos para cada estímulo.

Pode-se dizer que há algo em comum na forma como os três grupos etários representam a família considerando suas mudanças ao longo tempo, posto que há alguns elementos comuns para os três estímulos indutores (em vermelho nas figuras) e podemos observar também, a presença de alguns elementos nucleares repetidos nos três grupos. Supomos, portanto, que os grupos etários compartilham uma representação social da família, mas para além do campo comum, esta representação sofre modulações a partir da inserção social demarcada pela idade. Ou seja, vários dos elementos possuem níveis de importância variados alguns são comuns apenas a dois dos três grupos etários (em verde e em laranja nas figuras abaixo) e outros são exclusivos de um único grupo (em preto). Observamos, inclusive, que os elementos nucleares possuem especificidades ancoradas nas experiências vividas em diferentes tempos e lugares sociais, que possibilitam a adoção de diferenciados referenciais.

		FAMÍLIA DE ANTIGAMENTE		
		JOVEM (N=163)	ADULTO (N=254)	IDOSO (N=180)
NÚCLEO	Rigidez	Rigidez	Rigidez	Rigidez
	Respeito	Respeito	Respeito	Respeito
PERIFERIA PRÓXIMA	Amor	Educação	Amor	Amor
	União	União	União	União
	Avós	Avós	Avós	Trabalho
	Conservadorismo	Conservadorismo	Conservadorismo	Educação
	Valores	Valores	Valores	Obediência
	Responsabilidade	Responsabilidade	Responsabilidade	Religião
PERIFERIA DISTANTE	Educação	Amor	Amor	Honestidade
		Muitos-filhos	Muitos-filhos	
		Severidade	Severidade	
		Trabalho	Trabalho	
		Companheirismo	Companheirismo	
		Patriarcalismo	Patriarcalismo	
		Repressão	Repressão	
		Tradição	Tradição	
	Carinho	Carinho	Carinho	Severidade
	Dificuldade	Dificuldade	Dificuldade	Muitos-filhos
	Homem-chefe-de-família	Homem-chefe-de-família	Homem-chefe-de-família	Recato
	Mulher-submissa	Mulher-submissa	Mulher-submissa	Dedicação
Rural	Rural	Rural	Fraternidade	
Severidade	Recato	Recato		
Muitos-Filhos	Autoritarismo	Autoritarismo		
Repressão	Costumes	Costumes		
Sem-diálogo	Disciplina	Disciplina		
Trabalho	Grande	Grande		
	Honestidade	Honestidade		
	Obediência	Obediência		
	Proteção	Proteção		
	Religião	Religião		

Figura 19: Estruturas referentes à família de antigamente para jovens, adultos e idosos.

Observamos que para os três grupos, a família de antigamente é pautada na rigidez e no respeito, que são únicos elementos comuns e com o mesmo nível de importância para os três grupos. Outros elementos comuns, mas que assumem diferentes importâncias são o amor, a educação e a união. A família de antigamente pode, então ser resumida como um grupo pautado em rígidas relações de respeito com vistas a educação dos filhos, mas que se ama e permanece unido. Esta estrutura confirma o que as análises estatísticas demonstraram, os jovens e adultos compartilham mais sentidos (em verde), enquanto os idosos possuem maiores especificidades, com apenas poucas aproximações das respostas dos adultos (em laranja). No entanto, observa-se que os adultos possuem uma visão mais diversificada da família. Os idosos possuem uma visão mais positiva e destacam sentidos que os demais grupos

não evocam ou consideram menos importantes, como união, trabalho, religião, obediência, honestidade, dedicação e fraternidade. Já os jovens e adultos atribuem um valor menor a esta união e destacam o conservadorismo, os valores e a responsabilidade. Ambos os grupos se referem às relações hierárquicas e repressivas de gênero, pautadas na autoridade do homem chefe de família e na submissão feminina. Também são lembrados o estilo de vida rural, as dificuldades e o carinho, expressões estas não presentes na estrutura referente aos idosos. Observemos como os grupos se diferenciam quanto a suas concepções da família atual.

FAMÍLIA ATUAL			
	JOVEM (N=163)	ADULTO (N=254)	IDOSO (N=180)
NÚCLEO	Amor	Amor	Amor
	Liberdade	Liberdade	Liberdade
	Sem-respeito	Sem-amor	União
		União	Sem-amor
		Amizade	Sem-união
			Falta
PERIFERIA PRÓXIMA	Deus	Deus	Deus
	Carinho	Carinho	Educação
	Falta	Falta	Sem-Respeito
	Sem-união	Sem-união	Separação
	Filhos	Educação	Filhos
	Moderna	Sem-respeito	Sem-Estrutura
	Poucos-filhos	Separação	Sem-Obediência
	União	Diálogo	Trabalho
	Respeito		
	Pai		
	Sem-tempo		
PERIFERIA DISTANTE	Individualismo	Briga	Briga
	Amizade	Droga	Droga
	Dificuldade	Sem-religião	Sem-religião
	Diálogo	Individualismo	Carinho
	Educação	Conflito	Base
	Respeito	Filhos	Sem-educação
	Separação	Poucos-filhos	Bagunça
		Sem-estrutura	
		Sem-	
		obediência	
	Trabalho		

Figura 20: Estruturas referentes à família atual para jovens, adultos e idosos.

A família atual também apresenta poucos pontos comuns entre os três grupos. Mas ela é marcada pelo amor e pela liberdade, de forma secundária, é orientada por Deus. Neste caso, confirmamos o lugar dos adultos como um grupo intermediário entre os jovens e idosos,

comportando ora elementos comuns aos jovens ora aos idosos e possuindo menos especificidades. A importância dada a falta de amor e a união, assim como o valor da educação, da separação, das brigas, das drogas, e da falta de respeito e religião são elementos comuns aos adultos e idosos. Já o carinho, desunião, o individualismo e as faltas em geral possuem a mesma importância para adultos e jovens. Observando as especificidades de cada grupo, confirmamos a interpretação de que os idosos possuem uma perspectiva mais pessimista da família atual, pois atribuem maior importância a todas as faltas, a desunião, a desestrutura e a desobediência. Enquanto os jovens e adultos lembram o diálogo, o respeito, a amizade e a modernidade. Os grupos se distribuem da mesma forma no que se refere a família do futuro.

FAMÍLIA DO FUTURO			
	JOVEM (N=163)	ADULTO (N=254)	IDOSO (N=180)
NÚCLEO	Amor	Amor	Amor
	Tecnologia	Tecnologia	Sem-união
	Sem-união		Extinção
	Liberal		Sem-amor
PERIFERIA PRÓXIMA	Falta	Falta	Falta
	Respeito	Respeito	Respeito
	Mudança	Mudança	Mudança
	Dúvida	Liberal	Liberal
	União	Sem-respeito	Sem-respeito
		Educação	Dúvida
		Sem-amor	Deus
		Filhos	Dificuldade
		Modernidade	Individualismo
		Sem-união	Pior
			Sem-aflicção
			Sem-estrutura
			Tecnologia
PERIFERIA DISTANTE	Carinho	Carinho	Independência
	Droga	Droga	Sem-religião
	Poucos-filhos	Poucos-filhos	União
	Modernidade	Independência	Educação
	Sem-respeito	Sem-religião	Informação
	Sem-amor	União	
		Amizade	
		Dificuldade	
		Distância	
		Estudo	
		Extinção	
		Separação	
		Sem-estrutura	
	Individualismo		

Figura 21: Estruturas referentes à família do futuro para jovens, adultos e idosos

O único elemento nuclear comum aos três grupos é o amor, que também é o único elemento que liga a família do futuro com o ideal de família. A desunião e característica de ser liberal e o uso da tecnologia também são elementos importantes para os três grupos apesar de alguns atribuírem a eles um peso diferente. Observamos mais uma vez o olhar mais pessimista dos idosos e a condição de grupo intermediário dos adultos. Os três grupos consideram a mudança como geradora da falta de muitos elementos, mas com a permanência do respeito. Os idosos permitem-se considerar a extinção da família e afirmam como nuclear a falta, enquanto os jovens só chegam levantar a dúvida quanto ao futuro. Enquanto os idosos valorizam a desestrutura, a falta de alicerce e o individualismo, os jovens destacam a liberdade, a união e a modernidade.

As análises das figuras acima confirmam a interpretação destacada nas comparações estatísticas. Há algo em comum que define a família para todos os grupos etários: um grupo de pais e filhos marcados por bons sentimentos, mas que estão cada vez mais em falta gerando dificuldades. No entanto as diferentes vivências de acordo com sua posição na família, a história de cada grupo, o acesso a diferentes fontes de informação e a adesão a diferentes universos de normas e valores colaboram para constituir referenciais simbólicos distintos que implicam especificidades relevantes na representação da família e suas mudanças no tempo.

Considerando que a objetivação e ancoragem são processos que compreendem a articulação entre atividade cognitiva, mobilizações afetivas e as condições sociais, buscaremos entender que regulações sociais atualizam quais funcionamentos cognitivos (Clémence, Doise & Cioldi, 1994). Partimos da Abordagem Societal (Doise, 2002) para abordarmos, além do campo comum da RS da família, como e o porquê os indivíduos se diferenciam nas suas relações com o objeto, como diferentes faixas etárias possibilitam a ancoragem em universos simbólicos específicos.

Figueira (1987) afirma que a família vem passando por um intenso processo de modernização no país em que sentidos arcaicos passam a conviver com conteúdos modernos,

de modo que em nossa sociedade atual haveria a coexistência de dois modelos de família. O ideal hierárquico de família pressupõe identidades baseadas em categorias sociais, nas quais homem e mulher e adulto e crianças se percebem como intrinsecamente diferentes, o poder do homem e do adulto é maior e ele deve mostrá-lo pelo exercício da disciplina. Este modelo mais tradicional, no qual há clareza entre certo e errado e mecanismos claros de repressão dos desvios, orientou hegemonicamente a organização das famílias até a década de 1950. Já o ideal igualitário de família pressupõe a igualdade formal entre as pessoas que se percebem como diferentes idiossincraticamente, mas iguais como indivíduos. Neste modelo mais recente há um enfraquecimento das fronteiras entre categorias e a redefinição das relações familiares através da ideia de ligação. Atualmente este é o modelo mais valorizado socialmente e as noções de certo, errado e desvio perdem clareza e se instala a pluralidade de escolhas limitadas apenas pelo respeito à individualidade do outro. No entanto vale destacar que um modelo não substitui o outro, eles coexistem na sociedade e recebem a adesão de diferentes grupos de forma diferenciada, a depender dos lugares que os indivíduos ocupam na sociedade e na família. A idade é uma variável relevante neste processo.

Em nossa sociedade os jovens são valorizados como o grupo responsável por questionar a realidade posta e trazer a inovação. A partir de nossos dados, percebemos que os jovens são o grupo mais aberto à mudança e com uma perspectiva mais positiva do futuro. Eles se preocupam mais com a união e a liberdade e menos com a educação. Observamos que eles ainda adotam o ideal hierárquico de família em alguns momentos, no entanto nos parece claro que eles são o grupo que mais adere ao ideal igualitário. Os jovens valorizam a igualdade, a liberdade e o respeito às diferenças, ideais que são valorizados atualmente. É importante destacar que os jovens já foram educados em famílias com múltiplas configurações, sob influência da psicologia e dos valores mais recentes. Devido à sua posição na família não se responsabilizam pela família de hoje nem se preocupam com as consequências positivas e negativas das mudanças. O foco deles é no futuro, pois é lá que eles construirão suas famílias.

Os adultos, por sua vez, são o grupo intermediário. Eles foram criados numa família pautada no ideal hierárquico sob forte influência da religião. No entanto viveram momentos de grande mudança social e absorveram outros valores com os quais criaram seus filhos. São eles os responsáveis pelas mudanças que geraram a família atual e preocupam-se com suas consequências, fazem então uma análise da sua experiência de família apoiados tanto no ideal hierárquico quanto no ideal igualitário. Nossos dados evidenciam que os adultos pensam a família com mais elementos em comum com os jovens, mas também com os idosos e parecem se incomodar mais com as separações, brigas e o uso de drogas, possivelmente por estarem vivendo estes problemas familiares e se sentirem responsáveis por evitá-los.

Já os idosos assumem na nossa sociedade a função de ser a memória do grupo e preservar a tradição. Eles foram educados e construíram suas famílias pautados no ideal hierárquico, aprenderam a respeitar os velhos pelo o valor da tradição, da autoridade e da sabedoria que eles representavam. No entanto quando chegaram à velhice, se depararam com uma realidade que valoriza a novidade e a juventude em detrimento da tradição e da maturidade. Considerando que a família com a qual o idoso se identifica é a do passado, observa-se a tendência de valorizar como positivas as características do endogrupo (Tajfel, 1982), quando eles demonstram uma visão mais otimista da família de antigamente e ressaltar os pontos negativos do exogrupo, quando demonstram uma perspectiva mais pessimista da família do presente e do futuro. Atualmente os idosos são um grupo minoritário representado a partir de noções como a decadência e a dependência (Almeida, 1999). Torna-se então necessário para eles, a não adoção dos valores mais atuais e recurso psicológico de se colocarem como exemplos de uma boa família. Assim, tentam resgatar a autoestima e por meio de sua função social de ter algo para ensinar, no raciocínio que se os jovens os ouvissem mais se evitaria o colapso que as famílias enfrentam atualmente. Na busca pela significação do passado, do presente e do futuro, os sujeitos agregam, esquematizam e simplificam tanto o material novo a ser conhecido, quanto o material antigo resgatado pela memória (Bosi, 1994).

Considerando a relação dialética entre representações e práticas sociais, havíamos levantado a hipótese de que estaríamos diante de uma transformação progressiva, posto que as grandes mudanças nas práticas sociais associadas à família teriam acarretado um momento de crise que colocaria em questão os sentidos nucleares da representação de família. No entanto, o que observamos difere desse processo na medida em que as transformações na família parecem não ter provocado mudanças significativas na representação social da família. Um aspecto comum a todos os grupos é que as famílias do passado, do presente e do futuro não se identificam com a representação genérica de família, a qual é mais uniforme por não comportar as variações permeadas pelas experiências de cada grupo e resistente às mudanças sociais. Podemos supor, então, que estamos diante de uma transformação resistente em que novos contextos provam mudanças apenas no sistema periférico mantendo a representação contraditória com as práticas, o que gera mecanismos de defesa como a interpretação, a justificação e a racionalização (Abric, 1994).

Refutamos, também, a hipótese que levantamos a partir dos achados de Arruda (1998), de que as importantes mudanças nas relações sociais implicariam a necessidade de estranhar o familiar para só então se apropriar do desconhecido. Supomos que o novo momento social geraria uma retradução do antigo numa reciclagem da memória provocando a construção de um novo senso comum que incorporasse novos interesses e valores. No entanto, o que observamos são os mecanismos comuns em que o novo busca ancoragem nos valores e conteúdos do passado. A novidade neste caso não impõe a revisão do estabelecido, mesmo que este modelo estabelecido esteja obsoleto ou estreito demais para abarcar as novidades impostas pela mudança social. É o antigo, o estabelecido, a norma, que serve como referencial para os diferentes grupos avaliarem suas experiências de família, seja considerando o presente, o passado, ou o futuro. Os mais jovens já começam a incorporar novos referenciais que repercutem na sua representação da família, mas nesta ainda resistem sentidos nucleares

tradicionais e arraigados. Por enquanto, o novo permanece a negação do ideal, a falta, a contradição, o erro que convive com o acerto, com o que permanece, com os valores.

Cabe então refletir qual é a função social desta representação social que lhe garante esta tamanha força de resistir a tantas mudanças nas práticas e nos valores. Estamos diante de uma representação normativa, com poucos aspectos funcionais que opera como um metassistema constituído de regulações sociais normativas, roteiros, regras, normas, que preexistem ao funcionamento cognitivo individual e visam uma coerência de natureza social. É a partir deste metassistema, a RS da família, que os sujeitos empenham os processos psicológicos que discutimos na construção de sentidos sobre sua realidade, produzindo as representações mais funcionais da família do presente, do passado e do futuro.

Nosso objetivo neste estudo era acessar os conteúdos da representação social da família, levando em consideração suas transformações no tempo e no espaço social na medida em que buscamos compreender as semelhanças e especificidades entre diferentes grupos e entre a família do presente, do passado e do futuro. Focamos nos conteúdos da representação, abordando sua organização e hierarquização interna como propõe a Abordagem Estrutural de Abric (2000). Consideramos que fomos além dele ao tentarmos compreender as variações intergrupais a partir de processos intraindividuais, interindividuais e intergrupais, na medida em que discutimos os processos de transformação nas representações a partir da defesa identitária, da ancoragem em valores e normas sociais ancorados na pertença grupal e na posição de cada um na família, entre outros. No entanto, para compreendermos a sociogênese da representação social da família precisamos ir além. No estudo seguinte, buscaremos superar os limites do método quantitativo e mergulharemos numa investigação mais qualitativa que nos permita compreender a construção e negociação destes sentidos sobre a família por meio da comunicação em diferentes grupos.

5. ESTUDO 2: REPRESENTANDO E VIVENDO A FAMÍLIA EM DIFERENTES GERAÇÕES

O Estudo 2, denominado “Representando e vivendo a família em três gerações”, objetiva aprofundar os conteúdos da representação social da família trabalhados inicialmente no Estudo 1 e averiguar o processo de transmissão/transformação da RS considerando as relações no espaço e no tempo social. Ao abordarmos o processo de construção das representações, esperamos esclarecer como estas são vividas, negociadas, comunicadas e reconstruídas por diferentes gerações.

Nesta perspectiva, nos aproximamos do modo Bartlett proposto por Moscovici (2012/1961) na medida em que visamos compreender o processo de gênese da representação social por meio do estudo de sua negociação e comunicação na dinâmica das redes sociais. Para além desta construção no espaço social, estudamos a gênese RS da família considerando a dimensão temporal. Abordamos a percepção que pessoas de diferentes gerações possuem das transformações que a família vem passando nos últimos anos. No entanto, não esperamos, com isso, acessar como estas pessoas representavam a família no passado, ou como representarão no futuro. Não buscamos o dado histórico “puro”, pois consideramos que a memória implica uma reconstrução do passado permeada por valores e normas correntes na sociedade atual e pelo lugar que estas pessoas atualmente ocupam na sociedade e em seus diferentes grupos sociais. É nesta perspectiva que a avaliação de diferentes gerações sobre as transformações da família pode nos ajudar a compreender o processo sociogenético das representações.

Isto posto, evidencia-se que é na perspectiva de indissociabilidade entre a história coletiva e a história individual e entre o passado e o presente que concebemos a memória orientando o presente e o futuro, como já foi exposto no sessão 1.6 desta tese. O desejo de

explicação, de dar sentido à própria biografia, integra as experiências do passado e do presente gerando os esquemas que norteiam a vida das pessoas (Bosi, 1994). O presente precisa se ancorar no passado e, mais do que o passado vivido, o que fornece elementos para a ancoragem do novo é o passado simbolizado, ou representado. Assim, a “família atual” é compreendida a partir da “família de antigamente”. No entanto, esta “família de antigamente”, ao ser resgatada, é reconstruída a partir da “família atual”, que por sua vez, não deixa de ser modulada por uma perspectiva do que virá a ser a “família do futuro”.

Desta forma, somamos meios, mesmo que parciais, para possibilitar uma contribuição à teoria sobre o processo de construção do conhecimento do senso-comum para além de nos limitarmos ao estudo dos conteúdos simbólicos da representação. Afinal, a RS é concomitantemente um processo e um conteúdo. A partir dos discursos individuais provenientes da conversação no grupo, abordaremos o conteúdo da representação, o que pensa cada grupo sobre o objeto família, e o processo, ou os mecanismos sociopsicológicos que governam a formação, a organização e a transformação do conteúdo e realizam sua função social.

É importante considerar que as RSs são um fenômeno mental fundamentado na vida social e ao mesmo tempo um fenômeno social fundamentado na vida mental. As RSs possuem uma textura psicológica, pois são submetidas aos processos cognitivos, os quais são determinados pelas condições sociais nas quais se elabora a representação. São, portanto, construções sociocognitivas regidas por regras próprias (Rateau, 1999). Esta concepção dinâmica atribui um lugar primordial à contextualização, ou seja, às pessoas com as quais se está em relação e às regras dos grupos sociais de pertença, as normas sociais, os valores, as condições sócio históricas e culturais e as inserções sociais.

A particularidade da TRS é, justamente, integrar as pertenças sociais do sujeito na análise do conhecimento social, pois na base da expressão dos conteúdos representacionais está seu enraizamento sociocultural. O foco nos conteúdos possibilita o acesso ao

funcionamento das RSs como filtros sociocognitivos que definem a seleção e a interpretação da informação proveniente da realidade social sobre a base de conhecimentos preexistentes (Aléssio, 2012).

A articulação entre processo e conteúdo é necessária quando se busca compreender a dinâmica entre o sistema operatório - que procede as associações, inclusões, discriminações e deduções cognitivas - e o metassistema social - que controla, verifica, seleciona, e retrabalha a matéria produzida pelo sistema operatório. O metassistema é constituído de regulações sociais normativas, roteiros, regras, normas, que preexistem ao funcionamento cognitivo individual e visam uma coerência de natureza social. Essa relação nos permite abordar o papel desencadeante da interação social na constituição das operações mentais e a marcação social das ações dos indivíduos sobre os objetos. Há, portanto, uma causalidade em espiral que pressupõe que as regulações sociais suscitam organizações cognitivas os quais permitem novas formas de participação nas regulações sociais (Doise, 2001).

Doise (2001) propõe que como há uma multiplicidade de relações de pertencimentos em um mesmo indivíduo, suas opiniões podem ser plurais e, em diferentes ocasiões, o mesmo indivíduo ativa diferentes metassistemas. As variáveis sociodemográficas têm um impacto na ativação destes metassistemas, mas os princípios organizadores de natureza societal, os quais modulam a percepção dos indivíduos a partir de valores comuns, são mais determinantes. Há, portanto, uma hierarquização entre metassistemas em caso de heterogeneidade em um mesmo indivíduo. Os metassistemas dominantes se expressam de forma consistente em vários contextos e atuam como elementos de identidade, mas em algumas ocasiões, o sujeito pode expressar a opinião não dominante na busca de acordo com parentes ou amigos. Desta forma, as RSs consistem em uma (re)construção do mundo em múltiplas relações entre agentes sociais e é preciso considerar três aspectos: as identidades atualizadas em diferentes modalidades de interação; as motivações que orientam a elaboração do conhecimento; e a natureza dos significados produzidos (Doise, 2011).

Considerando que os processos de influência social se exprimem pelo fato de que mudamos de opinião quando tomamos conhecimento de opiniões ou crenças partilhadas por outras pessoas e que a presença de normas orientam quais representações seriam mais desejáveis em cada situação, compreendemos que as condições de emergência do discurso analisado são determinantes no processo de regulação exercido pelos metassistemas. Abric (2003) discute ainda a existência das zonas mudas nas RSs de determinados objetos. Estas compreendem conteúdos de representações que, embora sejam comuns a um determinado grupo, não se revelam facilmente e permanecem “mascarados” em determinadas condições de emergência, a depender dos sistemas de referência normativos que os interlocutores suscitam. Menin (2006) destaca a existência de aspectos mais ou menos “negociáveis” ou condicionais nas representações que podem mudar em diferentes condições como efeito da adaptação do discurso às normas sociais e ao tipo de relação entre a fonte e o alvo da comunicação. O que objetivamos neste estudo não é anular esta interferência, ou buscar o que seria a forma mais pura da representação evitando o surgimento destas zonas mudas. Esperamos exatamente o contrário: entender como o interlocutor interfere na formulação do discurso e perceber como se dá o processo de regulação intersubjetiva no intercâmbio das relações e comunicações sociais. Queremos compreender os mecanismos por meio dos quais diferentes interlocutores – um familiar de outra geração ou um desconhecido da mesma geração – mobilizam diferentes metassistemas que atuam como filtro de aspectos diversos da representação da família.

Estamos tecendo aqui esta discussão com o intuito de esclarecer a partir de quais pressupostos teóricos analisamos dos dados obtidos particularmente neste estudo. Consideramos que para entender os aspectos cognitivos e expressivos desta representação, precisaríamos partir das condições concretas de sua emergência, focando como a RS é produzida nas relações sociais. No entanto, outro ponto crucial do estudo foi compreender,

quais variáveis, além da influência do interlocutor, afetam a gênese das representações da família.

É sabido que o contato com o objeto é uma variável importante na constituição das representações. Todas as pessoas têm alguma vivência que a aproxima do objeto família, mesmo que esta vivência seja de distanciamento. No entanto, a questão que se coloca é: como podemos estudar este contato com o objeto? As práticas sociais seriam um conceito útil para abordarmos esta questão. Elas podem ser definidas como um conjunto de ações padronizadas que se repetem no tempo e que são compartilhados por um grupo de pessoas (Trindade, 1998). Como as práticas e as representações sociais se relacionam dialeticamente e são interdependentes e indissociáveis, podemos propor que as práticas das pessoas em família são um elemento importante na modulação de suas representações. Este é um dos pressupostos dos quais partimos em nossas análises, mas nos falta um conceito mais abrangente, pois nossos dados evidenciaram que estamos lidando com um objeto que mobiliza fortemente a afetividade e a identidade dos sujeitos e repercute na forma como estes se relacionam.

Como as RSs afetam os processos identitários? Tajfel (1982) afirma que a categorização, somada ao conhecimento e à dimensão avaliativa da pertença, combinada com uma norma social genérica de favoritismo pelo próprio grupo, geraria o autofavoritismo e a discriminação do exogrupo. Doise (1996) considera a identidade como uma forma de representação do eu, construída a partir de saberes coletivos e de mapas sociocognitivos, que se baseiam em posições sociais e valores. Para o autor, a discriminação intergrupos resulta de uma associação entre critérios classificatórios e conteúdos significantes. As RSs têm, portanto, um lugar central nesse processo, posto que os indivíduos constroem social e cognitivamente a situação em que estão inseridos num processo de atribuição de sentidos. Nesta perspectiva, faz-se necessário avaliar os significados sociais historicamente construídos nas relações, posto

que o favoritismo pelo endogrupo e a discriminação do exogrupo é um processo assimétrico e exprime a representação das posições objetivas dos grupos da sociedade.

Para além das possíveis repercussões identitárias da RS da família, encontramos as emoções, reconhecidas por alguns autores como um fator relevante na TRS, pois todo conhecimento é mediado por uma carga afetiva e as emoções desempenham um papel importante na seleção de informações durante a construção das representações (Barros, 2007). Apesar disto, o afeto ainda constitui uma dimensão da representação comumente negligenciada pelos pesquisadores, de modo que Jodelet (2005a) denuncia a existência de um “isolacionismo cognitivo” que elimina a relação da representação com a vida afetiva, corporal e com o laço social. Visando transpor essa omissão buscamos um conceito que exercesse um laço entre as práticas, as emoções e a memória e nos deparamos com a noção de experiência, trazida para o diálogo com a TRS por Jodelet (2005b).

A experiência seria um conceito fundamentado em situações concretas locais que corresponde a uma forma de apreensão ou consciência do mundo por significações investidas de elementos emocionais que remetem às subjetividades particulares, mas que são elaboradas a partir das categorias sociais e possuem funções práticas na vida cotidiana. O potencial heurístico deste conceito para este estudo se revela ao concebê-lo como uma forma de consciência que: inclui conhecimento, emoções e linguagem; exige a consideração das práticas e dos contextos; e permite observar a emergência da subjetividade na negociação de sua inscrição social (Jodelet, 2005b).

A experiência liga duas dimensões complementares: 1) o vivido - como o sujeito experiência a si e ao mundo de maneira emocional e toma consciência de sua subjetividade e identidade; 2) a dimensão cognitiva - como as pré-construções culturais dão forma e conteúdo à experiência vivida. Nesta dimensão, a experiência se liga às RSs, as quais atuam como fundamento das interpretações feitas do mundo vivido. Entender a experiência como vivência subjetiva forjada nos moldes das categorias socialmente compartilhadas, implica o estudo de

como os metassistemas normativos produzem efeitos sobre a elaboração do vivido e sobre a seleção dos conhecimentos valorizados em razão de sua pertinência para os sujeitos ou da adequação aos sistemas de valores (Jodelet, 2005b).

Neste estudo, a tentativa de compreensão das modulações sofridas pelas representações a partir de diferentes faixas etárias implicou a utilização do conceito de experiência como meio para compreender como o vivido se une ao conhecimento no processo de produção de sentidos em contextos espaço-temporais particulares. Utilizaremos ainda as noções de memória, identidade e metassistemas para compreender as condições por meio das quais as significações emergentes nas interações nos grupos se ancoram em sistemas de saberes constituídos, os quais atuam como matrizes de referência para a interpretação do mundo.

Inicialmente apresentaremos o delineamento metodológico do estudo, posteriormente exporemos os resultados juntamente com a discussão das categorias temáticas de análise numa tentativa de abordar conjuntamente os conteúdos da RS da família e os processos de gênese destes conteúdos.

Método

5.1. Participantes

Participaram deste estudo um total de 29 pessoas, todos moradores de classe média do DF, escolhidos por conveniência. Estes participantes foram distribuídos em 4 grupos mistos quanto ao sexo, sendo três deles intrageracionais e um deles intergeracional: grupo 1 – jovens; grupo 2- adultos; grupo 3 – idosos; grupo 4- família. Os participantes, tratados aqui por meio de nomes fictícios, possuíam as seguintes características:

Grupo 1: 7 jovens, sendo 4 homens e 3 mulheres com idades entre 19 e 27 anos; todos solteiros e sem filhos; 1 possui o ensino médio completo, 4 cursam o ensino superior e 2 possuem o superior completo.

Tabela 18: Caracterização dos participantes do Grupo 1

GRUPO 1 - JOVENS						
PARTICIP.	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	EST. CIVIL	FILHOS	HABITAÇÃO
Joana	F	27	Superior comp.	Solteira	N	Pai, mãe e 2 irmãos
Daniela	F	24	Superior comp.	Solteira	N	Mãe, 3 irmãos
Sabrina	F	20	Superior incomp.	Solteira	N	Pai, mãe, 1 irmã
Cláudio	M	20	Superior incomp.	Solteiro	N	Pai, mãe, avô, 1 irmã
Bruno	M	20	Superior incomp.	Solteiro	N	Pai e mãe
João	M	19	Ensino Médio	Solteiro	N	Mãe
Fábio	M	19	Ensino Médio	Solteiro	N	Mãe e padrasto

Grupo 2: 6 adultos, sendo 3 homens e 3 mulheres com idades entre 33 e 50 anos; 4 eram casados ou viviam em união estável, um era divorciado e um solteiro e 2 possuíam filhos; 2 deles tinham o ensino médio completo e 4 tinham pós-graduação.

Tabela 19: Caracterização dos participantes do Grupo 2

GRUPO 2 – ADULTOS						
PARTICIP.	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	EST. CIVIL	FILHOS	HABITAÇÃO
Vítor	M	43	Ensino Médio	Separado	01	Só
Paulo	M	50	Ensino Médio	Casado	N	Esposa
Léo	M	33	Pós-Graduação	Casado	N	Esposa e irmão
Bábara	F	34	Pós-Graduação	Casada	N	Marido e cunhado
Lílian	F	38	Pós-Graduação	Casada	02	Marido e 2 filhos
Beth	F	43	Pós-Graduação	Divorciada	N	Só

Grupo 3: 7 idosos, 2 homens e 5 mulheres com idades entre 65 e 88 anos; 2 deles eram casados, 3 viúvas, uma separada e um solteiro e apenas uma pessoa não tinha filhos; 2 possuíam ensino superior completo, 2 o ensino médio completo e 3 o ensino fundamental.

Tabela 20: Caracterização dos participantes do Grupo 3

GRUPO 3 - IDOSOS						
PARTICIP.	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	EST. CIVIL	FILHOS	HABITAÇÃO
Olívia	F	69	Ensino Médio	Separada	04	3 Filhos
Nádia	F	79	Fundamental	Viúva	03	Filha e 1 neto
Tânia	F	88	Ensino Médio	Viúva	08	Filha, 3 netos, 1 bisneto
Geovana	F	81	Superior	Casada	N	Esposo
Júlia	F	72	Fundamental	Viúva	03	Filha
Otávio	M	79	Ensino Médio	Casado	04	Esposa e 2 enteados
Danilo	M	65	Fundamental	Solteiro	02	Só

Grupo 4 – 9 pessoas membros da uma mesma família, sendo 3 homens e 6 mulheres:

- 2 da **primeira geração** (pais), com 82 e 89 anos; casados com filhos e com ensino fundamental;
- 3 da **segunda geração** (filhas e genro), com idades de 45, 50 e 54 anos, 2 casados com pós-graduação e 1 divorciada com superior completo, todos com filhos;
- 2 da **terceira geração** (netas), com idades de 25 e 36 anos, separadas com filhos e uma tem o superior completo e a outra incompleto;
- 2 da **quarta geração** (bisnetos), com idades de 15 e 18 anos, solteiros sem filhos, um cursa o ensino médio e a outra o ensino superior.

Tabela 21: Caracterização dos participantes do Grupo 4

GRUPO 04 - FAMÍLIA							
PARTICIP.	GER.	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	EST. CIVIL	FILHOS	HABITAÇÃO
Antônio	01	M	88	Fundamental	Casado	12	Esposa e filho
Maria	01	F	82	Fundamental	Casada	12	Esposo e filho
Rita	02	F	54	Superior	Divorciada	04	Filha e neto
Paula	02	F	50	Pós-graduação	Casada	05	Marido e 3 filhos
Pedro	02	M	45	Pós-graduação	Casado	02	Esposa, 2 filhos, enteado
Flávia	03	F	36	Superior	Separada	02	Filha
Lívia	03	F	25	Superior incomp	Separada	01	Irmã, sobrinho e filho
Paulo	04	M	15	Ensino Médio	Solteiro	N	Avó e tia
Ana	04	F	18	Superior incomp.	Solteira	N	Mãe

5.2. Instrumento

O grupo focal foi utilizado como técnica de coleta de dados. Este consiste na discussão coletiva sobre um tema a partir de trocas sociais que são suscitadas pelo pesquisador. Os grupos focais podem ser comparados às conversações espontâneas, posto que são comunicações socialmente situadas, nas quais os participantes negociam significações e produzem diversidade e divergência de opiniões. A escolha desta técnica se justifica por sua função de estimular os participantes a falar e reagir sobre a fala dos outros. O grupo focal constitui um exemplo da unidade social em operação na medida em que os sentidos emergentes são influenciados pelo grupo. Desta forma, o grupo torna-se mais passível de

gerar emoções e reflexões a respeito das experiências pessoais e alheias. É gerado, então, um ambiente de negociação de sentidos mais próximo do cotidiano (Gaskell, 2008).

Devido a existência de elementos condicionais na representação, o modo de coleta é um dos elementos moduladores da forma como esta se apresenta (Menin, 2006). Como objetivamos abordar conteúdos e processos e como consideramos que toda produção verbal emerge de interações sociais que mobilizam diferentes sistemas de referência normativa, esta é numa técnica bastante profícua. Marková (2003) considera que os grupos focais abrem uma janela sobre a formação e a evolução das representações sociais que circulam nas sociedades e possibilitam acessar como mudanças sociais repercutem nas experiências e como o contexto de expressão destas experiências modulam a construção de sentidos sobre elas.

Todos os grupos realizados neste estudo seguiram um mesmo roteiro que foi abordado em quatro eixos trabalhados considerando a atualidade e as mudanças que a família vem sofrendo ao longo do tempo:

- a) configuração da família;
- b) rituais e práticas cotidianas;
- c) relações e papéis familiares;
- d) definições de família.

Concordamos com Jodelet (2005a) que ao acessarmos os pormenores das práticas e relações sociais, nos aproximamos das representações que sustentam estas práticas na história do grupo. E, ainda, a descrição das práticas e experiências possibilita a apreensão de elementos da RS que a formulação direta sobre o que seria a família não suscitaria.

As representações sociais são teorias construídas coletivamente a partir da comunicação social. Sendo assim, provocar uma discussão coletiva nos permitirá observar como os sentidos são negociados e as RSs são construídas nos conflitos e acordos inter e intrageracionais. Nada mais adequado que estudar um construto coletivo em coletividade.

5.3. Procedimento de coleta de dados

Foram realizados quatro grupos focais, três deles interfamiliares e intrageracionais – Grupo 1- Jovens; Grupo 2- Adultos e Grupo 3- Idosos – e um deles, intrafamiliar e intergeracional - Grupo 4- família. Os sujeitos da pesquisa foram convidados a participar de um grupo de discussão sobre a família e suas transformações no tempo, todos eles leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 4), no qual constavam os objetivos da pesquisa, os possíveis riscos e benefícios da participação e os compromissos da pesquisadora. Os grupos aconteceram em salas climatizadas, com uma mesa central e cadeiras e foram vídeo e audiogravados com o consentimento de todos os participantes. Os encontros foram programados para durar 1 hora e 30 minutos e variaram em torno deste tempo: o Grupo 1- Jovens durou 1 hora e 43 minutos; o Grupo 2- Adultos durou 1 hora e 49 minutos; o Grupo 3- Idosos durou 1 hora e 13 minutos e o Grupo 4- Família durou 1 hora e 37 minutos. A duração média de todos os grupos foi 1 hora e 35 minutos. Esta variação temporal se deveu a diversidade na intensidade do interesse e participação na discussão, o que gerou um ritmo próprio a cada grupo.

Seguindo o roteiro descrito, inicialmente os participantes foram convidados a descrever quem era a família de cada um, depois foram estimulados a contar como se davam os encontros em família e a convivência cotidiana, posteriormente foram solicitados a discutir sobre a qualidade das relações e, por fim, foram solicitados a definir o que é a família.

5.4. Procedimentos de análise de dados

Todo o texto (transcrição *ipsis litteris* das falas nos grupos) foi submetido a uma análise de conteúdo (AC). Esta técnica consiste em “produzir inferências de um texto focal para o seu contexto social de maneira objetivada” (Bauer, 2008, p.190). É um “processamento de informação em que o conteúdo da comunicação é transformado através da aplicação objetiva

e sistemática de regras de categorização” (Paisley, 1969, citado por Bauer, 2008, p. 192). Os procedimentos da AC foram realizados manualmente com ajuda do *software* Atlas.ti que facilita o “recorte” e a categorização das partes do corpus, realizadas conforme Bardin (1985):

- a. Leitura de todo o texto – leitura flutuante com o objetivo de suscitar possíveis categorias e subcategorias de análise.
- b. Separação do texto em unidades de contexto – a partir dos temas discutidos, o texto foi “recortado” em partes que podiam ser frases, parágrafos, ou orações produzidos por um ou mais participantes.
- c. Definição de categorias e categorização das unidades de contexto – após definir todas as categorias e subcategorias de modo a abarcar todos os temas discutidos no grupo, todas as unidades de contexto foram categorizadas.
- d. Revisão das categorias – foi realizada a conferência da categorização de todo o texto e o reajustamento das categorias de análise e a redistribuição das unidades de contexto nas categorias definitivas.
- e. Contagem das unidades de contexto em cada categoria – este procedimento foi realizado com ajuda do *software* Atlas.ti com o objetivo de avaliar a ênfase de cada tema no grupo.
- f. Análise semântica das informações estruturais do discurso – neste momento coube à pesquisadora estudar as construções discursivas de cada categoria a partir do referencial da TRS, com o objetivo de compreender o conteúdo simbólico das mesmas e inferir sobre os processos que permearam sua produção.

Observa-se, no entanto, a natureza estática deste tipo de análise, que acaba ignorando o desenvolvimento dos argumentos, as sequências do discurso e a natureza comunicacional do grupo focal. Considerando-se que o que caracteriza os grupos focais é a interação, a avaliação, o julgamento, o confronto e a negociação de ideias, utilizamos concomitantemente à AC elementos de uma análise conversacional. Esta técnica parte do pressuposto de que o discurso falado é organizado de maneira sequencial e dá uma atenção particular ao detalhe da interação, possibilitando o estudo de como os argumentos colocam à prova as fronteiras dos acordos e desacordos e ilustrando o processo de (re)construção da representação por meio da comunicação. Enquanto a AC revela a construção discursiva sobre o plano do conteúdo, a

análise conversacional ilustra o enraizamento comunicacional deste conteúdo e possibilita a apreensão do processo de construção da RS na interação e a regulação pelo metassistema normativo (Marková, 2003). Mediante nosso objetivo de analisar os sentidos das RSs de família e entender as negociações destes, considerando as especificidades na narrativa de cada grupo para compreender qualitativamente o processo de construção da representação, as unidades de contexto foram analisadas considerando o conteúdo expressado bem como o contexto de sua produção na dinâmica comunicacional.

Desta forma, apresentaremos inicialmente um panorama geral das categorias e subcategorias de análise em todos os grupos focais destacando as diferenças na ênfase com que cada aspecto foi abordado nos diferentes grupos. Esta primeira apresentação revelará os critérios adotados na definição das categorias. Posteriormente descreveremos os resultados de cada grupo, trabalhando como a família é vivida e pensada a partir da explicitação dos discursos produzidos em cada subcategoria. Por fim, teceremos uma análise mais geral dos processos e conteúdos específicos de cada grupo e dos elementos comuns a todos eles.

Resultados e Discussão

Os procedimentos descritos geraram 5 categorias de análise divididas em 21 subcategorias. Algumas categorias são mais voltadas para a descrição das práticas e das experiências e exprimem como cada grupo vive a família. Outras categorias revelam como os grupos pensam a família e suas transformações ao longo do tempo, exigindo um maior esforço de formulação dos sujeitos na construção de um discurso que sintetiza a representação da família pelo grupo, considerando suas mudanças no tempo. As categorias são as seguintes:

1. Configurações - trata da descrição das famílias de cada participante considerando seus membros.
2. Práticas - refere-se às frequências e formas de convívio, encontros e rituais na família.
3. Relações - descreve a qualidade das relações interpessoais e como se dá a divisão de papéis no grupo familiar.

4. Definições - sintetiza o esforço dos participantes para definir a noção genérica de família.
5. Transformações – agrega as reflexões dos participantes a respeito de como a família foi se modificando ao longo do tempo.

Vale salientar que o aspecto de transformação permeia as demais categorias na medida em que diferentes grupos etários revelam suas práticas e relações em diferentes momentos históricos. No entanto, nesta última categoria se encontram as unidades de contexto que estão implicadas diretamente no esforço de construção consciente das explicações sobre o processo de mudança na família. Todos os aspectos foram abordados em todos os grupos, mas a partir do interesse e do movimento comunicacional de cada um, as ênfases dadas a cada categoria sofreu uma grande variação que tentaremos compreender teoricamente.

Após uma breve descrição de cada categoria, faremos uma análise mais detalhada de como cada grupo se comportou em relação a estas categorias, uma vez que estimamos que os interesses variados de cada grupo pelo tema se explica pela posição em que cada um se encontra na família e pelo momento histórico de suas experiências. Esta análise será dividida em dois blocos. Inicialmente apresentaremos as categorias que exprimem como cada grupo vive a família: configuração, práticas e relações. Posteriormente apresentaremos as categorias que descrevem como os grupos pensam a família: definição e transformações.

5.5. Como a família é vivida?

A questão sobre como os sujeitos vivem a família foi respondida com alusão a três das categorias descritas: as configurações, as práticas e as relações. Na categoria **configurações familiares**, o critério mais utilizado para delimitar os membros da família diante do questionamento sobre quem é sua família foi a relação direta de filiação ou descendência. Considerando todos os grupos, a maior parte do discurso se referia à família nuclear - pai, mãe e irmãos e/ou esposo (a) e filhos. Este critério foi seguido pela coabitação, que sintetiza as

partes do *corpus* em que as pessoas descreviam com quem vivem ou moram. Apenas uma pequena parte dos participantes destacou os membros da família extensa, falando sobre avós, tios, primos, entre outros parentes.

Na categoria de análise **práticas cotidianas**, os grupos descrevem, principalmente, a rotina no interior dos lares e os encontros e rituais com a família extensa. Além de descreverem como as famílias vivem atualmente, estas práticas são contadas pelos grupos considerando como viviam suas famílias no passado e também as perspectivas da família que vão formar no futuro. Devido à ênfase atribuída ao casamento formal nas discussões de alguns grupos, ele foi analisado como uma subcategoria específica das práticas.

Na terceira categoria, cada grupo discutiu a qualidade das **relações interpessoais** no interior das famílias. O Grupo Família foi o que mais se dedicou a discussão deste tema, seguido do Grupo Jovens. A principal subcategoria foram as relações intergeracionais, na qual se abordou os aspectos negativos com maior frequência que os positivos. A relação do casal também foi uma subcategoria bastante discutida, principalmente sobre a divisão do trabalho e os papéis sociais. A relação entre os irmãos foi a terceira subcategoria mais abordada, seguida apenas da relação com os parentes da família extensa.

5.5.1. Como os jovens vivem a família?

Os jovens não detiveram muito tempo descrevendo suas famílias, mas a maioria deles o fez a partir do critério da coabitação, seguido da descrição da família nuclear, como se observa na Tabela 22. Algumas vezes estes critérios coincidem quando os jovens moram com os pais e irmãos. No entanto, foi considerado coabitação quando eles expressaram por meio da fala: “eu moro com...” e foi considerado o critério família nuclear quando a fala expressava: “minha família é...” ou “eu tenho...” É importante salientar ainda que na família nuclear se incluía parentes que não moram junto com o jovem, como um dos pais quando os pais são separados, ou irmãos e meio-irmãos. Houve apenas duas referências à família extensa e ambas foram feitas por um jovem que passou sua infância morando com os avós e os tios.

Tabela 22: Distribuição das frequências das categorias e subcategorias no Grupo 1- Jovens.

CATEGORIAS	Configuração	f	Prática	f	Relação	f
	Extensa	02	Encontros	07	Parentes	0
SUBCATEGORIAS	Nuclear	03	Rotina	43	Intergeração	38
	Coabitação	06	Casamento	02	Casal	16
					Irmãos	11
Total		11		52		65

Entre os 7 jovens, encontramos configurações diversas: 3 moram com os dois pais e irmãos, 1 mora com a mãe e os irmãos e os outros 3 não possuem irmãos, destes um mora só com os pais, o outro com mãe e o padrasto, e o outro só com a mãe.

/.../ principalmente as 3 irmãs, meu irmão é caçulíssimo, tem 7 anos, então somos 3 adultas, 4 adultas numa casa, 4 mulheres adultas. /.../ Meu pai tem um monte de filhos, ele tem 8 filhos. Só que minha mãe foi a última esposa dele. Separaram têm 4 anos, ele não casou de novo. Ele mora sozinho. (Daniela, 24 anos)

Moro com meus pais e meus dois irmãos mais novos do que eu. (Joana, 27 anos)

Sou filho único, mas o meu padrasto tem uma filhinha também, 15, 14 anos, não lembro (RISOS). /.../ Ainda porque lá em casa quando eu era bem pequeno eu morava com a minha avó, meus tios e minha mãe também. (Fábio, 19 anos)

Esta descrição da família pelos jovens aponta para um fenômeno da atualidade, que é a redução no tamanho das famílias e aumento do número de famílias monoparentais e reconstituídas – fruto de novos casamentos, que incluem padrastos ou madrastas e os filhos de cada membro do casal separadamente e os do casal conjuntamente, no conhecido jogo do “os meus, os seus e os nossos”. A redução no número de filhos pode ser observada na comparação das taxas de fecundidade entre 2000 e 2010, que caiu de 2,38 para 1,90. Outro dado comum entre nossos participantes são os filhos de pais divorciados ou separados, que configuram uma tendência no país, de modo que o percentual de divorciados passou de 1,7% em 2000 para 3,1% em 2010 e as pessoas que já viveram em união e não vivem mais subiu de 11,9% da população para 14,6%. Mais do que refletir as tendências gerais da configuração das famílias da classe média urbana brasileira, esse dados evidenciam uma repercussão destas mudanças na representação, na medida em que os jovens demonstram considerar a

coabitação, ou a convivência como o primeiro critério para se pensar a família, sendo este mais importante do que a filiação e a relação de sangue.

Como se pode ver na Tabela 22 acima, os jovens dedicam a maior parte do grupo para discutir como são as relações entre os membros da família. A relação com os pais foi a que recebeu maior destaque, enquanto as relações entre o casal e entre os irmãos foram discutidas com ênfase menor. No que se refere às práticas, os jovens focaram suas discussões na forma como eles vivem a família em casa e em como eles esperam construir suas famílias no futuro. Os encontros e rituais que envolvem os elementos da família extensa e o casamento foram aspectos pouco abordados. A ausência de referência à família extensa nas relações e sua pequena abordagem nas práticas podem ser compreendidos quando observamos que os jovens possuem pouco contato com os parentes além da família nuclear e suas práticas e relações em família quase se resumem as do cotidiano da casa. Este distanciamento da família extensa pode ter sido agravado pela situação geográfica dos participantes, tendo em vista que Brasília é uma cidade recente que se caracteriza por ter poucas famílias com várias gerações vivendo no mesmo local.

De forma geral, os jovens consideram que os pais trabalham muito e, por isso, têm pouco contato com os filhos. Alguns jovens relatam ter pouco convívio com a família devido ao tempo dedicado ao trabalho e ao estudo e os horários incompatíveis entre os membros. No entanto, as famílias encontram alternativas para viabilizar a convivência dentro da rotina. Muitas vezes os poucos encontros são possibilitados durante algumas refeições ou nos finais de semana e, como exceção, uma das famílias instituiu um momento de “reunião de família” para solucionar conflitos e tomar decisões coletivas. Para alguns, uma única refeição por dia constitui o único momento de compartilhamento de experiências e muitas vezes estas situações se dão em frente à televisão, ou com cada um no seu lugar. Outro motivo da pouca convivência em família é que nos fins de semana esses jovens priorizam a diversão com os amigos e são raras as situações em que eles fazem programas lúdicos com a família. Alguns

deles expressam que os pais se mostram insatisfeitos diante deste quadro de ausência dos filhos.

É assim, cada um tem o seu horário lá em casa. Eu, normalmente acordo meio dia. Meu café da manhã é o almoço, meus pais já acordam de manhã. Minha mãe tá aposentando agora, mas a vida dela inteira foi a base de trabalho, nunca parou de trabalhar. Meu pai também. Então... eles sempre trabalham, tão sempre trabalhando /.../ O almoço é horário de família. Todo mundo almoça junto... (Cláudio, 20 anos)

É... Lá em casa, meus pais, meu pai e minha mãe, eles tem uma rotina assim, desde que eles casaram tem uma rotina seguida. Dia de semana trabalha, aí chega minha mãe vai caminhar e meu pai dorme no sofá. Aí chega no sábado de manhã eu a levo no Ceasa, e meu pai trabalha mais um pouco, aí de noite eles vão na missa, e depois no shopping. Eu e minha irmã fomos criadas nessa rotina, agora a gente tá saindo mais. (Sabrina, 20 anos)

Lá a gente fez um negócio que é reunião de família, que eles falam, né. Quando tem briga, ou alguém tá achando alguma coisa ruim, aí pega e senta todo mundo. (Fábio, 19 anos)

Bom, é... A gente, todo mundo trabalha o dia todo, e aí de manhã cada um sai num horário, a gente não se vê, geralmente se esbarra no corredor assim. A gente não dá nem bom dia sabe, acorda muito de mau humor todo mundo. É... e aí a gente se vê a noite, mas cada um chega num horário à noite também /.../ mas assim geralmente à noite é cada um na sua rotina, é um no computador, o outro na televisão do quarto, o outro no outro quarto vendo TV/.../ Tem poucos, mas no momento de refeição é que a gente se encontra, na hora de fazer o lanche à noite que aí vai todo mundo pra sala, mas também não tem aquela obrigação de sentar à mesa, é um vendo TV e comendo, o outro comendo, mas... E fim de semana, a gente costuma também todo mundo, cada um tem a sua programação, a gente não tem a programação da família, mas acaba que encontra muito, sempre sabe onde o outro tá, que que o outro tá fazendo. E aí em alguns momentos eu saio junto com o meu irmão. (Joana, 27 anos)

E aí assim, e a gente é muito diferente então a gente não sai juntas as 3, e aí é um esforço pra estar com a minha mãe e com o pequeno, porque eles reclamam muito a minha ausência. (Daniela, 24 anos)

A maioria deles concorda que durante a infância existia uma convivência mais próxima em casa e alguns atribuem o posterior distanciamento aos compromissos assumidos com a idade e expressam que fazem um esforço para compensar esta ausência nas férias ou nos finais de semana.

Até uns 13 anos assim, eles levavam a gente pra igreja, eu dormia na igreja. Não coincidia assim, aí começou a adolescência, né aquela fase de querer se tornar individual, ser individual assim. E a gente começou a sair mais com amigos, e aí eles tem essa rotina até hoje. Então, eu e minha irmã a gente que às vezes tira eles da rotina, mas eles não gostam quando tiram da rotina. E... A gente tinha menos

responsabilidades assim, brincava muito tempo, só isso. Ter aula. Ia pra aula e de tarde ia dormir em casa. Agora a gente tem muito mais coisa. (Sabrina, 20 anos)

Bom, lá em casa meio que mudou muito a rotina que a gente tinha. Porque assim, eu almoçava praticamente todos os dias com a minha mãe. Meu padrasto assim ele sempre viajou muito, é capaz assim em um mês ele passar 3 semanas fora viajando. Então assim, ele sempre foi um pouquinho ausente e tal. E agora assim de um ano pra cá, a gente teve, mudou isso porque eu terminei o colégio, comecei a trabalhar, entrei na faculdade, aí assim, minha mãe meio que me perdeu. E agora assim, a gente não se encontra tanto, a gente não tem tempo. Porque por exemplo, eu trabalho muito na faculdade. Agora eu tô de férias, aí eu tento resgatar. Aí por exemplo ela tá fazendo inglês agora. Aí eu sou formado em inglês, aí eu vou lá e ajudo ela. É...ela tá lá no trabalho, eu vou lá, converso com ela e tal. (Fábio, 19 anos)

Observa-se, portanto, uma certa precarização da convivência derivada da rotina exaustiva de estudo/trabalho dos membros e, como arcabouço e, ao mesmo tempo, consequência destas práticas, temos as relações interpessoais. Nas relações intergeracionais, o que se sobressai são os conflitos com os pais; a ausência de proximidade afetiva, e a ponderação sobre o processo de construção da independência. Todos os jovens concordam que o conflito é uma tônica nas relações entre gerações e os desentendimentos ou brigas são constantes. Os jovens atribuem a origem destas dificuldades ao fato dos pais não respeitarem o espaço dos filhos e limitarem sua liberdade, eles dizem que os pais querem saber tudo da vida deles e impor seus caminhos futuros. Mas eles compreendem que limites são importantes na educação e que os pais temem as influências negativas advindas do contexto de vida dos jovens. Já a ausência de convívio, afetividade e ludicidade é atribuída à falta de tempo de todos, ao excesso de trabalho ou à separação dos pais.

Então, eles eram muito ausentes, eu era muito carente /.../ Ah, sim. Porque, carente assim, de um amor específico de pai e mãe. Era assim: quando tava com a minha avó, minha avó me mimava, quando tava com meus tios eles me mandavam a porrada /.../ É sério, então eram extremos muito grandes. Eu tinha essa carência de pai e mãe mesmo. (Fábio, 19 anos)

Tipo, eu fico meio perdido quanto a isso porque, tipo, ao mesmo tempo que eles me deram toda educação, todas informações eles... Eu não tinha um pai, uma mãe para brincar. Eles me tiveram muito velhos, meu pai me teve com 40 anos, sei lá tipo, minha mãe, ela, tipo, é *workaholic*, não para de trabalhar, a vida dela inteira foi de trabalhar. Tipo, a imagem que eu mais tenho dela é ela sentada de costas assim, trabalhando.

Tipo, nunca nunca nunca imaginei minha mãe brincando comigo, de qualquer coisa. E tipo não existe essa coisa de brincar lá em casa... (Cláudio, 20 anos)

Eu acho que é mais pelo tempo assim, eu acho que quanto mais correria, menos vai se encontrar, assim. Quanto mais afazeres você tiver, menos você vai encontrar com seu pai, com sua mãe, é mais ou menos assim. /.../ Eu estresso um pouco com ela porque ela é meio chata, mas às vezes ela tá estressada do trabalho, quer descontar em mim, aí... A gente não dá muito certo assim não. Assim, se ficar muito tempo junto assim, a gente entra em atrito assim, mas é tranquilo. (João, 19 anos)

Ela é bem protetora assim. Quando eu vou sair, me pergunta pra onde eu vou, quando eu volto, não sei o que. Coisa de mãe. É, às vezes eu tô na rua, ela liga. E minha mãe fala muito. Meu pai é mais na dele assim. (Fábio, 19 anos)

Acho que eles têm muito medo do mundo né, quando a gente sai. Quando a gente diz "Ah, tô indo pra festa", eles sabem que vai ter gente fumando, te enchendo o saco porque você não quer beber, não quer fumar, e o povo vem e fala... Então acho que eles têm muito medo disso. E um pouco de rigor porque eu já vi amigo meu que a mãe é muito boazinha e acaba que o filho não tem respeito nenhum por ela assim, xinga. Já vi amigo meu batendo em mãe. (Cláudio, 20 anos)

Mas ele impõe pra gente, não impõe, mas ele fica dando umas cutucadas pra gente fazer concurso, sendo que ele não, ele fez, não aguentou e saiu. Mas às vezes ele tá pensando assim mais no dinheiro que você vai ganhar, do que o que você vai exercer. Então assim, ele não tinha assim uma condição muito favorável assim de fazer uma faculdade quando ele tinha a minha idade /.../ eu também sou mais cômoda. Um pouco até, né? Meu pai paga a faculdade, e as minhas ambições materiais chegam a ser um pouco pequenas pra eles. Mas assim, eles querem que a gente entenda o lado deles, e a gente quer que eles entendam o nosso lado. Aí fica meio truncado assim, mas eu acho que vai chegar uma época, que eles cuidaram da gente, vai chegar uma época que a gente vai cuidar deles. (Sabrina, 20 anos)

Outros participantes consideram que o afastamento entre pais e filhos é uma consequência natural do amadurecimento dos filhos, os quais passam a construir seus próprios valores e referências e os pais sentem grande dificuldade de lidar com isso. Este processo de construção da independência é uma questão cara para os jovens no grupo.

Eu acho que a medida que foi ficando todo mundo adulto, vai criando, são várias pessoas meio estranhas vivendo na mesma casa... Eu acho que é muito porque a gente vai se diferenciando assim. A minha vivência é muito essa de, você vai virando uma pessoa cada vez mais diferente, cada vez mais você, e aí vai coincidindo menos. Mesmo quando tem tempo, mesmo quando está todo mundo em casa, um tá com um interesse, cada um... Agora eu acho que já está ficando mais tranquilo, todo mundo já acostুমou mais, mas para os meus pais foi meio difícil administrar isso de que estavam perdendo o controle sobre aquelas pessoas, aquelas pessoas estavam se diferenciando deles, cada um criando a sua vida. (Joana, 27 anos)

Na verdade a gente cresce muito rápido assim, eles são pegos assim de surpresa.
(Sabrina, 20 anos)

Os participantes constataram a existência de dois perfis de pais: um deles estimula a independência e quer que os filhos saiam logo de casa, o outro pondera sobre a segurança e conforto e espera que os filhos prolonguem ao máximo a permanência na casa deles. Em meio a este contexto, os jovens se vêem em uma encruzilhada: o desejo de independência esbarra na valorização do conforto e na dificuldade de entrada no mercado de trabalho. Eles revelam o sonho de liberdade e independência, mas reconhecem que devem adiar este sonho por mais alguns anos até que consigam uma estabilidade financeira. Os jovens querem liberdade, mas não abrem mão do conforto e não consideram a possibilidade de enfrentar dificuldades e assumir os custos e consequências de sua independência. Por isso, permanecem sobre a tutela dos pais, o que gera conflitos frequentes porque eles aceitam a dependência financeira, mas não querem se submeter aos limites impostos pelos pais.

Apesar que eu, normalmente eu vejo cada vez a gente ficando mais tempo em casa, ultimamente. Eu vejo muita quando eu pergunto “ah, pai com quantos anos você saiu de casa ou mãe, com quantos anos você saiu de casa?” Foi tipo 17. Se eu comento “mãe, eu quero sair de casa com 17 anos”, ela fala: “nem sonhando!”. Tipo, cara, você tem toda a sua vida aqui, você pode começar a trabalhar tendo uma casa, tendo seu conforto, tendo seu dinheiro, tipo, eu acho que a cada dia, cada vez mais, as pessoas estão tendo uma zona confortável cada vez mais. Já vai ficando mais em casa. Não é questão “ó meu Deus, a minha família”, não. É “ó meu Deus, tem essa parte do conforto”. Eu realmente não preciso ter a minha casa agora. Eu tenho o meu quarto, e está sendo o suficiente pra mim. Então quando chegar a época de eu tipo é realmente muita gente que eu conheço hoje, só pensa em sair de casa quando casar. Então, tipo, eu vou me preocupar em pegar a minha casa quando casar mesmo. Já eu vejo os meus pais, na época deles, eles saíam muito cedo. Isso pra eles era meio que normal e agora ficam nessa loucura: “Claro que não! Você vai ficar aqui em casa até os seus 50 anos”, sei lá. Uma coisa assim. (Cláudio, 20 anos)

Engraçado que na minha casa é completamente diferente. Tipo, a minha mãe não vê a hora da gente ir embora. Tipo, ela fala “está, você já está velha, você vai casar quando?”. “Eu estou noiva, mãe. Calma, eu vou casar”. “Não, pelo amor de Deus, com a sua idade...” Ela joga isso na minha cara todos os dias que ela pode. “Com a sua idade eu já tinha uma filha, já era funcionária pública e estava casada pela segunda vez” (RISOS)/.../ Eu já fui expulsa de casa, já morei na casa dele (DO NAMORADO) 4 meses, por isso. Tipo, eu comecei a viver uma vida que a minha mãe não concordava. Para ela

estava tudo errado, eu não estava respeitando as regras dela, num sei o que. Um belo dia, eu cheguei em casa e as minhas coisas estavam numa trouxa assim, /.../Aí tipo, eu fui embora, eu fiquei 4 meses morando na casa do meu namorado. Tenso assim, eu chorava todo dia, não era do jeito que eu tinha pensado pra minha vida. Até que a gente se acertou e voltou. E aí eu parei de barbarizar ela, tipo, de “ah eu vou fazer o que eu quiser, do jeito que eu quiser”, comecei a respeitar o que ela acha que é tão certo...(Daniela, 24 anos)

Existem dois padrões assim, de os pais quererem que o filho fique, e que vá embora. Você tem irmão, então a tendência é muito maior da sua mãe querer que você vá embora. Então se tem vários, então se um for embora... (RISOS) Por exemplo, eu sou filho único. Minha mãe morre se eu sair de casa. (Fábio, 19 anos)

Eu quero sair logo. Mas o que que acontece, eu não vou sair logo. Tipo, uma coisa é o querer outra coisa é poder. Eu sei que eu não posso, /.../ Eu não tenho trabalho, eu tenho a minha faculdade, então eu tenho essa noção disso. E tipo, eu não quero ser sustentado por eles pra sempre,/.../ e se eu quero ter uma vida bem melhor depois, esse conforto que eu tenho aqui dentro de casa é um estágio pra mim. Vai ser bom, eu goste ou não. Se eu pudesse ter minha vida própria, ter a minha casinha, ir pra faculdade, fazer o meu trabalho, sem ter que dar satisfação pra ninguém...(Cláudio, 20 anos)

A chamada adolescência tardia é tema de várias pesquisas em psicologia que fazem uma avaliação muito próxima da realizada pelos próprios jovens. Afirmam que o prolongamento da coabitação entre pais e filhos seria causado pela dificuldade de entrada no mercado de trabalho, pela expectativa de melhores salários e estabilidade, além da comodidade de desfrutar do conforto e segurança da casa dos pais (Henriques et al, 2006; Silveira & Wagner, 2006). Este fenômeno implicaria a necessidade de conciliação entre práticas individualizantes e hierarquizantes na família (Borges & Magalhães, 2009).

Esta conciliação parece difícil para pais e filhos, até porque os referenciais com que os pais foram criados eram outros e implicavam a vivência de experiências diversas das que seus filhos vivenciam atualmente. Os pais foram educados em um momento em que as relações familiares e sociais eram pautadas na hierarquia e o “respeito” era mantido a base de medo e punição. Eles não podiam questionar as normas familiares, mas saíam de casa o quanto antes para buscar um emprego e para assumir as responsabilidades da vida adulta, mesmo que isto implicasse começar uma vida enfrentando dificuldades financeiras.

Muitos pais desta geração protagonizaram movimentos sociais de vanguarda que questionavam a submissão à autoridade, romperam com as práticas religiosas e adotaram valores mais igualitários. A partir da década de 70 as “ciências psi” passaram a influenciar os comportamentos e valores da classe média brasileira e propagaram o ideal das relações familiares pautadas em maior afetividade e liberdade. Desta forma, estes adultos estão construindo novas relações com os filhos ancorados em novos referenciais e valores mais igualitários e democráticos. A consequência é que tendo liberdade e conforto em casa e sabendo das dificuldades do mundo “lá fora”, os jovens permanecem na casa dos pais por muito tempo. Esta permanência, no entanto, gera conflito porque ao crescerem os jovens assumem seus próprios valores e não admitem as práticas e referenciais dos pais.

Os pais criaram seus filhos a partir dos novos referenciais adotados pela sociedade, mas na contramão de suas experiências. Estabeleceram novos modelos de relação que ainda convivem com os modelos e referenciais nos quais foram criados. Esta coexistência de múltiplos referenciais gera conflito. Mas estes conflitos entre gerações podem ser entendidos como algo positivo e adaptativo, fruto de uma nova relação que ainda está se estabelecendo, mais igualitária e afetivamente próxima, onde há abertura para negociações e questionamentos. Afinal, apesar dos tantos impasses descritos, a relação entre pais e filhos também é abordada pelos jovens em termos positivos. Eles reconhecem a qualidade da educação recebida e ressaltam a relação de amizade e confiança. Os jovens percebem que a relação vai mudando ao longo do tempo e a hierarquia vai dando lugar a uma amizade em que todos se ajudam mutuamente.

Uma coisa legal que tem lá na minha família é que a gente conversa muito. A gente. Eu sempre falei pra eles as coisas. Nunca... ia pra festa, chegava e falava o que acontecia na festa. Ia pra escola... E aí, nunca teve, é, como eu falo? Segredo lá em casa. (Bruno, 20 anos)

É porque a minha relação com a minha mãe, principalmente depois que meus pais se separaram virou muito mais de amizade do que de mãe e filha. Eu sou, sei lá, virou muito mais de conversar, sobre a vida, o trabalho, o namorado dela, o meu e “ah seu pai me dá muito trabalho, num sei o que”, do que propriamente eu pedir conselho e

ela me dá, entendeu? O dia que eu entendi isso, eu fui fazer terapia pra entender isso. O dia que eu entendi que a minha mãe não me via mais como um filhote e mais como uma amiga, uma igual, ela esperava muito mais o meu apoio, minha ajuda dentro de casa do que eu tá dando uma de filha, a gente parou de brigar. Aí hoje em dia eu não brigo mais tanto. (Daniela, 24 anos)

Eu acho que os meus pais educaram a gente muito, muito bem. Eu realmente olho assim, /.../ se eu não fosse educado que nem meus pais me educaram já estaria fumando maconha, fazendo muita merda, cheio de filho por aí. Fácil. Tipo, eu sempre tive uma noção de tudo; minha mãe sempre botou isso na minha cabeça de tipo eu tenho a livre escolha de fazer o que eu quiser, mas é... Ela realmente me educou bem. /.../Tudo, toda a formação que eu tive, meus pais me deram. Eu acho que se eu cair assim na vida agora meu pais iam deixar, eu tô bem. Tipo, não tô perdido, eles realmente me passaram tudo que eu precisava saber. (Cláudio, 20 anos)

A partir da avaliação destas práticas e relações, os jovens fazem críticas às formas como as famílias se organizam atualmente e discutem sobre suas intenções de formar a própria família. Os garotos afirmam unanimemente que desejam casar e ter filhos. A única ressalva é que antes é preciso estudar e conquistar uma estabilidade financeira. Já as garotas demonstram mais insegurança quanto a esta decisão. Algumas relatam que esta dúvida surge de experiências alheias que consideram malsucedidas e de suas perspectivas sobre o passado, quando o papel feminino ficava reduzido à condição de mãe e esposa, sem acesso ao lazer e ao convívio social. O casamento formal, na igreja parece ser rejeitado pelas jovens.

Mas pra frente sim, depois que terminar a faculdade /.../ Quando achar uma pessoa certa de falar “ah, vou casar”/.../ Mas acho que ainda falta muito, a gente ainda tem que terminar a faculdade. Eu pelo menos penso assim. Só penso em fazer uma família depois que eu tiver dinheiro, ter certeza que eu vou ter condições de ajudar, não vou passar fome nem nada. Depois que terminar a faculdade, e até lá a gente aproveita um pouquinho. (Bruno, 20 anos)

Eu também gostaria de casar, ter um filho, né? Mas só se tiver, quando tiver condições, nada de pressa, né? Mas se tiver condições eu gostaria sim. (João, 19 anos)
É uma coisa que não é um plano assim. É, muita gente fala “ah quando eu casar, quando...”. Não existe esse plano assim que vai acontecer. É que eu sei que vai acontecer. Eu acho que se um dia, mas eu acho que é tudo muito efêmero assim, é difícil pra mim a ideia de pra sempre, entendeu? De pensar que eu vou viver com uma pessoa pro resto da vida ou que eu vou planejar o resto da minha vida com a pessoa. /.../ Porque as minhas formas de me relacionar são meio diferentes assim. Então, esse vínculo de certinho de casar, de morar junto ou casar ou viver junto, juntar e tal acho meio distante demais da minha realidade. /.../ Não tenho a menor vontade de ter

filhos, nenhuma. Porque todo o meu projeto de vida ele requer uma liberdade que não cabe ter um filho. Carregar uma pessoa e ter uma responsabilidade. (Joana, 27 anos)

E aceitei o pedido de casamento. Mas desde então isso é uma crise muito grande porque eu não sei assim. Não é que eu não ame, não é que eu não queira construir uma família, mas não sei como e quando isso vai acontecer, entendeu? /.../ eu tô muito num momento assim de o que que eu quero mesmo, o que é que... Ah! Eu vou casar, ok. E aí casar não significa que eu quero ter um filho. Porque eu vejo muitos casais da minha idade hoje que têm filhos, que são amigos meus assim, que eu tenho trauma terrível. Porque o filho, tipo, muito atrapalha a vida deles, sabe? Tipo muito tipo sobra muito pra mãe, ficar lá, no papel de mãe, eu tenho pavor do papel de mãe. (Daniela, 24 anos)

Aí a gente terminou, e eu desisti dessa história de casar. Sei lá, eu parei pra pensar assim, ai falei, ah não sei, de repente eu achei que eu era muito nova. De repente eu achei que eu tenho muita crise com o que a minha mãe fez da vida dela, como foi vivida a vida da minha mãe e ela tem muita crise hoje. /.../ Então ela tem muito pavor de tudo que ela construiu na vida dela. Ela tipo de ter passado 20 e tantos anos casada, e de hoje o marido não tá lá mais, assim ela construiu a vida em torno de uma realidade que hoje não existe. (Sabrina, 20 anos)

Esta avaliação parece pautada na discussão que os jovens fazem sobre as relações entre casais. Eles realizam uma análise bastante pragmática tomando como referência os próprios pais ou padrastos para pensarem sobre os papéis masculinos e femininos na família. As garotas chamam a atenção para as situações em que a mulher, mesmo dividindo as despesas com o marido, assume as funções domésticas enquanto o homem só ajuda e ainda tem a autoridade da palavra final nas decisões da família. Este tipo de relação assimétrica é criticado pelos jovens, assim como a educação diferenciada entre os filhos homens e mulheres. Este parece ser um assunto que gera conflitos em alguns lares, pois as meninas reagem contra essa assimetria no poder. Já os garotos não percebem as relações dos pais como assimétricas. Inclusive, um deles constata que a mãe possui maior poder de decisão do que o pai.

Agora tem uma coisa que me incomoda demais na minha família é na questão do papel do homem e no papel da mulher dentro de uma família. ...Então a minha mãe ela sempre trabalhou, mas sempre cuidou da casa, a gente quase nunca teve empregada, alguém pra ajudar em casa. Então ela trabalhava, cuidava da casa, cozinhava, cuidava dos filhos e acumulava funções. Meu pai era só provedor, apesar dos dois serem colocando dinheiro, dos dois dividindo as contas. O provedor no

sentido de “Eu trabalhei o dia todo, então eu tenho o direito de assistir tv a hora que eu chego em casa!” sempre foi ele. E me incomoda demais porque acabou que passou pra nós. Então meus irmãos não fazem nada, eles são super folgados, eles são supermachistas também, porque é o papel da mulher e tal... mas às vezes extrapola assim, às vezes a gente quer uma atitude da minha mãe. Coisa que você fala assim: “Mãe, olha isso!” e ela fala “Não, não, seu pai tá certo”. Assim, isso gera um stress lá em casa. (Sabrina, 20 anos)

Tipo, muito, tipo sobra muito pra mãe, ficar lá, no papel de mãe, eu tenho pavor do papel de mãe (ÊNFASE). Tipo, a mãe cuida, a mãe não faz nada pra ela, faz pro filho. Isso me dá vontade de arrancar os cabelos! E esses amigos meus são assim, tipo: ah, o cara precisa sair, o cara se diverte, e ele volta pra casa pra dar um beijinho na testa da mãe, do filho. (Daniela, 24 anos)

É uma coisa, tipo um conflito muito grande, porque minha mãe não entende e a fala que eu odiava desde pequena era, minha mãe falava: “Como assim um quarto de moça tá desse jeito?”, sabe? A mocinha... Porque que os meninos podem e a menina não pode? Isso sempre foi coisa de muito conflito lá em casa. Porque tem muito definido o que é que o homem deve fazer numa família e o que é que uma mulher deve fazer. (Joana, 27 anos)

A minha é bem diferente. Ainda mais porque a família é meio que recortada, tem o meu padrasto e a filha dele, tem eu e minha mãe. Então lá somos todos no mesmo nível. (Fábio, 19 anos)

Eu vejo isso bem em meus pais. Tipo, a minha mãe ela que realmente toma as decisões lá em casa. É, na verdade, tem algumas coisas que a gente argumenta, mas minha mãe é bem pé firme e meu pai, por ser calmo também, então ele acaba acatando. (Cláudio, 20 anos)

Os jovens destacam as relações entre casais em que os interesses se tornam incompatíveis e criticam quando um deles precisa sempre ceder às vontades do outro. Eles concluem que se deve buscar um equilíbrio, no qual todos precisam ceder um pouco, mas quando isso não acontece é melhor que o casal se separe, mesmo que tenha filhos. Para os jovens, o casamento não precisa ser para sempre.

Acho que essa questão é muito, passa pelo equilíbrio de tentar os dois estarem dispostos a tentarem o equilíbrio sempre assim. Tem momentos que uma pessoa vai abrir mão, não é possível que você coloque a sua individualidade assim. Se você tá com um projeto em comum, mas eu acho que tem que ter um cuidado mútuo. Assim, dos relacionamentos que eu conheço que eu mais acho legais e que mais dão certo, do meu ponto de vista, são esses relacionamentos em que as pessoas não tem nem isso de assumir que “Não, eu tô acima de tudo então eu não vou abrir mão de nada” e nem de sempre “Ah, alguém tem que abrir mão, né? Então essa pessoa sou eu e eu vou abrir mão sempre porque eu assinei e é pra sempre”. Entendeu? É buscar o equilíbrio. E aí, não deu certo, não deu. (Joana, 27 anos)

Eu tinha, sei lá, quando meus pais começaram a brigar demais assim pra separar, eu devia ter uns dezessete, uns dezoito anos, o processo de separação foi muito longo, muito dolorido. Eu falava pra minha mãe: “Mãe, separa!” – “Ah, mas eu vou ficar com você e se seu pai, não sei o quê, e eu casei...”, “Mãe, pelo amor de Deus, mãe, não faz sentido uma pessoa ficar vivendo uma vida de merda dessa só porque falou: ‘Não, eu casei, assinei lá, jurei’, não faz sentido!”. (Daniela, 24 anos)

Segura até a relação por causa do filho. Mas fica pior ainda porque brigam, o filho vê todo dia. Aí você fala “Ah, eu devia ter separado, meu filho viu tudo isso e não precisava”. (Sabrina, 20 anos)

É interessante notar como as jovens se apropriam das experiências vividas por outras pessoas e daquelas que eles fazem parte na qualidade de filhas, juntamente com os valores e representações para avaliar o presente e pensar como construirão suas próprias famílias. Os garotos parecem não vivenciar este conflito. Já as garotas, por sua posição na sociedade como um grupo minoritário que tem conquistado espaço social à custa de lutas recentes, parecem se ver na “corda bamba” e temem que ao se tornarem esposas ou mães, elas se colocarão em relações desiguais de poder e terão que se posicionar de forma submissa e abrir mão dos momentos de lazer e convívio social. Percebe-se uma tensão no discurso delas, como se afirmar o desejo de constituir família seria uma traição à luta das mulheres por liberdade, pois casando estariam cedendo àquilo que temem: ter uma vida igual a das mães. Então elas dizem saber que vão casar, mas tentam demonstrar que não queriam isso. Observa-se uma fala ambígua que reflete um conflito interno entre duas matrizes de pensamento que coexistem na atualidade.

Desde o último século não aconteceram só rupturas no que se refere ao papel da mulher, há muitas continuidades. Observa-se que a imagem da mulher como um ser frágil e emotivo, necessitado de proteção, que atua na intimidade e se restringe aos cuidados dos filhos, modificou-se em direção a se tornar um ser em busca do desenvolvimento de suas potencialidades. No entanto, os valores cultivados pelos mais velhos ainda são impressos nos seus filhos e netos, mesmo que sob outras “roupagens”. Respeito, submissão, delicadeza, pureza, abnegação e habilidades manuais, que eram os valores essenciais para uma boa moça,

perdem parte de sua força, mas permanecem de forma encoberta e o domínio masculino ainda se faz presente, juntamente com a submissão feminina, que confere o sentimento de culpa e a responsabilidade pela saúde dos filhos e o sucesso do casamento atribuídos às mulheres (Biasoli-Alves, 2000). Vários autores (Fleck & Wagner, 2003; Perucchi & Beirão, 2007; Testoni & Tonelli, 2006) concordam com esta perspectiva e afirmam que as mulheres ainda representam a família a partir de um modelo clássico, com forte presença da moral sexual e grande valorização da maternidade, mas já valorizam o pai participativo e presente, não apenas como provedor, mas como educador.

Observamos neste exemplo a atuação das duas dimensões da experiência: a vivida – como as jovens sentem de maneira emocional as práticas e as relações assimétricas no interior do lar – e a cognitiva – que faz com que elas signifiquem esse vivido segundo categorias socialmente dadas. Os termos nos quais elas formulam a experiência que vivem em casa são emprestados de pré-construções culturais que dão sentido a essa experiência. Neste caso, estas pré-construções incluem representações sociais pautadas em metassistemas conflitivos.

Como Duveen (1995) nos lembra, as crianças já nascem no mundo estruturado em torno das representações sociais de seu grupo e assumem um lugar num conjunto de relações e práticas já estruturados. Estas jovens foram criadas para serem mães, tiveram como primeiro brinquedo uma boneca, leram livros e assistiram filmes cujo único final feliz para as mulheres era encontrar seu príncipe encantado. No entanto, cresceram e perceberam os ganhos que as mulheres tiveram nos últimos anos em termos de independência e liberdade. Viveram e experienciaram também as relações interrompidas de seus pais, quando suas mães esperavam pelo final “e viveram felizes para sempre”. Então, elas se colocam em meio a dois metassistemas e operam uma oposição entre a RS da mulher-esposa-mãe e da nova mulher-trabalhadora independente, como se não fosse possível a constituição de uma família sem a submissão da mulher. Elas demonstram dificuldade em afirmar que vão casar, pois declaram o

horror ao papel de mãe e esposa e a descrença na possibilidade de fazer valer um novo modelo de família.

Este fantasma é alimentado por uma representação da maternidade pautada na noção de renúncia, e do casamento pautada na hierarquia e submissão. Os valores alimentados pela juventude atual provocam a recusa ao modelo de família hierárquico, no entanto, alguns jovens possuem como única experiência vivida de família esse modelo que recusam para si. Percebe-se uma certa dificuldade de formular um novo modelo que não faz parte das suas vivências e práticas em casa, nem está presente na memória de um passado que não viveram. Não é que eles não querem uma família, eles não querem a família que eles experienciaram, eles não querem reproduzir as relações desiguais de gênero que observam entre seus pais e seus irmãos.

Para pensar como seria a família que eles construirão no futuro, os jovens passam a criticar as práticas e relações atuais de suas famílias com foco principalmente na criação dos filhos e na divisão do trabalho entre o homem e a mulher e refletem sobre o que fariam igual e diferente. No que se refere à relação com os filhos, ao mesmo tempo que eles valorizam a autoridade e reclamam da falta de regras claras e modelos rígidos, eles valorizam práticas baseadas em relações mais horizontais, como o compartilhamento de situações lúdicas, a proximidade afetiva e as “reuniões de família”. Os jovens valorizam a liberdade das relações que não precisam durar para sempre e a divisão igualitária das tarefas domésticas e da criação dos filhos, mas ao mesmo tempo se queixam da separação dos pais, afirmando que não desistiriam do projeto no meio do caminho.

Eu seria, estaria mais participativo com certeza na... Tipo, tudo bem, eu tenho o maior orgulho de meus pais, só que eles não fazem... Eles não me levavam, tipo, nunca me levaram pra um cinema, nunca me levaram pra um negócio... Acho que toda minha diversão, toda minha parte de infância foi eu mesmo correndo atrás, e fiz com os amigos. /.../ No resto eu faria igual. Tipo, quer dizer melhoraria a comunicação, que no caso é um problema antigo lá em casa. Que ninguém entende o que eu quero dizer/.../ Mas se vai na educação tá ótimo. Educação quero ficar com a dos meus pais. Comunicação, não quero ser que nem eles, nem na presença. (Cláudio, 20 anos)

Natal é a pior data da face da terra porque é uma merda! Meu pai tá de um lado sozinho, minha mãe tá do outro carente. Eu tento, assim... Se eu fizer uma família, eu já falei isso em brigas lá em casa, eu espero fazer direito. Eu espero não abandonar o projeto no meio do caminho /.../ Porque eu acho, sinceramente que meu pai e minha mãe não tinham muito... Minha mãe não tinha muito ideia do ser mãe, tipo, ela queria, entendeu? Brincar de boneca, mais ou menos, ela era muito nova... Nunca teve essa reflexão sobre “Ah! Como é que eu vou criar... tipo, como eu vou estruturar essa família?” Meu pai sempre foi muito ausente, meu pai era meio entidade, assim, ele só aparecia quando a coisa estava dando errado. (RISOS) Aí ele vinha, ele saía lá do Olimpo e vinha resolver o problema e voltava pra lá. Então eu quero pensar melhor mesmo a família, sabe? (Daniela, 24 anos)

Então que acho que se eu fosse ter uma família no futuro eu gostaria que tivesse esses papéis marcantes, ainda mais porque num futuro quando a gente cresce e a gente não vai ter mais esse papel de pai e mãe, de um... De ter sempre a quem recorrer, de ter sempre alguém que vai estar sempre certo, vai ter a palavra final e tal. (Fábio, 19 anos) Exatamente! Não é tipo: Ah, o pai ajuda. É dividir! É tipo, eu só fiz... Ele só ficou aqui dentro, mas ele é nosso, igualmente, cinquenta por cento! Isso tem mesmo, estar presente, gostar daquilo que eu tô fazendo. De, ah, de me envolver no papel de ser mãe, mas sem deixar de ser eu! (Daniela, 24 anos)

Eu gosto de cozinhar, né? Minha mãe já me ensinou a cozinhar até para eu me virar de vez em quando. Aí quando eu namorava eu combinava com ela “eu fico cozinhando, fazendo almoço, a janta e você faz tal coisa”. A gente brincando né? (RISOS) Mas eu acho também. Acho também que eu vou querer dividir. Não sei... (Bruno, 20 anos)

Figueira (1987) considera que com a modernização da família o arcaico apenas aparentemente desaparece e é substituído pelo moderno, ele continua presente mais ou menos invisível e inconsciente fazendo uma oposição eficaz ao moderno, recente, desejado, num processo de desmapeamento. Este seria definido pela coexistência de mapas, ideais, identidades e normas contraditórias e relativamente dissociados dentro do sujeito. A crise seria proveniente da dissociação entre os valores com que as pessoas foram criadas e os que assimilaram; entre os valores exclusivos de sua classe e os valores das outras classes sociais.

Apesar das tantas mudanças ocorridas na sociedade desde 1987, ainda observamos este fenômeno entre os jovens, nos quais coexistem dois modelos de família. Atualmente se valoriza a ideologia do igualitarismo que pressupõe a igualdade formal entre as pessoas; homens e mulheres, adultos e crianças se percebem como diferentes idiossincriticamente, mas iguais como indivíduos. Na família igualitária, as fronteiras entre as categorias como

masculino e feminino, adulto e criança, tornam-se menos marcantes e os membros da família são definidos a partir das suas ligações, ou relações. Neste caso, há uma certa indefinição quanto ao que seria certo e errado e a noção de desvio é substituída pela pluralidade de escolhas limitadas apenas pelo respeito à individualidade do outro. Mas este modelo coexiste com o hierárquico, no qual homem e mulher, adulto e crianças se percebem como intrinsecamente diferentes, o poder do homem é maior e o adulto, que sabe mais e melhor, deve mostrar seu poder pelo exercício da disciplina. Há clareza entre certo e errado e mecanismos claros de repressão dos desvios (Figueira, 1987).

No que se refere às relações de gênero, os jovens parecem adotar predominantemente a perspectiva igualitária em suas representações da família, mas em relação à educação dos filhos, este posicionamento convive com o modelo hierárquico. Observamos, portanto, os jovens confusos e em contradição diante desta multiplicidade de crenças e possibilidades de ação.

O último tipo de relação discutida neste grupo foi entre irmãos, sobre a qual os jovens abordaram mais os aspectos negativos do que os positivos. Estes aspectos negativos referem-se a brigas, falta de comunicação ou isolamento e são atribuídos a: horários e rotinas individuais, diferenças de personalidade e interesses pessoais, distância entre as idades. Em um dos casos em que os pais são separados, é relatada a ausência quase total de convivência com os meio-irmãos. Apesar das dificuldades relatadas, alguns enfatizam os aspectos positivos e afirmam que conhecem bem os irmãos e possuem uma relação afetuosa com eles.

Bem...Lá em casa é complicado também porque cada um tem uma rotina e a gente é muito diferente... E aí assim, e a gente é muito diferente então a gente não sai juntas as três /.../ O pequeno também. Ele pergunta: você vai dormir em casa hoje? (RISOS). Ai eu falo: não. "E amanhã?" - Não. "E depois?" - Depois eu vou. "Então você dorme comigo?". É assim. Mas com as outras é complicado. (Daniela, 24 anos)

Minha família é bem complicada de resumir assim. É, ao mesmo tempo que a gente tem muito sentido de família, a gente tem um péssimo problema que é a comunicação. A gente não consegue passar direito o que um quer falar pro outro. Briga toda hora em casa /.../ já chamaram até a polícia para parar as brigas minhas e do meu irmão. (Cláudio, 20 anos)

Não. Dos outros 7, não. Tem um que eu nem conheço, que é o mais velho, que tem sei lá, quarenta e tantos anos. Não sei nem como é, nunca vi. Aí tem os outros que, eu não sei nem, tem anos que eu não falo assim, não sei nem o que tão fazendo da vida. Tem sobrinho meu que eu não conheço, filho desses irmãos. Eu nem, quando fala em irmão eu nem lembro deles assim, nunca foi. Só são filhos do meu pai. (Daniela, 24 anos)

Minha parte de irmãos, assim de brincar, essa parte foi meus amigos assim que eu criei em tudo que é canto que são meus irmãos. (Cláudio, 20 anos)

É. De noite tá todo mundo lá. Todo mundo fazendo alguma coisa, aí eu procuro muito a minha irmã ou às vezes ela me procura muito, eu vou lá no quarto dela, fico enchendo o saco dela. Ela vai no meu às vezes, a gente fica conversando. (Sabrina, 20 anos)

As práticas relacionadas à família extensa, bem como as relações subjacentes a estas, são brevemente descritas pelos jovens. Observa-se que, nos encontros com a família extensa, se repete o mesmo quadro das práticas descritas sobre a família nuclear. Aqueles que possuem uma rotina de maior convivência com a família nuclear relatam que nos fins de semana costumam encontrar avós, tios e primos. Os que convivem menos no interior do lar, também encontram menos a família extensa. Alguns se reúnem apenas em datas comemorativas como Natal e aniversários, e outros nem se quer nesses momentos.

Todo final, minha família é do interior assim. Então minha mãe tem muitos irmãos assim, muita, aí todo final de semana tem churrasco. Mesmo a minha família sendo, a gente é, pequenininha, tá sempre em contato com a família em geral assim. Tios, primos, avós. (Bruno, 20 anos)

A gente, apesar da família do meu pai morar aqui, a gente tem muito pouco contato com eles, a gente passava todo Natal com a família da minha mãe, que aí é de São Paulo, só que também tem pouco contato, bem superficial. Tipo, a gente vai, se vê, se conhece, se abraça, se ama, vai embora e nunca mais se vê, só entra em contato no próximo Natal. A gente não se fala nem na internet nem pra dar oi. Aí a gente tem a família do meu pai, que é uma galera que já gosta mais, quando a gente vai lá eles perguntam “como é que você tá?”, de vez em quando eles mandam um recado via internet, “ah, saudade”, ou qualquer coisa assim do tipo, mas assim a gente só se vê em alguma coisa comemorativa: aniversário...(Cláudio, 20 anos)

Este movimento de afastamento dos jovens e de seus pais da família de origem com a redução da convivência a poucos encontros formais por ano ilustra o processo de nuclearização, definido pela redução da família mais ampla ou extensa a um núcleo de pais e

filhos. A nuclearização corresponde a uma tendência atual nos centros urbanos de substituição do convívio a priori demarcado pela família de origem pelo convívio adquirido a posteriori com o cônjuge e os descendentes (Gomes & Duarte, 2008). Este processo parece se encontrar dentro da lógica da valorização da subjetividade e do privado de forma que o grupo reduzido composto por pai, mãe e poucos filhos se fecha em seu universo privado e se afasta de uma sociabilidade mais ampla. Este processo tem implicações na representação social da família e justifica a pouca frequência de evocações sobre a família extensa nos resultados do Estudo 1.

5.5.2. Como os adultos vivem a família?

Os adultos compõem o grupo que mais falou sobre a configuração da família. Como se vê na Tabela 23, a maior parte deste discurso foi sobre a família nuclear. É interessante notar que, apesar da maioria deles ter filhos, todos descreveram sua família inicialmente a partir da ascendência, falaram dos pais e irmãos, enquanto apenas um deles se referiu inicialmente ao filho. Possivelmente isto se deu porque a primeira pessoa a responder não possui filhos e se referiu aos pais e irmãos, então os demais membros do grupo foram seguindo o mesmo padrão. Percebemos este movimento de regular os próprios critérios a partir da fala dos outros, pois quando um dos participantes descreveu sua família a partir da coabitação, os demais retomaram a palavra para descrever também com quem viviam. A regulação do próprio discurso a partir da fala dos outros é um efeito esperado quando se trabalha com grupo, na medida em que este é um fenômeno comum nas interações interpessoais.

A família extensa foi descrita pelos adultos, incluindo tios, avós, primos, sobrinhos, entre outros. Um deles percebe na fala do grupo uma característica comum às famílias de Brasília, as quais são pequenas e com pouco contato entre os parentes.

Tabela 23: Distribuição das frequências das categorias e subcategorias no Grupo 2- Adultos.

CATEGORIAS	Configuração	f	Prática	f	Relação	f
SUBCATEGORIAS	Extensa	12	Encontros	08	Parentes	0
	Nuclear	16	Rotina	04	Intergeração	04
	Coabitação	09	Casamento	03	Casal	07
					Irmãos	01
Total		37		15		12

Lembramos que neste Grupo de Adultos (n=6), uma mora com o marido e os dois filhos, dois moram sós, um mora com o cônjuge e um casal mora com o irmão de um deles. É interessante notar que os animais de estimação também foram considerados na descrição da família:

Pai e mãe. Sempre pai e mãe... Eu era o mais velho com diferença de 4 anos, como são 3 irmãos a diferença é 4 anos pro temporão é 9 anos, né? ...Eu tenho um filho. Um filhinho. (Vitor, 43 anos)

Cinco mulheres e só eu de homem. /.../ É. Aí eu moro com a esposa e um boxer e um pastor alemão. E mais três gatos, numa chácara. (Paulo, 50 anos)

A minha família nuclear somos quatro irmãos, dois homens e duas mulheres, eu sou a mais velha. É... meu pai e minha mãe. Meu pai veio pra Brasília em 76 mais ou menos. E aí meu pai morreu em 89 e ficou... 88 pra 89, e ficou minha mãe e os quatro filhos, né? (Lilian, 38 anos)

É... Hoje a minha família aqui em Brasília é Léo e o meu cunhado, nós moramos nós três. (Bárbara, 34 anos)

Tios, avós, tudo... A bisa, né? Minha avó que é bisa dos meninos... Assim, em Brasília tem a minha tia, irmã do meu pai, e um primo. Aí o resto tá espalhado mesmo assim, eu tenho tio em São Paulo, eu tenho primo no Rio, eu tenho primo em Las Vegas, eu tenho... o povo tá no mundo, né? Mas essa família, a família do meu pai foi ficando reduzida... Porque minha avó, depois que o meu pai morreu, minha avó morreu um tempo depois e eu perdi mais um tio, e aí eram quatro irmãos também, então só ficou essa minha tia que mora aqui e um tio que mora atualmente no Rio. E os outros, né? Mas tenho contato com os primos, com os filhos das pessoas... (Lilian, 38 anos)

Eu vejo que aqui também nós temos uma condição assim de famílias em Brasília, que é diferente de uma cidade que a família tá lá ó, os primos, os tios, avós e aquela pressão da lei, da família. Então nós como a gente viu, nós vimos aqui que na família é um nucleozinho de 3, 4 pessoas, ou seja, o pai tá não sei pra onde e tal. Mas não é o caso das famílias desse país, de família assim que chega em Goiânia...(Paulo, 50 anos)

Observamos que, diferentemente dos jovens, todos os adultos possuem entre dois e cinco irmãos; nenhum deles se refere a padrastos, madrastas ou meio-irmãos; vários não possuem filhos, são separados ou divorciados. Dentre estes últimos, a mãe do filho não é

elencada como família. Estes dados acompanham as estatísticas do IBGE descritas na introdução desta tese e na discussão dos resultados sobre os jovens e são seguidas de uma repercussão na representação social: a família para os adultos parece ser pensada com base na consanguinidade e estes consideram parentes como avós, tios e sobrinhos mais do que os jovens. Considerando que os jovens selecionam os membros pela coabitação e os adultos pela ascendência e descendência, torna-se fácil a compreensão do porque os adultos elencam a família extensa mais do que os jovens, mesmo que não convivam com ela.

Na Tabela 23 verificamos que os adultos se detiveram pouco nas discussões sobre as práticas, mas descrevem-nas com foco principalmente nos encontros e rituais com a família extensa. Já a rotina na família é discutida com ênfase um pouco menor e se restringe às análises das práticas nas suas famílias nucleares atuais. O casamento formal também foi pouco trabalhado. O principal foco dos adultos foi na discussão sobre as transformações das práticas na família, as quais serão trabalhadas mais adiante no último tópico deste capítulo. Os adultos dedicaram-se menos que os jovens a discutir a qualidade das relações subjacentes a essas práticas. O tipo de relação mais abordada foi a do casal, seguida da relação intergeracional e fizeram apenas uma referência à relação entre irmãos. Ao contrário do que aconteceu na descrição das práticas, a qualidade das relações com a família extensa não foram discutidas.

A rotina das famílias com filhos é descrita como marcada por muita participação e proximidade, pois os adultos afirmam compartilhar várias refeições e possuir tempo para acompanhar os estudos ou brincar. É interessante destacar a participação ativa do pai. Já os casais sem filho não costumam almoçar juntos, mas se encontram a noite e nos finais de semana estão sempre juntos.

E a gente acompanha muito essa coisa da escola. Esse ano a gente contratou uma van escolar que leva eles, mas a gente vai buscar. Então a gente meio que se reveza de ir buscar na escola, pra inclusive, né, ter contato com o professor e tudo. E almoçamos os quatro juntos todos os dias. Isso é uma rotina assim... Então eu vou almoçar, eu ajudo o Joaquim no dever assim, né? Acompanho algumas atividades e depois que volto para o Ministério. Então assim, é bem tranquilo, né? (Lílian, 38 anos)

Bom, quando o Joca era pequeno, pelos meus horários por serem horários muito confusos /.../ o Joca ficava a parte do período da manhã e começo da tarde assim ficava mais, não sempre, mas na maioria das vezes, comigo /.../ eu fiquei muito assim na parte de Joca quando pequeno, ficava com ele, descia com ele. Aí não era pra deixar ele ficar exposto a nada. Mas eu tirava a roupa dele deixava ele pegar no barro aquelas coisas, né? A mãe pensava uma coisa, mas eu fazia outra. (Vítor, 43 anos)

E o Ricardo também até mais que eu, né. Ele vive dizendo que se o Senado pagasse ele pra ficar em casa cuidando de menino, de casa e de comida, que ele ia adorar, mas como não é possível... Então assim, ano passado ele tirou 3 meses de licença pra estudar e fez a coisa da casa assim, que é muito o que ele gosta de fazer, né? Quando o Joaquim nasceu ele tirou 50 dias de férias, ficou 50 dias em casa, né? Eram só nós três. (Lílian, 38 anos)

A relação do casal foi um tema discutido em termos da divisão das tarefas. Diferente das experiências dos jovens, neste grupo a relação parece menos hierárquica e as tarefas domésticas são divididas sem gerar conflitos.

Eu ficava acordando, pegava, trocava a fralda, trazia de volta, botava no peito lá, pegava e trazia de volta. (Vítor, 43 anos)

A gente resolveu que ia ser nós dois e ele que ia me ajudar. Eu falava “tu tem braço, e eu tenho peito. Eu dou o peito e tu carrega”. (RISOS) Vamos dividir as funções e tá tudo certo. É. Então foi uma combinação que tem dado certo, assim né? Em termos de trabalho, eu trabalho muito mais viajando, saindo de Brasília do que ele. Então ele acompanha muito, né, mais perto das crianças. (Lílian, 38 anos)

É. Lá em casa eu que sou mais a esposa. (Paulo, 50 anos)

Esta participação do homem nas tarefas domésticas é um fenômeno que vem se tornando comum e alvo de discussões na psicologia. Desde a década de 70 a mídia passou a refletir uma mudança nos papéis masculinos em direção à valorização da igualdade entre os sexos e a participação do pai e marido na família, com a vivência de uma paternidade mais próxima dos filhos (Gomes & Resende, 2004; Hennigen, 2008; Romanelli, 2003; Santos, Caldana & Alves, 2001). No entanto, as pesquisas demonstram que o homem atual transita entre valores novos e arcaicos, pois ainda se observa uma diferenciação conservadora nos papéis de gênero. A participação masculina na casa aumentou, mas ainda é percebida como uma ajuda à companheira e as tarefas domésticas continuam sendo responsabilidade feminina

e o provimento financeiro, masculina (Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Rocha-Coutinho, 2003).

Os adultos discutem um pouco as relações intergeracionais priorizando aspectos positivos e relatando a qualidade da relação tanto com seus pais quanto com seus filhos. A relação com os pais se mostrou bastante variada, indo do distanciamento, passando pela proximidade fraterna e até uma relação de orientação e confiança. Já com os filhos, destaca-se a proximidade e o diálogo.

É. Mas eu sempre fui ligado muito com a minha mãe, porque a minha mãe é uma mulher que teve filho com 13 anos. Então começou a parir muito rapidinho e pariu 9, sobreviveram 6, 5 mulheres e eu de homem. E eu sou o terceiro. Então ela era muito novinha assim. Minha mãe era um pouco, foi um pouco minha irmã assim. Nós nos criamos juntos digamos assim. E a relação da gente foi muito de irmãos assim, parece. Mas ao mesmo tempo, ela foi que, meu pai uma figura muito semiletrado, não tinha nenhuma ciência por parte de escola de maneira nenhuma. Mas assim muito sábio no fazer, né? (Paulo, 50 anos)

Então, é assim gente, a minha mãe e o meu pai sempre foram um casal super aberto assim, né? ... E ela, ela sempre com uma cabeça muito aberta, né? Minha mãe é jornalista, então assim, essa coisa da conversa, de ter um horário do almoço, ela estava até menos do que meu pai, porque essa coisa de loucura de jornal, depois de TV, mas assim a conversa, o diálogo, né? Falar sobre tudo, sobre sexo, sobre drogas. Era uma coisa que existia, sempre existiu. Eu acho que eu trouxe pra minha família muito por conta... (Lílian, 38 anos)

Mesmo eu tendo menos contato porque sou separado, bem menos contato pelo tipo de trabalho que eu tenho, a loucura, os horários, eu tenho um convívio muito, infinitamente maior do que o convívio do meu pai comigo, que a gente morava na mesma casa, eram casados e tudo. De proximidade, de afeto, troca de ideia, informação. Eu não lembro de nenhum momento, primeiro porque acho que eu não tinha o hábito disso, de conversar com a família sobre nada, né? E eu e o João acho que não tem uma coisa que a gente não converse, qualquer coisa que ele me pergunta eu respondo. (Vítor, 43 anos)

Constatadas as mudanças nas divisões de papéis, bem como a proximidade afetiva e a horizontalização das relações entre pais e filhos, um dos participantes questionou sobre o enfraquecimento da função paterna e o fato das mulheres estarem assumindo hoje a função de lei, que historicamente era do homem.

É, o lugar do pai hoje é quase meio que apagado. /.../ É muito mais um aspecto psicológico da criança, porque o meu pai pode... tanto é que o meu sobrinho tem um

filho que ele é a mãe daquele menino pra todo mundo, enquanto a mãe não trata ele, a mãe trata ele como pai naquele aspecto antigo. Mas ela é...(Paulo, 50 anos)

Quem poda, né? Quem dá o limite. (Lílian, 38 anos)

A mãe é quem tá castrando hoje, o pai não tá castrando muito. O pai era muito considerado. Na bíblia tá lá, o pai é a lei, a mãe é o amor, tem outras roupagens digamos. Mas assim, hoje a gente não vê muito isso. Por quê? Porque o pai foi deslocado daí, então a mãe e o pai, ou seja, há uma certa, não tem lugar garantido talvez hoje...(Paulo, 50 anos)

Ao levantar estes questionamentos, reconhecemos que o participante se apoia no referencial da psicanálise para problematizar as consequências das mudanças nos papéis de gênero considerando o enfraquecimento da figura masculina na sociedade atual. Ao falar em castração, o participante faz referência ao complexo de Édipo Freudiano, em que cabe ao pai exercer o papel de interditar o acesso da criança a seus objetos de desejo, instituindo no psiquismo dela a noção de lei, de limite, ou a ordem cultural. É importante salientar que o pai para a psicanálise é uma figura simbólica e não necessariamente o pai biológico ou o homem, mas um terceiro que incorpore a interdição. Discute-se atualmente o enfraquecimento desta interdição e a dificuldade que os sujeitos frutos da cultura atual possuem de lidar com limites e regras sociais. Este é um tema comum nos estudos psicológicos os quais consideram que a transformações na família implicam a criação de novos núcleos relacionais, não mais marcados pela hegemonia patriarcal, gerando o fenômeno da “fragilização dos papéis parentais”. Alguns admitem o declínio do pai e as carências na transmissão da função paterna estariam na base da patologia familiar. Outros consideram que esta função estaria perdendo lugar para a Função Fraterna, que pressupõe uma família implicada na ética da solidariedade (Adena & Speller, 2001; Amazonas e Braga, 2004; Gellano, 2007; Nominé, 2007; Passos & Polak, 2004; Kamers, 2006; Romagnoli, 2004; Said, 2005; Tendlarz, 2007).

No que se refere aos encontros dos adultos com a família extensa, não encontramos um padrão único. Alguns nunca encontram os parentes, com exceção de uma data comemorativa, uma vez no ano. Outros deixam claro que os parentes visitam, mas não são

convidados a participar diariamente da rotina do lar. Os encontros se dão em festas ou refeições nos finais de semana. Há uma única participante que encontra a mãe diariamente. Esta é a única do grupo que não é casada e não possui filhos. Por fim, apenas um dos adultos qualificou a relação com os irmãos destacando os conflitos e divergências, mas também a união e a solidariedade.

/.../ final de semana a gente reúne, tem uma irmã que mora aqui, a minha mãe mora no Gama, a gente reúne pra fazer umas comidas, e quando não é na casa dela é na casa da minha sogra, a gente fica revezando. (Paulo, 50 anos)

Minha mãe mora aqui, ela mora sozinha na casa dela, eu moro sozinha na minha casa, mas somos praticamente vizinhas de quadra, então nós nos vemos praticamente todos os dias, ou na hora do almoço ou eu dou uma passadinha para um lanche lá... Então assim, existe um contato, mas existe cada um no seu espaço físico. Meus irmãos também. E a gente se sente e se vê como família, né? Nossos encontros de domingo, etc. Normalmente, a gente está junto para um almoço... (Beth, 43 anos)

Os irmãos, eu sinto que os irmãos são muito unidos. Assim, a característica da minha família, eu observo que a gente é solidário um com o outro, apesar das grandes diferenças. Somos três irmãos completamente diferentes um do outro, apesar de criados pelo mesmo pai o tempo todo e mesma mãe. Mas somos todos muito diferentes, muito. Mas sempre solidários, quando acontece alguma coisa ou precisa sempre um irmão está ali pra fazer ou ajudar. (Vítor, 43 anos)

Não [tenho contato com meu pai], assim de vez em quando “e aí, como é que tá? Tudo bem?”. Não passa disso. Chama para algum evento, um aniversário. /.../ É, Natal. Quando muito... (Léo, 33 anos)

Dezenove tios por aí... Mas nenhum com proximidade de estar se encontrando... (Bárbara, 34 anos)

Quando a gente decidiu que a gente ia morar junto, que a gente ia ter uma criança enfim... Então o resto da família foi convidado a ser convidado, não de participar efetivamente, diariamente de troca de fralda, de banho, né? (Lílian, 38 anos)

Esta realidade descrita pelos adultos em que, após se constituir a própria família, reduz-se drasticamente o contato com os pais, os irmãos e os tios, os quais passam a ser vistos como “visitas”, remete-nos ao já referido processo de modernização da família que tem dentre suas consequências a nuclearização descrita acima. A nuclearização pode ser entendida como uma precondição para a autoafirmação e individualização e pode decorrer de pressões morais generalizadas ou pela impossibilidade de presença física do novo casal nas unidades

domésticas de origem de cada um dos cônjuges. Mas raramente consiste numa separação radical e permanente da rede familiar originária (Gomes & Duarte, 2008).

É interessante notar que os participantes que afirmam possuir um vínculo mais frequente com a família de origem são aqueles que atualmente não possuem seu próprio núcleo familiar, os divorciados ou solteiros. Já aqueles que vivem com um cônjuge e com filhos parecem imersos nesse processo de distanciamento da família de origem. Alguns deles afirmam o distanciamento não voluntário, devido à mobilidade geográfica imposta pelo mercado de trabalho. No entanto, outros afirmam a decisão consciente de promover certo distanciamento. Acreditamos que este movimento seja pautado no processo de individualização e autonomização, que glorifica a autossuficiência e a independência, acima descritas.

A importância do casamento formal é discutida por uma das participantes na medida em que ela conta que para a mãe dela sair de casa com o namorado após engravidar foi obrigada a casar. Já no caso dela, que também engravidou do namorado, eles foram morar juntos sem a necessidade de um casamento formal. Quando questionada sobre a filha, ela pondera que a ausência de um casamento formal não seria problema. Os demais participantes do grupo concordam que este já foi um valor importante para as famílias, mas não é mais.

Assim minha mãe hoje vai fazer 58. É uma mulher nova, né? Que engravidou na década de 70, né? Se apaixonou e casou. /.../ casou de véu e grinalda. É, muito por uma questão familiar assim. Minha avó /.../ então imagine se ela saísse de casa sem casar, né? Assim, e grávida!! Pra morar no interior de São Paulo, né? /.../ Tudo que eu fiz. Saí grávida e sem casar. Saí grávida, sem casar e já morando junto assim /.../ Saí, mas não saí, porque eu já estava fora de casa há muito tempo, né? Eu já morava fora, eu já morei em Salvador, depois em morei em Minas, depois /.../ Mas é isso, assim eu rompi de alguma forma com essa trajetória, essa regrinha, né? (Lílian, 38 anos)

Esta desvalorização do casamento formal afirmada pelos adultos se reflete no perfil das famílias brasileiras. O percentual de uniões consensuais subiu de 28,6% para 36,4% do total entre 2000 e 2010 (IBGE, 2012). Um dos motivos para isso é o custo do casamento

formal, o que justifica as uniões consensuais corresponderem a 48,9% do total na classe com rendimento até ½ salário mínimo. Outra razão é que a religião como um todo, principalmente a católica, vem cada vez mais perdendo espaço na vida das pessoas. Azevedo (2003) considera que a crise da tradição cristã do ocidente é um fato incontestável, evidenciado pela diminuição da prática regular de religiões tradicionais, o avanço de novos movimentos religiosos, da indiferença religiosa ou do deslocamento da experiência religiosa para o indivíduo, sem a mediação das instituições. Nesse contexto de secularização, a Igreja passa por um processo de esvaziamento e o fator religioso passa ao segundo plano na escala social de valores. No Brasil, os católicos passaram de 93,5% da população em 1950 para 73% em 2000 e as pessoas sem religião passaram de 0,8% para 7,3% na mesma época. A religião, portanto, perdeu a hegemonia como guia norteador de condutas na família e atualmente coexiste com uma pluralidade de referenciais, identidades e normas contraditórias. Assim o ritual do casamento religioso vem perdendo o peso que possuía outrora.

5.5.3. Como os idosos vivem a família?

Na Tabela 24 observamos que os idosos descreveram com maior frequência a família nuclear demarcada pela descendência, composta pelo cônjuge e os filhos. O segundo critério mais utilizado para definir quem é a família foi a coabitação atual. A família extensa também foi lembrada por alguns participantes, que destacaram os sobrinhos e os netos e bisnetos e outros afirmam a ausência de parentes pela morte de muitos deles.

Tabela 24: Distribuição das frequências das categorias e subcategorias no Grupo 3- Idosos.

CATEGORIAS	Configuração	f	Prática	f	Relação	f
SUBCATEGORIAS	Extensa	05	Encontros	06	Parentes	04
	Nuclear	12	Rotina	16	Intergeração	13
	Coabitação	09	Casamento	02	Casal	02
					Irmãos	01
Total		26		24		20

Quanto a configuração familiar, os idosos descreveram formações heterogêneas, baseados principalmente nos descendentes, no estado civil e na coabitação. Vale lembrar que

dos 7 participantes deste Grupo, três são viúvas, destas uma mora com os filhos e duas com filhos, netos e bisnetos; um é viúvo e recasado e mora com a esposa e enteados; uma é casada e mora como marido; uma é separada e mora com os filhos; e um é separado e mora só.

Eu tenho apenas oito filhos. (Tânia, 88 anos)

Eu fui casado. /.../ convivi com ela esse tempo todo, não tive nenhum filho com ela. Fui pra Salvador e conheci uma menina lá e aí eu fiz uma filha lá. Tá com 23 anos. Aí eu vim pra cá, aí em Formosa, eu conheci outra, aí eu fiz meu filho também, eu com 14 anos de idade. Ele está com 50 anos, meu filho. (Danilo, 65 anos)

Eu tenho três filhas. /.../ eu fui casada, 22 anos, depois me separei, fiquei 22 separada. Ele não concordou com o divórcio, hoje eu sou viúva realmente, fui viúva 22 anos de marido vivo. (Júlia, 72 anos)

Agora eu fiquei viúvo e agora estou vivendo com a minha esposa e um casal de enteados com mais de 30 anos. (Otávio, 79 anos)

Eu tenho uma filha que mora comigo, e ela tem três netos, e uma bisneta. A filha dela ficou separada e ficou com a menina... Uma dessas três netas é a que separou que mora comigo e tem uma menina, uma menina linda, vai fazer 10 anos. (Tânia, 88 anos)

Eu moro só. Estou há 22 anos morando sozinho. /.../ E não tenho pai, não tenho mãe, não tenho avô, eu não tenho avó, não tenho tia, não tenho tio... Tudo já morreu. Tenho irmã, sobrinho, neto. (Danilo, 65 anos)

Um é casado e os três moram comigo na minha casa. Os três filhos. Esse mais novo ainda me deu uma neta (RISOS)/.../ A neta mora comigo, a mãe não quis saber dela não, mora comigo. (Olívia, 69 anos)

Meu irmão Bruno, agora ele já é falecido, teve apenas 12 filhos, aliás, ele teve 15 filhos, dos 15 filhos, ele tem 12 até hoje vivos. (Otávio, 79 anos)

Observa-se que neste grupo, os idosos não se referem aos pais e irmãos como os adultos o fazem, possivelmente pela morte deles ou pelo pouco contato que possuem. O que são descritos inicialmente é o estado civil atual e os filhos, os quais variam de dois a oito. Apenas uma participante não possui filhos, mas inclui o sobrinho, que ela afirma ter criado por dez anos. Alguns participantes também descreveram com quem moram, a coabitação é um critério que algumas vezes coincide com a família nuclear, pois na sua maioria os idosos vivem com os filhos. A família extensa também é citada por alguns na medida em que se referem principalmente aos sobrinhos, netos e bisnetos e outros relatam a ausência dos parentes devido ao falecimento, indicando certa solidão por estas perdas.

Na Tabela 24 percebemos que, dentre suas práticas, os idosos relatam com prioridade a rotina da família, no entanto eles falam pouco das práticas que vivenciam no presente e algumas vezes o fazem apenas com o intuito de criticá-las. O foco deles está no passado, posto que se remetem principalmente ao momento em que eram crianças ou jovens ou quando criavam seus filhos crianças. O segundo foco é nos encontros com a família extensa, que parecem mais frequentes do que nas outras faixas-etárias. Já o casamento formal é pouco referido. Assim como os adultos, os idosos focaram pouco a discussão sobre as relações interpessoais na família. As relações intergeracionais foram as mais discutidas, incluindo três gerações ou mais: avós, pais e filhos. As relações com a família extensa também foram qualificadas, assim como a relação do casal, mas houve apenas uma referência à qualidade da interação entre irmãos.

O grupo demonstra maior interesse em discutir as práticas da família que viveram no passado. Mas este passado nem sempre é visto de forma romântica e positiva por todos. Muitos salientam a rigidez da educação na infância, a autoridade ameaçadora dos pais e a falta de liberdade e informação na adolescência, principalmente entre as mulheres. Toda esta repressão se refletia no controle da sexualidade e na vigilância sobre os namoros. As mulheres do grupo dão destaque a esta educação diferenciada entre homens e mulheres. Apenas uma delas destaca que tinha certa liberdade, exemplificada no modo de vestir.

Olha, eu fui criada, tem uma expressão no interior de Goiás, debaixo da cuia, eles falam. Pai português muito severo, mãe filha de fazendeiro cheia de preconceito, muito preconceito, família muito rica, de coronéis, meu avô era coronel. Depois me colocaram em colégio de freira, semi-internato, quando não estava estudando estava pintando e minha irmã no piano, essa era nossa vida. No curso normal eles determinavam, meu irmão mais velho, com quem que a gente ia dançar/.../ Eles não precisam nem falar com a gente, era só olhar que era uma ordem. Só no olhar. Meu pai era português, não aceitava que risse alto, que desse uma gargalhada. /.../ Não podia cruzar a perna. Ele fazia: “Ei psi, descruza!” Então a coisa era muito complicada! (Geovana, 81 anos)

Nossa família já viu né? Era aquele rigor, mas... Namorado não podia... Ave Maria! A gente namorava assim, sentava no sofá, a gente, o pai aqui, a mãe... e o namorado de cá. (RISOS). (Olívia, 69 anos)

Mas para a época em que a gente viveu, eu acho que o nosso pai era muito vanguarda, muito liberal entende? Ele permitia que as filhas usassem vestido tomara que caia, não criava problema, que todo mundo apontava e achava que era pessoa de má vida, né? (Júlia, 72 anos)

E eu me criei como uma moça pobre, mas uma pessoa que recebeu uma certa educação, pouca, eu não tenho curso superior, porque naquela época o homem... Então meu pai pagou colégio para os homens, todos os meus irmãos são formados. Eu tenho um irmão juiz de Direito, tenho um irmão formado em música, tenho quatro formados. Todos os homens são formados, mas as mulheres não são formadas. Ele deu curso de, digamos, manuais. Crochê, tricô, bordado, costura, pintura, flores e vai por aí afora, arte culinária. (Tânia, 88 anos)

Alguns dos idosos contam também como era a rotina quando eles formaram a própria família e criaram os filhos próprios ou dos parentes. Alguns relatam que a mulher se dedicava à educação dos filhos, mas duas delas afirmam que trabalhavam fora e contavam com ajuda para educar os filhos ou os colocavam em atividade diversas fora de casa.

E me casei quando estava completando 23 anos, lá no Ceará, com uma parenta minha longe, com um detalhe: fui dar o primeiro beijo na face depois de casado. (Otávio, 79 anos)

Os filhos? Os filhos, era no colégio, e os que iam de manhã pra escola, a tarde tinha uma ocupação pra fazer. Qualquer um. Um estudava datilografia, todos eles eu tinha um cursinho pra fazer. Eles não ficavam em casa não. (Tânia, 88 anos)

Eu trabalhava de manhã, de tarde, a noite quando não estava trabalhando, eu estava estudando. Então tudo isso eu devo a ajuda da família, eu não fiz isso sozinha, tomar conta de adolescente, pré-adolescente, tudo. Mas eu ia sempre em casa na hora do almoço, podia estar em qualquer escola, mas eu ia sempre em casa e almoçava com eles. (Geovana, 81 anos)

Enquanto as práticas são focadas no passado, as relações descritas são prioritariamente as do presente. No entanto, apenas um dos idosos discutiu a qualidade das relações na família no passado, destacando a ausência de laços afetivos e a presença da violência entre os membros da família. Ele revela a mágoa por ter sido abandonado pelo pai e descreve a violência física que permeava a relação com os irmãos, o que fez com que ele fosse viver nas ruas. Já a relação do casal foi abordada apenas em dois recortes que descrevem o processo de separação provocado pela mulher que não aceitava ser submissa ou ser traída.

Acreditamos que estes recortes evidenciam a resistência de algumas mulheres à situação que lhes era imposta pela sociedade.

E eu acredito que ele [o pai] tinha um parafuso solto, que dele eu não duvido nada (RISOS). Com quatro anos de idade minha mãe morreu e ele distribuiu os quatro filhos que tinha entre as enteadas e um irmão dela e eu fui morar com meu padrinho. Com oito anos de idade, fui levado pra casa do meu padrinho. Eu tinha assim uns oito anos e levei algumas surras de chicote de couro cru /.../. Fugi da casa do padrinho porque apanhava demais. Fui morar com o irmão /.../. Aí foi uma briga feia com uma irmã, que tem praticamente a idade de ser minha mãe, e ela gostava muito de me bater à toa. Foi ela me descer o cacete, aí já tinha 14 anos e ela veio tentar, eu estava com o chicote na mão e aí a coisa inverteu, dei-lhe uma surra e por conta disso houve aquele problema de família. Meu irmão me chamou e eu arrumei a trouxa e fui parar no Rio de Janeiro. (Otávio, 79 anos)

Mas fui eu que tomei a decisão de me separar, não dava mais. E eu não sou uma pessoa submissa, saí do Rio e vim pra Brasília. (Júlia, 72 anos)

Mas como eu fazia, como eu fiz, eu morava em São Paulo teve uma época, nós demos uma cabeçada/.../ E eu revoltada, pra ser clara, que Deus está nos ouvindo, ele arranjou outra mulher e eu não me conformei. Fechei a fábrica, dispensei os empregados, e deixei tudo lá abandonado. Moral da história: caímos. Tinha de tudo e eu joguei tudo fora. Não vou dizer que perdi se eu que joguei fora. /.../ Eu cheguei e ele tinha trazido a outra pra cá. /.../ contratei um investigador, aí descobri tudo direitinho, cheguei no restaurante dele /.../ Quando eu dei por mim eu estava com um policial civil, ele segurava assim no meu braço. A sorte é que ele pegou assim no meu braço, não pegou aqui. E aqui eu tava com um 765, eu vim disposta a acabar com ele. Mas foi por pouco! Ah, aí depois ficou tudo bom. Eu perdoei ele e ele acabou e vivemos até agora há uns 7 ou 8 anos juntos e felizes. (Tânia, 88 anos)

O maior interesse dos idosos pelas práticas do passado se justifica, segundo Bosi (1994), porque o velho exerce a função social de ser a memória da família e da sociedade ao lembrar do passado. Neste caso, o desejo de explicação sobre o presente integra as experiências passadas nas representações que orientam as ações. Vale destacar que esta memória é realizada a partir dos valores do presente, de modo que as idosas percebem sua educação como repressiva, sem acesso à informação e à liberdade e os idosos percebem como violenta as relações pautadas nas agressões físicas. Para tanto, eles tomam como referencial valores atuais e modelos de família pautados no diálogo e respeito mútuo. Na época em que

esses idosos eram crianças, bater nos filhos e proibi-los de ler certas revistas ou sair sozinhos era absolutamente normal e indicava que a família era cuidadosa.

Apesar do passado ser criticado, a rotina da família na atualidade é discutida pelos idosos com foco principalmente nas críticas à forma como é vivida atualmente. Discute-se a ausência dos pais em casa devido ao trabalho, o excesso de liberdade sexual, as práticas de brincadeira das crianças, entre outros. As drogas e a homossexualidade são descritos por alguns participantes como problemas da atualidade derivados destas práticas. Neste contexto se abordou a questão das mães solteiras, tratada por um das participantes como uma realidade comum sem maiores repercussões, enquanto outra considera o divórcio algo terrível.

Droga [é o problema de hoje], que quer usar, aí tem a televisão. Quem tem filho hoje, eu acho que esse é um ponto crucial. Porque deve ser muito cruel você ter um filho e de repente você vê ele se enveredar pelo crack, pela maconha, a maconha atualmente já se acha que é inofensivo, é o crack e a cocaína. (Júlia, 72 anos)

E ser gay?! (Olívia, 69 anos)

Não, ser gay já é diferente. Isso aí não é crime nenhum. (Júlia, 72 anos)

Entre o gay e as drogas, o crack, qual é o melhor? (Olívia, 69 anos)

O melhor é ser gay né? Ele pode existir... Agora mesmo eu encontrei um, mas... (Júlia, 72 anos)

Eu? Eu não queria nenhum dos dois. (Olívia, 69 anos)

/.../ os filhos ficam muito abandonados. Criado por outras pessoas, sem carinho do pai, a mãe chega cansada, não quer dar um pouco de atenção pro filho. E tinha que ser assim. O pai também não quer nem saber. Então o filho se sente perdido, não tem pai, não tem mãe, não tem ninguém. (Olívia, 69 anos)

As minhas netas não tem nome do pai, o pai não quis. /.../ e ninguém na nossa família achou que devia correr atrás. Ficou só com o nome da mãe. Elas não têm trauma por causa de pai, não tem trauma porque não tem nome de pai. (Júlia, 72 anos)

Porque estão seguindo todos na mesma linha. E todos vão à farra, todos brincam carnaval, todos namoram, todos brincam, mas ninguém leva homem lá pra cima pro quarto. Ninguém. A não ser que leve que seja casado e precise morar lá. (Tânia, 88 anos)

É interessante notar que é justamente a mudança naquilo que eles criticam sobre suas experiências passadas – a submissão feminina e a ausência do mundo do trabalho e da educação – que serve de explicação para os males da família atual. Os idosos consideram que

problemas como o uso de drogas têm sua origem na ausência dos pais e destacam que a mulher que trabalha fora não teria tempo para se dedicar aos filhos. A homossexualidade é considerada consequência desta ausência dos pais na educação dos filhos.

Os idosos utilizam os valores do presente para analisar suas experiências no passado e utilizam os valores do passado para analisar as experiências dos familiares no presente. Observa-se o recurso a metassistemas diferentes em cada situação. Enquanto no caso anterior eles demonstravam valorizar a igualdade de gênero e a liberdade, agora eles parecem julgar que cabe às mulheres os cuidados com os filhos e a repressão da sexualidade destes. Talvez este processo se dê com vistas à proteção identitária, posto que analisar a família atual parece empenhar os processos grupais de oposição do endogrupo ao exogrupo (Tajfel, 1982). Os idosos, então, destacam os pontos que diferenciam ambos os grupos e fazem uma avaliação negativa do presente, tomando como referenciais valores fundados no modelo da família hierárquica. No entanto, este processo também é modulado pelas experiências vividas afetivamente por cada um. Isto pode ser observado na discussão sobre a separação ou o divórcio, quando um dos participantes afirmou que era terrível um filho ser criado sem o pai, logo umas das participantes amenizou este aspecto revelando a situação das netas, que não foram registradas pelo pai, como algo sem implicações negativas. Posicionar-se contra a separação implicaria uma avaliação negativa do próprio grupo familiar, então, possivelmente a experiência na família modula o posicionamento pessoal frente a esta questão familiar.

A relação entre gerações é descrita pelos idosos tanto em seus aspectos positivos quanto negativos. Os aspectos positivos dizem respeito à afetividade, ao reconhecimento e ao carinho de uma geração por outra, enquanto os aspectos negativos enfatizam a dificuldade de lidar com as especificidades dos filhos e enteados e dos bisnetos que se afastam dos mais velhos.

Eles [os netos] não saem e não chegam que não me beijam. E moram comigo dentro de casa. (Tânia, 88 anos)

Eu sinto que, eu vou dizer uma coisa, não é vaidade não, a quantidade de pessoas, os amigos dos meus netos, que me chamam de vó. Eles falam da vó das minhas netas como se eles convivessem comigo, uma gratidão, um afeto. O marido da minha neta me chama de vó, eu sou avó dele agora, eu sou muito querida. Ela tem três filhos que me chamam de mãe, sou mãe adotiva, eles chamam de mãe, ainda bem que ela não tem ciúmes. (Júlia, 72 anos)

O meu aniversário de manhãzinha, pode esperar, chega flores. ...Dia das mães, dia de vó, qualquer outro, dia do professor, pode esperar que as flores estarão lá. Isso é uma gratidão muito grande, né não? (Geovana, 81 anos)

E ela mora, lamentavelmente, pra mim, com um casal de enteados com mais de 30 que ela trata como se fosse adolescente... Os dois com mais de 30, profissão definida, mas pra ela são adolescentes. (RISOS) (Otávio, 79 anos)

Cada filho tem uma personalidade diferente, é difícil demais. O último, um rapo de tacho, como falam! Eita menino difícil, é barra! (Olívia, 69 anos)

Os netos ainda são muito próximos, mas depois os bisnetos aí já são outra coisa. Não se preocupe que o bisneto não é igual ao neto. Tem uma diferença muito grande, um amor muito diferente, um respeito também muito diferente, eu digo isso... Não, o neto as vezes é tão carinhoso ou mais que o próprio filho. Neto é muito bom. Agora o bisneto é mais afastado, ele vai mais pra avó do que pra bisa, ele vai pro avô do que para o bisavô e eu digo isso por experiência própria. (Tânia, 88 anos)

Os idosos parecem se esforçar para demonstrar que são queridos e valorizados dentro da família e avaliam que são tratados com carinho e reconhecidos pelos netos e filhos. No entanto, o afastamento dos familiares também é pontuado por um deles, ainda que de forma mais sutil. Acreditamos que, nesta pontuação, um dos membros do grupo revela um elemento que para eles deveria ser omitido em nome de uma proteção psicológica e da identidade do grupo.

Por fim, são abordados conflitos comuns aos jovens e adultos, decorrentes da educação dos filhos e enteados. Um dos idosos utiliza suas experiências e valores para avaliar o fenômeno dos filhos adultos da esposa ainda viverem com a mãe. Fenômeno bastante discutido pelos jovens, mas que parece de difícil aceitação para um idoso que saiu de casa ainda criança para sobreviver sozinho. O casamento formal foi descrito e valorizado por alguns participantes, inclusive um deles casou pela segunda vez aos 78 anos.

Os encontros com a família extensa parecem mais frequentes entre os idosos do que ocorre nos demais grupos, vão além dos encontros festivos de final de semana, incluindo

hospedagem de parentes por temporada ou até mesmo a convivência diária. Esta prática se justifica pela presença frequente dos netos devido ao trabalho dos pais e parece se fundar em práticas mais antigas, quando a família extensa se constituía como um grupo de referência que compartilhava suas práticas, inclusive a criação das crianças, que muitas vezes eram educadas por tios ou padrinhos. Alguns deles relatam serem criados por tios ou terem eles mesmos criado sobrinhos. A única exceção deste contato é um participante que mora só e encontra os parentes apenas em ocasiões festivas, uma vez ao ano. De forma geral, a relação com a família extensa é descrita em termos bastante positivos, ressaltando a união e solidariedade entre os membros.

Recebemos muita visita de parentes, inclusive, eu estou até com medo de fazer concorrência com hotelaria, porque todo mês tem quatro, cinco, seis pessoas visitantes. (Geovana, 81 anos)

Todos moram na mesma cidade e quase que diariamente muitos se reúnem na casa da mãe. /.../ Se reúne, bate papo, troca ideia e todos visitam a mãe pelo menos uma vez por semana, uma família superunida. É incrível, eu aprendi muito com esse meu irmão sobre o que é família. (Otávio, 79 anos)

A não ser que tenha uma avó presente, lógico. Agora a babá vai, vão todos os netos vão para a minha casa. (Júlia, 72 anos)

Parente, parente mesmo é só no natal e ano novo, saber o que é família mesmo, né? Por enquanto eu fico aqui afastado mesmo, porque moro sozinho e tal. (Danilo, 65 anos)

Tive que criar meus sobrinhos, a partir da pré-adolescência vieram tudo morar comigo. Logo que eu vim para Brasília e adquirir apartamento, aí as irmãs acharam que Brasília era o lugar ideal pra mandar os filhos para estudar. Moraram comigo 10 anos, estudando em Brasília, sendo que todos três casados, todos os três profissionais, formados aqui em universidades. (Geovana, 81 anos)

Minha vida foi um pouco difícil, porque eu fugi da casa do meu padrinho, fui morar com meu irmão e comecei a aprontar. Isso lá no interior do Ceará, com 12 anos eu fugi pra Fortaleza, onde fiquei sete meses, dormia na sarjeta, fui jornalista. (Otávio, 79 anos)

Cheguei aqui e encontrei apoio da minha família, que é muito ligada. São sete irmãos, mas um completa o outro no que precisar, aí ajuda. (Geovana, 81 anos)

E ainda tenho uma porção de sobrinhos que amo loucamente, e que ainda dizem que eu sou mãe adotiva deles, me relaciono muito bem com eles. A Família muito unida, família muito atenciosa um com o outro, quando um está alegre, todos procuram estar junto e ser alegre, quando um está triste todos estão juntos. (Júlia, 72 anos)

Estes idosos viveram a infância antes do processo de nuclearização das famílias. No passado a família se constituía como um grupo mais denso com maior convivência e responsabilidade um pela vida do outro, até mesmo porque normalmente os membros funcionavam como força de trabalho e proteção física. Desta forma, era comum se criar filhos de parentes e a convivência era frequente. A união da família ampla é um valor cultivado pelos idosos que os jovens já não compartilham, por isso os conflitos e os afastamentos familiares parecem ser omitidos neste grupo, enquanto a união e a convivência são ressaltados.

5.5.4. Como uma família vive a própria família?

Para responder a esta questão foi realizado um grupo focal intergeracional, o qual contou com 9 participantes de uma mesma família, abarcando 4 gerações. O casal da primeira geração, Dona Maria e seu Antônio, possui 12 filhos, 36 netos e 15 bisnetos, eles são casados e vivem juntos com um filho. Da segunda geração, participaram duas filhas e o marido de uma delas. A primeira filha, Rita, tem 4 filhos e é divorciada, mora com uma filha e um neto. O casal Pedro e Paula formam uma família reconstituída, Paula tem três filhos do primeiro casamento e dois filhos junto com Paulo, que só possui estes dois. Os dois vivem juntos com um dos filhos de Paula e os dois filhos do casal. Da terceira geração, estavam presentes duas netas. Uma delas, a Flávia é filha da Rita e a outra, a Lívia é filha da Paula. A Lívia é separada e tem um filho, ela mora com este filho, a irmã e o sobrinho. Já a Flávia, que também é separada, possui dois filhos adolescentes, a Ana e o Paulo. Ela mora com a Ana, já que o Paulo mora com a avó Rita. A Ana e o Paulo também fizeram parte do grupo compondo a quarta geração. As relações de parentesco entre os membros do grupo encontram-se descritas na Figura 21:

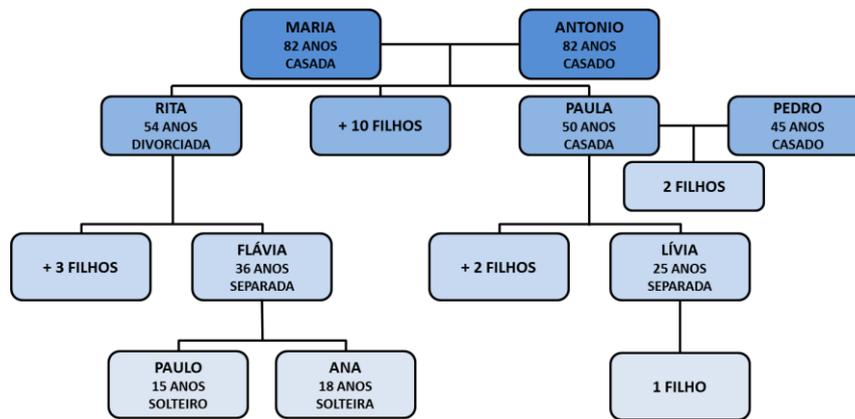


Figura 21: Árvore de parentesco entre os participantes do Grupo 4- Família

Como se observa na Tabela 25, os participantes deste grupo descreveram suas famílias baseados principalmente na coabitação e no parentesco nuclear e, com menor ênfase, na família extensa. Vale destacar que, neste caso, a família extensa consiste na junção das famílias nucleares. O que pode justificar o pouco uso deste critério, apesar do grande contato que os parentes possuem entre si, pois quando cada um descreve uma parte o todo acaba sendo contemplado.

Tabela 25: Distribuição das frequências das categorias e subcategorias no Grupo 4- Família.

CATEGORIAS	Configuração	f	Prática	f	Relação	f
SUBCATEGORIAS	Extensa	04	Encontros	10	Parentes	16
SUBCATEGORIAS	Nuclear	10	Rotina	15	Intergeração	34
	Coabitação	14	Casamento	06	Casal	17
					Irmãos	10
Total		28		31		77

Então assim nós somos, quantas pessoas a nossa família tem? Eu esqueci. Nós somos quantos, 70 e... Nós somos 12 filhos...(Maria, 82 anos, geração 1)

36 netos. (Antônio, 88 anos, geração 1)

Não, é. 36 netos e 15 bisnetos. /.../ Na minha casa nós éramos 9 irmãs. (Maria, 82 anos, geração 1)

Hoje, nesse momento eu moro com meu neto Paulo, e com minha outra filha, Cláudia. A semana passada eu não morava com o Paulo, /.../ E nem morava com a Cláudia, que ela tem, não tá com emprego, /.../ Que tem esses dois cachorros que ela cria /.../ É, esses são os filhos dela e que mora comigo. /.../ É assim, quando a situação não tá boa, aí mora todo mundo junto na mesma casa. (RISOS) Aí depois quando está, as coisas melhoram, aí vai todo mundo morar sozinho. Essa aqui é a Flávia, que é mãe dela e dele, e que mora agora, provisoriamente, só com ela, né? Porque o Paulo, que é esse aqui, tá morando comigo. (Rita, 54 anos, geração 2)

Bem *suis generis*. Eu fui casada, tive 3 filhos, e essa é a mais nova. Já tá separada e, essa aqui também já se separou, e elas tão morando juntas. /.../ As duas, a Carla e a Lívia, moram juntas, e cada uma tem um filho. Então eu tenho 2 netos. Esse meu neto aqui é mais velho do que os meus filhos. /.../ É, os tios são mais novos do que o sobrinho. /.../ E assim, quem mora comigo, moramos eu, ele, o Daniel, que é o meu filho do meio do primeiro casamento, que ainda mora comigo, e mais os dois pequenos, né? (Paula, 50 anos, geração 2)

A coabitação aparece como aspecto principal e observamos neste grupo uma certa mobilidade entre os membros de forma que este critério ora coincide com a família nuclear ou parte dela, ora coincide com a família extensa. Percebemos, então, várias famílias nucleares que se misturam numa família extensa a qual, mais do que manter a convivência, assume a função de cuidar e acolher na hora que os parentes precisam. Possivelmente essa ausência da nuclearização se dê devido a frequência de divórcios ou separações na família. Na falta do cônjuge, as pessoas se voltam para a família ascendente para ajudar a criar os descendentes. Como consequência, os arranjos domiciliares fogem das normas prescritas socialmente e se definem pragmaticamente, pelas necessidades cotidianas de cada membro.

Na Tabela 25 acima, vemos que neste grupo, as práticas mais discutidas foram aquelas que incluem a família extensa. Estas foram seguidas dos relatos sobre as práticas na família nuclear, a qual foi considerada no passado - na medida em que os idosos e os adultos descreviam suas rotinas quando eram crianças - e no presente, quando eram descritas as práticas atuais de cada grupo. Outro aspecto bastante discutido de forma polêmica foi o casamento formal. Este foi o grupo que mais discutiu as relações interpessoais. Como era de se esperar devido a composição do grupo focal, o foco principal foi na relação entre gerações, a qual é descrita como permeada por conflitos, mas também por aspectos positivos. O segundo foco de interesse foi a relação também conflituosa dos casais. Já as relações na família extensa são comentadas com ênfase em aspectos positivos. Por fim, se discutiu a relações entre irmãos pautadas tanto nos conflitos como na solidariedade.

A ênfase atribuída no grupo às práticas da família extensa se justifica por este ser composto justamente por esta família extensa. O que se observa neste contexto é um grupo falando de si mesmo e delimitando sua identidade. Percebe-se, portanto, um esforço para evidenciar a união de toda a família. Os grandes encontros festivos são descritos como frequentes e são valorizadas por todo o grupo. Estas festas são marcadas por rituais que ajudam a criar uma identidade e uma união no grupo. Somam-se às festas, os encontros de final de semana na casa dos mais velhos, que algumas vezes acabam reunindo parte da família.

É festa que a gente promove assim, /.../, Natal, Ano, como é que fala? É, aniversário da minha mãe, porque meu pai não gosta muito de festa. (Rita, 54 anos, geração 2)

Noivado de tio, de tia... Só precisa alguém melhorar a gripe que a gente faz um...(Flávia, 36 anos, geração 3)

Umás 5 vezes no ano. Uma coisa que é certa mesmo é Natal, e aniversário da minha mãe. Esses aí já são certos, já são, já tá aí... (A MAIORIA CONCORDA COM A CABEÇA) (Rita, 54 anos, geração 2)

Por exemplo, tem alguém com a namorada nova, aí essa namorada nova...(Lívia, 25 anos, geração 3)

Essa coitada vai sofrer... (RISOS) (Paula, 50 anos, geração 2)

Tem que lavar as vasilhas da primeira vez que vai. A gente impõe regras assim até pra poder ajudar, né? (Rita, 54 anos, geração 2)

Mas tem um preconceito aí, porque só as meninas é que lavam. (Paula, 50 anos, geração 2)

Não, mas eles fazem o churrasco. (Lívia, 25 anos, geração 3)

No final de semana a gente gosta de estar todo mundo junto, né? Pra casa do meu pai. (Rita, 54 anos, geração 2)

Domingo é dia de encontro da família em casa. (Antônio, 88 anos, geração 1)

Até que não tem tanto almoço não, hoje não, que ultimamente a gente tem saído correndo /.../ aí sábado e domingo você tem que fazer coisa pra se preparar pra semana, né? (Rita, 54 anos, geração 2)

As relações no universo da família extensa também são um assunto bastante trabalhado neste grupo. A família se refere à dificuldade de manter a convivência e a presença de alguns conflitos, mas sempre que se afirma um dado negativo, observa-se um esforço para justificá-lo e se faz o dobro de referências aos aspectos positivos. Eles destacam a admiração, a união, o carinho e enfatizam que se cuidam e se protegem mutuamente. Este movimento de proteção também pode ser compreendido na medida em que o grupo se esforça para

amenizar ou esconder os conflitos internos que emergem no discurso. Isto fica claro quando o patriarca da família diz que existem alguns problemas, mas que estes não podem ser contados. É quando os idosos entram numa brincadeira de culpabilizar a família do outro pelas características negativas da família que formaram juntos.

E, meus tios, nossa essa aqui, ela é inteligentíssima! Eu tenho uma admiração por alguns tios meus, /.../ Então, a minha família, eu cuidei de sobrinhos, eu sou a mais velha das mulheres, então eu cuidei dos meninos, então eu vendo a Lívia tendo filho, a Carla, é uma coisa assim, é uma coisa mágica, a gente vai pra festa de família, eu brinco tanto, eu zôou tanto com todo mundo, a gente se diverte, né? (Flávia, 36 anos, geração 3)

E lá em casa, na minha família todinha, irmão tudinho, eu brigo com todo mundo, eu sou assim. Eu brigo com o João, eu brigo com a Irene, eu brigo com num sei quem lá, eu vou na Lucimar, eu tento apaziguar, eu tento melhorar/.../(Rita, 54 anos, geração 2)

É porque assim, infelizmente, a gente não pode estar junto direto, a gente não pode, embora eu falo, a Silvia, eu tenho um contato hoje com a Silvia maior, mas infelizmente, eu não sei da vida da Lívia, eu não sei do que que a Carla tá precisando, eu não bato um papo com as meninas como eu gostaria, como eu queria fazer. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Então, pra resumir, a minha família pode existir, com toda sinceridade, pode existir família igual, mas melhor não tem não, graças a Deus. Eu não posso queixar de nenhum filho de jeito nenhum. Todos eles são unidos./.../ Tanto que se tiver outra vida - que eles falam que tem, eu não sei não - e voltar, pode repetir, eu aceito. (RISOS) Com os filhos, né? Os netos também. Num posso queixar não. Tem alguma coisa, mas não vou contar. (RISOS). /.../ Tem um bobo, um bobo que saiu da linha, mas graças a Deus já voltou. Um só em 60 e tantas pessoas, graças a Deus. (Antônio, 88 anos, geração 1)

A Cláudia mesmo, que é a que tá desempregada, ela é meio assim difícil, /.../ Eu digo que parece que ela é igual à tia Marta, que é irmã da minha mãe lá. (RISOS) Ela é bipolar, ela é tripolar, eu acho que ela tem tantos polares assim que é difícil de contar. (Rita, 54 anos, geração 2)

É de família (APONTA PARA A ESPOSA) (RISOS) (Antônio, 88 anos, geração 1)

É da dele. (Maria, 82 anos, geração 1)

E a culpa é da minha vó?! (RINDO) (Flávia, 36 anos, geração 3)

Na família dela ou é doido ou bebe. (RISOS) (Antônio, 88 anos, geração 1)

Doido porque se casou com a alguém da família dele, né? (Maria, 82 anos, geração 1)

Não, a minha família não tem doido. É depressivo. (RISOS) Eu tinha 5 tias, 3 eram depressivas. (Antônio, 88 anos, geração 1)

Observa-se que o grupo se esforça para construir uma imagem positiva de si, pautada na união. Tanto que alguns parecem afirmar que os encontros são mais frequentes do que

realmente são. Um fala que as festas acontecem cerca de 5 vezes no ano, depois afirma-se que certo mesmo são duas vezes. Outro participante afirma que fazem almoços de domingo e depois outro fala os filhos só passam para visitar rapidamente. Afirma-se, ainda, o desejo de uma interação mais frequente. Independentemente da frequência real dos encontros, eles assumem *status* de ritual que servem para fortalecer a identidade do grupo e construir uma “personalidade” grupal, que deriva da experiência de estar junto. As pessoas se percebem como membros de um grupo unido e convivente, mesmo que considerem que esta convivência poderia ser maior.

Cada família tem um espírito próprio, uma maneira de ser e tem suas figuras exemplares que atuam como modelos que se busca reconhecer nos mais novos. Há traços distintivos, características que o grupo afirma com satisfação, sejam elas qualidades ou defeitos (Bosi, 1994). Observamos este processo na instituição de rituais para a entrada no grupo, na comparação dos jovens com os pais velhos e na brincadeira entre os idosos que descrevem seus familiares como depressivos, ou alcólatras, ou loucos. A mesma autora salienta ainda a presença de segredos que não devem ultrapassar os muros domésticos e são vividos como pactos, ou acordos que unem o grupo. Estas características, segredos e rituais atuam como marcas de família e são fundamentais para demarcar uma identidade grupal, que por sua vez, atua na constituição da identidade pessoal de cada um. Por meio destes discursos e práticas que circulam na família, o grupo informa a cada um de seus membros quem e como ele deve ser. Estas experiências vividas afetivamente no interior do grupo também vão influenciar algumas particularidades na construção da representação social da família.

Além destes encontros com a família mais ampla, cada grupo menor, composto pelos pais, filhos, irmãos e netos formam um universo particular com suas rotinas, mas todos afirmam uma convivência frequente, inclusive durante a semana. Os pais, tios, irmãos participam ativamente da vida diária uns dos outros e ajudam na logística da criação dos filhos

mais novos. As rotinas em casa também foram bastante descritas na medida em que cada núcleo familiar ia contando sua rotina atual e os mais velhos descreviam a rotina no passado.

Bom, eu faço faculdade de manhã, né? E nesse meio tempo da manhã eu tenho que levar os meninos, na escola né. Os dois. Deixo a minha irmã no trabalho também, vou pra faculdade. Aí volto, tenho que pegar o filho dela na escola, pra gente almoçar juntos, pra depois eu deixar... na escola não. Ele faz francês e educação física de manhã, e à tarde eu pego, deixo na escola. Depois eu tenho que voltar pegando todo mundo. Pego minha irmã, aí pego meu filho. (Lívia, 25 anos, geração 3)

Aí de manhã eu vou pra faculdade, eu fico lá à tarde, ultimamente eu estou ficando, né? Porque tem que, aí eu volto umas 3 ou 4 horas. ...Eu estou saindo muito cedo, ela tá dormindo ainda. (Ana, 18 anos, geração 4)

Quando eu estava em casa não, eu acordava, acordava ele, fazia o café, tomava café com ele, bábábá e ia pra escola. E ela estava dormindo, porque ela não tinha que sair cedo, né? Então assim, são rotinas que vão mudando mesmo por causa da escola, por causa do trabalho, por causa de tudo... (Flávia, 36 anos, geração 3)

Antes eu estava fazendo faculdade, então eu chegava, já tinha que sair pra ir pra faculdade, isso até a metade do semestre passado. Aí eu estava fazendo faculdade, e dia de sábado eu estava fazendo pós-graduação. /.../ Então, eu estava assim foi o que eu falei pra eles, fazendo TCC, aí conversava, que eu tinha que dar aquela atençãozinha, mas isso eles não entendem, até eles terem que... passar por isso. A gente conversa, mas não adianta, não está nem aí. Mas a gente conversa sim, a gente pergunta pra outra como é que foi. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Eu não falei que a gente não conversa não... (Ana, 18 anos, geração 4)

Não, porque: "fica cada uma no seu quarto como se não"... (Flávia, 36 anos, geração 3)

Eu nem tinha chegado, nem terminei de contar o meu dia. (Ana, 18 anos, geração 4)

Não, de horário eu tento porque os meninos eles, a gente tem uma grande dificuldade hoje com eles lá é o horário de dormir. Porque se cada um quiser ter o seu horário de comer, seu horário de tomar café, fazer isso e aquilo não dá. Então eu mesmo faço questão de impor um certo horário pra eles/.../ até pra organizar a rotina, porque se não você vai ficar refém deles 24h. (Pedro, 45 anos, geração 2)

Mas ficam o pai e a avó brigando junto pra ver quem leva...(Flávia, 36 anos, geração 3)

Pra mim não interessa se mora comigo, eu me meto na vida de todo mundo... (Rita, 54 anos, geração 2)

É porque eu não dirijo, então muita coisa que eu deveria estar fazendo ela faz. (Flávia, 36 anos, geração 3)

E eu só sei viver assim. Eu sou muito metida...(Rita, 54 anos, geração 2)

É sempre! (RISOS) (Paulo, 15 anos, geração 1)

A gente sabe...(Flávia, 36 anos, geração 3)

E aí eu fico, vem cá que eu cuido, então os meninos ficam... Eu levo na casa do pai, também não deixo eles se esquecerem do Saulo de jeito nenhum, o Saulo é, como é que fala, qualquer coisa que eu preciso com relação ao Paulo e a Ana. É, que quando eles brigam, né (APONTA PARA A FLÁVIA) e eu falo assim: 'Saulo, tô precisando disso e daquilo outro'. (Rita, 54 anos, geração 2)

Na atualidade, observamos um esforço para a manutenção do convívio. Quando os filhos são crianças, os adultos se desdobram para leva-los e busca-los nas atividades e para se reunirem. Já quando o filho é adolescente, a exemplo do que foi relatado no grupo dos jovens, acaba cada um fazendo sua rotina e a família se encontra menos. No caso da Flávia, que teve a Ana ainda adolescente, a rotina se complicava entre o trabalho e a faculdade das duas. Observa-se que os adolescentes expõem a relação com os pais de forma mais aberta que os pais falam dos filhos. Quando a filha revela o pouco convívio em casa, a mãe interrompe preocupada em passar uma imagem mais positiva da família e afirma que existe sim uma convivência, ao mesmo tempo que justifica o distanciamento pelas condições da rotina de trabalho, mas a filha resiste e reclama a interrupção.

O tempo é uma preocupação básica dos adultos, assim como a organização de uma rotina com a administração do tempo e a imposição de limites para os filhos. Observa-se nos últimos recortes que existe uma tensão entre mãe e filha devido à mistura de papéis em relação à criação dos filhos ou netos. A avó relata com orgulho que assume as funções de cuidado. Mas a filha não parece confortável com esta exposição e demonstra uma preocupação em justificar porque a mãe está assumindo funções que seriam supostamente suas. Ela parece mobilizar representações de maternidade e família e perceber que não se encaixa neste padrão. Isto implica um desconforto que engendra a necessidade de justificativa de práticas.

As relações intergeracionais são descritas pautadas nas dificuldades, principalmente quando os filhos são adolescentes. A imposição da autoridade parece ser uma questão conflitante entre pais e filhos de diferentes gerações. A avó media os conflitos entre mãe e filhos, desautorizando a filha, e tratando-a também como adolescente. Esta parece ser uma questão de difícil administração, tendo em vista que, como foi demonstrado acima, a avó

muitas vezes assume as funções da mãe, que se sente desconfortável com a situação e tenta justificar suas “falhas” expostas pela mãe.

E a gente teve uns probleminhas no final do ano, e isso estava me matando. “Paulo, levanta!” e ele não levantava. Então, e eu ficava nervosa. Teve já dia que eu larguei ele lá e saí. Porque assim eu levava pra escola, já estava tudo certinho. Só que aí ele não estava colaborando de jeito nenhum comigo, né? (PAULO ACENA CONCORDANDO)/.../ Porque quando é pequeno realmente é mais fácil. A adolescência não é coisa de Deus não! (FAZ SINAL DA CRUZ) (Flávia, 36 anos, geração 3)

Mas tem hora que a mãe ainda é pior que os meninos, sabe? (Rita, 54 anos, geração 2)

Não, é porque assim, você criar sozinha... (Flávia, 36 anos, geração 3)

Não, mas ela é pior do que os meninos tem hora. A Flávia, ela é nova, ela tem 36 anos, né? Ela gosta de sair com as colegas dela, ela gosta...(Rita, 54 anos, geração 2)

Não, isso era quando os meninos eram pequenos. E é administrável. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Hã?! (IRONICAMENTE) (Ana, 18 anos, geração 4)

Assim, quando os meninos são menores, é mais, é mais, dá pra você administrar melhor. Eu separei eu era muito nova, eu tinha 22 anos, quando eu me separei. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Aí quando chegou na época do Paulo, o Paulo virou assim “ah porque a minha mãe não arruma escola pra mim”. Ai eu disse “quer saber de uma coisa? Vamos arrumar uma escola pra você.” (Rita, 54 anos, geração 2)

Ele estava numa escola, mas ele não queria ficar na escola, e como ele tem diplegia, eu não dirijo, e eu trabalho o dia inteiro, então eu estava assim, eu até falei, eu rezei, pedi a Nossa Senhora, e aí daqui a pouco minha mãe me liga: “Flávia, eu já sei vou colocar o menino na nataçãõ. E assim, eu sei que a responsabilidade é minha e eu já falei pra ela, eu não estou confortável, não estou me sentindo bem até hoje, já tem quantas semanas que ele está lá? Quem devia tá acordando cedo pra levar o menino na escola sou eu. Eu assim não estou confortável, mas ele está lá enfim...Ele está lá com ela. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Aí eu fiz a matrícula dele e ele está estudando, eu estou levando ele pra escola... Vou lá e levo todo dia, a matrícula dele na época, ele tem esse problema dele de não andar. Ele vai fazer nataçãõ, eu vou ter que entrar na piscina junto com ele. (RISOS) Eu ainda matriculei ele na turma de 4 anos de idade. (PAULO ESCONDE O ROSTO ENVERGONHADO E TODOS RIEM) (Rita, 54 anos, geração 2)

Vai os dois se afogar... (IRONIA RINDO) (Flávia, 36 anos, geração 3)

Eu também me meti, falei assim “pode vir pra cá, vem pra casa”. (Rita, 54 anos, geração 2)

Ela se mete em tudo. Ela se mete em tudo, é verdade. Graças a Deus, né? Só que tem hora que você tem que ter sua autonomia. É o que eu falo pra ela. Até certo ponto é bom, é confortável, é isso e aquilo, mas tem hora que ela se mete demais. (ENFATICAMENTE) Aí assim, eu já falei pra ela...(Flávia, 36 anos, geração 3)

Ela invade tudo. É uma hacker. Aí assim... É, em relação a eles, a adolescência não é fácil, e eu não tenho resposta pra tudo... (Flávia, 36 anos, geração 3)

Você sabe que o melhor afrodisíaco do mundo é o poder, né? Quando você tem poder você tem tudo. É aquela coisa melhor que tem no mundo. (Rita, 54 anos, geração 2)

Assim como discutimos acima, percebe-se neste embate uma tensão entre as gerações em função daquilo que se espera dos papéis sociais de mãe e de avó. No grupo, sentimos a tensão pela imagem pessoal ou grupal ser abalada a partir do momento que os personagens vão escavando mais profundamente suas experiências. Para Bosi (1994), existe uma imagem socialmente prescrita que define os papéis familiares a partir de regras e desempenhos que devem ser seguidos. Observamos o metassistema, com suas regulações sociais, seus roteiros e normas, atuando na avaliação e na constituição da experiência vivida em família (Doise, 2001; Jodelet, 2005b). As práticas podem até estar dando certo, mas causam constrangimento quando expostas. Como as práticas expostas não coincidem com as prescrições normativas, parecem ferir a tentativa de salvaguardar a autoimagem positiva do grupo. No entanto, nos parece que este movimento não se dá apenas por deixar escapar aquilo que deveria ser mantido na zona muda na comunicação com alguém de fora da família. Mas as regulações do metassistema parecem atuar na realização da própria experiência familiar e nas negociações dos papéis dentro da família. Percebe-se isso quando Flávia afirma que já falou para a mãe que está desconfortável e que ela se mete em tudo. Também por uma certa raiva ou mágoa da mãe que ela deixa escapar quando a chama de hacker ou ironiza que ela vai se afogar na aula de natação.

É importante salientar que ao passo que declaram os conflitos e as dificuldades da convivência intergeração, os membros do grupo se preocupam em exaltar que estas mesmas relações são permeados por afeto, solidariedade e confiança.

Ele é louco pela minha mãe, sempre foi, toda a vida. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Ela me faz dizer, ela me pergunta todos os dias “como é que foi a sua aula? Tudo bem”, eu gosto sempre de estar perto dela, muito assim perto. (Paulo, 15 anos, geração 4)

Eu falo até pra minha mãe, eu falo frequentemente, eu falo pra ela que Deus foi muito bom comigo, porque minha mãe é minha base mesmo, fortaleza, minha referência

de... (CHORO) Não, mas ela sabe disso. Ela é um anjo na minha vida, eu não tenho o que falar. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Então, mas sempre toda a vida eu tinha problema, morava na casa do meu pai. Eu tinha problema com ele, morava na casa do meu pai. Então sempre, sempre foi meu porto seguro. Então eu sempre fazia coisa assim diferente, eu sempre ousei fazer coisa porque eu sabia que eu também sempre tinha... Do mesmo jeito, acho que eu deixo claro pra todo mundo aqui, que eles podem fazer qualquer coisa que eles quiserem que eles podem vir pra cá que eu abarco, né? (Rita, 54 anos, geração 2)

E tem uma coisa interessante, eu vou te contar. Família, no ponto que está a minha, né, por exemplo filho de 60 anos, o caçula de 12 [filhos] está com 40 e quantos? 45. Você não vê mais eles como filho, vê como amigo. (Antônio, 88 anos, geração 1)

As experiências vividas e contadas emotivamente por esta família expõem um grupo que vivencia seus conflitos, mas que assume a função de prestar acolhimento e ajuda quando necessário. É um grupo que se organiza para exercer da melhor forma possível a função socializadora e protetora da família.

O cotidiano da família no passado também é relatado na medida em que os idosos contam como viviam quando crianças e, juntamente com os adultos, que relembram suas infâncias, reconstruem o tempo em que criaram seus filhos. Na infância dos idosos surge o cenário rural e a vida difícil, de trabalho desde a infância, cujos únicos momentos de lazer eram no domingo. O relato da senhora põe em questão a noção do pai provedor e a mulher dona de casa que predomina nas repostas sobre a família do passado. Na infância dos adultos o cenário muda um pouco, pois todos tiveram acesso à educação, fato que os pais gostam de ressaltar. Os idosos enfatizam a organização da rotina no passado, com a preocupação com limpeza e com os horários marcados para que todos os irmãos realizassem suas atividades juntos. Assim como se viu no grupo dos idosos, nesta família também havia a prática de criar filhos de outros parentes. Os adultos destacam a união entre os irmãos e contam com prazer os fatos curiosos da infância. Os conflitos entre pais e filhos parecem ser algo mais recente na família, tendo em vista que a geração anterior não parecia tão resistente a autoridade dos pais, que não se incomodavam em se impor mesmo que por meio dos castigos físicos. Os

adultos demonstram isso ao afirmarem que só negociam até um limite e os idosos falam em bater nos filhos sem o constrangimento que se tem hoje em relação a esta prática.

Então, a gente levantava cedo, os de 5 anos pra cima e ia com ela [a mãe] pra roça. Os pequenos ficavam com ele [o pai]. Quando a gente voltava à noite da roça, nós, assim, não tinha chuveiro, né? Era banho de bacia, então tinha as latas, as vasilhas de água quente pra gente tomar banho, a gente tomava banho e deitava também, não tinha nem vontade de jantar porque chegava tudo cansado. /.../ No sábado a gente parava do serviço pra arrumar a casa, lavar a casa, lavar roupa, essas coisas assim. No domingo que a gente podia passear, subia pro mato na serra lá e ficava lá com as colegas, nós éramos quatro bem juntinhas assim, a gente no domingo ia passar o dia todo no mato.

E tinha uma organização lá em casa quando os meninos eram pequenos, e queria ver os livros dele, que toda a vida teve uma biblioteca, né? Antes de olhar os livros, lavava as mãos e mostrava pra pode pegar nos livros. /.../ Mas tinha horário certo de almoçar, às 2 horas era a hora do lanche, podia estar brincando, todos brincando, mas 2 horas era sagrado./.../ Tudo na hora, e “olha se você fizer isso seu pai vai saber”, então eles não faziam porque ele batia, mas batia mesmo. /.../ Não, eu nunca bati não. (Maria, 82 anos, geração 1)

Minha mãe falava assim “eu vou contar pro seu pai”. (RISOS) (Rita, 54 anos, geração 2)
A macacada corria toda...(Flávia, 36 anos, geração 3)

Ela fala assim, aí ela me intrigava com os filhos, “vou contar pro seu pai”. (Antônio, 88 anos, geração 1)

E ainda tinha 2 dos outros...(Maria, 82 anos, geração 1)

É, sempre teve gente lá em casa de fora...(Antônio, 88 anos, geração 1)

Não é, e tem o radical. Um tossia, tinha gordura de capivara. Jesus, gordura de capivara! Todos, todos sem exceção nenhuma. /.../ Ai tinha meu pai, no interior tinha injeção, um dava um espirro meu pai vinha com aquelas, uma injeção verdinha assim, pef! Eu tinha que tomar a injeção. Então assim, quando um espirrava a gente queria esconder aquela criança. A gente era muito unido nesse ponto, não era pra poder fazer coisa escondida do meu pai e da minha mãe não, porque sabia que todo mundo ia levar. /.../ Todo mundo de manhã, calcigenol, tomava radical, o remédio de um era o remédio de todos. (Rita, 54 anos, geração 2)

Os mais velhos a gente sentava, conversava, até na hora que estava bastante irritada que eu falava pra eles: “Olha, eu não quero nem conversar com você agora, depois a gente vai conversar, mas pode ter certeza que vai ter!”/.../ E com os pequenos hoje eles já são assim: “Eu não quero saber bá, bá”, então eu acho até que o conflito com os filhos menores é bem maior, e assim também. (Paula, 50 anos, geração 2)

Então a gente tenta conversar, mas a conversa não é muito profunda assim não. (Rita, 54 anos, geração 2)

O diálogo vai até onde chega exatamente onde você quer, passou dali não tem diálogo mais não. (Paula, 50 anos, geração 2)

Nestes recortes observamos as mudanças nas práticas educativas e, conseqüentemente, nas relações entre pais e filhos. Estas mudanças, descritas acima, nos remetem ao já discutido processo de modernização da família com a construção de novos modelos e referenciais descritos por Figueira (1987). Os mais velhos viveram o modelo de família hierárquico, em que os pais se impunham autoritariamente; já os filhos deles parecem educar os netos dentro do modelo igualitário em que os papéis são mais indefinidos e as decisões negociadas entre todos os membros.

Bosi (1994) afirma a existência nas famílias de episódios antigos que todos gostam de repetir, pois a atuação de uma pessoa define a natureza íntima da família, tornando-se uma atitude-símbolo. Desta forma, ao reconstruir episódios como o do remédio, ou da biblioteca se transmite a moral do grupo. Isto pode ser visto quando uma das participantes declarou que sempre conta a história dos livros do pai. São histórias que revelam valores compartilhados pela família. Na primeira, o valor dado à educação e a organização, que aparece em tantas falas dos mais velhos. Já a segunda evidencia cuidado dos pais com a saúde dos filhos e a união entre os irmãos. Estes são aspectos que todos gostam de ressaltar com frequência no grupo.

A relação com os irmãos também é descrita como marcada por conflitos e, ao mesmo tempo, pelo afeto e a amizade. Os idosos se referem às agressões físicas que viviam com os irmãos no passado, mas tentam amenizar os conflitos dos jovens no presente como “combinação de irmãos”. Os jovens, por sua vez, revelam suas relações conflituosas sem deixar de destacar a união e a solidariedade entre eles.

E irmão tem aquela coisa, irmão nenhum tem medo do outro irmão, né? Lá em casa eu era o mais velho, né? Eu só faltava apanhar dos meninos. Só não apanhava porque você sabe, né? (Antônio, 88 anos, geração 1)

Batia também, né? (Maria, 82 anos, geração 1)

Uma vez eu fui bater num irmão meu, um irmão meu correu e outro irmão com a espingarda. Aí eu olhava, tinha que apanhar se não... (Antônio, 88 anos, geração 1)

É combinação de irmão. (Antônio, 88 anos, geração 1)

Não tem jeito...(Flávia, 36 anos, geração 3)

A gente até que conversa bem, a gente se dá bem. Aquela coisa assim que uma é de um jeito, outra é de outro, até porque eu fui casada, tive a minha casa. Então eu tenho

as minhas manias, né? Que ela não tem. A gente meio que briga por uma coisa besta, mas a gente raramente se desentende. É muito raro mesmo. /.../ É, uma coisa boba. A gente discute mais com o irmão mais velho que mora com a minha mãe. Porque ele é meio, gosta de implicar com a gente, quer mandar em todo mundo. Então às vezes ele vai lá só para brigar com a Marina, porque os dois...(Lívia, 25 anos, geração 3)

/.../Ela cuida um pouquinho do meu de vez em quando, eu cuido um pouquinho do dela, quando ela e eu morava com a minha mãe, eu desde quando o filho dela nasceu eu sempre cuidei muito dele. /.../ então pra mim é como se ele fosse um filho também, né? /.../ a minha irmã acho que é muito minha mãezona, então ela sempre me acolheu muito, ela sempre me orientou nas coisas, então eu sempre tive essa referência da Marina como orientação. (Lívia, 25 anos, geração 3)

A violência física é uma tônica das relações familiares no passado e se observa as referências a ela tanto entre pais e filhos quanto entre irmãos, mas também eram comuns entre maridos e esposas. No entanto, é importante destacar que no passado as práticas de agressão física não eram experienciadas como “violência”, pois estas não possuíam a mesma representação que possuem hoje, como algo condenável, que deixa marcas intransponíveis e tem repercussões negativas no desenvolvimento do sujeito. Como já foi dito anteriormente, o castigo físico era aceito como uma prova de amor, importante para garantir a boa educação dos filhos. Esta concepção foi mudando com a modernização da família e a influência da psicologia e, assim como mudaram as práticas educativas, também mudaram os conflitos entre os irmãos. Nestas falas, observamos mais uma vez o processo comum nesta família de articulação entre os parentes com vistas a exercer coletivamente a função educativa.

Um aspecto interessante deste grupo são alguns acontecimentos que se repetem em diferentes gerações, como a menina adolescente engravidar do namorado. Esse fato ocorreu com as duas irmãs a Paula e a Rita e com as filhas delas, a Flávia e a Lívia e geraram muito conflito na família, mas proporcionaram maior união no intuito de superação conjunta das dificuldades. O relato destes fatos acarretou uma interessante discussão no grupo sobre o casamento formal, na qual ficou evidente a diferença entre as gerações no que se refere ao valor dado a esta prática. A Rita foi obrigada a casar quando engravidou, mas o casamento não deu certo e quando o mesmo fato ocorreu com a filha ela a proibiu de casar.

Éramos 12 irmãos, eu fui a primeira que casei, eu casei quando eu fiquei grávida com 15 anos, tive de casar. Então a minha aversão ao casamento ela é clara, ela é tudinho, tanto é que quando ela (FLÁVIA) ficou grávida: “Vai casar!”, eu disse “Num vai casar não”. Num deixei casar... (RISOS) (Rita, 54 anos, geração 2)

Num deixei mesmo, não autorizei casar, ela tinha 17 anos? (Rita, 54 anos, geração 2)

Eu não queria era nada. Morando na casa do meu avô, contei pra ela, eu estava com 6 meses, eu tinha mais receio assim de, de, de desapontar o meu avô do que a minha mãe. Porque eu estava morando com eles. (Flávia, 36 anos, geração 3)

O maior medo que ela tinha de contar era gente soubesse. (Maria, 82 anos, geração 1)

Foi traumatizante! (Flávia, 36 anos, geração 3)

Nossa, tranquilo nada! Foi o mesmo que derrubar o mundo assim. (Maria, 82 anos, geração 1)

É, não, é difícil. É difícil. Pra mim assim, eu ia pra escola...(Flávia, 36 anos, geração 3)

Mas aí depois veio o segundo. Do mesmo cara! Eu bati nela! (Rita, 54 anos, geração 2)

...Você não me bateu não, mãe. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Eu bati sim. (Rita, 54 anos, geração 2)

Bateu não, você me botou pra fora. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Não, casamento não tem muito, minha família não é muito de casar não. (Rita, 54 anos, geração 2)

De lá da nossa casa todos saíram casados!(ENFATICAMENTE. FLÁVIA CUTUCA PAULA E TODOS RIEM) (Antônio, 88 anos, geração 1)

Mas eu digo assim, não tem festa de casamento assim, casamento na igreja. (Rita, 54 anos, geração 2)

Tem! (Antônio, 88 anos, geração 1)

Se esse povo depois virou bagunça né vô, aí o senhor não tem nada a ver com isso. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Não, já saíram da minha casa e já são maiores, né? (Antônio, 88 anos, geração 1)

Depois que casou quem quiser ir pra um lado vai, pro outro vai. Pra sair lá de casa teve que casar na igreja /.../ Só tem um solteiro que vai casar agora. (Maria, 82 anos, geração 1)

Graças a Deus. Todos tem... não tem casa própria quem não quer, que é o Zeca, e a Rita, porque venderam. Mas todos tinham casa própria, todos com emprego, desempregada agora tá só a Cláudia, atualmente, até o Fernando tá trabalhando. (Antônio, 88 anos, geração 1)

Mais uma vez observamos uma certa desvalorização do ritual do casamento nas gerações mais novas, enquanto ele ainda continua sendo relevante entre os mais velhos. Como já foi explicitado o número de uniões consensuais vem aumentando em detrimento dos casamentos formais, que vem diminuindo. No gráfico abaixo encontramos o percentual dos casamentos e das uniões consensuais por faixa etária e observamos que as pessoas mais velhas se casam formalmente, enquanto os jovens vivem mais em uniões consensuais.

Percebe-se este movimento pela fala dos idosos que fazem questão de afirmar que da casa deles todos os filhos saíram casados, enquanto os mais novos riem desse valor, ou dessa regra, que eles não compartilham.

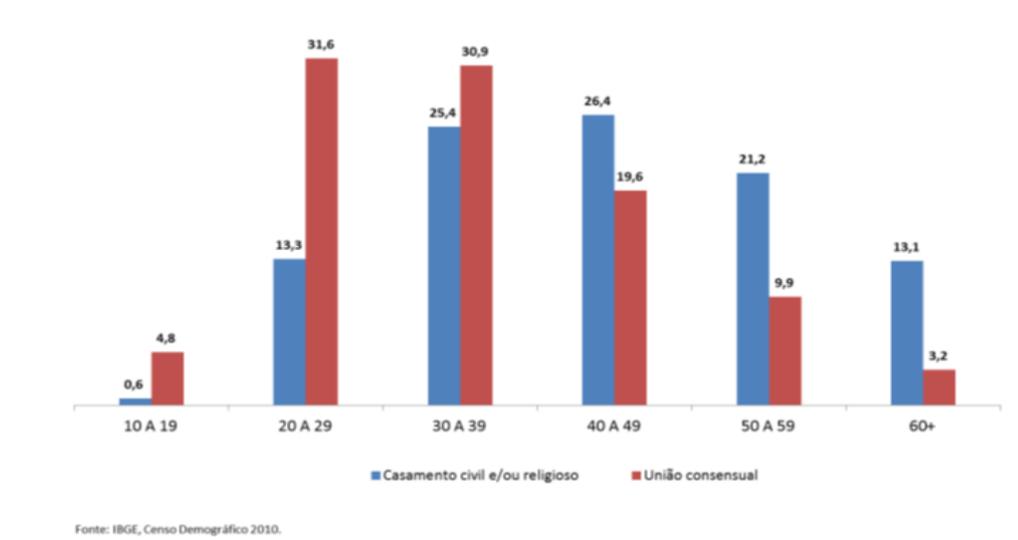


Figura 22: Proporção de casamentos formais e uniões consensuais por idade, segundo o censo demográfico 2010 (IBGE, 2012).

Mas independentemente da família estar seguindo a tendência nacional, é importante analisar como este fenômeno de ter filhos na adolescência, mais ainda, de sair de casa para viver com outra pessoa sem se casar formalmente, tem sido vivenciado pela família. Apesar de se repetir através das gerações, constituindo quase uma das marcas da família, este fenômeno consiste numa experiência dolorosa, vivida como trauma e interpretada como uma falha ou um erro de família. Observamos aqui mais uma vez a força das normas e representações sociais como fundamento das interpretações feitas do mundo vivido. Neste caso, as representações sociais de família, de maternidade, entre outras, marcadas por um metassistema normativo que define a família como pai, mãe e filho, unidos por laços de amor vivendo juntos na mesma casa sob a benção de Deus, dão forma e conteúdo à experiência vivida (Jodelet, 2005b). A repetição da experiência não ameniza o peso da discordância entre o vivido e o socialmente estabelecido. O sofrimento parece maior para os mais velhos porque as representações destes são reguladas por um metassistema normativo mais rigoroso quanto às

normas descritas acima. Os idosos se esforçam para mostrar que conseguiram manter a adequação da família a esta norma que já não é tão compartilhada pelos mais jovens, os quais adotam outros referenciais. Cabe aos idosos a função de frear as mudanças e valorizar a tradição (Bosi, 1994). No grupo, este conflito de ideias/valores entre as gerações é amenizado por meio de brincadeira, apesar disto, se deixa escapar que no dia a dia ele se faz presente.

No que se refere à relação entre o casal, esta é discutida pelo grupo com foco principalmente nos conflitos, que são evidenciados tanto por meio de brincadeiras, quanto na discussão séria sobre a história de cada um. Percebe-se uma disputa pelo poder nas relações de gênero e as mulheres da família afirmam não se submeter à dominação masculina. Considera-se uma marca identitária do grupo as mulheres mandarem nos homens e isto é motivo de brincadeira para eles. No entanto, esse viés choca com a tradição que os mais velhos insistem em resgatar quando a mulher mais velha afirma que mulher tem que obedecer. Essa divisão de autoridade, somada à falta de consenso entre o casal gera conflitos no que se refere à criação dos filhos e as crianças se utilizam dos impasses entre os pais para conseguir o que querem.

Ou seja, 4 homens e uma mulher. (RISOS) (Pedro, 45 anos, geração 2)

E aí é a mulher que manda, né? Não adianta. (Rita, 54 anos, geração 2)

Não, mando nada. (RISOS) (Paula, 50 anos, geração 2)

Não... Ela tem uma personalidade forte. (Pedro, 45 anos, geração 2)

Quando ela não manda, ela dá as ordens, né?(RISOS) (Antônio, 88 anos, geração 1)

E eu, assim, apesar de eu ser mais difícil assim de falar, mas eu também tenho uma personalidade muito forte, só que eu já sou mais introvertido. E os dois, juntou essa parte da personalidade dos dois... (RISOS). (Pedro, 45 anos, geração 2)

Mas esse negócio de mandar é um caso sério... É de sangue. É de sangue (RISOS) (Antônio, 88 anos, geração 1)

Quem gosta de mandar é ele. (APONTA PARA O PAI) (Maria, 82 anos, geração 1)

A esposa é quem manda. (Rita, 54 anos, geração 2)

A esposa tem que obedecer... (Maria, 82 anos, geração 1)

Então, eu acho que é o conflito também de toda família. Então assim eu penso uma coisa, ele pensa diferente outra coisa, então eu tenho que e acho que é o conflito que ele tem também, às vezes está falando um negócio ou toma uma atitude com relação aos meninos, eu falo “pô eu não faria isso, eu não queria assim mas...” /.../ Então eu administro essa coisa de uma maneira diferente, mas a gente não entra em conflito sobre isso porque comigo eles sabem que é de um jeito, tanto é que na hora que eu

não quero, eles sabem que eu não dou, aí eles vão “pai!” (RISOS) Ou outra coisa quando eles sabem que o pai não vai fazer... Ai eles sabem e vão na mãe. Que eles não são bobos né? (Paula, 50 anos, geração 2)

Mais uma vez observamos a discussão sobre as relações de poder entre homens e mulheres. Mas como “ser mandona” faz parte da identidade desta família, as normas nesta situação ganham uma ênfase menor na avaliação das experiências do grupo, apesar de novamente observarmos os idosos com traços mais conservadores. Vale destacar ainda como possível consequência desta igualdade de poder, a dificuldade em se definir normas únicas para os filhos. As implicações educativas das novas relações de gênero discutidas nos trabalhos da psicologia já foram referidas acima. Quanto à divisão de papéis em casa, os mais velhos mantêm o perfil tradicional do homem trabalhar e a mulher cuidar da casa e dos filhos. É interessante notar que isto acontece apesar desta mulher vir de uma família onde todas as mulheres trabalhavam na roça. No entanto, após casar-se, essa mulher se encarrega dos filhos, mas é o pai quem encarna a figura de autoridade a quem a mãe recorre para obter o domínio sobre as crianças. A geração seguinte já não reproduz esse modelo tradicional. Em uma das famílias era a mulher que trabalhava enquanto o homem “cuidava” dos filhos.

Então ele era doente, não aguentava fazer as coisas, e a minha mãe que enfrentava. A gente tinha uma lavoura de café, e a gente que pegava, capinava, cuidava daquilo. Era cuidado como se fosse um homem. (Maria, 82 anos, geração 1)

Eu não sei. Ela que sabe. Eu nunca, sinceramente, eu toda vida, desde que nós casamos, eu trabalhei, primeiro fui fiscal, depois a loja, né? E eu saia pra comprar, era na loja o dia inteiro, quem criou os filhos foi ela, com toda sinceridade. (Antônio, 88 anos, geração 1)

Minha mãe falava assim “eu vou contar pro seu pai”. (RISOS) (Rita, 54 anos, geração 2)

Então, essa parte. Na época eu não entendia, hoje eu entendo. O Rogério cuidava da parte afetiva, eu precisava colocar a comida, precisava fazer isso, precisava fazer aquilo. Então, de certo modo o Rogério me fez como eu sou, assim hoje. Então se não fosse ele com aquele jeito preguiçoso dele, aquela coisa todinha, eu não seria isso. /.../ Então eu dei conta de criar meus filhos no começo com raiva dele, né? No começo porque ele faltou demais, e aí eu pensava no meu pai, que meu pai cuidava, meu pai era pai e aquilo outro, dava comida dava isso. O Rogério já não tinha comida em casa, já não tinha isso. (CHORO)/.../Eu tinha uma raiva dos meus filhos gostarem do pai deles, me dava um ódio tão grande, o que eu podia fazer pra poder, como é que fala, desmerecer, eu desmerecia 10 vezes mais. Pra eles desapegarem. Depois de um certo

tempo, aí você vê que isso não é importante, por exemplo, hoje eles vão pra casa do pai deles, aquele negócio todinho. O pai deles nunca gostou de trabalhar muito não, sabe? /.../ Hoje eu já acho o seguinte: o pai dos meus filhos ele nunca deu um sapato pros filhos dele, nunca deu. Mas é igual à Flávia fala, ela lembra da infância, dele brincando, dele...(Rita, 54 anos, geração 2)

Não, eu já considere [o pai dos filhos dela], hoje eu não considero porque ele já tem outra família. Então assim, mas ele é uma pessoa que se eu falar assim 'Saulo, eu preciso disso. Saulo, os meninos tão precisando disso'. Ele está pagando hoje a faculdade dela, que eu não teria condições de pagar nunca. Igual eu falo, e eu digo 'você levanta as mãos pros céus', porque meu pai, ele ganha um salário mínimo, minha mãe teve que se virar pra cuidar de nós quatro, hoje ele me ajuda com os meninos. Então assim, ele é um parceiro, ele é uma pessoa que eu tenho um carinho assim, eu não tenho por outros homens o carinho que eu tenho por ele. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Vale destacar que estas práticas diferentes não foram vividas sem conflito ou sofrimento. Apesar de viver numa família em que as mulheres se orgulham de serem "mandonas", esta mulher que sustenta a casa utiliza o modelo tradicional, objetivado na imagem do pai provedor, como referencial para compreender sua realidade. Sua experiência é, portanto, vivida como uma estrutura de família errada. O peso desta avaliação é tão forte que após a separação, as mágoas por este homem nunca ter se enquadrado no modelo esperado faziam com que a mãe tentasse afastar os filhos do pai. Mas após uma reflexão sobre os papéis, compreende que mesmo não sendo o provedor, o homem tinha um papel importante para os filhos. Na geração seguinte o casamento também não deu certo, mas o pai, apesar de não viver com os filhos, assumiu o papel de provedor. Isto garantiu a ele o respeito de todos, afinal observamos no grupo que é isto que ainda se espera de um homem: a responsabilidade financeira, até mais do que o cuidado pelos filhos. Considera-se, inclusive, que naturalmente um pai não tem o mesmo amor pelos filhos que a mãe.

Meu pai... eu assim que tenho um amor por ele muito grande, mas foi uma coisa que ele, homem é complicado, o homem ele só, ele só ama, e ele só ajuda, ele só acolhe quando ele tá perto. A mãe não, a mãe quando a gente carrega, eu acho que a gente tem uma coisa de eu não vou deixar de ter esse sentimento que eu tenho por eles nunca, mas o pai não. O pai como ele é aquela coisa assim, como ele pode fazer 10 filhos por dia, a gente não, a gente só pode fazer 1 de 9 em 9 meses, a gente tem mais

essa coisa de acolher. O pai não. Não desmerecendo os pais, eu tô falando a maioria, não, viu vô? (Flávia, 36 anos, geração 3)

Amor de pai? As meninas que são separadas, o que você acha do seu cuidado com o Marcos e do cuidado que o pai dele tem com ele? (Flávia, 36 anos, geração 3)

É realmente, é bem isso que você falou mesmo. (Lívia, 25 anos, geração 3)

Não tão distante quanto ela fala, mas com certeza, a relação carnal da gestação com a criança, você coloca exatamente vamos dizer assim até pelo reino animal, o gato e tudo mais, ele tem um cuidado diferente do macho, tá? Mas não é essa distância como ela fala, quer dizer, se a pessoa se distanciar... Ela: "simplesmente cortou o passado, esqueceu que tem filhos" isso e aquilo, eu não acho. (Pedro, 45 anos, geração 2)

Não, é ... O Pedro mesmo ele tem uma relação com os filhos dele...(Rita, 54 anos, geração 2)

Nossa, lindo! (Flávia, 36 anos, geração 3)

Esta concepção da natureza diferenciada da mulher e do homem é justificada no grupo por questões naturais, pois a mãe tem nove meses de gestação enquanto o pai pode fazer vários filhos por dia. Esta tese é compartilhada por todos, apesar de ser amenizada por um dos homens do grupo. Eles não supõem a possibilidade destas características constituírem normas implicadas em concepções de masculino e feminino socialmente construídas em meio a relações sociais de poder. O peso destas normas é tamanho, que elas passam pelo processo de naturalização e incidem fortemente na construção das experiências no interior das famílias.

5.6. Como a família é pensada?

A família é um objeto difícil de **definir** para alguns, mas para a maioria ela vista como um grupo de pessoas ligadas por laços de sangue ou afetivos, que vivem juntas e se ajudam nos momentos mais difíceis. Para alguns ela é a coisa mais importante do mundo e tem a função de transmitir a tradição. Outros pensam que ela é permeada por conflitos e surge da necessidade de educar uma criança. A família é considerada tanto uma instituição natural, quanto fruto de uma construção social. Como se observa na Tabela 26, o principal elemento que define a família em todos os grupos é o afeto, os laços de amor, carinho, amizade e gratidão que unem as pessoas. Sua frequência é semelhante em todos os grupos, sendo um

pouco menor entre os idosos. Outro elemento fundante da definição de família é a segurança e o apoio que esta proporciona. A família seria, portanto, aquelas pessoas em quem se pode confiar, quem estará presente quando mais se precisa. Este elemento, no entanto, não se encontra presente entre os jovens, possui mais ênfase entre dos adultos e no grupo família e é um pouco menos frequente entre os idosos.

Tabela 26: Distribuição da categoria definição e suas sub-categorias por grupo focal.

Categoria	DEFINIÇÃO								Total	
	Sub-categorias	Afeto	Cons.	Conv.	Segur.	Conflit.	Educ./ Trad.	Orig.		Duv./ Imp.
G1- Jovens		05	06	07	00	02	04	03	03	25
G2-Adultos		05	05	02	07	01	03	03	03	28
G3- Idosos		03	01	03	04	01	00	00	07	17
G4- Família		05	01	01	06	06	00	00	03	27
Total		18	13	13	17	10	07	06	16	97

Além destes aspectos, o convívio é ressaltado, pois para ser família é preciso viver junto e dividir projetos. Este é, para os jovens, o principal elemento definidor da família. Já os adultos e os idosos citam este aspecto com menor ênfase, mas é o grupo família que menos destaca o convívio. O último elemento fortemente destacado foi a consanguinidade. Jovens e adultos discutiram esse tema com maior frequência, mas entre os idosos e o grupo família esta é uma questão pouco enfatizada.

Outro elemento definidor da família foi o conflito. Este foi um aspecto pouco destacado nos grupos etários, mas bastante lembrado no grupo Família com maior ênfase quanto menor for a idade: os idosos não se referem, os adultos se referiram uma única vez e os jovens se referiram duas vezes. Alguns grupos demonstraram grande dificuldade em definir a família e se contentaram em afirmar sua importância. Este movimento foi muito presente entre os idosos e no grupo Família. Já os adultos e os jovens expressaram a dificuldade em defini-la, mas se esforçaram nesta tarefa.

O último aspecto abordado deste tema foi a origem, natural ou social, da família. Esta discussão se fez presente apenas nos grupos dos jovens e dos adultos. A família também foi

definida apenas pelos jovens como aquela que educa ou cuida e apenas pelos adultos como instituição que transmite a tradição, a memória do grupo ou que informa de onde viemos.

As **transformações** na família nas últimas décadas e as perspectivas para o futuro também foram assuntos discutidos. Como se observa na Tabela 27, este foi o tema mais trabalhado pelos adultos os quais fizeram uma avaliação das configurações, práticas e relações no presente, passado e futuro e discutiram os mecanismos e consequências das mudanças. Os idosos também discutiram as transformações com maior foco no lugar da mulher na sociedade. Os jovens não discutiram muito o tema, mas constataram algumas mudanças. Por fim, o grupo família se deteve menos na discussão sobre as transformações da família de uma forma geral, pois eles focaram a discussão em suas práticas e relações.

Tabela 27: Distribuição da categoria Transformação e suas sub-categorias por grupo focal.

Categoria	TRANSFORMAÇÃO			
	Sub-categorias	Configuração	Prática	Relação
G1- Jovens	05	04	02	11
G2-Adultos	08	25	02	35
G3- Idosos	00	14	02	16
G4- Família	01	02	05	08
Total	14	45	11	70

5.6.1. Como os jovens pensam a família?

Apesar de os jovens terem expressado dificuldade em definir a família, eles foram construindo juntos um conceito a partir da soma do que cada um foi colocando.

Não, eu acho que família... é difícil mesmo definir, né? (Joana, 27 anos)

Ah, é difícil né gente? Difícil definir. (Sabrina, 20 anos)

Não, eu ia pegar o de todo mundo e ia pegar um pouquinho de todo mundo... É porque eu fiquei pensando aqui, todo mundo falando, aí não sei o que falar direito. Mas tudo que as pessoas falaram aqui eu concordo um pouco, assim, que ele, o laço de mãe, pai, adquirir outra família também, o Fábio não teve o amor do pai, mas teve de outras pessoas, eu não sei... (Bruno, 20 anos)

Ao definirem a família, os jovens contrapõem a força do afeto e da convivência à consanguinidade e destacam que agrupamentos que muitas vezes não são aceitos como

família deveriam ser considerados mais família do que muitos grupos consanguíneos. Neste caso, a fala de um encontra eco nos outros e todos parecem concordar com este ponto de vista. Mas vale destacar que não se afirma simplesmente o valor dos sentimentos, este é colocado em oposição à importância do parentesco de sangue em um discurso reativo que se coloca em permanente oposição a outro discurso, o da família naturalizada, demarcada pelo sangue. Isto se expressa pela maioria das falas dos jovens que trouxeram o modelo triangular pai, mãe e filhos, na maioria das vezes com o intuito de criticar a restrição a ele.

É, a questão do amor, né? Tipo, eu falo a amiga X é minha irmã: é mais minha irmã que minhas irmãs! É de conviver muito mais, saber muito mais da minha vida, de tudo. ... Tipo, meu irmãozinho é adotado, é amor, puro e simples... Tem gente que tem laços de sangue e que não ama. E eu acho que família tá muito relacionado com isso aí. É o que você tá... Sei lá, é o afeto mesmo, é o amor, por aquela pessoa. (Daniela, 24 anos)

A família não precisa ser pai, mãe e filho. Pra mim são pessoas que, assim, convivem, elas gostam uma das outras e elas vão se ajudar e vão estar sempre juntas assim... assim, por laços afetivos mesmo. (João, 19 anos)

Mas é um grupo de pessoas, que estão ligadas num período de tempo longo, acho que, né? E tem laços que não são necessariamente consanguíneos, mas os laços de sangue às vezes contam. Vivem juntas, acho que a questão de viver junto conta um pouco, na definição de família, mesmo que depois se separem, mas passaram um tempo juntas. (Joana, 27 anos)

Pra mim são pessoas que, assim, convivem, elas gostam uma das outras e elas vão se ajudar e vão estar sempre juntas assim. Não é necessariamente assim: Filho, pai e mãe. Essa é a família. (João, 19 anos)

Esta valorização do afeto e da convivência em detrimento da consanguinidade acompanha os resultados referentes a como os jovens vivem a família, pois eles se referiram à família pela coabitação e discutiram as práticas e relações do grupo com quem vivem quase ignorando a família extensa. Apesar deste movimento evidenciar as novas concepções de família fundadas em valores que se tornaram referência após um processo de modernização, percebemos que alguns elementos permanecem, podendo até ser considerados nucleares. Mas como são considerados ultrapassados e até politicamente incorretos por este grupo de jovens, estes conteúdos não devem ser expressos. A maioria deles manteve a noção mais arcaica da família como restrita a pai, mãe e filho numa zona muda (Menin, 2006), mas

acabaram se referindo aos laços sanguíneos como um elemento definidor. Quase que por um deslize das regulações sociais na produção do discurso, um dos jovens define a família como algo natural, resumida em pai e mãe que se juntam para educar o filho. Mas logo em seguida o grupo reage a essa fala de duas formas. Na primeira os colegas evidenciam as contradições na fala do próprio sujeito de modo fazê-lo mudar de ideia. Na segunda, iniciou-se uma interessante discussão em que alguns emissores buscaram desnaturalizar o conceito de família argumentado sobre suas origens. Estes convenceram o grupo de que a família seria uma construção social influenciada pelas religiões.

Pra mim eu já acho mais definido. Eu diria. Tipo, eu acho que família é aquele negócio... todo animal, todo ser assim já faz parte da natureza, tem um macho, uma fêmea, tem os filhotes, crescem, uma hora sai. Acho que, tipo, esse é o natural. ...Mas normalmente, as pessoas conhecem alguém, casam, ou não, pode achar alguém, tem filho, o filho vai continuar esse processo. (Cláudio, 20 anos)

Karina: Você acha que um casal sem filhos é uma família?

Com certeza, com certeza [um casal sem filhos é uma família]. Eu conheço casais que são uma família que casais normais nunca seriam. (Cláudio, 20 anos)

Então, você está se contradizendo. Não, porque você falou assim “toda família, filho tem um conceito de pai”. Eu posso dizer alto e claro que até os doze anos eu não tinha conceito de pai. Eu não sabia o que era. /.../ E família não é só aquilo que a gente cria e tal. Uma família não necessariamente tem um laço de sangue, nem nada. Por exemplo, podemos dizer que nós somos uma família. (Fábio, 19 anos)

Pensando bem também... Verdade, meio que se for pensar nos argumentos que eu usei eu me contradisse, do mesmo jeito que eu falei que meus pais não ficaram presentes, eu usei meus amigos como minha família. Isso também é uma família. E pensando bem, você chega numa casa de adoção, tipo, que a galera não tem pai e mãe, e é um tutor que tem lá, e ele tá cuidando de todo mundo. Tipo, não é um pai, uma mãe que tem lá, são várias pessoas ou poucas pessoas, mas aquele ambiente acho que é a família. Aquela interação e aquele carinho acho que é, ou aquela obrigação. (Cláudio, 20 anos)

Esse modelo de família, de pai, mãe e filhos também é construído socialmente, ele tem uma data pra começar, não foi sempre assim, apesar de que existe o natural de ter o filho, da reprodução e tal, mas a forma de lidar com isso não foi sempre assim, né? Não sempre existiu assim, as figuras marcadas, a mulher tinha o filho e algumas sociedades são assim, né? A mulher só pari mesmo, não tem muito vínculo, responsabilidade... (Joana, 27 anos)

A religião assim, né? A maioria das religiões determina isso, né? Pai, mãe, filho, filha, selados pra sempre. (Sabrina, 20 anos)

Este é um exemplo interessante do movimento do grupo. Vale salientar que no primeiro recorte, o primeiro participante vive com pais e irmãos, já o segundo não tem relações com o pai e passou a infância com tios, avós e a mãe. Possivelmente as experiências de vida demarquem especificidades na representação da família construída por cada um deles. Mas naquele momento, as pessoas parecem ter assumido uma identidade grupal e se organizavam de modo a construir uma produção discursiva coletiva que expusesse as ideias do grupo. Neste caso, as opiniões divergentes não foram admitidas pelos participantes, os quais utilizaram a estratégia de evidenciar as contradições no discurso do colega para fazê-lo mudar de ideia e retomar o consenso do grupo. Observamos um processo de influência social que tende para a conformidade, no qual a maioria que se identifica com uma norma busca amenizar o conflito, ou o dissenso, eliminando o desvio por meio do convencimento do desviante, que volta a afirmar as normas do grupo (Moscovici, 2011/1979).

Figueira (1987) explica que existem regras de primeiro e segundo grau que norteiam os ideais de família. Nas primeiras, a lei, que define o certo e o errado e os conteúdos dos comportamentos, emana de uma autoridade externa ao sujeito e é internalizada, agindo dentro dele como uma instância que o controla, mas que pode ser manipulada. Já a segunda não define o conteúdo dos comportamentos, mas um mecanismo de pensamento calcado na noção de liberdade, dá ênfase ao sujeito e não ao código, imoral seria desrespeitar princípios como respeito, igualdade e direito ao autodesenvolvimento. As regras de primeiro grau fundamentariam a família hierárquica e as de segundo grau a família igualitária. Percebemos a adesão dos jovens ao ideal igualitário e estes parecem trabalhar para fazer o colega mudar de ideia, justamente porque ele fere este princípio da igualdade ao restringir a família ao grupo de pai, mãe e filho. No entanto, observamos um novo que convive com o arcaico de modo sutil e complexo, pois este arcaico está sempre presente marcando uma oposição ao moderno ou ao desejado. Desta forma, teríamos o que o autor denominou de processo de modernização reativa, engendrado pela adoção da regra de primeiro grau com conteúdo modernizado. O que

o sujeito deve ser ou fazer continua sendo determinado de fora, mas o conteúdo deste comportamento se modernizou e coloca rígidas fronteiras entre os grupos “arcaicos” e “modernos”. Este é o movimento que observamos nas meninas quando elas discutem sobre os papéis da mulher resistem a afirmar que gostariam de formar uma família. É como se admitir novas formações implicasse em considerar a formação tradicional arcaica ou errada. Acredita-se que os jovens estejam a meio caminho entre as regras de primeiro grau com conteúdo modernizado as regras de segundo grau.

O conflito é um elemento que emerge no discurso dos jovens como algo inerente a noção de família. Eles destacam principalmente o conflito entre gerações derivado do momento em que o jovem passa a assumir seus próprios pontos de vista. Este dado encontra-se em relação direta com as experiências vividas pelos jovens, descritas como permeadas por desentendimentos. Mas sempre após a afirmação do conflito, vem a constatação do vínculo afetivo.

Ah, a família eu acho que é essa do sangue, que a gente convive todo dia, chega em casa, a gente tem alguns problemas de comunicação, tem alguns problemas de... Eles tentam ensinar aí você absorve, mas aí você também começa a discernir o que é errado e o que é certo pra você. E às vezes o que é certo pra você não é certo pra eles. Então, tem essas, esses conflitos assim, essas situações de conflitos, mas, situações de conflitos, mas sempre quando eles estão lá para aplaudir eles estão aplaudindo, sempre que você está mal eles estão lá te... te ajudando assim. Eles só querem o seu bem... Ao mesmo tempo tem as brigas, e tudo mais, é, a gente tem que conviver. (Sabrina, 20 anos)

Por mais que você tenha conflitos na sua família, você não se abrigue muito, vocês têm alguma coisa que liga vocês. (Fábio, 19 anos)

Diferentemente dos outros grupos, os jovens admitem mais facilmente o conflito, mas é interessante notar a necessidade de se afirmar o vínculo logo em seguida, como se ambos fossem opostos uns aos outros. Quando é justamente pela presença do vínculo que existe o conflito, afinal se não houvesse vínculo os conflitos não seriam suportados e os pontos de vista diferentes ou os comportamentos divergentes acarretariam a dissolução do grupo.

Outro elemento utilizado pelos jovens para definir a família é a sua função educativa. Eles são o único grupo que destacou que a família emerge da tarefa de educar os descendentes. Possivelmente esta especificidade se dê pelo lugar de educandos que eles ocuparam recentemente na família e por suas vivências que indicam que quanto mais esta tarefa é cumprida, mais a família vai se separando. Para eles, são as crianças que mantêm a convivência próxima da família e, para alguns, dão sentido a ela.

Assim, é a parte que educa. A parte que educa do começo. Não tem o laço de amizade, de interesses, pensamentos que são compartilhados, que meio que mostram o primeiro pensamento. (Fábio, 19 anos)

Eu acho que quando você tem um filho, então você botou esse ser no mundo, então acaba criando uma regra em que você vai ter que educar. E eu acho que esse é o sentido da família, porque você tem que educar/.../ Mas quando você conhece alguém e essa pessoa tem um filho ou a pessoa pode te abandonar ou assumir a responsabilidade quando bota outro ser no mundo, como educar e tudo mais. E as compatibilidades, vamos eu e você educar, vai gerando esse negócio de família. (Cláudio, 20 anos)

Mais uma vez se percebe os conteúdos arcaicos emergindo na fala dos participantes. Isto nos mostra como as representações admitem contradições. É possível que uma mesma pessoa realmente acredite que a família não se define pelas relações de sangue, mas pelo afeto e pela convivência e considere casais sem filhos ou uma relação homoafetiva como uma família e ao mesmo tempo esta pessoa afirme que o sentido da família é a criação de um filho. Estes elementos normativos e arcaicos continuam se fazendo presentes mesmo entre os jovens, por mais que eles se esforcem para mudar e parecer modernos. Mas estes dados também podem indicar uma abertura para a aceitação de diferentes valores e tipos de famílias.

Os jovens incorporam a função social de promover a mudança, então é evidente que eles compreendam as transformações da família de forma positiva. Eles destacam a mudança no lugar da mulher e a liberdade de escolha como uma conquista e aprovam a finitude das relações e a emergência de múltiplas configurações. Este grupo demonstra assumir as regras

de segundo grau na medida em que eles consideram que o que deve reger as famílias é a busca pela felicidade pessoal, que deve ser colocada acima das regras sociais. Outra mudança constatada pelos jovens é a redução da convivência nas famílias, apesar da permanência dos filhos na casa dos pais por mais tempo.

Engraçado, que essa história, essa família de pai, mãe e filhos ela é totalmente... ela é raríssima hoje em dia, né? Você tem mãe e filhos, você tem pai e filhos, você tem dois pais e filho, e tipo assim, esse modelinho /.../ Eu considero minha família que não tem um pai presente hoje vive muito melhor do que quando era uma família tradicional, pai, mãe e filhinhos. Hoje a gente vive muito mais em harmonia assim. (Daniela, 24 anos)

E aí as famílias tradicionais, conservadoras, ainda têm esse pensamento, mas eu acho que está ficando cada vez mais esquecido, assim, não perdendo a fé na religião, mas acreditando mais um pouco na... não na humanidade, mas no ser humano, assim, no que faz bem pra você. /.../ tem uma tia que ela casou aí, o meu tio alcóolatra, tinha vários problemas, aí ela queria separar, mas ela não separa porque ela jurou na igreja que ia até morrer. E aí ela não separa, mas a vida é um inferno. E aí hoje a gente não tem mais essa, esse compromisso, assim, de que você vai ter que ficar não importa o que a outra pessoa se torne, você vai ter que ficar. Hoje a gente já acha que é mais pé no chão. É positivo assim, mais pé no chão, você está pensando mais em você do que no outro, se você vai sofrer mais. (Sabrina, 20 anos)

É, porque antigamente era uma profissão da mulher ser a dona de casa. E o marido chegar com o dinheiro e é isso. Ele faz a parte dele e agora você faz a sua, cuida dos filhos. E hoje em dia não, a gente tá procurando emprego, a mulher procurando emprego, sendo bem aceita no mercado, e tudo mais. E é bom assim, às vezes você chega em casa e ainda tem que dar uma de esposa, esposa dona de casa. Então tá havendo mais um equilíbrio assim, que os dois estão trabalhando, os dois estão buscando, e tão deixando pra mais tarde ter filho do que antes, porque era muito mais cedo, e agora eles estão querendo aproveitar mais, viajar, depois pensam em filhos. E não tantos filhos. (Sabrina, 20 anos)

Acho que naquela época era mais família nesse sentido assim. É, mas eles se encontravam mais, né? Acho que pra almoçar, essas coisas assim. Acho que agora é mais corrido, não sei. (Bruno, 20 anos)

Eu acho também, não é só uma questão de épocas, mas eu vejo na minha família que quando nós éramos crianças, era muito mais fácil esse contato de família. /.../ Mas, num sei acho que tem essa questão dos tempos que mudaram, mas também do próprio ciclo daquela família. (Joana, 27 anos)

Subjacente a estas falas observamos o ideal igualitário de família, pois os jovens valorizam a igualdade formal entre as pessoas e a identidade idiossincrática e não posicional. Eles não possuem definições claras do que é certo e errado na família e procuram respeitar a

pluralidade de escolhas limitadas apenas pelo respeito à individualidade do outro. Esta é a família que os jovens querem para si. Todas essas mudanças são vistas de forma positiva, pois são elas que promovem a construção da nova família dos jovens, enquanto a família do passado, a dos outros, dos adultos e idosos é avaliada a partir destes referenciais de forma negativa. Há um favoritismo pelo endogrupo e a desvalorização do exogrupo e os jovens se esforçam para fazer valer seus ideais igualitários. Na perspectiva de Doise (2001), se faz necessário avaliar os significados sociais historicamente construídos nas relações.

A adesão a esse ideal igualitário pelos jovens reflete mudanças sociais mais amplas e a adoção de valores diferentes daqueles que regiam os comportamentos familiares décadas atrás. É um ideal permeado por uma perspectiva individualista, pois os anseios do indivíduo são valorizados em detrimento das necessidades do grupo. Esta perspectiva encontra suas bases na sociedade burguesa capitalista, em que cada indivíduo é responsabilizado individualmente pelos seus sucessos e fracassos. A família deixa de ser um núcleo de produção que une sob um destino comum todos os seus membros e o Estado passa a ser o responsável pelo bem estar social e a religião perde parte de seu poder de influência. Uma das consequências é a nuclearização e privatização das famílias. Como já foi discutido neste capítulo, as famílias tem se afastado de seus parentes e mesmo os que vivem juntos, pouco se relacionam, pois num mundo cada vez mais competitivo estão todos garantindo seu sustento no presente ou se preparando para o futuro. Neste processo de preparação, os jovens cada vez mais permanecem na casa dos pais e a convivência entre adultos com diferentes perspectivas e valores torna-se conflituosa. Para alguns participantes, é este contexto social que delimita as transformações na família, outros destacam as transformações que cada família em especial vem passando no seu ciclo de vida e os papéis e relações vão se transformando a medida em que os membros se desenvolvem.

5.6.2. Como os adultos pensam a família?

Dentre os adultos, os afetos são uma forte presença quando se tenta definir família, destacam-se o amor, a solidariedade, a união e a amizade. Assim como os jovens, alguns adultos afirmam o valor do afeto em detrimento da consanguinidade. Mas esta perspectiva é problematizada por outros que consideram que quando mais se precisa, quem vai estar presente é a família de sangue. Estes destacam a questão da segurança e do apoio como marca principal da família.

Muitas vezes você nem sequer é conhecido por sua família. /.../ Você procurou pessoas com quem você tinha intimidade e confiança pra saber que ia ser ouvido, ia falar e ser ouvido, e trocar, e ser compreendido. Às vezes a família pode até te amar muito, mas essa troca não rola. Essa compreensão. (Beth, 43 anos)

Mas aí entra uma questão: essa sua amiga que você gostaria de estar junto numa dificuldade você não tem como comprovar se ela gostaria de estar com você numa dificuldade dela, então você vai em busca dela e ela talvez vai em busca do pai dela...(Bárbara, 34 anos)

A minha [família de sangue] eu tenho essa vivência que sim, eu só posso falar por mim. (Bárbara, 34 anos)

Não garante não. Ninguém escolhe a família que nasce. (Paulo, 50 anos)

E existe uma diferença do momento, do de problema fato, como uma doença grave ou apenas a dor de um namorado que se foi. /.../ Tanto é que quando nós tivemos exemplo dentro do núcleo familiar, a mobilização foi enorme. /.../ Agora já no caso de um amigo, eu não sei se isso ocorreria. No caso da minha família eu sei que é assim. Agora no caso da perda de um namorado, uma coisa assim, talvez a família: “ah isso é besteira”. (Vítor, 43 anos)

/.../ mas seria a minha célula de proteção. Tipo o mundo pode acabar, mas no momento em que o indivíduo, eu consigo montar uma família e mantê-la junta, ninguém me ataca, sabe? Eu tenho essa impressão. Como se fosse o meu exercitozinho. (Bárbara, 34 anos)

É, é muito mais fácil sobreviver em grupo do que sobreviver sozinho. Pra mim, eu moro sozinha há 12 anos, né? Pensando no grupo dividindo tarefa, dividindo esforços, mais do que sozinho. Eu acho que basta pensar nisso pra se entender/.../ Afetivo eu acho, de trocar vida, trocar experiência de vida, né? (Beth, 43 anos)

Ninguém discorda que é muito mais fácil viver em grupo, tanto em termos afetivos, quanto materiais. Mas alguns concordam que os amigos podem oferecer essa convivência, afeto e segurança, outros acham que a família é diferenciada, principalmente no que se refere à segurança. Para estes, a família seria essa célula de proteção por excelência, mesmo que a

convivência não seja tão intensa quanto a dos amigos, pois a consanguinidade garante esta segurança. Outros discordam deste ponto de vista. Os argumentos utilizados nesta discussão se baseiam na experiência pessoal de cada um e não se chega a um consenso. Além do afeto e da segurança, os adultos discutem com menor ênfase a família como memória ou origem, a tradição que define a identidade do sujeito.

A família pra mim ainda tem aquela definição, dessa memória que eu valorizo muito assim, eu gosto muito dessa coisa assim de você ter aquele seu passado que você orgulha e diz: não, eu sou hoje o que meu passado construiu, eu gosto muito. (Bárbara, 34 anos)

Ele precisa existir, e aí quando, por exemplo, nós estamos aqui falando de pai e mãe, de família. Pô, inusitado! Mas todos os seres humanos, um dia ele vai se deparar com essa memória que você falou. Tanto é que o cara gira o mundo inteiro e na hora da morte ele pensa primeiro na mãe, ou quer voltar pra casa da mãe. (Paulo, 50 anos)

A família guarda esta marca identitária e assume a função de informar ao sujeito de onde ele é, incluí-lo num *continuum* que se inicia antes dele e não se acaba com sua morte. É o primeiro grupo socializador, que apresenta o mundo para a criança e define em primeira instância quem ela é por meio da socialização primária. Este aspecto, apesar de ter sido abordado por poucos, não gera polêmica e todos concordam que a família assume essa função. Considerando que a família está inserida em um contexto que valoriza o indivíduo em detrimento do grupo e da tradição, essa função perde importância na construção das representações sociais da família, tanto que só é referida pelos adultos. Atualmente os conteúdos hegemônicos são os afetos e a função de apoio. É interessante notar que estas noções apesar de terem se tornado nucleares à representação de família, são construções recentes no Brasil, pois a família só se tornou este núcleo de amor e cuidado no século XIX, sob forte influência da igreja e da medicina higienista. No século XX a psicologia vem reforçar o valor dos sentimentos e dos vínculos como determinantes na constituição de sujeitos saudáveis. E, este aspecto se torna fundamental na representação da família.

O dissenso emerge novamente no grupo quando um dos participantes define família como pai, mãe e filho. Outro sujeito discorda afirmando que nunca vivenciou esse modelo e

conclui que o modelo de família que ele construiu psicologicamente nunca existiu na prática. Busca-se, então, uma definição que seja abrangente o suficiente para incluir uma multiplicidade de configurações sem desrespeitar as diferenças e acabam-se definindo a família como um aglomerado. Neste caso, o critério seria o de estar ou viver junto, o convívio. Mas eles ainda não se dão por satisfeitos, incomodam-se diante da percepção de que não possuem uma definição pronta e expressam a dificuldade que tal tarefa lhes impõe.

É pai, mãe e filho, já falou. (Paulo, 50 anos)

Não necessariamente, aí que tá. /.../ Eu acho que a base é isso. Eu acho que as diferenças, eu acho, eu respeito as diferenças, eu não tenho o exemplo de família que eu acredito, eu não tive dentro de casa e eu não tenho, a minha, do meu filho, não é também esse exemplo. Eu estaria falando de uma coisa que não existe. (Vítor, 43 anos)
Família pode ser um monte de pessoas juntas, pode ser. Isso é uma família. (Vítor, 43 anos)

Um aglomerado. (Bárbara, 34 anos)

É um aglomerado, acho que não depende do vínculo sanguíneo não. (Vítor, 43 anos)

Então a família não tem definição? (Paulo, 50 anos)

Eu acho que cada uma se adapta as suas condições. (Vítor, 43 anos)

É uma instituição. (Paulo, 50 anos)

É um valor simbólico, né? Eu não tenho opinião formada não. (Léo, 33 anos)

É um mal necessário. (RISOS) (Paulo, 50 anos)

Ave Maria! (Lílian, 38 anos)

Mas é. (Paulo, 50 anos)

É interessante notar como os adultos também se encontram regidos por normas sociais que valorizam as idiosincrasias e liberdades individuais. Mas torna-se tão difícil construir uma definição tão abrangente que alguns preferem resumir a família como um aglomerado, assim não se incorre no erro de excluir ninguém. Mas também cabe refletir se qualquer aglomerado pode ser considerado uma família, afinal todo conceito é um recorte e implica inclusões e exclusões. Os próprios participantes concluem que isto não seria uma definição e parecem incomodados por se depararem com essa ausência de sentidos, principalmente por ela derivar de um objeto tão próximo, tão vivenciado e discutido. As expressões faciais demonstram certa surpresa diante da constatação desta dificuldade, surgem ideias da família como instituição ou valor simbólico e um dos participantes de forma jocosa

propõe a noção de família como um mal necessário, o que desperta reações dos colegas. Mas, apesar dos esforços, os adultos não chegam a um consenso. Parece, portanto, que a família é um objeto que lhes escapa, que não se deixa definir.

Esta dificuldade de circunscrever um conceito de família pode derivar da regulação dos discursos pelas normas sociais. Já se observou que os adultos adotam os ideais igualitários e temem que a emissão de uma definição possa expor a adesão a pontos de vista socialmente não valorizados e provocar uma autoimagem negativa perante o grupo. A dificuldade de construir uma definição que não fira o respeito às idiossincrasias pode se dever à tensão que observamos no grupo entre o metassistema normativo e o sistema operacional, ou entre as normas sociais adotadas pelo grupo e as práticas, experiências e conceitos predeterminados. Um dos sujeitos responde com espontaneidade “pai, mãe e filhos”, mas os outros logo questionam essa definição excludente. Entendemos que possivelmente essa foi a resposta que surgiu na mente de vários participantes, mas que por desejabilidade social não foi emitida, caindo na zona muda. O mesmo processo acontece em relação à expressão “É um mal necessário.” Esta evoca os conflitos e dificuldades que foram expressos quando se discutiam as práticas e as relações. Mas definir a família desta forma causa reações negativas no grupo, que parece tentar resguardar a noção normativa da família como um centro de amor e harmonia.

Esta discussão, por sua vez, acarretou uma nova polêmica: a busca por definir a origem da família. Alguns defendiam que é uma instituição dada naturalmente, outros defendiam que é criada socialmente. E, assim como para os jovens, a conclusão do grupo foi que a família é criada socialmente, mas os adultos reduzem a importância das instituições neste processo.

A família não foi criada pela Igreja, não foi criada por ninguém. Foi criada por um homem e uma mulher. (Paulo, 50 anos)

Não, nesse sentido eu concordo. (Bárbara, 34 anos)

Acho que socialmente as famílias foram criadas. Assim, as pessoas viviam em grandes comunidades. (Lílian, 38 anos)

E se juntaram pra se defender de que? Da natureza. (Paulo, 50 anos)

Isso, isso. Aí por conta de terra, dinheiro, né, assim? (Lílian, 38 anos)

De condições de viver. (Paulo, 50 anos)

De condições, aí foi criada. Mas não é uma coisa natural. Assim... (Lílian, 38 anos)

A discussão sobre a origem da família surgiu de uma fala que a considerava um fenômeno natural. Mas alguns participantes do grupo discordaram no intuito de afirmar a família como uma instituição socialmente construída. Possivelmente, para estes, desnaturalizar a família é uma forma de negar a universalidade e a necessidade de sua existência no formato que a conhecemos. É um posicionamento ancorado numa perspectiva de sociedade que se constrói nas suas relações sociais de poder e não que é dada por força da natureza ou de Deus. Esta perspectiva implica considerar a família como uma instituição em transformação.

As transformações da família nas últimas décadas foram o assunto mais discutido pelos adultos. Possivelmente este interesse se deva ao fato deles terem vivido um modelo de família, estarem construindo outro modelo e terem como preocupação o modelo que os filhos construirão. Os adultos estão no centro destas mudanças, enquanto os idosos e os jovens se encontram em posições opostas. Os adultos destacam uma série de mudanças quanto as configurações, as práticas e relações no interior da família, principalmente no que se refere a educação das crianças. Mas eles não se limitam a constatar as mudanças e teorizam sobre suas causas e suas consequências.

No que se refere às configurações, os adultos afirmam que a mudança se dá na direção de uma multiplicação nas formas de se constituir uma família, na sua redução e na possibilidade de os jovens não quererem construir uma família. O foco maior desta discussão foram as famílias homoparentais e suas repercussões.

Eu acho que elas têm a acrescentar, a tecnologia, a informação, as mudanças, os N núcleos de família, como duas mulheres, dois homens, um homem com uma mulher, ou só uma mulher ou só um homem. Porque também tem caso que só o homem cuida das crianças e a mulher... Essas diversas famílias. Isso pra mim tudo é família. /.../ Aquele outro que existia nas famílias antigas, você teve cinco filhos, sua prima não teve, você cede um filho seu, parece loucura, mas existiu. (Vítor, 43 anos)

Há um tempo atrás o marido perguntou para o filho se ele ia casar. Umas babaquices que o pai pergunta, não sei pra que! (RISOS) “Vou casar não pai, só vou ter amigos”. Vou só ter amigos. Não estou pensando em casamento, né? Mas eu acho que já acontece isso, que é a redução do núcleo familiar. Isso já é uma...(Lílian, 38 anos)

As novas, as milhares de novas famílias, né? Eu tenho uma amiga que tem 3 filhos atualmente com uma companheira, de óvulos uma da outra, né? O óvulo da companheira foi inseminado nela com o esperma de um banco, depois vice-versa, eles inseminaram... Elas trocaram os óvulos. /.../ duas ou três pessoas falaram: “nossa, mas se o meu filho estudasse com os filhos dela eu não sei se eu deixaria ele brincar na casa dela”. (Lílian, 38 anos)

Pensando sobre as possíveis repercussões das famílias homoparentais, alguns destacam a existência de preconceitos e pressões sociais que a criança terá que enfrentar; outros refletem sobre a própria constituição da criança e a aceitação pessoal da situação. Numa perspectiva mais otimista, ou de maior absorção das mudanças, alguns adultos refletem que as crianças não possuem preconceitos e relatam mudanças institucionais que indicam uma maior aceitação social de grupos familiares diversos do padrão.

Então assim, eu acho que ainda tem medo, né? Essas novas famílias ainda geram muito medo socialmente para as famílias mais tradicionais, entendeu? (Lílian, 38 anos)
A pressão aí fora de que vai perguntar vai exigir o nome do pai e nome da mãe, né assim? (Paulo, 50 anos)

É aí que eu digo, a sociedade não absorve. (Vítor, 43 anos)

Mas hoje ainda é difícil assim, eu não vejo muita saída /... / Pra criança, para o meio social, para as perguntas que elas fazem. Pra mãe isso é bom. Pra mãe, pra duas pessoas adultas, que cresceram e tá com esse desejo. O desejo dessa pessoa de ter um filho, né? /.../ Agora saber o que essa criança vai lá na frente se deparar. Se deparar com ela mesma, né? Essa constituição, assim né? (Paulo, 50 anos)

Sabe por que absorvem? Porque a criança ainda não tem os mesmos pensamentos que a gente, não têm conceito nenhum. (Beth, 43 anos)

Nem o preconceito que a gente tem. (Vítor, 43 anos)

Na escola do meu sobrinho não existe mais dia dos pais e dia das mães, existe o dia da família. (Beth, 43 anos)

Já é uma adaptação, uma compreensão de que a maioria dos pais são separados. “Você tem pai e mãe que mora junto? Caramba!!” Hoje é assim, é ao contrário... (RISOS) (Vítor, 43 anos)

A multiplicação nas possibilidades de arranjos familiares parece ser compreendida pelos adultos como uma mudança positiva. Mas eles afirmam que a sociedade não absorve

estas mudanças e se preocupam com o preconceito que as crianças que vivem em formações familiares diversas do padrão terão que enfrentar. Podemos compreender que esse movimento de remeter aos preconceitos da sociedade tem como base os mesmos princípios que orientam a técnica de substituição. Trata-se de uma técnica de coleta de dados, na qual o sujeito é convidado a responder como outra pessoa responderia quando interrogada sobre o tema. Deriva da noção de que um sujeito pode exprimir representações “proibidas ao seu grupo” atribuindo-as a outras pessoas. Isto pode implicar a interpretação de que o preconceito atribuído ao grupo, ou à sociedade, é compartilhado pelo sujeito. Mas também é possível entender que estamos diante do fenômeno da “transparência das representações sociais”. Este supõe que as pessoas conhecem as representações de outras, mas não necessariamente compartilham delas (Menin, 2006). Independentemente de nos definirmos por uma posição ou outra é um dado relevante considerar que atualmente a família possui uma variedade de arranjos, mas que estes arranjos são compreendidos socialmente como um desvio. As pessoas que vivem neles ainda enfrentam resistência da sociedade, apesar de algumas instituições apontarem mudanças em suas práticas que derivam da legitimação destes arranjos.

As chamadas “novas famílias” – que não são tão novas assim – constituem grupos minoritários na nossa sociedade, que começam a ganhar legitimidade, pois estão saindo de seus esconderijos privados e tornando-se públicas. Esta legitimação ou mudança não tem se dado sem tensão. É um processo que deriva de jogos de poder marcados pela influencia social. Neste processo uma minoria que torna público seu ponto de vista divergente produz impacto sobre a maioria, por meio da desestabilização das verdades, gerando conflito e incerteza e a consequente busca de reequilíbrio ou consenso (Moscovici, 2011/1979). Esta desestabilização é um processo social que implica a resistência de alguns setores da sociedade e gera afetos e indefinições, como observamos na dificuldade dos adultos em definir a família, mas é isto que possibilita a modernização proposta por Figueira (1987) e a mudança social.

Outra importante constatação da mudança destacada pelos adultos se dá em relação à educação dos filhos. Considera-se positivo que hoje os papéis parentais masculinos e femininos não são mais tão bem delimitados e que há mais diálogo e afeto e menos castigo físico.

Eu não sei se existe uma função personificada, ou em termos de gênero assim, porque, por exemplo, com os meus filhos, quando alguém sente fome ninguém vem pedir pra mim cozinhar, porque sabe que quem cozinha melhor que eu é o meu marido. Então uma função estabelecida socialmente da cozinha que seria uma função feminina...(Lílian, 38 anos)

Já está mudando... (Bárbara, 34 anos)

Não, é que já está mudando. (Lílian, 38 anos)

Já mudou, né? (Vítor, 43 anos)

/.../ Para eles nunca foi uma função feminina na minha casa, entende? Então assim, eu acho. (Lílian, 38 anos)

Mas você tem um lugar diferente do pai...(Paulo, 50 anos)

Sim, mas não é o lugar do pai ou da mãe, ou do feminino ou do masculino. (Lílian, 38 anos)

Basicamente, a ligação minha e do Pedro eu acho muito, muito mais forte do que por exemplo, a minha relação com meu pai, que é uma relação daquela época, principalmente, que é a mãe que fica em casa e o pai que vai ganhar a vida lá fora. Antigamente dava pra fazer isso, né? Isso hoje em dia é bem mais difícil. Então antigamente tinha isso, então eu praticamente não via o meu pai, não tenho essa referência, o pai era só da rigidez e do... sei lá do que, né? /.../ Eu não lembro de nenhum momento, primeiro porque acho que eu não tinha o hábito disso, de conversar com a família sobre nada, né? E eu e o Pedro acho que não tem uma coisa que a gente não conversa, qualquer coisa que ele me pergunta eu respondo. (Vítor, 43 anos)

Os adultos consideram que as crianças formadas nestas novas relações e neste novo ambiente cultural estão se tornando cada vez mais inteligentes e eficientes.

Eu vejo, vamos supor, minha filha nascendo com uma capacidade de gerenciar num ângulo maior que o meu, então ela consegue, ela consegue dormir menos (RISOS). Dormir menos, comer melhor, ver se a filha dela tá na internet vendo coisa boa, se já estudou, se já tomou banho, se vai falar com o pai, e terminar o dia...(Bárbara, 34 anos)

A criancada de hoje já nasce sabendo. (RISOS) (Léo, 33 anos)

A meninada, essa meninada é... a gente é bidimensional. A nossa geração é assim, né? É tuf tuf, ler livrinho, né? /.../ Exatamente, a cabeça dos meninos não precisava nem um computador, né? O próprio livro, o livro infantil já há algum tempo já trás essa

perspectiva tridimensional. Então eu acho que em termos de capacidade neurológica, assim, capacidade cognitiva, as crianças é caixinha assim igual computador, abre as caixinhas, entendeu? (Lílian, 38 anos)

Apesar do olhar positivo sobre estas mudanças, os adultos compartilham a preocupação com o fato de os pais não estarem mais conseguindo impor limites aos filhos e acabam “terceirizando” esta função, buscando figuras de autoridade fora da família. Um dos participantes levanta possíveis consequências desta falta de limites, dentre elas a geração de pessoas sem caráter e de difícil convivência.

A lei tá lá fora, né? (Paulo, 50 anos)

É. Então assim, as relações dentro das famílias é... tem muito assim, né? Isso é uma coisa inclusive antiga assim... Eu acho que quando a minha mãe era pequena provavelmente minha avó falava pra ela também: “olha, você não faz isso porque seu pai quando chegar não vai gostar” /.../ Então essa terceirização assim do limite, que não é o meu limite, é sempre o limite que é do outro em cima da criança...(Lílian, 38 anos)

É nocivo! (Bárbara, 34 anos)

É nocivo e ele está em todos os lugares, ele tá em todas as famílias. (Lílian, 38 anos)

Não tem uma referência, a lei é social, a polícia é mais pai e mãe, do que como você tá dizendo, do que dentro de casa. O pai tá lá, mas é na esquina. Então o molequinho deixa de fazer por causa da polícia. (Paulo, 50 anos)

Eu acho que não é nem só os limites, é como colocar esses limites, porque o exemplo que eu tive de limite não serve. Porque o meu também era terceirizado, era tamanco, sapato, chinelo, cinturão, corda, também era terceirizado, entendeu? (Vitor, 43 anos)

Nem bater pode mais hoje, né? (RISOS) (Léo, 33 anos)

Porque, como fazer para essas crianças hoje não mentir? Com essa internet? /.../ Ou seja, coisa de caráter. Lá no trabalho você vê a dificuldade de se relacionar, sabe? De como, ou seja, com 15 anos já querendo dar porrada na namorada. Uai, não é tão moderno? Mas que modernagem é essa que pode ser criado por 2 mulheres pra criar um ser humano, um ser humano que chega lá depois pra aceitar um filho dele ser homossexual, por exemplo, também. /.../ Eu não sei se essa educação forma seres humanos com essa expectativa que nós estamos querendo assim, por tá, por ser adulto. (Paulo, 50 anos)

Observamos a coexistência não muito harmoniosa dos modelos hierárquico e igualitário nesta avaliação da realidade das crianças na atualidade. Os adultos percebem as mudanças em relação aos papéis de gênero e a proximidade afetiva com os filhos como algo positivo e consideram que as crianças estão se tornando mais inteligentes e eficazes. Afinal, tal

como propõe Vygotsky (2007), o meio, seja ele o as relações diretas no ambiente onde as pessoas vivem, ou a cultura de forma mais ampla, é determinante na estrutura cognitiva do ser humano. Se o mundo mudou e as relações familiares também mudaram é razoável pensar que as crianças não funcionarão psicologicamente da mesma maneira que os adultos funcionam. No entanto, estas mudanças não possuem apenas consequências consideradas positivas. Os adultos também apontam como consequência das novas relações familiares a perda de autoridade dos pais e a consequente formação de crianças que não sabem lidar com limites e se tornam adultos com problemas de caráter. É como se os adultos estivessem propondo que se saiu de um extremo para outro e que as famílias ainda não encontraram uma suposta medida certa na educação dos filhos. As regras de respeito às idiossincrasias e liberdades individuais estariam sendo aplicadas em demasia ao se assumir que proibir ou impor limites seria um desrespeito à personalidade ou autonomia da criança. Desta forma, a família estaria perdendo sua função de apresentar a cultura e nortear a construção da identidade dos filhos. Este discurso se ancora nas publicações midiáticas, que se apoiam na psicologia para afirmar a valorização da autonomia e da liberdade na educação dos filhos, ao mesmo tempo em que propagam a importância dos limites e concluem que as crianças de hoje estão se tornando pequenos déspotas com pais reféns. Encontrar a exata medida torna-se um problema para os adultos, quando se vive num mundo com poucas regras e definições de certo e errado. Mas, pode-se pensar que este discurso expõe um movimento social de resistência às mudanças nas relações de poder no interior das famílias. Afinal será que não é possível os pais construírem relações pautadas no diálogo, no respeito e no afeto e ao mesmo tempo assumirem sua função orientadora e socializadora?

Ao refletirem sobre as possíveis causas dessas mudanças, os adultos levantam questões sobre alguns aspectos do contexto atual como o acesso ao computador e a velocidade da informação, além de aspectos econômicos como o estímulo ao consumismo e a dificuldade de manutenção financeira. Alguns consideram que o momento atual é um período

de transição difícil para as famílias. Outros discordam e argumentam que a família é dinâmica e está sempre passando por mudanças e reestruturações e as instituições como as religiões teriam a função de frear essas transformações, fortalecendo as tradições e mantendo a ordem social.

Porque já é tanta coisa pra as ditas famílias, modelos de famílias hoje, né? São tantos elementos a mais até do que as nossas próprias famílias tinham que lidar, né? /.../Acho que antigamente era menos elemento em volta pra precisar ter necessidade de terceirizar. Eu acho que as famílias não tem dado mais conta da coisa. Eu acho /.../ Violência, é... Sobrevivência financeira mesmo. Tudo hoje é muito mais difícil do que era. Eu tô falando de nós aqui, classe média. Tudo hoje é muito mais difícil pra uma família dar conta do que era, imagino eu, nosso perfil, na minha infância, né? Eu vejo o meu irmão hoje dando, meu pai deu muito duro a vida inteira pra criar os filhos, mas ainda assim era muito mais fácil do que é viver igual hoje, criar. (Beth, 43 anos)

Eu acho que tá tudo muito rápido, por exemplo. São muitas tecnologias num período de tempo muito curto, é muito acesso à informação num período de tempo muito curto, e foi tudo muito rápido num período de..., muitas coisas, muitas fontes de tudo, /.../ Então eu acho que acaba que não deu tempo dessas famílias ao redor deste momento se sentirem aqui ou aqui, eu acho que elas estão meio que em transição, acaba que aí entra o que ela falou. São muitos nortes para você definir qual é o seu e ainda ter tempo de ensinar o seu filho. Então na dúvida você delega pra alguém, né? /.../ Eu acho que é um momento de transição, um momento difícil pra família agora. Cabe a... é disso que ele gosta muito, essas raízes muito profundas, nortear ou fica essa coisa meio... assim né. (CONFUSÃO COM AS MÃOS) Fica esse filho sem um norte, eu acho que Brasília é muito assim. (Bárbara, 34 anos)

É essa coisa, então eu acho que muda em constante transição e adaptações, e eu acho que o papel das instituições em geral é só lembrar como era, para que não perca o controle da sociedade. Na dúvida, você segue uma instituição que tá lá há muito tempo, né? A não ser que você seja questionador. Aí você questiona, faz sua crítica e toca a sua vida. Mas na dúvida você acaba seguindo. É isso que uma instituição como a Igreja quer, né? Que você não vai criticar, na dúvida segue aquilo que eu estou te falando, que no mínimo a sociedade continua em ordem. Eu acredito muito nisso. (Bárbara, 34 anos)

O contexto atual é compreendido como patogênico pelos adultos. São tantas dificuldades externas que manter uma família torna-se quase uma missão impossível. A violência, a tecnologia, a velocidade da informação, a dificuldade de garantir o sustento seriam marcas de nosso tempo que são responsáveis pelas mudanças e dificuldades que as famílias atuais enfrentam. Neste caso, temos uma família vivenciando uma crise causada por um

contexto adverso. Mas esta não é uma perspectiva unânime e alguns participantes percebem a dinamicidade da família e consideram que não existe um momento específico de transição ou crise, mas esta seria uma instituição em constante renovação. Mais uma vez observamos que estas variações nas falas dos adultos refletem duas linhas de compreensão da psicologia sobre a situação da família, as quais foram descritas na introdução deste trabalho.

Por fim, os adultos discutem sobre suas expectativas para o futuro diante das mudanças comentadas. O grupo considera que a família sempre vai existir com a função educativa e de transmitir uma memória, uma tradição. Um dos participantes propõe que, devido as consequências negativas do excesso de liberdade, a tendência no futuro seria o reforço das tradições, como a religião e outros valores. O grupo aparenta discordar desta hipótese, mas prefere não se expressar verbalmente.

Minha opinião é que sempre vai haver um grupo ou uma instituição ou alguma família que vai estar sempre se recordando de raízes, a memória de tudo que aconteceu para eles estarem ali falando daquele assunto. E isso eu acho que vai continuar fazendo com que a necessidade, a importância da família exista. Por menor que for, nasceu mais um, esse um conheceu o seu filho vamos continuar proliferando, seja de grandes capacidades de produção, de assimilação, seja não, vamos ver como é que vai resultar essas passagens de transição. (Bárbara, 34 anos)

No meu caso assim, por exemplo, eu sou filho de uma mulher e de um homem que tinha princípios éticos e religiosos assim, né? E eu herdei algumas coisas desses princípios. E acompanhei assim as minhas irmãs, por exemplo, casando e tendo filho. E, criando o filho assim com uma autonomia muito maior, nesse sentido, e eles não souberam fazer muita coisa com essa autonomia. /.../ Então eu assim não sei, no meu modo de ver, a religião, esses princípios, são o que, o esteio da família, e que lá na frente tá voltando de novo, buscando esses valores pra apaziguar certa relação com a lei, que é uma lei que não depende de cada um. (OS OUTROS SE ENTREOLHAM INDICANDO DISCORDÂNCIA) (Paulo, 50 anos)

Todos os adultos concordam que a família vai continuar existindo e tendo sua importância social, principalmente por sua função de transmitir as tradições. No entanto, não se percebe o consenso em que direção as mudanças ocorrerão, se voltará aos formatos antigos ou não. O que percebemos no grupo dos adultos é que estes, diferentemente dos jovens, expressam particularidades na forma de pensar e não buscam chegar sempre a

consensos. Talvez isso se dê pela experiência diferente de família que cada um possui e das diferentes formações acadêmicas, que possibilitam a ancoragem das representações em diferentes universos simbólicos. Ou ainda pela característica socialmente associada aos jovens, que apresentam uma maior necessidade de aceitação do grupo e coesão deste.

5.6.3. Como os idosos pensam a família?

Muitas vezes os idosos resumem a tarefa de definir a família ao afirmar sua importância ou dizer que ela é algo muito bom. Este movimento foi unânime neste grupo. Já os problemas não estariam presentes na discussão se não fosse por uma única frase que não gerou muitas repercussões, pois utiliza o conflito para reafirmar a importância da família.

Mas apesar desses problemas eu acho a família uma coisa muito importante. (Olívia, 69 anos)

Família é uma coisa que é difícil viver sem família, viver fora de família. (Geovana, 81 anos)

Família é muito bom. Sem família eu acho que é muito ruim, né? Mesmo que a gente tenha só um irmão, né? Mas é bom. (Nádia, 79 anos)

Família pra mim é coisa muito boa, excelente. (Geovana, 81 anos)

Família é uma coisa maravilhosa. (Olívia, 69 anos)

Família é uma coisa muito boa, muito bonita. (Tânia, 88 anos)

Os idosos enfatizam o afeto, mas sempre vinculando-o às relações de sangue. O afeto é entendido como uma consequência natural destas relações. Já o convívio, a segurança e a confiança, são critérios que justificam considerar “família” as relações de amizade, pelo menos para um dos idosos participantes.

Eu acho que a família, quem não as tem, fica faltando um pedaço, um pedaço. Porque é muito bom a gente sentir no olhar dos filhos aquela gratidão, aquele amor, aquele afeto. (Júlia, 72 anos)

Família é união, fraternidade, amizade. O interessante é que a família não existe apenas no ser humano. O reino animal também tem família. Os índios, muito atrasados que sejam, também têm família, tem respeito ao pai, ao avô, o bisavô. (Otávio, 79 anos)

Família é nós todos, nós todos somos uma família, né? Conviver mesmo, na linguagem de índio, que eu sou descendente dos Carajás aqui do Goiás, são os parentes. /.../ Mas aqui tem a família, nós temos a família do coral, faço parte desse coral ... onde eu

moro, tem outra família que são meus vizinhos que são minha família também. Faz parte da minha família. Eu tenho confiança. Mas aqui eu tenho confiança, porque família é ter confiança também, né? ...Todo mundo na mesma, com os mesmos objetivos. (Danilo, 65 anos)

Inicialmente o grupo concorda com esta colocação, mas logo em seguida os participantes passam a afirmar a diferença entre família e amizade e esta questão torna-se polêmica. Uma das participantes defende, inclusive, que um grupo de amigos funciona como uma família, para afirmar depois que mesmo tendo amigos, quem não tem família é muito solitário.

Não precisa casar, ter filho e morar junto. Você não teve a oportunidade de ter a sua família legítima, você então adote uma família. Seja grupo, seja amigo. [esse grupo serve] como apoio, como uma família. Eu acredito, inclusive conheço muitos casos desses. (Geovana, 81 anos)

Eles [a família] são quem nos acode. Quando a coisa aperta são eles que... Quem não tem família é muito solitário, mesmo que você se agregue a um grupo de amigos de colegas, mas esses amigos, eles não vivem na mesma casa com você, quando você retorna para sua casa, é uma solidão total. Aí é um vazio, parece que a vida fica desmotivada... E a família não, qualquer toquezinho que você der, chega correndo. Eu falo isso por experiência própria. (Geovana, 81 anos)

Tem, é muito bom ter amigos, é muito bom. Mas é muito melhor ter família. (Geovana, 81 anos)

Observa-se uma concepção idealizada de família, que afirma sua beleza e importância pautada nos afetos e na segurança. O único participante que insiste em afirmar que os amigos podem suprir as funções da família é o único do grupo que mora sozinho e tem contato com a família apenas no Natal. Esta afirmação é, então, psicologicamente importante para ele. Quando este tenta argumentar que outros agrupamentos poderiam ter o mesmo *status* da família, outro participante trata logo de esclarecer que a família é diferente, pois fornece maior segurança na hora das necessidades. A solidão de quem não tem família seria uma consequência lógica da premissa que o amor, a segurança e o apoio são supridos naturalmente apenas pela família de sangue.

Houve uma grande predominância em afirmar simplesmente que a família é boa, bonita ou maravilhosa, mesmo diante do incentivo para se falar um pouco mais sobre o que seria e o que não seria a família. Assim, os idosos demonstraram uma dificuldade ou até mesmo certa recusa em refletir sobre o conceito genérico de família. Isto pode se dever a limitações cognitivas que dificultam o processo de abstração. Mas acreditamos que se deve também à influência da desajustabilidade social e do lugar que idoso ocupa atualmente na família e em nossa sociedade. A família é um valor social que precisa ser preservado, principalmente para os mais velhos, mas essa família pensada pelos idosos não coincide com a família que se vive hoje. Os idosos vivenciaram transformações importantes e os papéis já não são os mesmos, as relações que se estabelecem são pautadas em outros referenciais, até as funções da família são outras. Vários deles pensam que a família atual é pior que a do passado e são colocados em uma posição de inferioridade ou dependência dentro do grupo familiar. Os idosos sabem que seus referenciais já não são tão aceitos na sociedade atual e definir a família é uma tarefa que mobiliza reflexões e afetos que talvez se queira evitar. Imagina-se, portanto, o quão difícil seria esta tarefa para este grupo. Acredita-se que afirmar sua importância ou dizer que é bela ou boa, é uma generalização que possibilita um distanciamento psicologicamente confortável do objeto, além da proteção identitária do grupo.

Os idosos também se dedicam pouco a discutir as transformações da família de forma genérica. Todos concordam que ela passou por mudanças significativas nos últimos anos, mas observa-se um grupo bastante heterogêneo no que se refere à avaliação das consequências destas mudanças, principalmente no que diz respeito à educação dos filhos. A liberdade atual, principalmente sexual, foi um tema bastante polêmico. Assim como ocorreu na descrição das práticas, alguns exaltam a importância do acesso à informação e da liberdade, outros destacam suas consequências nocivas, como as doenças, os vícios e o desrespeito aos pais. Há ainda aqueles que consideram que não houve mudança neste aspecto e afirmam que sempre existiram grandes variações na forma de se educar os filhos.

Porque atualmente o namoro é muito liberal. Mudou muito! Atualmente os filhos e as filhas levam os namorados pra dormir na casa dos pais. E ainda tem pai e mãe que vai na loja e compra cama de casal, pra ficar nisso. (Olívia, 69 anos)

A liberdade, né? Hoje em dia eles têm muita liberdade. Eu tenho uma colega minha, que a filha dela, nove anos, chamou e falou /.../ “mãe eu quero que você compre aquele comprimido de evitar filho”. Nove anos! Ela disse que as pernas, que não sabe nem como é que aguentou, as pernas de tanto que tremia e as mãos, e ficou muda e não falava mais nada. Nove anos, olha como a liberdade como é total agora. É livre. Uma menina de nove anos! Tá louco! (Olívia, 69 anos)

Agora é pior, muito pior. É pior, porque ficou muito fácil. O sexo ficou muito fácil. Ninguém... Tem esse negócio aí, que é uma palavra agora, que é uma palavra americana, que chama ficar, é ficar, né? É uma palavra nem brasileira: Ficar! E aí tem essa coisa de doença aí, /.../ hoje tem milhares de doenças aí, entendeu? (RISOS) (Danilo, 65 anos)

Mas também você tem que entender que existe como evitar, preservar, cuidar, tratar, precisa só esclarecimento. Porque antigamente as jovens, nós éramos totalmente leigas, apesar de ter uma profissão, de estudar, nós éramos ignorantes de tudo. E hoje... Então essa desinformação gente, que cria esse tabu. E a gente está vivendo a época de que? Da tecnologia, da informática, então a gente tem que entrar nesse sistema, ou você entra ou você vai ficar em desuso. (Júlia, 72 anos)

(Olívia, 69 anos) Então você acha que tem que botar logo uma cama pra quando os namorados chegar: “a cama já está aqui! Você não vai pro motel não, você vai aqui porque a cama já está ali” (RISOS).

(Nádia, 79 anos) É, hoje a gente está falando, está explicando e eles nem estão aí. Minha mãe nem precisava me explicar nada que eu já sabia e hoje em dia você para botar uma coisa na cabeça deles, é muito difícil.

Pra mim não tem diferença [a criação dos filhos antigamente e hoje]. /.../ Mas eu já tenho um neto separado, com um filho de 4 anos, de seis anos e já está separado a mais de três. Isso eu acho horrível! Criar o filho sem a presença do pai. Mas hoje, hoje não, sempre foi natural, né? Porque na minha época também já tinha filhos criados sem pai, sem mãe, isso não é novidade, isso sempre existiu, sempre vai existir. (Tânia, 88 anos)

Eu digo que não. A criação não... Acredito eu que não houve influência do tempo. A criação depende de uma criação que já vem de antes, de uma família que passou pra outra, de uma família que observa outra. Porque eu, por exemplo, depois que comecei a visitar meu irmão. /.../ Eu morava no Rio e ele morava no interior e eu notei a diferença. /.../ era normal aquilo, eles chegavam “benção vô” “benção tio”. É coisa muito, muito interessante, hoje em dia lá no interior ainda existe muito disso, aqui não. (Otávio, 79 anos)

Observa-se, portanto, uma grande heterogeneidade na forma de conceber as mudanças na família, alguns consideram que elas não existiram, outras as percebem como positivas e outras como negativas. Possivelmente tamanha variabilidade se deva às

experiências de família que cada um vivenciou e vivencia na atualidade. Percebemos grande variação entre os participantes durante a discussão sobre como este grupo vive a família. A heterogeneidade nos posicionamentos também pode ser compreendida a partir da constatação da coexistência na atualidade de diferentes ideias de família pautadas em valores diferentes. Alguns idosos com maior abertura a mudança parecem ter atualizado seu repertório de valores e representações a partir de referenciais mais igualitários e individualistas, mais aceitos na atualidade. Enquanto outros parecem mais ligados à tradição e avaliam as transformações a partir de referenciais mais antigos que valorizam a unidade do grupo, as posições sociais e a hierarquia.

Um aspecto que todos concordam ter havido significativas mudanças é o lugar da mulher na sociedade e, conseqüentemente, na família. Os idosos destacam que a dependência financeira e a submissão ao homem diminuíram com entrada da mulher no mercado de trabalho. Como conseqüência, tem-se a possibilidade de separação, vista pela maioria como algo positivo. Mas, dois deles consideram esta prática nefasta para educação dos filhos. Assim como a ausência dos pais devido ao trabalho também é vista como causa de muitos problemas no desenvolvimento da criança e da sociedade.

Antigamente a mulher não trabalhava, vivia com o homem, apanhava. Ele fazia dela o que queria /.../ Com certeza, tem que trabalhar. Viver na dependência do homem não, porque se não der certo, cada um segue o seu caminho e a mulher tem condições de viver sem precisar do homem. (Olívia, 69 anos)

O homem também precisa ser independente, tem que ter estrutura, porque se separar, né? Agora criaram uma lei que pode ter pensão né? A mulher tem que dar pensão para o homem (RISO). (Geovana, 81 anos)

Eu acho que hoje, a mulher, nessa necessidade que ela tem da independência, de ser bem sucedida na vida, ela está protelando a maternidade, está chegando aos 35, 40 anos, porque quer se realizar primeiro profissionalmente. Aí eu acho que atrapalha tudo! A ausência da mãe dentro de casa é muito grande. Oito horas de serviço, 1 hora pra ir e 1 hora pra voltar, dá 10 horas. Como você paga pra alguém pra amar seu filho? É muito difícil, eu nunca ouvi dizer que isso funcione. As babás espancam os filhos, deixam de dar comida, botam de castigo... O pai também não quer nem saber. Então o filho se sente perdido, não tem pai, não tem mãe, não tem ninguém. (Júlia, 72 anos)

A forma como a infância é vivida também foi discutida como consequência negativa das transformações na família. Os idosos parecem assustados com o gosto das crianças pelos computadores e videogames e comparam os novos hábitos com a infância vivida por eles, relatada em tons nostálgicos.

A brincadeira hoje é computador. Antigamente a criança brincava, jogava, bola, brincava de pique-esconde, boi, roda. E hoje eles não querem nada disso, é computador. (Olívia, 69 anos)

Hoje as meninas de nove anos não estão brincando mais... (Nádia, 79 anos)

É tanto videogame que a pessoa quando sai dali, sai doido. Eu digo que é programa de... Deus me livre, nem apareça com isso aqui! Eu jogo no lixo! (Olívia, 69 anos)

Só brincam de computação ou estão na rua aprendendo o que não deve! (Nádia, 79 anos)

Mais uma vez encontramos avaliações das mudanças pautadas em diferentes referenciais. Enquanto um demonstra uma abertura maior a mudança e uma perspectiva mais igualitária, outra avaliação valoriza o modelo hierárquico de família, com seus lugares e papéis bem definidos. É de se esperar que os idosos apresentem maior resistência à mudança do que os outros grupos, até mesmo porque eles foram educados a partir de outros referenciais e em outro meio cultural. Para Figueira (1987) a crise seria proveniente da dissociação entre os valores com que as pessoas foram criadas e os que assimilaram posteriormente. Alguns deles parecem ter adotado novos valores e outros não. Mas, independente dos referenciais assumidos para avaliar as transformações, é importante destacar que a família construída por eles é a do passado e considerar as mudanças positivas seria, ao mesmo tempo, desvalorizar o próprio grupo em detrimento da valorização dos jovens ou adultos que estão construindo as novas famílias. Como Tajfel (1982) propõe, existiria uma tendência a valorização do endogrupo e a negatização do exogrupo. Então julgar a família atual como pior do que a do passado é uma forma de defesa identitária. Mais ainda, quando observamos que os grupos etários encontram-se imersos em jogos de poder na sociedade e que os idosos têm perdido respeito e influência, tornando-se uma minoria desvalorizada. Torna-se uma questão de sobrevivência

psicológica pensar que eles, os idosos, possuem exemplos para dar, coisas para ensinar, que o que construíram um dia é melhor do que se tem hoje e que, se os jovens os ouvissem mais e os valorizassem, possivelmente o mundo seria melhor. Os idosos também se deparam com um novo contexto cultural repleto de tecnologia que eles não conseguem absorver. Para se proteger psicologicamente deste processo de “ir ficando para trás”, eles acabam demonizando os computadores e jogos, considerando-os nocivos para a infância e oferecem a experiência deles com jogos e brincadeiras de rua, como um modelo de infância saudável.

5.6.4. Como uma família pensa a família?

No Grupo Família, os afetos e a segurança são os principais elementos definidores da família. Todos concordam com o valor dos afetos e este não é posto em oposição à consanguinidade.

Família é isso, é isso. É união...(Antônio, 88 anos, geração 1)

Sobretudo o amor, né? O amor... (Paula, 50 anos, geração 2)

Agora pra você confirmar, vai lá em casa. (Antônio, 88 anos, geração 1)

Eu acho que família assim, é um mesclado de amor, com raiva, com discussão, com companheirismo, é tudo. (Ana, 18 anos, geração 4)

Eu aprendi a confiar. (Paulo, 15 anos, geração 4)

Nós somos unidos. Nós somos unidos, não é Paulo? Eu fico querendo falar sozinho... (Antônio, 88 anos, geração 1)

A geração mais velha demonstra-se preocupada em afirmar a união e o amor, não só como elementos de definição da família em geral, mas daquela família especificamente e enfatizam sua fala buscando a confirmação dos mais jovens ou oferecendo a própria família como exemplo a ser observado. Mas, observa-se o movimento dos jovens de afirmar outros aspectos como o conflito ou a raiva e de desnaturalizar estes afetos, colocando-os como algo aprendido. O conflito foi um tema relacionado seis vezes, sendo trazido de forma camuflada a partir de piadas, ou abertamente declarada, sendo até percebido como algo positivo.

Se você quer falar de família, não casa. (RISOS) (Antônio, 88 anos, geração 1)

É uma dica...(Paulo, 50 anos)

...são coisas que acontecem 'pai e filho', isso aí, esses conflitos que, se eles não existissem a gente não colocava as coisas no eixo, né? (Flávia, 36 anos, geração 3)
A função do irmão, quando a gente tem irmão, é nos ensinar a conviver com outras pessoas, então quando a gente pega, tipo o meu irmão, que tem o jeito dele, ele ensina a gente a ter tolerância, ensina a gente...(Lívia, 25 anos, geração 3)
Você treina a sua tolerância com ele, né? (RISOS) (Paula, 50 anos, geração 2)

A segurança e o apoio que a família proporciona também são um aspecto bastante discutido no Grupo Família. O patriarca sabiamente inverte a questão sobre os amigos serem ou não considerados família e afirma que a família é que são os amigos em quem se confia de olhos fechados. Os outros participantes também ressaltam a segurança de ter o apoio da família nas horas mais difíceis. Já a questão do convívio nem seria citada se não fosse um comentário curto da única pessoa que não é membro de sangue da família, mas é casado com um dos membros.

Você não vê mais eles como filho, vê como amigo. (...) É os amigos que a gente pode ter toda a confiança, pode confiar... É os amigos. Vai com os olhos fechados que você sabe que eles estão...(Antônio, 88 anos, geração 1)

Família é o seguinte, assim bem... É você deixar a pessoa viver, lógico que eu acho que eu deixo, né? Assim, mas, ao mesmo tempo você tem que estar ali igual ao Paulo, o Paulo pra poder andar, ele tem um andador, né? Ele tem como é que se diz? (Rita, 54 anos, geração 2)

Um suporte. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Também eu acho que é isso mesmo. É um apoio que a gente tem, né? ... A família traz todo o ensinamento que a gente leva pra encarar o mundo, né? Então eu acho que a família é o apoio que a gente tem nas piores circunstâncias, quando a gente precisar é exatamente isso, a gente tem que recorrer à família. (Lívia, 25 anos, geração 3)

Mas eu acho que à família também pode acrescentar aquele do convívio diário. (Pedro, 45 anos, geração 2)

Por fim, com pouca frequência o grupo destacou a importância da família gerando a concordância de todos e o choro emocionado de alguns participantes. Observou-se, ainda, uma única expressão da dificuldade de definir a família. Expressão esta que logo foi seguida por um relato que enaltece a própria família.

Eu assim, família pra mim é a base de tudo. (Flávia, 36 anos, geração 3)

Ah não, minha família tu é doída, toda ela, independente, isso aí eu não vivo sem a minha família, e eles não tem o direito de viver sem mim. (Rita, 54 anos, geração 2)

Família é... é... eu nem sei! (RISOS) Mas graças a Deus a família toda, esse povo, seis filhos homens, seis filhas mulheres, nunca fui chamado na escola... (Antônio, 88 anos, geração 1)

Observamos neste grupo a dificuldade de definir a noção genérica de família sem que se faça referência à própria família. Esta é utilizada como exemplo de definições como o amor, a união, mas também o conflito. Seguindo os resultados encontrados na discussão sobre a vivência da família, o conflito emerge neste grupo via os jovens como algo próprio das relações familiares e ganha conotação positiva na medida em que é utilizado para demonstrar que aprendemos com a família a nos relacionar com os outros mundo a fora. Também chamou a atenção o consenso e as concordâncias expressas verbal ou gestualmente. Um reforça a fala do outro e reafirma os afetos e a confiança no grupo. O grupo acolheu, inclusive, a única fala que traz o convívio como elemento definidor.

As transformações na família foi um tema que permeou toda a discussão do grupo quando os participantes descreviam suas configurações, práticas e relações. Na medida em que estavam presentes pessoas de diferentes gerações, esta descrição demonstrava as mudanças que foram ocorrendo naquele universo familiar. No entanto, este grupo deu pouca ênfase à discussão das transformações na família de uma forma genérica. Um dos aspectos mais trabalhados deste tema foi a educação dos filhos. Os participantes se colocaram a comparar a educação das diferentes gerações e detectaram algumas mudanças. Nesta família, eles notam haver uma intercalada entre gerações de uma criação mais rígida e outra mais flexível.

Ah não, muito diferente [a criação de hoje]. (Rita, 54 anos, geração 2)

A criação hoje é muito diferente. (Antônio, 88 anos, geração 1)

O jeito que ela [Rita] criou a gente eu não crio a Ana igual. Eu sou mais rígida, ela sempre foi muito assim, minha mãe sempre foi assim ó “vocês, vocês sabem o que é certo então vocês vão, cuidem disso aqui”. Eu não, eu já sou mais protetora. /.../ porque realmente ela cuidou da gente sozinha, éramos quatro, então ela tinha que trabalhar, tinha dia que eu quase não via a minha mãe. Então isso com os meninos eu já /.../ Esse onde é que está, onde é que foi. E eu sou chata, ela sabe. Ela tem 18 anos, até hoje eu ponho ela de castigo. Se ela não me falar, se o celular tiver desligado, ela

tem hora pra chegar e isso eu não tive. Isso eu já trouxe pra mim. Porque eu acho isso assim, não é a melhor coisa, eu posso estar errando também, e ela pode na criação dos filhos dela ela tirar isso. Eu acho que é isso que acontece. O jeito é totalmente diferente, acho que a Paula deve ser de um jeito, criou os meninos diferente... (Flávia, 36 anos, geração 3)

Não, é. Os mais velhos eu acho que eu fui mais liberal com eles porque eu também criei os meus filhos mais velhos praticamente sozinha mesmo, eu separei, morei um tempo. Então o que eu sempre falei com eles, sempre conversei muito. (Paula, 50 anos, geração 2)

Pra ser do mundo, pra gente ser independente. (Lívia, 25 anos, geração 3)

É, eu não nego. Porque eu falava pra eles: “eu não vou estar aí pra resolver as coisas pra vocês, então vocês se viram. Se der alguma coisa errada eu estou aqui, e eu vou fazer tudo. Mas vocês têm que tentar”. (Paula, 50 anos, geração 2)

Como já discutimos em outras sessões deste capítulo compreendemos que a geração mais velha criou os filhos com certa rigidez e pautada em regras firmes. A geração seguinte já afirma ter criado os filhos com muita liberdade, as mulheres trabalhavam muito e não controlavam os filhos com regras rígidas. Estes filhos por sua vez demonstram que criam seus filhos, que são a geração mais nova presente no grupo, com mais rigidez do que foram educados. Inclusive um casal que possui filhos adultos e crianças afirma que os mais velhos foram criados mais soltos que os mais novos. Os participantes teorizam sobre as causas destas mudanças considerando três aspectos: o contexto socioeconômico em que se vive, a natureza evolutiva da espécie, e as mudanças individuais de postura. No que se refere à diversidade de contextos, assim como o grupo dos adultos, afirmou-se que devido à internet e ao acesso à informação, as crianças de hoje seriam mais inteligentes do que as de antigamente, que enfrentavam um grande isolamento e dificuldades de acesso até aos cuidados básicos de saúde. As causas evolutivas derivam da consideração de que é natural ir mudando com o tempo. Já a postura individual foi referida afirmando-se que cada um avalia como foi sua criação e tenta repetir alguns aspectos e modificar outros que julgue negativos.

No nosso tempo... O meio que nós fomos criados e que eu me criei. Lá, nós morava num lugar isolado, quando chovia acabou, né? A estrada de carro era a gente empurrando o ônibus que tinha, era estrada ruim, tudo ruim. Meus filhos, lá não tinha

recurso nenhum. Meus filhos todos tomaram tudo quanto era vacina, todos tomaram. lá em Belo Horizonte, comprava vacina, aplicava. (Antônio, 88 anos, geração 1)

Acho que a postura da gente também assim. Porque...(Paula, 50 anos, geração 2)

Evolução da espécie mesmo...(Pedro, 45 anos, geração 2)

Não, assim... O que eu acho: o que você acha que não foi legal, você tenta fazer diferente, o que você acha que foi legal, você tenta repetir. Então a vida inteira eu sempre procuro conversar muito com os meus filhos, até com os pequenos a gente senta, agora tipo o gênio deles, os mais velhos a gente sentava, conversava, /.../ E com os pequenos hoje eles já são assim “eu não quero saber lá, lá”, então eu acho até que o conflito com os filhos menores é bem maior, e assim também. Com eles era só eu. Então era eu que decidia, eu que fazia, então acho que eu tinha uma liberdade muito maior de encaminhar os assuntos porque hoje não, né? Então, eu acho que é o conflito também de toda família. (Paula, 50 anos, geração 2)

Acho que é um ciclo natural porque a quantidade de informação que a criança tem hoje de geração pra geração é muito maior. Por exemplo, o Gabriel e o Rafael, com 10 anos agora que eles estão, com 7 anos provavelmente eles tinham uma cabeça que eu não tinha com 12. A quantidade de informação hoje é muito grande, a internet quer queiram ou não, todas as crianças hoje já nascem grudadas na internet. Então você não tem como, você usa os exemplos que vieram de geração pra geração, mas você não tem como, acho que até se você tentar comparar e fazer vai ser um conflito tão grande, você não consegue...(Pedro, 45 anos, geração 2)

A constatação das mudanças nos remete à discussão que encontramos entre os adultos e os idosos sobre a questão da autonomia e a imposição dos limites na criação dos filhos. Os próprios adultos tentam compreender as causas dessa transformação e alguns optam por avaliar o contexto histórico e cultural. Os idosos assumem os valores de uma sociedade, onde mandavam grandes senhores e coronéis, em que o Brasil começava a se urbanizar e as famílias ainda constituíam grandes unidades de produção sob o comando austero do patriarca e olhos atentos da igreja. Eles educaram os filhos para ser dóceis, reconhecer e obedecer a autoridade e trabalharem pela família. Já os adultos viveram a adolescência nas décadas de 1960 e 1970, as famílias já tinham se tornado nucleares e urbanas, e o país vivia uma ditadura com movimentos de resistência. Estes adultos avaliaram a educação que receberam criticando a repressão e os castigos e acabaram adotando valores de liberdade, autonomia, respeito às diferenças e, já influenciados pela psicologia, criaram seus filhos “soltos” para aprenderem a “se virar” e com liberdade para ser o que quiserem. Estes

filhos, hoje adultos jovens, pesam as consequências pessoais desta liberdade sem limites e estão buscando encontrar aquilo que seria a boa medida entre incentivar a autonomia e transmitir as normas da cultura. É justamente a mesma preocupação que encontramos entre os adultos na discussão acima. É interessante que até a mesma pessoa educando os filhos em momentos diferentes reconhece ter modificado a sua postura nesta direção de buscar fornecer mais normas e limites para os mais novos. Biasoli-Alves, Caldana e Silva (1997) constataram que já em 1980 as mães passam a evitar repetir as ações das suas mães na criação dos filhos e torna-se quase unânime a procura de orientação científica, com base em livros, revistas ou conselhos de pediatras e psicólogos. O eixo desta mudança é a Psicologia Clínica, aliada a mudanças macrossociais como a influência da cultura norte-americana; o movimento feminista; a desvalorização do folclórico e a supervalorização do consumo. Como a modernidade implica a inexistência de regras explícitas e externas, fica a cargo de cada um decidir sua forma de agir na educação dos filhos coerentemente com suas crenças particulares.

Um fator que complexifica esta questão é o contexto atual em que as crianças se desenvolvem, em meio a computadores e jogos eletrônicos e expostos a uma quantidade de informação inimaginável no passado. Os adultos deste grupo parecem concordar com aquilo que foi discutido no grupo dos adultos sobre as crianças estarem se constituindo de forma diferente e se tornando mais ágeis e inteligentes e ao mesmo tempo mais desafiadoras. Como lidar com este contexto e filtrar toda essa informação parece ser um dos maiores desafios para os pais na atualidade.

5.7. Pensando sobre os grupos.

Observamos que jovens priorizaram discutir sobre como se dão as práticas e as relações no interior da família. Já os adultos focaram nas configurações e transformações da família ao longo do tempo. Os idosos deram maior ênfase às configurações e as práticas. Por fim, o grupo familiar e intrageracional discutiu com ênfase maior as relações interpessoais e as configurações. A distribuição das categorias nos grupos está descrita na Tabela 28:

Tabela 28: Frequência de unidades de contexto por categoria de análise em cada grupo focal

Categorias	Predominância de conteúdo			Predominância de processo		Total
	Configuração	Prática	Relação	Definição	Transformação	
G1- Jovens	11	52	65	31	11	170
G2-Adultos	37	15	12	28	35	127
G3- Idosos	26	24	20	19	16	105
G4- Família	28	31	77	23	08	167
Total	102	122	174	101	70	569
		398		171		

O Grupo 1 - Jovens priorizou a discussão das relações por seus membros estarem vivendo uma experiência de mudança em seu lugar social que implica conflitos nas relações familiares, principalmente com os pais. Estes conflitos foi o principal tema entre eles, além da descrição de suas rotinas. A família pode ser definida pelos jovens como um grupo que vive junto, unido por laços de afeto e que garante a segurança do apoio nas horas mais difíceis, apesar dos conflitos constantes. Estas relações não precisam ser de sangue, mas devem ser pautadas na igualdade e no respeito mútuo. O casamento não precisa ser para sempre e só tem sentido enquanto satisfizer pessoalmente cada um, mas eles julgam que atualmente as relações de gênero ainda são hierárquicas. Na relação entre gerações, os jovens valorizam o afeto, a ludicidade e a convivência, mas reconhecem a importância dos limites. Os conflitos se dão devido às diferenças de valores e opiniões e pelos pais interferirem muito na vida dos filhos. Os jovens encontram pouco com seus pais e irmãos e a família extensa é pouco lembrada devido à convivência escassa. Para eles, a família é uma instituição socialmente construída sob influência da igreja e vem passando por transformações positivas. Os jovens formaram um grupo coeso, que se esforçava para buscar consensos e que exercia sobre seus membros uma força na direção da conformidade às normas aceitas pelo grupo, sendo estas pautadas no ideal de família igualitário, no respeito às diferenças e na valorização da satisfação do indivíduo. No entanto, em algumas questões estas normas ainda convivem com outros referenciais mais tradicionais que os jovens tentam superar, mas deixam escapar em alguns momentos que ainda os adotam. Vale salientar que os jovens vivem um momento em que

começam a planejar o futuro e, a partir de seus próprios referenciais, tecem críticas ao presente e delinham como construiriam suas próprias famílias no futuro.

O Grupo 2- Adultos focou nas transformações na medida em que discutem e justificam os pontos em comum entre a família em que foram criados e a família que estão construindo hoje e se preocupam quanto as possíveis as consequências de suas escolhas e ações presentes. Por isso eles se dedicam a refletir sobre o que querem para seus filhos e como imaginam que eles construirão suas famílias. Os adultos pensam a família com base na consanguinidade, mas os afetos e a segurança do apoio também são itens importantes, bem como sua função de transmitir a tradição e a memória do grupo. Não há consenso se a consanguinidade garante essa segurança ou não e a família extensa é mais considerada que entre os jovens. Os adultos consideram que as relações familiares devem, e são, pautadas na igualdade e no diálogo. Os homens dividem as tarefas domésticas e são importantes na educação dos filhos. Para eles, a família vem mudando de forma positiva, pois passa a admitir uma pluralidade de arranjos e as relações estão mais afetivas e igualitárias. Mas alguns consideram o momento atual como um período difícil de transição, afirmam que a sociedade ainda demonstra muito preconceito com os novos arranjos e se preocupam com o atual enfraquecimento da função paterna, ou da capacidade dos pais de imporem limites e atuarem como figuras de autoridade para os filhos. Consideram que as crianças de hoje são mais inteligentes, mas discutem sobre a dificuldade de aceitar regras sociais. Observamos entre os adultos uma grande dificuldade em definir a família. Estes parecem regular um pouco menos suas falas pelos outros participantes e admitem a heterogeneidade mais facilmente. Possuem experiências mais diversas e se ancoram em universos simbólicos bastante variados, com valores mais arcaicos coexistindo com os mais modernos, o que gera dúvidas e indefinições.

O Grupo 3 - Idosos priorizou a descrição das configurações familiares e das práticas, numa discussão sobre a família menos analítica e mais descritiva. Para os idosos a família é definida pelo vínculo afetivo e pela segurança de ter um apoio nas horas de necessidade,

elementos estes que são assegurados pela consanguinidade. Os idosos focaram nas práticas do passado, descritas como rígidas e pautadas na autoridade dos pais, nos castigos físicos e nas diferenças entre o masculino e o feminino. Atualmente, destacam relações de muito afeto com os descendentes, mas alguns deixam transparecer o afastamento da família e as dificuldades de lidar com a educação dos filhos e enteados. As transformações na família se dão em direção a uma maior liberdade, o que é visto de forma positiva por uns e negativa por outros. O acesso à informação seria positivo, mas a ausência dos pais em casa devido ao trabalho, as drogas e a homossexualidade seriam problemas da atualidade. Outros consideram que não houve transformações importantes. A definição de família foi resumida à afirmação de sua beleza e importância, demonstrando certa dificuldade de refletir sobre a ideia genérica de família. Esta dificuldade ou recusa é influenciada pela desajustabilidade social e pelo lugar que o idoso ocupa atualmente na família e em nossa sociedade. Na heterogeneidade dos posicionamentos, percebemos coexistência de diferentes ideias de família pautadas em valores diferentes. Sem dúvida, os idosos são mais ligados à tradição e valorizam a unidade do grupo, as posições sociais e a hierarquia, mas alguns demonstram maior abertura a mudança e aderem também a referenciais mais igualitários.

O Grupo 4 - Família adentrou a fundo na discussão sobre suas relações. A família valoriza a consanguinidade, os afetos e a segurança decorrentes dela, enquanto o convívio não parece ser relevante na definição. Os focos principais foram nas relações entre gerações e entre o casal, as quais são descritas como permeada por conflitos, mas também pela união e solidariedade. Já as relações na família extensa são comentadas de forma positiva. A geração mais velha demonstra-se preocupada em afirmar a união e o amor, não só como elementos de definição da família em geral, mas daquela família especificamente. Enquanto os mais jovens expõem, além dos aspectos positivos, os conflitos e a raiva e desnaturalizam os afetos, lidando como algo aprendido. Observamos que o grupo se satisfaz em contar histórias e anunciar características de família que servem para demarcar uma identidade e informar a cada um de

seus membros quem são. As transformações não são entendidas como lineares, mas como intercaladas, sendo uma geração mais rígida seguida por outra mais liberal. O grupo buscava a homogeneidade e um reforçava sempre a fala do outro, deixando escapar discordâncias entre gerações em pontos específicos. É importante destacar que este era um grupo de auto relato, então se observou o movimento de falar de si como modo de garantir uma distinção positiva tal como proposto por Tajfel (1982), mas ao mesmo tempo, os participantes se abriram para uma avaliação honesta de suas experiências em família a partir da descrição de suas relações e práticas. Como consequência, eles não demonstraram muito interesse em discutir o conceito genérico de família e suas transformações sem que para isso fizessem referências a suas experiências pessoais e grupais.

No processo de construção da representação social da família, em alguns dos grupos, como o Grupo 1 - jovens e o Grupo 4 - família, percebemos uma pressão a conformidade e a busca da homogeneidade, na tentativa de produzir um discurso comum. Nestes grupos, fica mais evidenciado o processo coletivo de construção de sentidos, percebe-se o compartilhamento de metassistemas reguladores e dos processos grupais de autoregulação e de argumentação e negociação diante dos dissensos provocados pela influência das experiências pessoais de cada um e, no caso da família, pelo lugar social derivado da idade dos membros. Já no Grupo 3- idosos e no Grupo 2 – adultos observamos uma menor influência do interlocutor na produção do discurso pessoal e uma adesão a valores e universos simbólicos diferentes com variados níveis de tradicionalismo e abertura à mudança. Além da autoregulação exercida pelos grupos, e da preocupação com a defesa identitária, observamos as relações entre a família vivida e a família pensada. Esta relação se dá de forma dialética em um processo em que as representações sociais ajudam a definir as experiências na família, mas estas influenciam a construção das representações.

Estes processos nos ajudaram a compreender como as representações sociais são vividas, negociadas, comunicadas e reconstruídas por diferentes gerações. Percebemos o lugar

primordial do contexto neste processo, considerando tanto o contexto imediato de coleta de dados que permeia a produção do discurso, quando o contexto das experiências a partir do lugar social ocupado pelos participantes. A inserção social demarca a adesão a normas e valores adotados a partir de condições sócio históricas específicas, que influenciam a gênese das representações sociais da família.

Há nos grupos uma adesão cada vez maior ao ideal igualitário de família, que valoriza as idiosincrasias em detrimento das posições sociais, o indivíduo em detrimento do grupo, a liberdade pessoal em detrimento das normas sociais. Esta adesão parece maior entre os jovens e vai diminuindo com a idade. Os jovens e adultos se esforçam para admitir o livre direito de escolha de cada sujeito e considerar uma multiplicidade de possibilidades de formas de se constituir uma família num discurso ancorado nas ciências e nos direitos humanos. Mas estes valores coexistem com o ideal hierárquico de família que apresenta uma perspectiva mais tradicional ancorada no discurso religioso e na noção de ordem e progresso. Os jovens não são responsáveis pelas famílias atuais ou do passado, então eles se sentem mais livres para expor as contradições e fazer avaliações críticas da situação atual de modo a pensar o que fariam diferente no futuro. Já os adultos encontram-se em meio ao desmapeamento, pois foram educados a partir de referenciais bem distintos daqueles que adotaram posteriormente na educação de seus filhos. São eles os principais responsáveis pela mudança e se responsabilizam pela família atual, então avaliam como positivas as transformações que modelaram esta família, mas criticam a exacerbação de alguns princípios que podem gerar problemas futuros. Já os idosos formaram suas famílias no passado e foram educados com base em referenciais que eles sabem que atualmente não são bem aceitos. Para não exporem seus pontos de vista socialmente desvalorizados, eles se eximem de tecer análises pessoais e priorizam uma fala mais descritiva e menos posicional. Outra questão é a implicação emocional decorrente de sua desvalorização social. Os idosos quando crianças aprenderam que os velhos deveriam ser respeitados e valorizados. No entanto, eles se tornaram idosos

numa sociedade que valoriza a juventude e a inovação em detrimento da tradição, onde o velho se tornou uma figura de inferioridade e dependência no interior das famílias. Isto gera uma tentativa de distanciamento do objeto com vistas à proteção psicológica.

Esperamos que estes resultados tenham esclarecido sobre o conteúdo da representação da família, na medida em que mostramos o que pensa cada grupo sobre o objeto. Mas nosso maior objetivo foi compreender como e porque pensam as pessoas de diferentes gerações sobre a família. Para tanto, acessamos os processos, ou os mecanismos sociopsicológicos que governam a formação, a organização e a transformação do conteúdo da representação social da família.

6. ESTUDO 3 - A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA: UMA HISTÓRIA CONTADA PELA REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ

O Estudo 3, descrito neste capítulo, surgiu da necessidade atender a um dos objetivos desta tese: estudar a sociogênese das representações sociais da família, considerando a análise de suas transformações numa perspectiva temporal. Pretendemos, com este, ultrapassar o escopo dos dois trabalhos anteriormente relatados, os quais abordaram a questão do tempo a partir de discursos datados no presente, compondo uma abordagem genética resumida ao recurso à memória, a qual é impregnada pelos acontecimentos, valores e práticas atuais. Neste trabalho, visamos identificar as variações do conteúdo de uma representação social da família ao longo tempo por meio da análise de um discurso historicamente datado, cuja produção não tenha sido permeada por essas avaliações do presente. O Estudo 3 objetivou, portanto, compreender as transformações no conteúdo das representações sociais da família veiculadas pela Revista Família Cristã (RFC) nas últimas cinco décadas (1962- 2011) e inferir sobre o processo de gênese histórica desta representação social ao longo do tempo e no diálogo com as transformações macrossociais que implicam produções de novos discursos sobre o objeto.

A RFC foi escolhida por ser a única revista com mais de meio século de circulação, cuja temática e o público alvo são “a família brasileira”. Trata-se de um periódico publicado desde 1915 na Itália pela ordem dos Paulinos e, atualmente, é editada em 11 países do mundo. No Brasil, foi fundada em São Paulo no ano de 1934 pela Congregação das Irmãs Paulinas Comunicadoras do Evangelho como um meio de evangelização da família brasileira. Desde o início a RFC é uma publicação mensal, no seu primeiro ano iniciou com uma tiragem de 600 exemplares e tinha como público alvo as mulheres. Seus artigos eram escritos por normalistas e universitárias, alguns eram traduzidos da versão italiana e outros copiados de livros. A RFC trazia assuntos religiosos, com os mandamentos e a imagem dos santos como modelos a

serem seguidos; seu ponto de vista destacava antagonismos como Igreja-mundo, sacro-profano, alma-corpo (Puntel, 1984). Nesta época, a RFC oferecia um referencial preciso de como agir em relação aos filhos pautado numa moralidade religiosa, na autoridade do adulto, no controle e na punição e 90% os artigos tinham uma orientação tradicional baseada em valores éticos e religiosos (Caldana & Biasoli-Alves, 1993; Prandi, 1975). Já na década de 50 a RFC realizou mudanças em seu formato e deixou de ter como único público as mulheres. Atingiu 75 mil assinantes e começou a se afastar da influência da versão italiana e a construir suas próprias capas e matérias. A publicação proclamava uma rígida divisão de papéis entre os sexos, mas começava a abrir espaço para ideias emancipatórias femininas e para referências aos conhecimentos científicos, vindos principalmente da psicologia (Caldana & Biasoli-Alves, 1993; Santos, Caldana & Biasoli-Alves, 2001). Atualmente, o periódico ainda tem como seu principal público a mulher com filhos. Em números, o perfil do assinante publicado pela FC é o seguinte: a maioria dos assinantes (51,8%) vive no sudeste e no centro-oeste (20,2%); 49,8% pertencem classe B; a maioria (85,2%) possui mais de 37 anos, sendo 31,5% pessoas com idade entre 48 e 58 anos; 69% dos assinantes são mulheres e 69,6% são casados.

Este periódico se mostrou como um interessante documento a ser analisado, pois evidencia uma homogeneidade ao longo dos seus 78 anos, a qual é fundamental diante do objetivo de estudar as transformações em uma representação social considerando a variável tempo. Desde sua origem é dirigida pela mesma instituição, publicada mensalmente e se manteve fiel aos seus objetivos: a evangelização e a orientação de condutas no interior dos lares brasileiros. Atualmente, a publicação continua especializada nas “virtudes e problemas da família brasileira” e pretende colaborar para a educação, informação e formação dessas famílias. Vale destacar, no entanto, que com este estudo não se pretende afirmar que toda a população da época, ou até mesmo o quadro de leitores da revista, compartilham esta mesma representação. Como toda representação social se refere a um grupo social específico e recebe diferentes modulações devido a diferentes inserções sociais, este não se pretende um

estudo sobre as ideias correntes na sociedade ou na classe média de cada época, mas se resume a uma análise da RS da família veiculada por uma revista, produzida por um determinado grupo com objetivos específicos. Considerando que os dados dos estudos anteriores indicaram uma forte influência da ideologia cristã e dos princípios católicos na construção das RSs da família por diferentes grupos na atualidade e destacando ainda que durante séculos a grande maioria da população brasileira se considerava católica, torna-se interessante abordar um veículo de popularização deste discurso católico como meio de compreender como se deram suas transformações na busca por manter esta influência sobre o pensamento das pessoas e se colocar como um discurso formador de opiniões e representações.

Para compreender o processo por meio do qual a RS da família na RFC é gerada e se transforma no diálogo com diferentes grupos/discursos ao longo do tempo utilizaremos os estudos de Moscovici (2011/1979) sobre influência e mudança social. Estes estudos se contrapõem às teorias clássicas sobre a influência social as quais destacavam apenas o controle, a submissão e a conformidade social. De acordo com esta linha teórica – representada por teóricos como Sherif (1935), Asch (1951), Milgram (1983), entre outros – a noção de conformidade explicava o comportamento dos sujeitos pela necessidade de assegurar a inserção social e o desvio à norma era entendido como um fracasso neste processo. A influência, então, se dava de forma unilateral a partir das relações de dependência e o controle social, fundamentado na norma de objetividade, era mantido pela necessidade de reduzir incertezas e buscar o consenso. Esta norma pressupõe a necessidade do sujeito de comparar suas opiniões e juízos utilizando critérios de precisão e objetividade, de modo que a pressão ao consenso e à conformidade exige que as pessoas se comportem em função de uma realidade pública e explícita.

Com a construção da Teoria das Minorias Ativas, Moscovici (2011/1979) ampliou a compreensão do processo de influência, que permeia a gênese e transformação histórica de

uma representação. Nesta perspectiva, as representações e as normas sociais, que sintetizam o que é permitido ou proibido resultam de negociações passadas e presentes entre indivíduos e grupos, podendo, portanto, ser alteradas. A adesão às normas é variável e depende destas negociações. Esta dinâmica social pressupõe que, assim como o controle, a mudança social também é um dos objetivos da influência social e cada membro do grupo é fonte e receptor potencial de influência, podendo criar uma predisposição à mudança.

Nesta perspectiva, compreende-se que além da conformidade, na qual a maioria se identifica com a norma e visa eliminar o desvio ou o desviante, existem outras modalidades de influência, que são importantes para compreender o processo de sociogênese de uma representação social, como a normatização e a inovação. Na normatização, a influência recíproca e a necessidade de evitar o conflito levam seus membros ou grupos a fazer concessões mútuas e formular ou acolher compromissos ou normas aceitáveis por todos. Neste caso, não há maioria ou minoria, nem desvios, mas uma pluralidade de normas consideradas equivalentes. Já a inovação, que implica a mudança ou criação de novas atitudes ou representações, pode se dar quando os líderes impõem novos comportamentos aos seus adeptos, ou resultar da ação de uma minoria. Nesta última situação, “as minorias transformam as atitudes e as crenças particulares em comportamentos públicos, enquanto que as majorias empregam todas as suas energias tentando transformar os comportamentos e declarações públicas em atitudes e crenças particulares” (p.205). O potencial de inovação de uma minoria depende da capacidade de intensificar o conflito com a maioria a partir um projeto social que sustente sua ação. Caso contrário, o desvio se constitui apenas como transgressão e a minoria é considerada anômica, um grupo à margem da norma social que não possui um projeto e respostas próprias. Já as minorias nômicas são aquelas que fazem oposição consciente às normas majoritárias e possuem afirmações consistentes frente à mudança, provocando o conflito. A influência é associada à noção de conflito ou ausência de consenso na medida em que a inovação emerge do dissenso, o qual gera uma tensão que provoca a busca por um novo

consenso. Desta forma, a divergência entre juízos e comportamentos, ou entre comportamentos privados e públicos gera o conflito que predispõe à mudança (Moscovici, 2011/1979).

Além da norma de objetividade descrita acima, o processo de influência, e consequentemente a (re) construção de representações sociais pode se dar também em meio às normas de preferência e de originalidade. A norma de preferência permite a existência de opiniões pessoais mais ou menos desejáveis e os intercâmbios são organizados em função das realidades privadas dos indivíduos sem o juízo de veracidade proposto pela norma de objetividade. Na norma de originalidade se busca a construção de novos juízos por meio da seleção de opiniões em função de seu grau de novidade, permitindo assim as singularidades dos membros do grupo.

Concordando com esta perspectiva, Jovchelovitch (2004), afirma a necessidade de analisar o processo sócio-político e científico que acarreta a hierarquização dos saberes no processo de gênese da representação social. Desta forma, é importante tecer uma breve discussão a respeito dos saberes que estão em jogo no instrumento mediático a ser analisado. Como trabalharemos uma revista cristã, isto já delimita o universo simbólico de produção de sentidos sobre a família. Este universo, a Ideologia Cristã da Igreja Católica, no entanto, não pode ser simplificado como um discurso homogêneo e isolado das relações de influência descritas acima. É um saber que se encontra em relações de poder com outras formas de discursos, como o senso-comum e a ciência. Estas relações, imersas nos processos de influência recíproca e suas hierarquizações, são o foco da análise neste estudo. Diante deste recorte se faz necessário esclarecer teoricamente o conceito de Ideologia e sua relação com a teoria das Representações Sociais.

O termo ideologia ganha força a partir da tradição marxista. Marx o define como um sistema de ideias e representações que resulta da história das formações sociais e domina a consciência de um homem ou de um grupo. A ideologia seria uma construção imaginária,

ideias falsas construídas a partir das condições materiais de existência para subjugar toda uma classe operária (Althusser, 1985; Boudon, 1989). Tomaremos a perspectiva marxista de Althusser para explicar a formação e as funções sociais da ideologia.

Althusser (1985) parte de duas teses para explicar a Ideologia: 1)“A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com sua condição real de existência” (p.85). São concepções de mundo vividas como verdades, originadas em um pequeno grupo que explora o povo baseado numa representação falseada da realidade, imaginada por eles para subjugar a massa por meio da alienação. 2) A ideologia tem uma existência material, objetivada em cada um dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), instituições distintas e especializadas – religiosa; escolar; familiar; jurídica; política; sindical; de informação e cultural (esportes, artes, literatura) – que funcionam por meio da ideologia e da repressão atenuada, dissimulada ou simbólica. Sutilmente são tecidas combinações entre os AIEs e o Aparelho Repressivo de Estado – governo, administração, exército, tribunais – que funciona para manter e exercer o Poder de Estado de forma repressiva através da violência e assegurar as condições políticas do exercício dos primeiros. Afinal, não se pode deter de forma duradoura o Poder de Estado sem ter hegemonia sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). É desta forma que a reprodução das relações de produção é assegurada diariamente na consciência das pessoas (Althusser, 1985).

Vale salientar ainda que os AIEs não constroem e sustentam a ideologia de forma homogênea. Estes, além de serem meios, também podem ser lugares da luta de classes. “A ideologia dominante é o combate pela unificação e renovação de elementos ideológicos anteriores, disparatados e contraditórios, numa unidade conquistada na e pela luta de classes contra as formas anteriores e as novas tendências antagônicas” (Althusser, 1985, p.111).

Deparamo-nos, no entanto, com algumas contradições de caráter epistemológico entre este conceito de ideologia e a noção de influência subjacente à TRS. A perspectiva marxista considera a ideologia como um sistema de pensamento falso e o sujeito como um ser

subjugado a uma autoridade superior cuja única liberdade é aceitar livremente sua submissão (Althusser, 1985). Ambas as afirmações são incoerentes com a perspectiva psicossocial triangular que supõe um sujeito ativo numa relação de mútua construção da realidade social. Nesta perspectiva, não existe discurso verdadeiro ou falso sobre a realidade, mas toda relação do sujeito com um objeto é permeada por uma determinada inserção social que modula quaisquer discursos sobre quaisquer objetos. E, como descrito acima, o sujeito não é totalmente subjugado, mesmo que influenciado por ideologias, valores e crenças, ele tem um papel ativo e seletivo no processo de interpretação da realidade e, por meio de suas ações no mundo, ele constrói ou modifica esta realidade.

Geertz (1989) propõe a Teoria Extrínseca, que se aproxima mais da noção de influência previamente discutida. Para ele, o pensamento constitui e manipula sistemas simbólicos para que a realidade social possa ser compreendida. A percepção é, portanto, uma combinação na qual o objeto é identificado a partir de um modelo simbólico capaz de subordinar algo não familiar, tornando-o familiar. Os sistemas simbólicos, como as ideologias, são fontes extrínsecas de informações que padronizam mecanismos de compreensão, julgamento e manipulação do mundo e fornecem um gabarito para a organização dos processos sociais e psicológicos. As ideologias atuam principalmente quando as opiniões e regras de vida são colocadas em questão, tanto para reforçar as consagradas como para substituí-las. Elas surgem para dar sentido a situações sociais até então incompreensíveis e orientar a atuação dentro delas, daí emerge sua natureza figurativa e sua intensidade afetiva. As ideologias, então, servem como matriz para a criação da consciência coletiva. Diferente da ciência, a ideologia não busca testar sua veracidade e revela um compromisso com as situações nomeadas e com a moral, procura motivar e justificar a ação e defender crenças e valores.

Assim como as Representações Sociais, a Ideologia é uma modalidade de pensamento social que depende da cultura acumulada na história, possui um modo de existência social e

desempenha funções específicas na interpretação e na construção da realidade social, legitima relações e consolida práticas. De que modo, então, as representações se diferenciam e se relacionam com as ideologias?

Ambos são objetos distintos, mas intimamente relacionados. Ibáñez (1988) considera que enquanto as RSs se referem aos determinantes simbólicos, as ideologias abarcariam os determinantes socioestruturais e materiais. As RSs se referem sempre a um objeto particular e a agentes específicos. Não existem RSs genéricas e indiferenciadas quanto aos seus objetos e produtores. Já a Ideologia tem um caráter de generalidade que a assimila a um código interpretativo, um dispositivo gerador de juízos, percepções e atitudes afetando as produções da sociedade como um todo. As RSs atuam como textos na medida em que as Ideologias seriam os códigos que permitem produzir estes textos, interferindo na gênese das RSs. Mas esta relação causal não se dá de forma unidirecional, mas circular, pois as RSs podem modificar elementos ideológicos que contribuíram para sua própria formação.

É por meio do estudo do processo de influência e mudanças sociais, juntamente com a noção de ideologia, que vamos buscar as matrizes de produção da representação de família, ou seja, sua ancoragem, considerando não só o campo comum, como suas variações no tempo e no espaço social. É nesta perspectiva que visamos ascender em nossas análises ao nível societal, proposto por Doise (2002). Partiremos da definição de representação social proposta por Jovchelovitch (2011) como uma objetividade instável, um ponto móvel em um sistema de transformações derivado de relações intergrupais e interinstitucionais e dos processos de produção e renovação da cultura, para compreender a sociogênese da representação em questão.

Neste capítulo, abordaremos o Estudo 3 iniciando pelo delineamento metodológico adotado, no qual descreveremos a amostra documental e os procedimentos de coleta e análise de dados. Posteriormente apresentaremos os resultados obtidos juntamente com uma discussão teórica dos mesmos. Discutiremos cada categoria de análise e ao final teceremos

uma breve discussão sobre as relações entre estas categorias e o processo de sociogênese da representação em questão.

O método

6.1.1. Amostra documental e procedimentos de coleta

Foi selecionado um exemplar da RFC por semestre entre os anos 1962 e 2011, totalizando 100 exemplares analisados. A fim de evitar que discussões sazonais fossem tomadas como referência geral, os números da revista foram selecionados considerando meses diferentes a cada ano, de forma que foram analisados exemplares de todos os meses do ano distribuídas equitativamente. Como exemplo, selecionamos em 1962 os meses de janeiro e julho; em 1963, fevereiro e agosto; em 1964, março e setembro, esta sequência permanece até 2011. Em alguns casos, foi necessário trocar alguns meses por ausência de determinado exemplar nos arquivos pesquisados. Nestes casos, acontecia algo como: 1965 abril e setembro e 1966 março e outubro.

Cada exemplar foi lido na íntegra e foram selecionados os artigos com maior proximidade com o tema do estudo, os quais abordavam um dos seguintes assuntos:

- educação dos filhos;
- relacionamento entre marido e esposa, pais e filhos e com outros parentes;
- dados sociológicos e legais sobre a família e suas transformações;
- eventos, rituais e cursos envolvendo a formação da família;
- conselhos e reflexões sobre as funções e a importância da família;
- perguntas e depoimentos dos leitores aos temas acima e as respostas da revista a esta demanda contidas nas sessões Confie-me seus Problemas e Carta do mês.

Desta forma, selecionou-se em média 6,6 artigos por ano, totalizando 323 artigos e 656 páginas de texto transcrito. Todos estes artigos foram digitalizados, transformados em documento Word com ajuda do *software* Abby Finereader 11, corrigidos e formatados constituindo o corpus textual para análise. Os artigos analisados estavam distribuídos ao longo das décadas como demonstra a Tabela 29:

Tabela 29: Número de artigos analisados por década.

Períodos/décadas	Artigos
1962 a 1971	77
1972 a 1981	41
1982 a 1991	67
1992 a 2001	59
2002 a 2011	79
1962 a 2011	323

6.1.2. Procedimentos de Análise

A partir do *corpus* total preparado, foi realizada uma análise lexical com ajuda do *software* Alceste (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Texte*). O trabalho realizado pelo Alceste (Reinert, 1990) consiste em investigar a distribuição do vocabulário em um texto a partir de análises estatísticas sofisticadas, as quais possibilitam a organização do texto por meio de sua partição e agrupamento em classes. A ideia subjacente é que diferentes classes de palavras, representam diferentes formas de discurso sobre o tema estudado, as quais são organizadas em categorias de análise. Esta forma de análise é bastante útil por gerar informações estruturais sintéticas sobre longos textos em pouco tempo. Estas informações são posteriormente submetidas a um análise semântica realizada pelo pesquisador (Kronberger & Wagner, 2003).

O *corpus* textual analisado foi inserido no programa distribuído em Unidades de Contexto Inicial (UCI) delimitadas pela pesquisadora. Assim, cada artigo da revista analisado constitui uma UCI. Cada UCI foi acompanhada da codificação das variáveis consideradas no estudo: número do artigo, o mês, o ano e a década de publicação. A partir deste material, o *software* realiza a partição das UCIs em Unidades de Contexto Elementar (UCEs), que constituem segmentos ou recortes do texto com cerca de três linhas. Estas UCEs são

agrupadas e classificadas pelo programa que calcula as recorrências e os contextos desiguais a partir de agrupamentos linguísticos que se repetem. Estas UCEs são classificadas e organizados em Eixos compostos por Classes em função das frequências e das associações ou co-ocorrências das palavras, analisadas por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Esta CHD organiza os Eixos e suas respectivas classes no formato de um dendrograma que permite a visualização das relações entre as Classes e os Eixos e o percentil de cada classe no *corpus* analisado. O programa fornece ainda listas com as presenças e ausências significativas de palavras em cada Classe realizadas pelo cálculo do Qui-quadrado. Este cálculo também é realizado em relação às UCEs e às variáveis informadas pelo pesquisador, possibilitando a apreensão das estruturas de textos e das variáveis significativas ou típicas de cada classe. É por meio da análise destas palavras e recortes de texto que o pesquisador realiza uma apreensão semântica das ideias que definem cada classe. Outro procedimento realizado pelo Alceste é a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) que considera as relações entre as classes, palavras significativas e as variáveis fornecidas. Este tratamento é apresentado de forma espacial em um plano cartesiano que permite identificar as oposições e proximidades entre estes três elementos (Almeida, 2009; Ribeiro, 2005). Todos estes tratamentos de dados realizados pelo Alceste estão sintetizados na Figura 23 .

ETAPAS DE ANÁLISE DO ALCESTE	
1. Leitura do Texto e cálculo dos dicionários	<ul style="list-style-type: none"> a) Reformatação e divisão do texto em segmentos similares – UCE's; b) Pesquisa do vocabulário e agrupamento das ocorrências das palavras por meio das suas raízes (formas reduzidas); c) Criação do dicionário das formas reduzidas.
2. Cálculo das matrizes de dados e classificação das UCE's	<ul style="list-style-type: none"> a) Seleção das UCE's em função dos seus vocabulários e cálculo da matriz das formas reduzidas cruzadas com a UCE; b) Cálculo das matrizes de dados para a classificação Hierárquica Descendente; c) Classificação Hierárquica Descendente definitiva.
3. Descrição das classes de UCE's escolhidas	<ul style="list-style-type: none"> a) Definição das classes escolhidas; b) Descrição das classes; c) Análise Fatorial de Correspondência (AFC), gerando uma representação gráfica das relações entre as classes e as variáveis dispostas em um plano fatorial.
4. Cálculos complementares	<ul style="list-style-type: none"> a) Fornecimento das UCE's mais características de classe; b) Pesquisa de segmentos repetidos por classe; c) Construção de uma matriz de formas associadas a uma mesma classe, cruzando com as UCE's da referida classe; d) Eleição das palavras mais características de cada classe para a demonstração de um "index de contexto de ocorrência"; e) Exportação das UCE's para outros programas de informática.

Figura 23: Etapas de análise realizadas pelo *software* Alceste
Fonte: Ribeiro (2005)

De posse das informações estatísticas derivadas da análise lexical descrita acima, foi possível contextualizar e interpretar cada Classe de modo a apreender os sentidos dos discursos e as relações entre eles. Na sessão seguinte, encontra-se inicialmente a descrição e contextualização das Classes seguida de uma tentativa de apreensão teórica de seus conteúdos. Para facilitar a apreensão de seus sentidos, a partir das palavras típicas foram produzidos pequenos textos que sintetizam o discurso de cada Classe. Posteriormente, visando facilitar a compreensão sobre o processo de sociogênese da representação, foi apresentada uma análise mais geral a partir da AFC. A variável década de produção do artigo permitiu realizar uma análise das transformações do discurso ao longo do período pesquisado. Esta análise foi realizada com base na Abordagem Societal de Doise (2002), na medida em que

buscamos identificar as representações formadas e informadas no discurso da RFC como um todo, mas não deixamos de estudar as modulações desta representação em cada período histórico, visando compreender as ancoragens destas variações na história do Brasil, da Igreja e da revista e nos diversos saberes que se articulam para compor as páginas da RFC.

Resultados e discussão

As análises dos 323 artigos distribuídos ao longo de 50 anos gerou o recorte do *corpus* analisado em 02 grandes eixos, um deles subdividido em três classes e o outro em duas classes, totalizando 05 classes, conforme pode ser observado na Figura 24. Inicialmente descreveremos os 2 eixos com suas classes e, posteriormente, analisaremos as relações entre elas com o objetivo de compreendermos o processo de transformação do discurso.

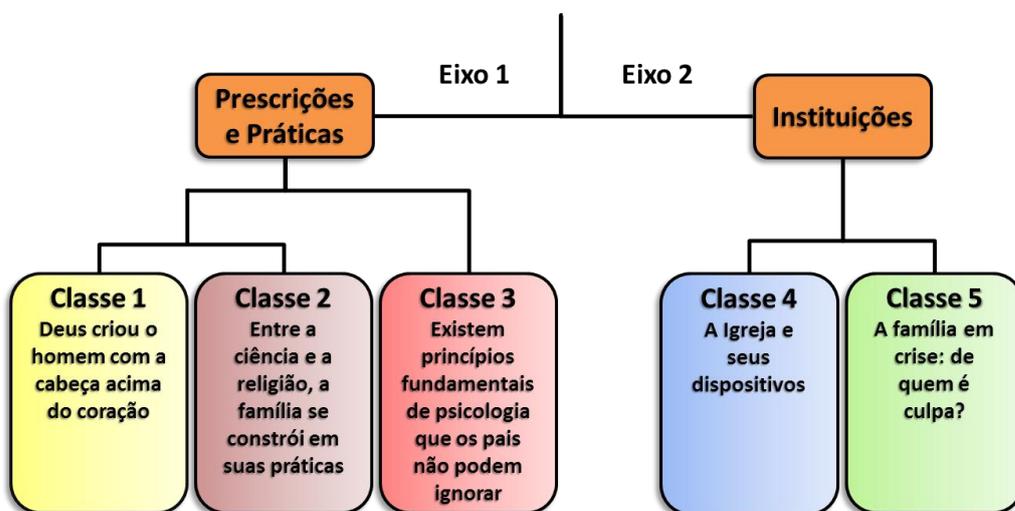


Figura 24: Classificação Hierárquica Descendente do corpus total e as 5 classes geradas

O Eixo 1 explica 63% da variância do total do *corpus* analisado e foi intitulado Q discurso sobre/da família: prescrições e práticas. Este Eixo foi dividido em três Classes. A Classe 1- *Deus criou o homem com a cabeça acima do coração* resume as prescrições da ideologia cristã sobre a família. A Classe 2 - *Entre a ciência e a religião, a família se constrói em suas*

práticas expressa o discurso da família sobre suas práticas. Por fim, a Classe 3 - *Existem princípios fundamentais de psicologia que os pais não podem ignorar se quiserem o bem de seus filhos* representa as prescrições da ciência, principalmente da psicologia, sobre a família.

O Eixo 2, que explica 37% da variância do *corpus* total analisado, foi intitulado As Instituições que (in)formam a família. Este eixo, por sua vez, divide-se em duas classes. A Classe 4 - *A Igreja e seus dispositivos de* refere à materialização da ideologia cristã nos dispositivos instituídos pela Igreja. Já a Classe 5 - *A família em crise: de quem é culpa?* reflete as transformações na instituição familiar que acarretariam a noção de crise e sua relação com várias instituições sociais.

6.2.1. Eixo 1/Classe1: Deus criou o homem com a cabeça acima do coração

Esta classe, que corresponde a 12% do *corpus* e 530 UCEs, refere-se às prescrições cristãs sobre a família, particularmente sobre a relação esposa-marido-família. Como se observa na Tabela 30, esta classe possui como palavras típicas: amor, Deus, coração, alma e oração. A ideia subjacente é que para se construir uma vida com amor mútuo, felicidade e paz, é preciso perdoar e agradar o marido, controlar os impulsos, os desejos e as emoções. A reza e a oração ajudam a manter Deus no coração para enfrentar, sem desânimo, o pecado da carne com sacrifício e renúncia. Deve-se enxugar as lágrimas e manter sempre a esperança e a alegria.

Tabela 30: Palavras e variáveis típicas da Classe 1 com Qui-quadrado e frequência.

Classe 1 Prescrições Cristãs		
Forme	khi2	Eff.
deus	195	136
amor	154	171
cor	134	58
esp	126	107
alm	113	30
orac	111	27
lagrima	94	18
alegr	91	36
perdo	88	12
renunci	81	19
felicidade	81	33
desanim	80	14
sacrific	60	19
Variable	khi2	Eff.
*dec_01	300	228

A mulher-mãe-esposa

A mulher-mãe-esposa, construída dentro dos preceitos religiosos-cristãos, pressupõe a renúncia do seu próprio prazer em nome do homem e da família. A maior, ou única realização desta mulher é o casamento, o qual deve ser construído com muita dedicação e renúncia, pois ela é a única responsável pela manutenção da união familiar. Estas ideias encontram ressonância nas UCEs abaixo:

Parecer-te-á impossível ter alcançado finalmente a tão suspirada felicidade /.../ seu corpo, seu modo de ser foram formados para essa missão/.../ todo homem deve convencer-se de que a mulher sobrepõe sempre a felicidade de outra pessoa, do marido, dos filhos e as vezes até dos amigos à sua (1962).

/.../ deve ela ser mais prudente, mais cautelosa com seu grande tesouro, a pureza e a honra (1963).

A mulher espera que seu marido lhe perdoe as pequenas tragédias, tais como uma refeição queimada, uma camisa sem botões; com essa delicadeza feita de sorrisos ela aprende melhor a lição do que se fosse uma cena lamentável (1970).

/.../ as grandes vozes femininas são sempre vozes caladas (1977).

Naturaliza-se a noção de que o homem e a mulher se completam em suas características e foram feitos para viver juntos, num ideal de amor romântico. No entanto, o amor entre o casal não deve ser permeado pela paixão carnal, fonte de desejos e prazer, deve ser um amor casto e submisso a Deus, feito de sacrifícios. Como o título da Classe propõe, a razão deve sempre estar acima dos desejos e emoções. Esta renúncia deve ser ensinada às próximas gerações por meio de uma educação que proteja a criança e os jovens dos nefastos costumes mundanos. As UCEs compõem um discurso prescritivo e normativo, servindo como uma espécie de receita para uma boa vida em família, com foco principalmente na relação do casal. Esta receita ancora-se nos preceitos religiosos do cristianismo e tem como destinatário privilegiado a mulher.

Não sabendo qual caminho tomar: um exige renúncias, lágrimas, sacrifícios; outro todo florido, sugere felicidades, mas tem algo que parece ofender ou magoar a Deus nosso senhor (1967).

Quem esqueceu a dimensão da fé, do sagrado, num encontro de homem e mulher entrou no bonde errado que rumou à paixão e ao prazer intenso, mas nem sempre levou ao amor ternura, ao encontro ágape de comunhão na alegria e na dor (1985).

A educação do amor numa família /.../ é o melhor meio para preservar os filhos da libertinagem, do pansexualismo dos nossos tempos. E, sobretudo, a melhor base sobre a qual possam vir a ser felizes no amor, felizes no casamento e fazer de suas famílias verdadeiras moradas da felicidade, onde o sexo é uma escada que leva a Deus (1999).

/.../ e vi nela meu outro eu, extensão de mim, ou eu extensão dela (2011).

Esta Classe possui como variável típica a década 1, que inclui os anos entre 1962 e 1971. Isto significa que, apesar de terem sido apresentadas UCEs provenientes de várias décadas, o discurso descrito foi produzido predominantemente na década de 1960. Este foi um momento de grande efervescência na Igreja Católica e um dos períodos de maior de tiragem da revista, chegando a 130 mil e de maior produção de artigos sobre a família (77). Como reação à crescente perda de fiéis no mundo todo, a Santa Sé realizou entre os anos 1962

e 1965 o Concílio Vaticano II, que objetivava desenvolver uma nova orientação pastoral, adaptando a Igreja à modernização do mundo ocidental, ao mesmo tempo em que se mantinha fiel a sua tradição. *Aggiornamento* é o termo que expressa este esforço de atualização que acarretou importantes mudanças: a missa passou a ser realizada em língua local, a Pastoral da Igreja passou a valorizar o apostolado dos leigos, houve a defesa da liberdade religiosa e incentivou-se a abertura aos progressos científicos.

O cenário mundial era afetado pelo movimento hippie, que se colocava contra o capitalismo e o militarismo e pregava um modo de vida anarquista e coletivista e o amor livre. O movimento feminista também se intensificava com a bandeira de igualdade legal e social e direitos sexuais, reprodutivos e trabalhistas, redimensionando o lugar da mulher na sociedade. No Brasil, iniciava-se a ditadura militar e o impulso do capitalismo com alianças internacionais gera o chamado milagre brasileiro. Há um aprofundamento das diferenças sociais, o êxodo rural e a intensificação de lutas sociais. Neste contexto, as reformas do Concílio foram rapidamente implementadas e a Igreja se divide política e ideologicamente. Quando os militares tomam o poder em 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publica seu apoio ao golpe. Apesar disso, um grupo de religiosos se opõe a ditadura e muitos eram aprisionados e torturados enquanto a hierarquia da Igreja se silenciava diante disso (Löwy¹, 1991; Santos, Caldana & Biasoli-Alves, 2001). Uma parte da Igreja passou a reconhecer os direitos humanos como referência ética, política e jurídica; desenvolveu maior sentido de comunidade e de justiça social e maiores relações de proximidade entre o clero e o povo (Azevedo 2003; Oliveira, 2010). Surge a “Igreja dos pobres” a partir de movimentos leigos e estudantis, nos bairros periféricos, nos sindicatos e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais se proliferaram, chegando a atrair três milhões de pessoas. Estes grupos ligados a uma diocese, que se reuniam para discutir a bíblia, começaram a assumir lutas sociais por

¹ Michael Löwy é um filósofo e sociólogo marxista, nascido em São Paulo em 1938 e radicado na França onde trabalha como diretor de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique. Löwy sempre foi militante de lutas sociais e organizações políticas de esquerda como as Ligas Camponesas, o MST, o PT e o PSOL.

melhor qualidade de vida, politizaram-se e aderiram aos partidos de classe e frentes revolucionárias, originando movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e o PT (Partido dos Trabalhadores) (Löwy, 1991).

Reforço da família nuclear moderna na evangelização

Apesar de toda esta efervescência até este momento, a RFC parece se manter alheia às discussões dos grupos mais progressistas e, assim como a CNBB recomendava, calava-se diante das questões sociais. Nota-se que nesta mesma década foi aprovado o Estatuto da mulher casada² e outras leis que mantiveram importantes diferenças de gênero, mas começaram a elevar o lugar da mulher na sociedade. No entanto, o periódico ainda parece vinculado à noção da mulher mãe devotada e esposa submissa ao marido. Até então, a Igreja era uma importante aliada do Estado e a ideologia cristã era o discurso com maior poder de influência nas famílias da classe média brasileira, por isso a RFC encontrava-se em franca ascensão nas vendas. O foco da RFC voltava-se, portanto, para uma evangelização de cunho espiritual e para a orientação de condutas práticas no interior dos lares, o que pode ser percebido pela lista das sessões mais lidas na época: Confia-me seu problema, Explicação do Evangelho, Utilidades práticas, Páginas da Bíblia, Carta do mês e Fotonovela (Puntel, 1984). A revista era um meio de propagação da ideologia tradicional cristã, semelhante àquela observada na Idade Média, mas com as transformações provenientes da Reforma Higienista ocorrida no Brasil do início do século XX. Este movimento possibilitou a construção de uma nova moral para a família moderna, pautada no amor entre o casal e adaptada a um novo sistema político-econômico e ao poder do Estado (Costa, 2004). Diferente da Idade Média, a família nuclear tornou-se, então, o lugar do amor entre cônjuges e cuidado da infância, sendo o lócus principal

² Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962 que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.

de reprodução das normas da Igreja e do Estado, como foi descrito nas sessões 1.3.1 e 1.3.2 desta tese.

Nesta Classe, observa-se o esforço da Igreja para propagar e legitimar o modelo da família nuclear cristã. A Igreja se coloca como importante Aparelho Ideológico que além de criar e propagar normas sobre a família, fiscaliza e repreende os desvios. Neste processo, ideias como o pecado e práticas como a confissão e a incitação da exclusão social dos desviantes eram propagadas pela instituição como meios de controle e vigilância da família (Althusser, 1985; Brown, 1989; Costa, 1994).

A ancoragem nas grandes Themata

Observa-se, neste momento, um discurso que se caracterizava pela manutenção de estereótipos: o pai racional, aberto a sociabilidade e provedor; a mãe, mulher frágil e sensível, esposa devotada, dominada pelo marido e responsável pela união familiar; o filho obediente e submisso ao pai. A polarização de ideias por meio de antagonismos também se faz presente nas UCEs analisadas: sexo x amor; feminino x masculino; pecado x renúncia. Considerando que as representações são sempre inscritas em referenciais de pensamento preexistentes e que a RFC tem como meta a propagação de uma Ideologia, estas polarizações nos remetem ao conceito de Themata.

Este conceito aborda o laço entre as visões globais que a sociedade estabelece para si própria e as representações particulares que estão inscritas nessas visões. O estudo das Themata permite identificar de onde vêm as ideias em torno das quais se formam as RS, considerando que os conhecimentos são elaborados e organizados em direção a temas comuns, que constituem a origem dos conhecimentos aceitos. As Themata, seriam, portanto, ideias primárias que governam nossos discursos e subjazem representações, sintetizando arquétipos, culturas e histórias e que constituem concepções profundamente arraigadas que informam nossas percepções. A análise desta Classe em conjunto com as posteriores, nos

permite deduzir que as oposições citadas focadas na RS de família encontram raízes em axiomas mais arcaicos fundantes da ideologia cristã: puro x impuro; sagrado x profano; emoção x razão. Estes elementos operam como núcleos semânticos, organizando os regimes discursivos. São temas integrados a partir da síntese de opostos, que emergem no discurso da RFC como aberturas e fechamentos para possibilidades de criação de sentidos sobre a família (Moscovici, 2003).

O discurso ideológico e a influencia na família

A Igreja Católica, enquanto uma instituição que formula um discurso ideológico que a sustente, volta-se para a família com o objetivo de propagar os dogmas, modelos e ideias provenientes dessa ideologia, a fim de exercer e alargar sua influência como guia orientador de condutas. Considerando a discussão tecida por Moscovici (2011/1979) a respeito da influência social, a hierarquia da Igreja se constitui como um grupo de controle, que busca a cristalização das normas e o exercício da força dominante. Sua influência é exercida com vistas a conformidade, por meio da vigilância permanente aos desvios e do estabelecimento de consenso pela submissão às normas. Neste caso, quando os desvios familiares privados são tornados públicos, a estratégia é particularizar estes comportamentos, evitando-se assim a emergência de conflitos que poderiam incitar mudanças das normas. Observa-se, então, na RFC comentários sobre situações desviantes e problemas comuns, tratados como casos particulares que merecem cuidados específicos. Desta forma, a Igreja reduz a casos particulares os movimentos de mudança que tomam força neste momento fora e dentro dela e reafirma seus princípios ainda com mais força. Por isso, a RFC se mantém ignorando as tensões que ameaçam a influência da Igreja sobre as famílias. Utiliza-se, portanto, a norma de objetividade na medida em que a pressão ao consenso faz com que as pessoas se comportem em função dos modelos propagados.

6.2.2. Eixo 1/Classe 2: Entre a ciência e a religião, a família se constrói em suas práticas.

A Classe 2 corresponde a 20% do *corpus* total, com 890 UCEs e, como se pode observar na Tabela 31, possui as seguintes palavras típicas: gosto, gente, acho, mãe e namoro. É um discurso que remete ao cotidiano vivido pela família e reflete a fala da própria família, o que pode ser deduzido pela grande frequência de verbos em primeira pessoa e a expressiva presença dos pronomes eu (Khi2= 367; f=260); minha (Khi2=279; f=167) e me (Khi2=255; f=174). Os sujeitos dessas falas são crianças, adolescentes e adultos, que relatam suas experiências, muitas vezes diversas dos padrões religiosos ou científicos. É um discurso bastante variado, com contribuições de matérias de diferentes décadas.

Tabela 31: Palavras típicas da Classe2 com Qui-quadrado e frequência.

Classe 2 Práticas da família		
Forme	khi2	Eff.
ano	202	271
gost	183	94
gente	170	112
ach	146	85
mae	141	245
cas	133	268
namor	126	93
cois	120	133
fic	112	128
tenh	102	99
mês	98	79
men	96	81
trabalh	94	127
Variable	khi2	Eff.

A rotina no lar e as relações familiares

As mães discutem a organização do tempo: como dividir seu dia entre o trabalho, a casa e os filhos. As jovens relatam sobre seus namoros e, juntamente com as crianças, tratam das relações com os pais. Fala-se também da relação com o dinheiro, como ganhar e como

gastar, e das relações com amigos, colegas e filhos. As UCEs evidenciam também a realidade dos pais que vivenciam a paternidade em situações adversas, que fogem às normas prescritas:

Divido meu tempo entre a casa e a escola. Casada há 5 anos tenho duas lindas crianças a quem dedico todo o meu amor. Como mãe e esposa, eu não divido o meu tempo: sou mãe e esposa 24 horas por dia. Como professora, trabalho no período na manhã (1982).

Tânia tinha um filho, Hebert, de 2 anos. O pai do garoto negou-se a assumir a paternidade e sequer chegou a conhecê-lo, pois morreu em um acidente logo depois do seu nascimento (1993).

Ninguém quer dar abrigo a um casal com filhos. Um bêbado ou um assaltante encontra mais solidariedade do que um pai de família (1995).

Sempre quis ser pai, pensava em ter um filho quando tivesse uns 20 anos, mas isso acabou acontecendo antes do previsto. Eu estava com 14 anos e a Luciane tinha 16, mesmo assim não entrei em desespero, ao contrário dela que ficou apavorada (2003).

Saí de casa e, com o tempo, virei um morador de rua. Perdi o contato com a minha família, minha ex-mulher se casou novamente. Ficava imaginando minha filha chamar outra pessoa de pai (2003).

As UCEs desta classe revelam a presença constante de conflitos na relação do casal. Estes relatos mostram que o namoro ou o casamento estão longe de ser aquele núcleo de harmonia e compreensão pregado pela Igreja. Os conflitos muitas vezes se dão pelo impasse entre as concepções do homem e da mulher sobre os lugares sociais do masculino e do feminino.

O problema é que ele me proíbe tudo. Não posso sair sozinha que ele faz aquele escândalo. Eu não o proíbo de nada, dou-lhe toda liberdade. Tenho medo de me casar com ele e piorar mais (1973).

Minha mulher não aceita meu auxílio. Ela acha incompleto o que eu faço. Chega até a dizer que sozinha faz mais depressa. Em resumo, pertence aquela categoria de mulheres que se lamentam da quantidade de trabalho e não sabem se fazer ajudar (1964).

Casamo-nos, sem nos conhecer. No tempo de namoro, a coisa era muito diferente, nunca brigamos. Parecíamos combinar em tudo/.../ tenho uma filha, me sinto muito insegura e dependente para enfrentar a vida sozinha (1983).

A relação entre pais e filhos também não parece ser fácil. Encontramos as declarações de amor dos filhos no dia das mães, os quais exaltam a renúncia como grande qualidade delas. No entanto, as UCEs sintetizam também o discurso dos filhos que evidencia as dificuldades na relação entre gerações, sejam elas atribuídas a características específicas dos pais, dos próprios filhos, ou a diferenças provenientes da vivência em momentos sociais distintos. Estes conflitos se fazem presentes especialmente no que se refere à autonomia dos filhos, como o momento da filha escolher suas relações e formar sua própria família. O jovem luta por liberdade de escolha enquanto os pais tentam impor sua autoridade numa relação muitas vezes sofrida:

Minha mãe é uma renúncia. Ela não vai ao cinema por causa de nós, não gasta nada com ela mesma por causa de nós, tudo está bom pra ela, chega a fingir que não gosta de uma coisa quando vê que a gente a quer (1977).

Não quero continuar no crime... Minha mãe, ela está sofrendo muito por minha causa e está precisando muito de mim em casa (1981).

Minha vida é um sufoco, pois mamãe vive brigando com meu pai e me maltrata muito, prefere meus outros irmãos a mim (1981).

Meu pai é muito bom, mas bebe demais e isso me deixa triste (1978).

É preciso coragem para cortar o cordão umbilical, soltá-los das mãos adultas, para que pensem com suas cabeças; caminhem com seus próprios pés; corram o risco de errar, sabendo que podem contar com ajuda, para se levantar das eventuais quedas e delas tirar lições (1984).

Basta que termine o namoro para imediatamente ouvir: você está louca, menina! Se não voltar para ele, vai ver o que é bom nesta casa. Não quero ter uma solteirona arrependida aqui. Prefiro que aconteça qualquer coisa comigo, do que ver você abandonada e sem casar (1974).

É uma pena que as filhas acabem confusas com tudo isso e talvez namorem, por despeito e por vingança, um rapaz de quem pensam que gostam; ou pelo menos gostam mais dele do que do candidato da mãe (1974).

A fala das crianças também revela uma realidade bem distinta daquele mundo cheio de fantasia e brincadeira, proposto pelos psicólogos na Classe seguinte e de controle e proteção proposto pela Igreja na Classe anterior. As crianças da vida real brincam, mas também trabalham, fazem filhos e são vítimas diretas ou indiretas da violência:

É divertido trabalhar na feira. Também gosto de brincar, de jogar bolinha de gude e de andar de bicicleta. Eu mesmo comprei minha bicicleta com meu dinheiro (1993).

Assim que puder, vou arrumar um emprego para ajudar meu pai na criação de Maria Eduarda (2000).

A polícia bate muito, que nem aconteceu quando levaram meu pai. Só que, nos filmes, os policiais são bonitos e os de verdade não são (1978).

Gosto de ver brigas na TV /.../ A briga ainda é melhor se tem bomba atômica, porque a bomba cai em cima do cara e estoura com ele na hora (1978).

Observa-se a existência de famílias com múltiplas formações e contextos de existência. Esta Classe revela que a família pode ser pai, mãe e filhos, mas também pode ser de infinitas outras formas e se construir em contextos bastante variados. A família pode ser lugar de amor e cuidado, mas também é um lugar privilegiado de conflitos, sofrimentos e instabilidade.

A Teologia da Libertação e sua influência na RFC

O período predominantemente encontrado nas UCEs da Classe 2 é a década 2 (1971 a 1982), ainda que estatisticamente não significativa. Neste período, os movimentos populares na Igreja ganham mais força e o regime militar intensifica a repressão brutal aos setores mais radicais, forçando a Instituição como um todo a reagir. Em 1970 Dom Paulo Evaristo Arns assume o prelado da arquidiocese de São Paulo, a CNBB se coloca oficialmente contra a ditadura e a Igreja se torna um símbolo de resistência, gerando uma dinâmica de conflito com o Estado. Contrariando o Vaticano, no Brasil, a Igreja passa a lutar contra o sistema capitalista, a desigualdade social e denuncia os casos de tortura e assassinato. Um papel chave nestas

mudanças foi desempenhado pelas equipes de especialistas leigos – economistas, sociólogos, urbanistas, advogados, teólogos – que trabalhavam para os bispos e levavam para a Igreja os últimos desenvolvimentos das ciências sociais. As ordens religiosas também desempenharam um papel de vanguarda na instituição, pois possuíam certa autonomia e eram menos submetidas ao controle do clero. Em 1971, este movimento acarretou o surgimento oficial da Teologia da Libertação datado pela publicação do livro de Gustavo Gutierrez que afirma que a redenção deve se realizar na construção do homem por ele mesmo na luta política e histórica. Assim, questiona-se o modelo vigente na Igreja de salvação individual com foco na alma e propõe-se a salvação comunitária com a libertação do povo (Löwy, 1991).

Todo este movimento acaba repercutindo de forma intensa nas páginas da RFC. A década de 1970 torna-se um período de profundas transformações na revista, que passou a ser impressa pela Editora Abril e ampliou sua equipe de redatores. As primeiras irmãs com curso de jornalismo assumem a direção e dão um caráter mais jornalístico às matérias, trazendo conteúdos da realidade brasileira e aproximando a publicação de uma revista de variedades. Seguindo diretrizes da CNBB, intensificou-se a abertura aos problemas sociais e buscou-se a formação de uma consciência política cristã, de modo que a evangelização passou a confundir-se com anúncio, denúncia e participação social (Puntel, 1984). Este fato explica a drástica queda no número de matérias voltadas para o tema da família nesta década, com a produção de 41 artigos quando no período anterior produzira 77.

Neste momento, o discurso sobre como agradar o marido e educar os filhos dá lugar aos problemas sociais e econômicos enfrentados no país. As matérias sobre a família passam a focar relatos pessoais, principalmente aqueles que evidenciam problemas sociais. Possivelmente isto explica o fato desta classe ter tido um foco tão grande nas famílias inseridas em contextos considerados adversos como a miséria, as drogas e a violência. Estas mudanças parecem repercutir positivamente no público e a RFC chega a uma tiragem de 205 mil. O periódico passa a propagar uma família mais igualitária, baseada no respeito à individualidade

do outro, mas mantém algumas restrições quanto ao lugar da mulher na sociedade (Prandi, 1975). O mesmo autor considera que neste mesmo período, as ciências ganham força e a psicologia se torna um importante discurso orientador de condutas na sociedade o que justifica o aumento do discurso psicológico na RFC. Nossos dados demandam cautela diante da afirmação de Prandi, já que apesar de evidenciar o início do uso da psicologia neste período, será na década seguinte que este movimento se intensificará.

As minorias ativas e o processo de inovação

Estas repercussões na revista e na postura da hierarquia da Igreja brasileira constituem um exemplo claro de mudança social a partir do processo de inovação provocado por uma minoria ativa, como descreve Moscovici (2011/1979). A RFC muda seu foco e seu discurso na medida em que a Igreja se vê influenciada por um grupo que inicialmente era ignorado ou até mesmo excluído por ser considerado uma minoria desviante. Neste caso, o grupo da Teologia da Libertação pode ser considerado uma minoria nômica por criticar conscientemente a maioria estabelecida no poder e defender uma agenda de luta de forma a desestabilizar as verdades compartilhadas por esta maioria, gerando o conflito, que por sua vez possibilita a mudança. A busca pelo consenso na Igreja Brasileira se deu de forma a acolher algumas mudanças na instituição, gerando a formulação de novas normas. Este processo de negociação envolve persuasão e concessões mútuas. Neste caso, a Igreja acolheu a luta pela igualdade social e se posicionou contra a violência praticada pela ditadura. No entanto, os grupos progressistas não adentraram em temas relativos ao universo do privado e aos valores referentes à ordenação da família. Uma crítica comum aos teólogos da libertação é justamente que eles ignoraram questões relevantes como: o divórcio, o aborto, a contracepção, o direito da mulher de dispor de seu corpo e o controle de natalidade. Considera-se que nestes pontos a Igreja progressista mantém ideias tradicionalistas retrógradas, próximas às do Vaticano (Löwy, 2001).

No que se refere ao discurso prescritivo da revista sobre a família, observamos poucas alterações em direção a relações mais igualitárias, mas atesta-se a ausência das questões supracitadas. No entanto, a real mudança se dá na medida em que, neste momento, a RFC evidencia a existência dessas famílias que se expõem num processo em que se evidencia a divergência entre juízos e comportamentos, e entre comportamentos privados e públicos, propiciando o conflito que predispõe às mudanças que observaremos nas Classes seguintes. Temos, então, a família imersa numa tensão entre, o que se pensa sobre a família e como se vive a família.

As práticas e as representações da família

Abric (2001) afirma que as representações e as práticas se engendram mutuamente, num sistema em que as representações precedem e informam as práticas e ao mesmo tempo as justificam e racionalizam. Este movimento de auto-regulação tem como consequência teórica a afirmação que qualquer contradição entre representações e práticas sociais leva necessariamente à transformação de uma ou de outra. No entanto, as representações da família incorporam fortemente prescrições tão arraigadas que se mantêm mesmo quando novas práticas se instalam. Desta forma, as RSs prescritivas exercem sua função de dar sentido à realidade social na medida em que fundamentam justificativas para estas novas práticas. As circunstâncias e a realidade das relações se impõem, mas a força dos discursos ideológicos e prescritivos também se mantêm e entre os discursos religiosos e científicos, encontramos a família que se constrói e se reinventa de acordo com suas possibilidades. Esse aspecto será abordado novamente e, após a apresentação das outras Classes, esperamos responder a este impasse teórico.

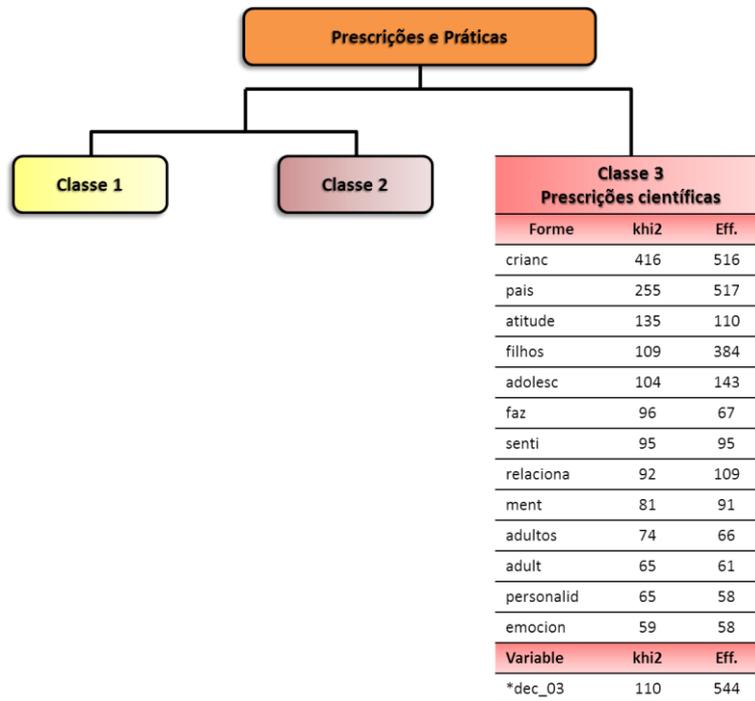
Nesta Classe, notamos que a família vai se construindo em meio aos múltiplos contextos adversos num esforço permanente para se adequar às normas prescritas. As pessoas escrevem para a revista buscando ajuda por se sentirem desviantes dos padrões e incapazes

de resolver seus problemas familiares sozinhas, numa tentativa de conciliar suas práticas possíveis com o modelo de família proposto pela RFC .

6.2.3. Eixo1/Classe 3: Existem princípios fundamentais de psicologia que os pais não podem ignorar se quiserem o bem de seus filhos

A Classe 3 congrega a maior porcentagem do corpus analisado (31%), o que corresponde a 1359 UCEs. Como pode ser visto na Tabela 32, algumas das palavras típicas são: criança; pais; atitude; filhos; adolescente. Apesar de também trazer um discurso prescritivo, o vocabulário da Classe 3 se diferencia nitidamente daquele da Classe 1, ao focar fundamentalmente as prescrições científicas sobre a família. A ideia veiculada é que os adultos precisam compreender a mente e a personalidade em desenvolvimento na infância para modelar suas atitudes e comportamentos no relacionamento com os filhos. Para que a criança se desenvolva em equilíbrio, aprenda a lidar com suas próprias emoções e se torne um adolescente com autonomia e capacidade para resolver seus conflitos, deve-se evitar cobranças demasiadas, mas os limites são muito importantes, assim como a expressão dos próprios sentimentos. Estes ensinamentos surgem da psicologia, que precisa ser buscada por todos aqueles que desejam ser bons pais.

Tabela 32: Palavras e variáveis típicas da Classe 3 com Qui-quadrado e frequência



A psicologia e o ser humano em desenvolvimento

Com este discurso propõe-se uma nova infância e, principalmente, adolescência, com características próprias de uma personalidade em desenvolvimento que precisa ser respeitada e cuidada para a construção de um adulto psicologicamente saudável. Evidencia-se a tentativa de convencer os pais de que estes não possuem conhecimentos suficientes a uma boa educação dos filhos, nem possuem poder absoluto sobre eles, sendo preciso recorrer à ciência dos psicólogos, pedagogos e médicos. As UCEs abaixo evidenciam que conhecimentos específicos, comportamentos exemplares e desprendimento afetivo sintetizam os esforços hercúleos que os pais precisam fazer para lutar contra um mundo externo que estaria sempre se opondo ao desenvolvimento saudável de seus filhos. Desta forma, caberia ao adulto controlar seu próprio comportamento de modo a servir de modelo e garantir a exata medida entre o respeito à autonomia e à liberdade e a imposição de limites e controles para evitar os malefícios da superproteção e possibilitar aos filhos buscarem um “equilíbrio psíquico” próprio.

Respeito à personalidade em crescimento e desenvolvimento da criança e imprescindível (1984).

Não se pode exigir da criança um comportamento equivalente ao do adulto, nem a sua compreensão e aceitação, cega e submissa, das ordens e caprichos dos mais velhos (1984).

Não podemos relegar a formação de nossos filhos apenas às informações do senso comum. Estamos lidando com pessoas e precisamos ajuda-las a desenvolver suas capacidades e seus sonhos na busca da felicidade (2008).

A criança está cada vez mais exposta a influências extrafamiliares, porém os relacionamentos com seus pais continuam sendo o fator mais importante na determinação da pessoa que ela será (1987).

A maneira de ser do adulto, de se relacionar e entender a criança, tanto pode fazer crescer como também machucar a nova consciência que desponta progressivamente (1983).

Impor autoritariamente aos filhos um determinado modo de ser não significa propriamente educar. Tal atitude, além de não ajudar, pode até prejudicar o desenvolvimento da personalidade da criança (1980).

Autonomia não significa permissividade. Apesar de livres, o jovem e o adolescente devem saber respeitar os limites dos pais e as regras de sua casa (1994).

A superproteção, em vez de auxiliar no processo de amadurecimento dos filhos - sejam crianças ou adolescentes - pode dificultar o exercício da autonomia (2006).

Observamos nas UCEs da Classe 1 que os desejos e as emoções deveriam ser reprimidas em função da moral e da razão. Já nesta Classe, as emoções e afetos são valorizados e devem ser expressos por todos na família, abrindo espaço para o conflito de gênero e de gerações. No entanto, os conflitos são naturalizados, os afetos das crianças devem ser gerenciados pelos pais e se propõe uma relação entre cônjuges mais igualitária e pautada no diálogo. Teoriza-se, também, sobre a importância do lugar do pai e os conflitos enfrentados pelos homens, que não possuíam este modelo de paternidade, e que por isso ainda têm internalizadas as rígidas distinções de gênero:

Os pais são bons educadores emocionais, quando capazes de perceber e compreender os sentimentos dos filhos, de tranquilizá-los e guiá-los através das emoções (1989).

Todo adolescente confronta os pais e teima contra as regras porque precisa buscar sua identidade e formar a sua personalidade (2006).

São as diferenças físicas, fisiológicas e até mesmo comportamentais. Tanto o pai como a mãe devem aceitar as funções próprias do sexo a que pertencem, evitando cuidadosamente de estabelecer confusões na mente infantil (1984).

Dos cônjuges, a liberdade mútua, o respeito pela criatividade e expressão emocional de cada um /.../ estabelecem os limites de uma convivência harmoniosa (1982).

O pai faz diferença. A presença física e emocional do pai na família é fundamental para o processo de socialização e formação da personalidade dos filhos (2009).

Os homens olham para trás em busca de alguma referência que lhes dê mais segurança quanto a atitude que devem adotar ao lidar com os filhos e o que veem é um modelo anacrônico, totalmente incompatível com o mundo contemporâneo (2003).

A cientificização da RFC no controle da família

Observa-se que nesta Classe, o controle exercido por meio da noção de pecado e temor a Deus passa a conviver com noções como patologia e trauma. Observa-se um deslocamento do foco de controle do meio externo e sobrenatural para o interior do indivíduo. O temor a Deus perde parte de sua força e passa a ser reforçado pelo temor à doença e ao trauma. O discurso científico é apropriado formando um sincretismo entre os preceitos da fé e os preceitos da ciência moderna, em um movimento semelhante àquele iniciado por S. Thomás de Aquino, ao efetuar o sincretismo entre a fé e a racionalidade aristotélica no século XIII, quando a decadência do sistema do feudal e o prenúncio da sociedade moderna começam a se configurar.

/.../todo conflito interior e tudo o que nos escraviza deve ser superado, buscando a solução para um problema interior que rouba a liberdade e a paz, e não nos martirizando por uma culpa que não existe (1979).

Existem mocinhas aparentemente liberais, que assumem posição de vanguarda em relação ao sexo. Mas depois, na realidade, vivem atormentadas pelo sentimento de culpa, pois esse tipo de comportamento que elas se permitem, entra em conflito com sua formação (1979).

O trauma tende a bloquear, a impedir a disponibilidade emocional que é a forma natural de mobilizarem-se as emoções (1988).

Este mesmo movimento foi teorizado por Foucault (1990), o qual considera que a partir do século XIX, a Igreja perdeu lugar para a medicina, a pedagogia e a psicologia, os quais criaram patologias a serem tratadas e pesquisadas. Desde então, normatiza-se a família via discurso da sexualidade e se educa os pais pelos filhos. Esse sistema de poder exigiria vigilância constante exercida nos exames médicos, psicológicos e nos relatórios pedagógicos. A ciência, subordinada aos imperativos morais, difundiria o medo dos males do corpo e da sociedade e se estabeleceria como um micropoder com o objetivo de disciplinar o corpo e controlar a população. Profissionais presos ao cientificismo acreditam na isenção política de suas práticas e utilizam o “mal estar” na família para adaptá-la aos valores político-ideológicos dominantes, despolitizando o cotidiano e o inscrevendo no intimismo psicológico. A psicologização seria, então, uma forma de poder que decorre do individualismo próprio da ideologia capitalista e reforça-o.

Enquanto o texto da Classe 1 voltava-se principalmente ao controle da mulher e esperava-se que ela exercesse o controle sobre os outros membros da família, este novo discurso amplia seus destinatários e visa exercer influência direta sobre homens e mulheres, adultos e crianças. Além de enfrentar sua culpa e seus conflitos psicológicos particulares, os pais assumem a responsabilidade de servir como modelo para as crianças e, a fim de evitar possíveis traumas, devem conhecer e controlar os comportamentos, os pensamentos e as emoções, próprias e dos filhos. Nesta estratégia sutil, a responsabilidade dada ao adulto garante o controle do comportamento infantil mediante constante vigilância dos pais, os quais devem ser orientados e também vigiados pelos especialistas.

Assim como o discurso da Classe 1, este também é um texto normativo e prescritivo de comportamentos e relações. A diferença é que os argumentos, antes baseados apenas na ideologia cristã, passam a se ancorar também em preceitos científicos, principalmente da

psicologia. A psicologia, assim como outras ciências, é uma instituição especializada que exerce o seu poder na medida em que possui o papel de explicar a realidade e definir regras por meio de seus modelos teóricos que acabam por especificar e prescrever ações, se constituindo como um conhecimento canônico e prescritivo. As RS, por sua vez, submetem os conhecimentos elaborados pelas ciências a um processo de ressignificação, visto que são negociados e recriados no bojo da cultura. Neste processo, as teorias psicológicas que se propõem a descrever a natureza humana e suas relações, quando são reapropriadas pela cultura, “acabam por conferir um *status* de realidade social aos processos que buscavam explicar e aos fatos sobre os quais se apoiaram para ‘comprovar’ a justeza de seus pressupostos” (Almeida & Santos, 2002, p.04). A família busca ser salva e ao mesmo tempo se tornar menos patológica, ela reza por perdão e salvação, ao mesmo tempo que busca orientação profissional para salvar seus membros de seus próprios malefícios.

Polifasia cognitiva: a religião se encontra com a ciência

Observamos neste movimento de “cientificização” da revista, assim como no processo descrito na classe anterior - em que as famílias se esforçam para se adequar a normas tanto científicas quanto religiosas, buscando ser salvas e se tornarem menos patológicas - a coexistência dinâmica de diferentes referências e modos de pensamento num mesmo indivíduo ou grupo. Esta combinação de saberes e modos de operar cognitivamente é constituinte do pensamento do senso-comum. Neste caso, observamos a referência ao pensamento mágico religioso e, ao mesmo tempo, ao pensamento científico na construção pela revista de uma representação científico-teológicas sobre a família. Este fenômeno, que Moscovici (2012/1961) denominou de Polifasia cognitiva, pressupõe que o mesmo sujeito ou grupo é capaz de aplicar registros lógicos variáveis, distintos e até mesmo aparentemente contraditórios, no processo de atribuição de sentidos sobre um objeto social. Moscovici sustenta que mesmo tendo dominado um alto nível intelectual, a pessoa não chega a uma

aplicação geral das suas ferramentas cognitivas porque a sociedade não exige isso. A aquisição de mecanismos intelectuais se faz em referência a uma realidade e a um conteúdo preciso e a qualidade de sua organização depende da atitude do sujeito frente ao objeto e é consequência da necessidade dos grupos de resolver problemas. A RFC parece conhecer intuitivamente este processo quando se utiliza de duas matrizes diferentes de pensamento - a religião e a ciência - na tentativa de exercer sua influência como filtro de compreensão da realidade e normatizadora de condutas.

A reação do Vaticano aos movimentos progressistas e seus reflexos na RFC

É importante destacar que a Classe 3 possui como variável típica a década 3, que vai de 1982 a 1991. Neste momento o Brasil vive um movimento de redemocratização que tem seu auge em 1988, quando foi promulgada a chamada Constituição Cidadã. O Brasil mergulha num período econômico difícil com grave inflação e escândalos políticos de corrupção. Nesta época se vê a americanização dos costumes com a exacerbação do consumo, principalmente de produtos e produções culturais norte-americanas que difundem pelo mundo o *american way of life*. O Vaticano pressiona a Igreja Brasileira visando reduzir as influências dos movimentos progressistas. Em 1981 Leonardo Boff foi condenado pelo Vaticano a um ano de silêncio, após publicar seu livro “Igreja, Carisma e Poder”, no qual denuncia o sistema autoritário, a intolerância, o dogmatismo, o culto à personalidade do Papa e o oportunismo da Igreja. Em 1984 a Teologia da Libertação foi considerada oficialmente uma heresia, mas a reação de setores importantes da Igreja no Brasil obrigou o Vaticano a “deixá-la seguir”. Apesar de manter a pressão sobre os bispos mais progressistas, a estratégia foi legitimar o movimento, espiritualizando seus temas e despojando-o de seu conteúdo social. Outra tática do Vaticano foi a nomeação sistemática de bispos conservadores, os quais iam destruindo ou enfraquecendo as estruturas pastorais dos predecessores. Desta forma, conseguiu-se um

abrandamento dos teólogos, a marginalização das correntes mais radicais e o reestabelecimento do controle sobre as conferências episcopais como a CNBB.

Esta reação do Núcleo conservador da Igreja e o conseqüente abrandamento dos movimentos sociais se refletem claramente na RFC. Apesar da Revista ainda manter uma certa abertura aos problemas políticos e sociais, os temas voltados para a família ganham um novo impulso e um novo formato. Como se pode observar na Tabela 29, o número de artigos voltados para este tema passam de 41 no período anterior para 67 neste momento.

Neste momento, a Igreja Católica já vivenciava a crise que vem se agravando nas últimas décadas e se evidencia pela diminuição da prática regular do catolicismo e proliferação dos que adotam a opção *believing without belonging*, além do desenvolvimento de novos movimentos religiosos e da indiferença religiosa. Enquanto a Igreja vem perdendo fiéis, a psicologia e a psicanálise despontam no Brasil. Percebemos, então, a colocação em prática da recomendação do Concílio Vaticano II de abrir a Igreja para o diálogo com a ciência. Analisando a história da Psicologia, Pereira e Neto (2003) concluem que a efetiva profissionalização da Psicologia só se inicia em 1975. A formação profissional do psicólogo começou em 1946; o curso superior de psicologia como é conhecido hoje se iniciou em 1957; em 1971 foram criados os primeiros Conselhos Federal e Regional de Psicologia; mas o primeiro Código de Ética só foi criado em 1975. Só a então, a psicologia passa a ter um conhecimento próprio, institucionalizado e reconhecido socialmente. Nos anos seguintes, a psicologia e a psicanálise se tornam um sinal de *status* e penetram a vida das pessoas por meio de revistas, programas de TV e livros; há um aumento no número de faculdades e de profissionais, acompanhando a demanda da população e expressando certo modismo da época. Era de se esperar que a RFC, no bojo deste movimento, utilizasse o discurso psicológico como meio de manter os leitores e continuar difundindo suas ideias. Estes dados são corroborados por Caldana e Biasoli-Alves (1993), ao afirmarem que na década de 1980 o discurso psicológico ganha ênfase e, com ele, o

foco no sujeito individual e na saúde emocional fundamentada numa moralidade individualista e hedonista.

O processo de normatização e a influência da psicologia na RFC

Esta apropriação da psicologia por uma revista cristã, assim como todo o processo de *aggiornamento* pelo qual Igreja Católica passava nesta época em que seu poder de influência se encontrava em decadência e a ciência em ascendência, ilustram o processo de normatização descrito por Moscovici (2011/1979). Esta define uma forma de influência recíproca em que são feitas concessões mútuas com vistas a evitar o conflito em situações em que não há minorias ou majorias, mas uma pluralidade de normas aceitáveis. Na sociedade da época, estava em pauta a multiplicação nas normas fundada em diferentes formas de conhecimento valorizados e aceitos. A Igreja percebe que para se manter como um conhecimento normatizador e influente ela precisava se aliar à psicologia ascendente na época e utilizá-la de modo a confirmar e justificar seus princípios. A estratégia é, então, convidar os psicólogos a preencher as páginas com discursos científicos, mas estes acabam por reestruturar o discurso original da psicologia, criando o que podemos chamar de uma psicologia católica ou catolicismo psicológico. Assim, a Igreja se apropria do conhecimento psicológico e o ressignifica de modo a adaptá-lo a seus princípios ao mesmo tempo em que faz concessões e reestrutura alguns aspectos destes princípios para adaptá-los aos novos saberes mais valorizados socialmente. Esta estratégia de negociação asfixia alguns aspectos das teorias psicológicas que gerariam conflito ao passo que poderiam acirrar ainda mais o movimento de perda de influência da Igreja e torna seu discurso mais aceitável para a sociedade cientificista da época. Este processo marca, ainda, a reaproximação da Igreja com o estado, pois contribui com a despolitização na medida em que foca todos os problemas no sujeito individual, alimentando uma moralidade individualista.

A modernização do discurso e as mesmas Themata

Retomamos aqui o conceito de Themata, descrito anteriormente, para compreender que por trás de toda esta reestruturação do discurso sobre a família na revista, a RS veiculada flui em direção a um núcleo semântico. Uma estrutura que se repete permanentemente (ideias com *status* de axiomas), motiva e fundamenta as mudanças de discurso, servindo como princípio organizador da representação em questão. Assim os temas atravessam os discursos e são deslocados em diferentes momentos, sendo preservados como fontes de novos sentidos. Neste caso, as oposições descritas na Classe 1 – sexo x amor; feminino x masculino; pecado x renúncia – são substituídas por outras fundamentadas no vocabulário próprio das ciências psi que introduz conceitos como personalidade, trauma e desenvolvimento: saúde x doença; normal x patológico; autonomia x dependência; controle x liberdade; maturidade x imaturidade. Este processo de renovação no discurso pressupõe a colocação em cena do mesmo jogo de Themata fundamentais ao pensamento cristão e que visam a distinção entre o certo e errado: puro x impuro; sagrado x profano; emoção x razão. Assim, o discurso da ciência é apropriado e ressignificado pela Igreja a partir da matriz simbólica da ideologia cristã para ser usado de modo a propagar esta mesma ideologia.

A modernização do discurso é utilizada como forma de manter seu conteúdo tradicional. Isto pode ser observado quando percebemos, em meio a todo este processo de abertura da Igreja, nesta mesma década de 1980, que o Papa João Paulo II restaura a doutrina tradicional no que se refere a moral sexual familiar. Na Exortação Apostólica sobre a família *Familiaris Consortio*, ele afirma que a família é base de todas as virtudes e o espaço fundamental da regulação moral da sociedade e condena o divórcio, a união livre, o casamento por experiência e as práticas homossexuais (João Paulo PP. II, 1981). Ao receber cientistas em 1983, o mesmo papa qualifica a contracepção e o aborto como “dois frutos de uma mesma planta” e reafirma que o ser humano surge desde a fecundação do óvulo e o aborto

representa um assassinato. Condena, também, a procriação artificial, as manipulações genéticas, a clonagem e o uso de embriões (Azevedo, 2003).

6.2.4. Eixo 2/Classe 4: A Igreja e seus dispositivos

A Classe 4, que se refere à instituição Igreja, suas práticas e suas normas, corresponde a 12% do corpus com 523 UCEs e possui as seguintes palavras típicas: Igreja, Católica, pastoral, Cristo, bispo, paróquia (observar Tabela 33). Como todo discurso ideológico é materializado num Aparelho Ideológico, ou numa instituição que o propaga e o constrói (Althusser, 1985), esta classe descreve justamente o aparelho ideológico Igreja e seus dispositivos, como os rituais de seus sacramentos (eucaristia, batismo, e matrimônio), a missa e as leis (cartas, encíclicas, documentos) que servem para objetivar, difundir e controlar o discurso ideológico cristão sobre a família e exercer o controle sobre suas práticas.

Tabela 33: Palavras e variáveis típicas da Classe 4 com Qui-quadrado e frequência.

Classe 4 Dispositivos da Igreja		
Forme	khi2	Eff.
igreja	758	183
pastor	443	88
catol	328	68
cris	316	106
bispo	296	46
paroqui	212	45
matrimoni	200	67
celebr	170	33
sacramen	158	37
jesus	154	43
religi	142	62
noivos	138	30
equip	137	34
Variable	khi2	Eff.
*dec_04	88	165

A Igreja, seus rituais e documentos

O texto afirma uma supremacia da lei da Igreja, que transcenderia a lei dos homens. Constatamos, no entanto, que esta lei fundamentaria uma multiplicidade de códigos que são, em certa medida, permeáveis às transformações sociais e que, para não caducarem, vão aos poucos modificando-se e renovando-se para garantir a sobrevivência da instituição. As UCEs referem-se a uma série de documentos religiosos reguladores das situações familiares, os quais buscam propor uma divisão clara entre o certo e o errado e orientar as práticas da Igreja.

A campanha antidivorcista, na verdade, foi assumida pelas autoridades da Igreja como uma santa cruzada... Ao povo, pediu que orasse e que fizesse apelos junto aos deputados e senadores, pressionando-os a votarem contra a emenda ao artigo 175 da constituição... A conferência dos bispos prometeu rever a praxe de casamento religioso com efeito civil e da exigência do casamento civil como condição para o religioso (1979).

O documento, que terá o valor de uma Encíclica, será uma resposta de João Paulo II as preocupações demonstradas pelos cardeais /.../ eles pediram ao papa para reafirmar o valor da vida humana e sua intangibilidade através de um documento, numa referencia clara as atuais circunstancias e aos atentados que hoje ameaçam a vida (1990).

Aos dirigentes públicos e pastorais, o Papa sugere a organização de iniciativas educativas. Considerando a importância da família para a sociedade, João Paulo II termina sua mensagem lembrando que a TV pode colaborar muito com essa instituição ao promover o espírito de comunhão entre seus membros (1994).

A Instituição organiza encontros internacionais que parecem servir ao mesmo tempo para difundir os preceitos da Igreja sobre a família, mas também para discuti-los e adaptá-los à luz das mudanças sociais. Num âmbito mais local, as discussões, as práticas da Igreja e a consequente difusão do ideário católico se dão em torno dos grupos de trabalho, pastorais e equipes, que são compostos por membros da comunidade e algumas vezes coordenados pelos sacerdotes. Estes grupos, além de se comprometerem a viver de acordo com os princípios da Igreja, assumem a tarefa de difundi-los e atrair fiéis por meio de espaços institucionais de

pregação: encontro de casais, cursos de formação e catequese para crianças e para noivos, obras de caridade, eventos esporádicos, entre outros:

O primeiro encontro ocorreu em 1994, na cidade de Roma, na Itália, com o tema A família, Coração da Igreja e da Humanidade. A cidade do Rio de Janeiro sediou o segundo evento, em 1997, cujo tema foi A família, Dom e Compromisso, Esperança para a Humanidade. /.../ Enfim, o último EMF foi realizado em Valência, na Espanha, em 2006, com o tema A Transmissão da Fé na Família. Ao atenderem ao convite do papa, representantes dos cinco continentes participam de um encontro de unidade, em que milhares de famílias se reúnem para compartilhar, dialogar, rezar. (2009).

A leitura da bíblia e dos evangelhos introjeta dentro de cada pessoa os ensinamentos de Deus e mostra qual é a vontade dele em relação ao casal: participação comunitária. O engajamento na paróquia, na comunidade, em algum movimento ou numa pastoral enriquece a vida conjugal (1997).

Uma pastoral pré-matrimonial, a preocupação com a educação do amor, a revisão e a revalorização dos encontros de noivos foram algumas das opções encontradas pelo bispo de Sorocaba para enfrentar o problema. (1979).

Atendendo a esse apelo, o frei José Leonel Vieira, vigário da Igreja de Santa Ana, organizou encontros para as famílias reconstituídas da paróquia (1996).

Além de todo este movimento voltado especificamente para a regulamentação, acolhimento e controle das famílias na Igreja, os sacramentos e grandes rituais católicos também são importantes para a manutenção da ideologia e se voltam para o controle da família ao incidir em seus principais momentos de transformação. A maior parte das UCEs que tratam dos sacramentos se referem ao matrimônio, destacando a regulamentação do casamento pela Igreja, discutindo a cerimônia, a liberação da virgindade, a monogamia e a indissolubilidade.

Assim é no batismo, feito no espírito e no fogo. Assim é na eucaristia, que celebramos em memória da morte, ressurreição e ascensão do senhor. Assim é também no matrimônio. Nele, o senhor Jesus se torna o amigo presente ao lado dos noivos e lhes comunica sua graça de amor, fidelidade e perseverança, até que a morte os separe como dizia a liturgia (1992).

As exéquias eclesásticas constituem o culto no qual a igreja suplica para os falecidos o auxílio espiritual, honra seus corpos e dá consolo e esperança aos vivos (1994).

/.../ monogamia e indissolubilidade. Se um dos cônjuges excluir algum desses elementos, o matrimônio será invalidado, como, aliás, é inválido todo matrimônio contraído com exclusão explícita de alguma finalidade ou propriedade do casamento (1970).

Mas algumas das sanções prometidas por D. Aloísio Lorscheider foram aplicadas pela CNBB: os divorciados que contraírem nova união civil não poderão receber a eucaristia, nem ser padrinhos de batismo, crisma ou matrimônio religioso (1979).

No tocante aos chamados casamentos mistos, a igreja pede ao nubente cristão, a que se comprometa por escrito a educar os filhos na fé católica e que comunique este seu compromisso ao nubente não católico (1978).

O processo de influência social: entre a conformação e a inovação

As tensões entre Igreja, Estado e Ciência, entre as chamadas “Leis de Deus” e “Lei dos Homens” se fazem presentes no discurso da RFC. Nesse jogo de forças em constante transformação, a Igreja lança suas estratégias para não perder os fiéis e manter sua influência. Uma destas estratégias para alcançar o controle, a submissão e a conformidade social é evidenciada nesta Classe. Ao negar a natureza negociada e flexível de suas normas, afirmando-as como provenientes do divino e, portanto, não passíveis de questionamento pelos homens, a Igreja opera oferecendo os critérios precisos e objetivos para influenciar os sujeitos. Exerce, portanto, a pressão para o consenso por meio da norma de objetividade que constitui o fornecimento de um modelo ou norma com os quais o sujeito vai comparar suas opiniões e juízos utilizando critérios de precisão e objetividade, de modo a comportar-se em função deste modelo de realidade, atingindo-se, assim, a conformidade (Moscovici, 2011/1979). No entanto, algumas vezes esta estratégia não é suficiente para manter os desvios à margem, e, como no caso do divórcio, observa-se o processo de inovação. Inicialmente a Igreja convoca os fiéis para uma empreitada de luta contra o divórcio. No entanto, quando ela observa que este “desvio” toma maiores proporções, resolve acolher os divorciados e as famílias reconstituídas, promovendo encontros específicos para elas.

A RFC na luta para propagar a ideologia da Igreja e a atrair fiéis

Esta Classe tem a década 4 (1992 a 2001) como variável típica. Neste período, o país começa a se estabilizar economicamente por meio do Plano Econômico Real e volta a crescer. Na Igreja, o processo de substituição das lideranças eclesiais por Bispos mais conservadores e as outras estratégias adotadas na década anterior surtiram grande efeito e se observou o esvaziamento dos movimentos progressistas dentro da instituição. O discurso da RFC segue este movimento; afinal, como já foi observado em outros períodos, este é um periódico que se molda as determinações hegemônicas da Igreja no Brasil. A RFC continua, então, usando o discurso científico com a função de reafirmar a ideologia cristã e de reforçar a Instituição Igreja e suas práticas. Alguns estudos sobre a revista indicam que nos anos 1990 o ideal de homem cristão voltado para projetos sociais continua se enfraquecendo e a ênfase na psicologia e psicanálise continua alimentando ideais individualistas (Santos, Caldana & Biasoli-Alves, 2001). Mas, nesta década, o principal foco da revista não é convencer os fiéis da ideologia cristã, mas atraí-los para o interior da instituição Igreja, fazer com que eles compartilhem suas práticas e conheçam suas leis, pois a difusão da ideologia depende da existência de um aparelho material que a sustente.

Observamos, portanto, uma reaproximação do texto da RFC com a Instituição do Vaticano e uma tentativa de valorização da ideologia cristã por meio do reforço da incitação de uma participação mais efetiva e ativa dos leigos nos rituais e outras práticas da Igreja. Este movimento, somado à perda de fiéis e de influência que a Igreja vem enfrentando, acarreta um forte declínio no consumo da RFC, passando de 217 mil assinantes em 1980 a uma tiragem média de 165 mil exemplares na década de 1990.

Considerando que a ideologia tem uma existência material, objetivada em seus AIEs (Althusser, 1985), o que observamos nesta Classe é exatamente a existência material da ideologia cristã. As práticas se inscrevem no seio da existência material de um AIE, que promove por meio de seus dispositivos o conceitual ideológico que orienta o comportamento

material dos indivíduos em diversos contextos. Assim, a maioria dos sujeitos caminha por si mesmo entregue à ideologia e se insere nas práticas governadas pelos rituais dos AIEs (Althusser, 1985). Esta Classe, então, revela quais são os mecanismos do Aparelho Igreja para construir, adaptar e divulgar sua ideologia de forma a manter-se exercendo influência sobre os pensamentos e práticas da população. A ideologia é construída e modificada ao longo dos anos nos encontros internacionais da alta cúpula da Igreja. Esta reitera princípios e divulga as transformações por meio de documentos escritos que servem como códigos, ou conjuntos de normas e trazem estratégias e orientações práticas que os setores locais deverão desenvolver a fim de reafirmar os princípios originais e espalhar as mudanças entre toda a população de fiéis leigos. Por fim, é por meio de práticas como os sacramentos, os cursos de formação e os encontros de grupos específicos que a ideologia sobrevive e se coloca como um código interpretativo gerador de juízos que funciona como uma matriz na qual se ancoram as RS em seu processo genético (Ibáñez, 1988). Mas este movimento não se dá sem tensão, tendo em vista os conflitos entre os diversos setores da Igreja e entre ela e os outros Aparelhos Ideológicos de Estado, os quais geram mudanças sociais que precisam ser administradas pela Igreja, seja na forma de resistência ou de adaptação. Este processo se expressa de forma mais clara na última Classe.

6.2.5. Eixo 2/Classe 5: A família em crise: de quem é culpa?

A Classe 5 remete a um discurso de cunho mais sociológico, político e jurídico sobre a instituição família. Esta classe corresponde a 25% do corpus analisado e agrega 1109 UCEs. Como se observa na Tabela 34, as principais palavras típicas são as seguintes: social, sociedade, política, aborto, Brasil e violência social. Nas UCEs desta classe, o discurso sobre a família se desdobra nas análises sobre seus membros – jovens, idosos, feminino e masculino – atravessadas por temas que configuram relevantes questões sociais: a violência; os meios de comunicação; as políticas públicas; a economia, a sexualidade e a bioética. Considera-se que a

influência das diversas instituições sociais – imprensa, escola, direito, ciência – provocou transformações na família que a colocaram numa situação de crise, o que acarretaria inúmeros problemas sociais.

Tabela 34: Palavras e variáveis típicas da Classe 5 com Qui-quadrado e frequência.

Classe 5 Crise da família		
Forme	khi2	Eff.
soci	465	207
sociedade	281	181
polit	146	61
aborto	140	100
brasil	138	116
viol	136	77
famili	136	426
cultur	125	65
universida	115	48
meios	108	70
comunic	108	73
econom	100	57
pesquis	94	48
Variable	khi2	Eff.
*dec_05	101	323

As “novas” relações de gênero

As relações de gênero na família são discutidas principalmente em termos das mudanças no lugar social da mulher, abordada como consequência da cultura e da situação econômica no país. Na década de 1980 aponta-se para o lugar de inferioridade da mulher na sociedade e se incita mudanças nessa situação. Nos anos 1990, a RFC divulga as políticas públicas voltadas para as mulheres, com foco nos direitos da gestante. Já em 2000, quando se registra uma maior participação feminina na renda familiar, são propostas reflexões sobre as consequências sociais desta mudança, principalmente no que se refere às relações de gênero, as quais estariam se tornando cada vez mais igualitárias. Este é um tema bastante trabalhado na atualidade considerando a mídia em geral e as produções na área da psicologia. Nossa revisão de literatura evidencia que vários autores têm se preocupado com as rupturas e novas

expectativas derivadas do lugar da mulher no mercado de trabalho e de sua posição como chefe de família e atestam a permanência de valores e concepções tradicionais (Fleck & Wagner, 2003; Testoni & Tonelli, 2006; Peruchi & Beirão, 2007).

É que a mulher, tanto no campo social, familiar, como na Igreja, está ocupando um lugar secundário. /.../ tal posição está fundamentada na cultura e no modo de exercer o poder e a autoridade /.../ Afirma-se que o ritmo do desenvolvimento de um povo depende diretamente do ritmo de desenvolvimento do seu elemento feminino. Eduque as mulheres e imediatamente crescerá o nível humano das massas. Quando, no Brasil, a mulher sair da marginalidade em que é colocada, o país sairá de sua asfixia econômica, social, política e cultural (1985).

/.../ o caminho trilhado pela constituição foi o de eleger a vida como valor elementar da nossa sociedade e a proteção da maternidade como desdobramento deste valor /.../ Contar com bom atendimento hospitalar e assistência médica adequada é um direito de toda parturiente, seja na rede pública ou privada /.../ Deste modo, ela estaria protegida, quer pelo gozo da licença, ou ainda pela proibição implícita de despedida arbitrária pelo fato da gestação (1998).

É claro que a mulher que divide as responsabilidades quanto ao orçamento familiar divide também o poder que era concentrado no pai. Já não vivemos mais em um patriarcado, felizmente, ressalta. É, portanto, impossível entender o que acontece com os pais de hoje sem se remeter as profundas transformações ocorridas nas relações de gênero a partir da eclosão dos movimentos feministas, sobretudo os do início da década de 60 (2003).

O sucesso profissional e financeiro das mulheres vai obrigar os homens a se reciclar, o que resultará numa mudança nas relações conjugais e familiares, acredita Dr. Marco Antônio Tommaso. Uma das transformações aponta para uma divisão mais equilibrada nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos (2008).

As “novas” configurações etárias

Outro aspecto das mudanças na família é avaliado em função do envelhecimento da população brasileira. Como se pode observar nas UCEs abaixo, a RFC publica números que evidenciam o aumento da população idosa e afirma que esta transformação na configuração populacional brasileira não vem sendo acompanhada por políticas públicas que garantam a

assistência a este grupo. Outros artigos analisam que esta mesma população idosa está passando a constituir um novo grupo social, com características anteriormente não aceitas para essa faixa etária, como ouvir música eletrônica, frequentar academias e vestir roupas consideradas juvenis. Assim, a RFC evidencia a constituição de novas práticas sociais que, por sua vez, implicam novas representações em torno desta etapa do desenvolvimento humano, que passa a ser descrita como o idoso juvenil. O interesse da revista por este tema reflete um movimento mais geral constatado por Almeida e Santos (2002). A partir do final do século passado a velhice se colocou como uma etapa importante do desenvolvimento e se tornou um fenômeno da mídia e das conversas cotidianas, constituindo-se como objeto das pesquisas científicas e de políticas públicas. Neste processo, rompe-se cada vez mais, no âmbito das ciências, com a ideia de velhice como o lugar exclusivo do declínio e da restrição. No entanto, no senso comum de uma sociedade adolescêntrica em que o velho ainda é desvalorizado, as pessoas mais maduras vivem uma permanente busca pela juventude eterna (Almeida, Góes & Paixão, 2009)

Hoje existem no país 11 milhões de idosos - ou um em cada 16 habitantes. O Brasil já ultrapassou o índice de 7% de pessoas com mais de 60 anos /.../ Seu número está crescendo, mas os idosos são em geral pessoas mal assistidas pelo poder público e pela família, além de serem discriminados e de estarem inativos, vivendo em condições precárias (1992).

Criou-se um idoso juvenil, que vai a universidade, anda de moto e faz ginástica em academia ao ritmo de música eletrônica. Então, na visão dos antropólogos, o mercado capitalista está influenciando muito na organização e reestruturação das categorias de idade (2002).

Já a juventude é considerada pela RFC um problema social, na medida em que esta atesta a escassez de políticas públicas voltadas para esse grupo. Nas UCEs exemplificadas, ainda que se observe uma preocupação com o desenvolvimento de uma educação que exerça o controle do comportamento sexual nessa faixa etária, o foco principal dos artigos recai na associação da juventude com a rebeldia e a violência, considerada fruto de uma nova

sociedade sem valores. Santos, Aléssio e Silva (2008) refletem que o considerável grau de expressão da violência na atualidade, sobretudo entre os jovens (Adorno, 2002, Lima & cols., 2002; Pergoraro, 2002) tem inquietado a população e os cientistas na sociedade brasileira. Esta associação entre violência e juventude realizada pela RFC parece, então, seguir este tendência mais generalizada na psicologia sobre o tema.

Entre as principais conclusões da pesquisa está a informação de que faltam políticas públicas voltadas aos jovens e, conseqüentemente, a não participação deles na sociedade (2004).

Ora a redução da educação sexual às condições de mera instrução científica é, em grande parte, responsável por numerosos desatinos morais de nossa juventude, por uniões matrimoniais infelizes, porque os respectivos cônjuges nunca aprenderam a disciplina sexual, assim como por doenças venéreas, que afligem parte não exígua da sociedade (1970).

Rebeldia e inconformismo têm sido as marcas registradas da juventude na sociedade moderna. Mas agora a violência está se tornando outra característica dos jovens (1990).

Não é por acaso que as entidades estudantis estão se esvaziando. Os jovens passaram a substituir a ação política pelas saídas individuais para os problemas. Numa sociedade cada vez mais sem valores, isso significa banditismo e violência. Os atos de violência vêm se tornando hits da juventude urbana (1990).

A violência em foco e a família

A RFC não restringe o fenômeno da violência aos grupos juvenis. Este fenômeno é destacado pela revista em diversos contextos, inclusive no interior das famílias. No entanto, é importante destacar que a família não é relacionada à violência apenas como lócus de sua materialização, mas é afirmada uma relação de causalidade entre a crise familiar e a violência social como um todo. Desta forma, as UCEs a seguir mostram como a família atual é culpabilizada pela origem ou aumento da violência, juntamente com a influência da escola e dos meios de comunicação. Esta associação entre a família e a violência reflete uma tendência marcante nos estudos da psicologia, o que pode revelar o contínuo apoio da RFC sobre as

produções científicas. Cardia, N. G. (2003) considera que haveria um crescimento descontrolado na violência na sociedade brasileira, o qual gera um sentimento difuso de insegurança. A percepção deste movimento é uma das causas que levaram a comunidade científica se debruçar sobre este objeto, como pôde ser visto no capítulo de revisão de literatura desta tese, no qual o tema mais associado à família foi a violência. A RFC, assim como os textos em psicologia, evocam a família “desestruturada” como contexto e causa da violência.

É uma convocação a toda a sociedade para a construção de uma cultura de paz. A violência doméstica infelizmente atinge todas as classes sociais. Nada mais justo e coerente com os nossos ideais de preservar e promover a família do que aderirmos a essa iniciativa oportuna, necessária e urgente /.../ a prevenção da violência contra a criança passa a ser uma das ações desenvolvidas permanentemente pela pastoral da criança (1999).

Violência, de quem é a culpa? Em termos de formação das crianças, a sociedade dispõe de um tripé, representado de modo especial pela família, escola e meios de comunicação social em particular a televisão (1977).

As biotecnologias e suas repercussões na família

Outro aspecto associado pela RFC às transformações na instituição familiar é o desenvolvimento das pesquisas na área de genética e, conseqüentemente, as novas tecnologias reprodutivas. Nas UCEs exemplificadas observa-se o posicionamento adotado pelo periódico de que esta evolução científica pode ser nociva à família e à sociedade. Para defender esta perspectiva, são articulados argumentos a partir de uma discussão sobre bioética tecida com base nos princípios e valores morais da Igreja. A RFC aproxima, ainda, a discussão sobre as evoluções na genética da questão do aborto e se baseia no mesmo argumento para rejeitar ambos os fenômenos: a proteção à vida, ressaltada no que diz respeito aos direitos do feto e não aos direitos da mulher. Assim como condena o aborto, condena as pesquisas científicas e as novas técnicas reprodutivas. Mais uma vez observa-se,

nesta Classe, a tendência da RFC abordar temas que estão em foco na sociedade. Aléssio (2012) constata que os desenvolvimentos das biotecnologias na medicina tem se configurado atualmente como um problema social, pois eles geram tanto soluções, quanto a emergência de novas questões sobre seus riscos e da demanda por regulamentação. Como consequência, a sociedade tem mergulhado num intenso debate sobre a compatibilidade ética dos novos conhecimentos e práticas.

Mesmo em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Suíça e outros, onde a legalização sobre o aborto é permissiva, a clandestinidade atinge perto de um terço dos abortos praticados. No Brasil, ao invés de considerarmos este aspecto, é muito mais prático falar das conhecidas filas do INAMPS, e logo vamos entender o que significa a promessa de que a legalização acabará com a clandestinidade (1980).

/.../ diz ter feito o primeiro clone humano. Esta novidade causa apreensão, medo, ceticismo e nos obriga a refletir. Estamos frente à questão ética do uso do conhecimento científico na área da biologia e genética que interfere profundamente na maneira como o ser humano é gerado (2003).

/.../ quando uma ação científica suprime um ser humano com o pretexto de favorecer um outro ser humano, como ocorre com o descarte de embriões nas técnicas de reprodução assistida, na clonagem e no uso de células-tronco /.../ extraídas de embriões, isso se chama ciência nazista (2004).

Homoafetividade e família

Uma questão abordada pela RFC no que refere também às transformações da família é a homoafetividade. As UCEs abaixo evidenciam que este tipo de relação é condenado abertamente a partir de argumentos que criticam a noção social de gênero e defendem a naturalização das diferenças entre os sexos. Na década de 1970, a RFC fazia campanha contra a legalização da chamada homofilia, a qual era considerada como doença e eram divulgados possíveis formas de tratamento. Assim como os demais temas discutidos nesta classe, as repercussões da homoafetividade na família também têm sido foco de alguns estudos em psicologia, mas estes possuem um foco diverso da RFC e abordam as repercussões na família e

a homofobia (Barbero, 2003, França, 2009; Passos, 2005), no entanto, Futino e Martins (2006) destacam que a ciência ajudou a perpetuar a exclusão.

Legalizar seria dar-lhes os meios para praticar a homofilia. Tal solução redundaria em afronta à lei natural e à sociedade. Quais seriam os meios recomendados para ajudar a curar um irmão vítima do homossexualismo? Limitamo-nos a indicar os seguintes: os hormônios femininos aplicados ao organismo masculino moderam a libido deste (1970).

/.../ É uma concepção verdadeira e saudável da sexualidade. Essa concepção é abalada hoje por uma visão que diferencia gênero e sexo (2004).

Os “problemas sociais” e sua origem na crise da família

Esta Classe mostra como os grandes temas polêmicos da atualidade são interpretados como graves problemas que podem perturbar o funcionamento familiar e ao mesmo tempo são considerados resultados das transformações familiares. Estes temas polêmicos são discutidos pela mídia em geral e a Psicologia é chamada a intervir, a qual os toma como objeto de estudo com o intuito de prescrever cientificamente condutas que proteja e afaste a família destes problemas. Estes objetos polêmicos tomaram tal envergadura na sociedade que a Igreja não teve como permanecer indiferente a eles. Na RFC passam a ser abordados temas como: novas relações de gênero, novas configurações etárias, novas tecnologias reprodutivas, violência, entre outros. Por meio das UCEs seguintes, observa-se que estes temas muitas vezes são associados à noção difundida atualmente de crise da família. Esta suposta crise familiar, que vem cada vez mais ocupando as páginas da publicação, é considerada pela RFC a causa e ao mesmo tempo a consequência de uma infinidade de problemas sociais.

Anunciada esta crise familiar, as matérias se desdobram para explicar suas causas. A estrutura social, a organização do trabalho e da educação, a perda de valores tradicionais estruturantes da sociedade, a baixa qualidade dos meios de comunicação e a ausência de políticas públicas são algumas das origens atribuídas pela RFC à crise da família, como se observa nas UCEs abaixo.

Além disso, a sociedade cria situações que boicotam continuamente o diálogo também no interior da família, como seja: o afastamento prolongado do lar imposto pelas atividades de trabalho, de lazer, de educação (1980).

Infelizmente, das últimas décadas do século XX até hoje, essa cultura de milênios, que se ancora nos instintos mais naturais da espécie, nas tradições religiosas e nos princípios éticos, vem sendo substituída por outros parâmetros (2001).

A violência juvenil no Brasil é, portanto, produto da crise familiar. O momento é grave e requer reflexão profunda e mudança de foco em torno do questionamento sobre que tipo de família produzirá a paz social no Brasil (2007).

Os meios de comunicação geram efeitos culturais contrários aos valores que formam a sociedade (2009).

/.../ é preciso que o Estado centre o foco de suas preocupações na família e não no indivíduo. A família deve tornar-se o ponto de referência das ações públicas, daí a necessidade de lutar por projetos de educação, moradia, renda e trabalho voltados especificamente para ela, criando uma cidadania da família e não apenas dos indivíduos (2001).

Estudos demonstram forte ligação entre o bem estar da família e o da sociedade (2001).

Deve a família assumir o protagonismo da política familiar, defendendo direitos, como habitação digna, educação dos filhos segundo as tradições e valores religiosos, segurança física, social, política e econômica. O espaço privilegiado da humanização da pessoa e da sociedade é a família, o lugar onde os filhos aprendem a se relacionar, a aceitar o diferente e a administrar os conflitos (2001).

A relação da Igreja com outros Aparelhos Ideológicos de Estado

Ao analisarmos os dados acima descritos, deparamo-nos com a expressão na RFC da reação da Igreja às transformações sociais e sua relação com os demais Aparelhos Ideológicos de Estado: político, jurídico, escolar, de informação e familiar. A Igreja, como qualquer outra instituição, está sempre em debate com outros setores da sociedade, envolvida em um permanente processo de negociação com vistas a manter ou mesmo expandir sua influência social.

O período típico desta Classe situa-se entre e 2002 e 2011. Neste momento temos um país em crescimento, que apesar de enfrentar alguns períodos de crise, passa por um processo gradativo de distribuição de renda por meio de políticas sociais e afirmativas. Na Igreja ocorre a substituição de seu maior líder; em 2005 morre o Papa João Paulo II e assume o Papa Bento XVI, conhecido por seus posicionamentos ainda mais conservadores que o primeiro. Na RFC, observa-se um período de maior foco nas questões sobre a família (79 artigos) e a intensificação do movimento de valorização da Igreja em detrimento de outras instituições. A RFC assume um vocabulário de cunho mais sociológico e passa a tecer análises sobre as transformações na família, a qual estaria vivenciando uma crise que se refletiria num momento de desestruturação dos valores sociais. Este processo vem acompanhar o agravamento da crise que a Igreja Católica vem enfrentando nas últimas décadas. No Brasil, dados do IBGE demonstram o processo de pentecostalização: em 1950 93,5% da população se declarava católica apostólica romana, 3,4% eram evangélicos; 1,6% espiritualistas e 0,8% possuíam de outras religiões. Em 2000, 73% declararam-se católicos, 15,4% evangélicos; 1,7% espiritualistas; 1,6% têm outras religiões e 7,3% se declaram sem religião (Azevedo, 2003). Estes números ajudam a compreender o declínio em relação à venda da RFC a partir da década de 1980 (217 mil assinantes em 1980 e tiragem de 70 mil exemplares em 2004) – como também o esforço da Igreja para reafirmar sua importância perante os fiéis.

Antigos e novos AIEs estão sempre em conflito de posições. Eles possuem poder um sobre o outro, num jogo de lutas que varia com o tempo. No caso da Igreja Católica, sua perda de influência no que se refere ao mundo todo não é um fenômeno recente. Na Idade Média, a Igreja acumulava diversas funções que hoje são distribuídas entre diferentes AIEs, particularmente as funções culturais, escolares e de informação; possuía, ao lado das famílias, uma influência muito maior do que possui hoje. Ao longo dos séculos esta instituição foi perdendo poder e o AIE que assumiu posição dominante nas formações capitalistas, após uma luta violenta da classe política contra a Igreja, foi o AIE escola. Assim, o par Igreja-Família é

substituído pelo par Escola-Família. É certo que as virtudes esperadas de cada tipo de cidadão se aprendem também nas famílias, nos filmes, nas Igrejas, nos estádios, mas só a escola tem audiência obrigatória ao longo de várias horas diárias e por muitos anos. Cabe à escola transmitir às crianças de diferentes classes os saberes contidos na ideologia dominante. Juntamente com a escola, a família continua possuindo grande importância no sistema, sendo um dos AIE dominantes, pois ela se coloca como unidade de produção, unidade de consumo e ainda intervém na reprodução material da força de trabalho (Althusser, 1985). Apesar de dominante, a família é um aparelho difuso, sem uma estruturação organizacional estável como os outros. No entanto, a família é uma instituição das mais influentes por sua função socializadora e agregadora e, portanto, promotora da ordem social. Isto justifica porque ela se torna alvo privilegiado da influência dos demais AIEs.

Diferentes instituições sociais trabalham no projeto de (in) formar família: o Estado produz políticas públicas focadas nesta instituição, constrói e faz cumprir as leis que integram e promovem mudanças sobre este grupo; a universidade produz saberes científicos para dissecar e influenciar a família; os meios de comunicação popularizam estas leis, saberes, políticas da forma que lhe convém. A Igreja não é diferente e, por meio de suas práticas e normas, inclusive por meio da RFC, também se esforça para manter a influência sobre a família.

Como já foi dito, a ideologia católica é uma matriz de pensamento voltada à manutenção da tradição, mas que se adapta na luta para manter antigos sentidos. No discurso da RFC algumas transformações sociais, como a emancipação econômica da mulher e do idoso, são absorvidas e adaptadas com mais facilidade e rapidez, enquanto outras, como a aceitação do aborto e das relações homoafetivas, continuam enfrentando duro combate, pois contrastam demais com a ideologia católica e não são unânimes na sociedade a ponto de pressionar a instituição para a mudança. Este jogo de combates e concessões com vistas a manutenção da influência social fica evidenciado nas páginas da RFC.

A crise familiar como meio para a manutenção do poder da Igreja

Uma das formas de manter a tradição é propagar a mensagem que determinadas mudanças sociais são danosas, pois provocariam a crise da família, uma instituição tão valorizada que é considerada a base de toda sociedade. No discurso da RFC, a perda de valores e referenciais é enfatizada como uma das principais causas da crise familiar. Este argumento é utilizado como forma de retroalimentar o poder da Igreja na medida em que os valores e referenciais supostamente perdidos seriam justamente aqueles provenientes da Ideologia desta instituição. Seguindo este raciocínio, a solução para a crise seria, portanto, o retorno da Ideologia Católica como matriz hegemônica do pensamento e comportamento social.

A crise serve, portanto, para evidenciar de modo combativo a importância dos valores religiosos na sociedade e anunciar que a influência de outros aparelhos ideológicos constitui um mal para a sociedade. Os meios de comunicação, a política, as leis e a educação são então desqualificados e a salvação para eles estaria em voltarem a ser influenciados pela instituição que outrora lhes regulou, a Igreja. A família, assim como os demais aparelhos ideológicos é desqualificada pela Igreja sob o argumento de que não consegue educar seus filhos de forma saudável, nem se autogerir e seus costumes e formações atuais são combatidos e considerados patogênicos ou pecaminosos. Por outro lado, a mesma Igreja glorifica a família, anunciando-a como grande núcleo da sociedade e principal responsável pelo bem estar social, evidenciando que uma instituição tão fundamental em crise precisa de cuidado e tutela. Desta forma, a Igreja se utiliza da crise para se colocar como salvadora da família e da sociedade como um todo, ampliando, assim, seu poder de influência.

Esta não é uma estratégia utilizada apenas pela Igreja, diversas instituições se apropriam da “crise da família” na medida em que anunciar a fraqueza de uma instituição social é uma forma de assumir o poder sobre ela, de orientar suas práticas e valores. A psicologia é a ciência que mais respalda essa noção de crise, utilizando-a como um meio de exercer sua influência. Uma multiplicidade de autores propagam em suas publicações a noção

de crise familiar, explicando que as transformações sociais teriam gerado uma sociedade individualista e traumática, marcada pela ausência de referenciais duradouros e pelo afrouxamento dos vínculos. Esta falência de valores fundantes do psiquismo favoreceria o desenvolvimento de uma subjetividade móvel imersa num vazio, com problemas nas noções de paternidade, na aceitação de limites e nas diferenças entre o homem e a mulher. Isso implicaria em relações imaturas, competitivas e destrutivas, com falta de parceria no casal, perda da autoridade parental e confusão das identidades (Gus, 2005; Kaës, 2003; Lima, 2002; Parreira & Justo, 2005). Assim como a Igreja, a psicologia se coloca como salvadora da família ao propor que nas suas intervenções e teorizações estaria a solução para a crise.

Mais uma vez, a RFC se apropria de um discurso originado na ciência e o ressignifica de acordo com suas conveniências, numa estratégia que visa reduzir a influência da própria ciência que o criou e ampliar o poder da Igreja. A RFC parece, então, aproveitar-se da culpabilização que vem sendo imposta à família, por meio da noção de crise, para afirmar as consequências nefastas do processo de secularização dos costumes e da substituição da religião pela ciência como saber norteador de condutas. Em resumo, a lógica subjacente é a seguinte: a família e, conseqüentemente, a sociedade, está em crise porque se afastou da Igreja e ela só poderá recuperar a estabilidade e bem-estar se voltar a ser dominada pela Ideologia Católica. Conclui-se, portanto, que a crise da família é um discurso útil para a Igreja reforçar sua importância perante vários setores da sociedade, visando conquistar fiéis e ampliar seu poder e influência social.

6.2.6. O discurso sobre a família na relação entre as Classes e os Eixos: mudanças em movimento

A análise fatorial de correspondência nos ajuda a compreender como todas estas classes e eixos e como os saberes, as práticas, os contextos e instituições se articulam para compor a representação social da família na Revista Família Cristã. A Figura 25 demonstra o

resultado da Análise Fatorial de Correspondência, que indica as relações entre as classes analisadas. Numa análise do plano fatorial, observamos a oposição entre os dois Eixos descritos acima. Encontramos no lado direito do plano, o Eixo 1: *O discurso sobre/da família: prescrições x práticas* e, em oposição a este, no lado esquerdo, posiciona-se o Eixo 2: *As Instituições que (in)formam a família*. São discursos que parecem não manter muita relação entre si e que se apresentam com vocabulários bastante distintos. De um lado, temos discursos prescritivos e as práticas relacionadas à família; do outro lado, temos as instituições que ancoram estes discursos e as reflexões sobre suas influências na família.

Numa análise mais detalhada, podemos notar do lado direito, a oposição entre a Classe 4 (em azul), que trata da Instituição Igreja e a Classe 5 (em verde) que revela os demais aparelhos ideológicos que, por sua influência, explicariam a crise na família. Do lado contrário, vemos uma clara oposição entre o discurso ideológico da Igreja (Classe 1, em amarelo) e o discurso da ciência (Classe 3, em vermelho). Apesar de ambos exercerem as mesmas funções – ditar normas e orientar condutas da família – eles sustentam princípios e visões de mundo distintos, usando para isso vocabulários próprios. Entre os dois, encontramos o discurso da própria família sobre suas práticas (Classe 2, em cor de rosa). Este se aproxima mais da religião, o que pode ser explicado por ser esta uma revista católica, portanto, lida e comentada por famílias católicas. Supõe-se, então, que os relatos selecionados pela revista e agrupados nesta classe são aqueles que possibilitam a defesa dos princípios da Igreja. Apesar disto, a análise detalhada da Classe 2 demonstrou que a fala das famílias não coincide com nenhum dos dois discursos prescritivos sobre elas. Longe disso, a família se coloca entre os dois saberes, sem ser moldada completamente por nenhum deles.

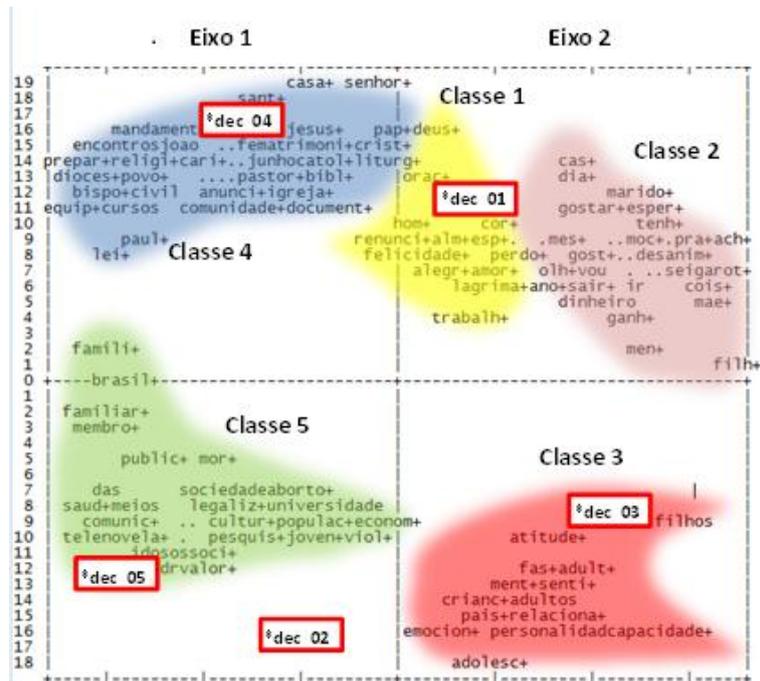


Figura 25: Análise Fatorial de Correspondência: a relação entre as classes

Numa análise norteadada pelo eixo vertical, observamos novas oposições. No plano superior temos a O Aparelho Ideológico Igreja, com seus documentos e práticas, o qual ancora as prescrições da ideologia cristã voltadas à família e, estas, por sua vez, aproximam-se e buscam influenciar a vivência prática das famílias. A Instituição descrita na Classe 4 (em azul - a Igreja e seus dispositivos), parece produzir e utilizar o discurso prescritivo cristão representado na Classe 1 (em amarelo) para influenciar as práticas da família informadas na Classe 2 (em cor de rosa). Toda esta estrutura encontra-se em oposição à articulação encontrada na parte inferior do plano. Esta articulação se dá entre a Classe 5 (em verde), que representa as diversas instituições que influenciam a (trans)formação da família – meios de comunicação, política, escola, economia – e a Classe 3 (em vermelho), que resume o discurso prescritivo da ciência sobre família. É por meio deste discurso científico que todos estes aparelhos ideológicos exercem sua influência sobre as práticas e os pensamentos da família sintetizados na Classe 2 (em rosa).

O que observamos em cada uma destas oposições é o processo por meio do qual as instituições sociais, que atuam como Aparelhos Ideológicos de Estado criam e difundem seus sistemas simbólicos, agem, portanto, como fontes de informações que fundamentam mecanismos de compreensão, julgamento e manipulação do mundo e fornecem um gabarito para a organização dos processos sociais e psicológicos (Geertz, 1989). A Igreja, com seus dispositivos práticos e legais (Classe 4), produz e difunde as prescrições sobre a família fundamentadas na ideologia cristã (Classe 1), como forma de exercer sua influência sobre os discursos e práticas das famílias (Classe 2). Em oposição a este processo, observamos outros AIEs, como as escolas, a política e a justiça (Classe 5), que buscam exercer sua influência sobre a família fornecendo as condições materiais, práticas e legais para a produção do conhecimento científico prescritivo sobre este objeto (Classe 3). É por meio deste discurso, baseado principalmente na psicologia, que estas instituições almejam exercer sua influência sobre as práticas da família (Classe 2).

Esta oposição entre as Classes denota uma luta histórica entre instituições e saberes com vistas a ampliar o poder de influência sobre a família e, conseqüentemente, sobre a sociedade como um todo. É a disputa entre a ideologia cristã e a ciência e entre a Igreja e o Estado com vistas a atuarem como matriz hegemônica de produção de sentidos e práticas sobre a família. Observamos, portanto, que a família é um objeto polissêmico que se encontra imerso em múltiplos jogos de poder na sociedade. Como primeira instituição socializadora, ela assume a função de mediação entre o indivíduo e a coletividade ou o Estado, e constitui um locus privilegiado de construção e propagação de representações sociais. Por isso a família é alvo de tanto controle social, operado por meio destes discursos prescritivos. As ideologias operam como determinantes socioestruturais gerais que incidem sobre a construção das representações sociais, as quais por sua vez atuam mais diretamente na construção social da realidade, pois se referem a objetos específicos, orientando as condutas em torno deles. Assim, a ideologia atua como um código interpretativo, ou matriz simbólica que compõe

juntamente com os valores o metassistema da representação social. Como foi já foi explicitado, este metassistema é constituído de regulações sociais normativas que controlam, verificam e dirigem as operações cognitivas envolvidas na construção de uma representação com vistas a obter uma coerência de natureza social (Doise, 2001). Podemos pensar então, que a RFC atua como meio de propagação da ideologia cristã com o objetivo de torná-la influente de modo a operar como metassistema na construção das representações sociais.

O estudo da sociogênese se constitui como um modo de acessar como essa luta de ideias que incidem na formação da representação, abordando as mudanças não só no conteúdo, mas na maneira como se fala sobre ele. Este modelo genético propõe a sociedade como uma rede de relações em constante construção. Este estudo revela esta rede de relações em torno da Igreja no que diz respeito à construção social da família.

Observamos que na década de 1960 prevalecia na RFC um discurso prescritivo sobre a família que a valorizava como núcleo de amor e harmonia e pregava a renúncia e a dedicação da mulher, bem como a aproximação com o divino. Era um discurso ancorado na ideologia tradicional cristã e permeado pelas inovações propostas pela reforma higienista do início do século XX (Classe 1). Naquele momento, a estratégia da Igreja era ignorar a efervescência que tomava conta do cenário político nacional, os movimentos de vanguarda em torno do mundo e o processo de *aggiornamento* pelo qual passava a própria instituição. A Igreja tinha um discurso hegemônico na sociedade no que se refere a orientação das condutas no interior dos lares e exercia sua influência por meio da Conformação, ou pressão ao consenso. Na década seguinte de 1970, os movimentos progressistas ganham mais força no interior da instituição e a ditadura reforça sua repressão por meios violentos. Neste contexto, as minorias conseguem exercer pressão sobre a maioria e, por meio da persuasão, desestabilizar algumas verdades até então aceitas gerando um movimento de Inovação na Igreja que se reflete na RFC. Neste momento a publicação tira o foco da mulher, torna-se uma revista de variedades e passa a denunciar as injustiças sociais. O discurso sobre a família passa a veicular a fala das próprias

famílias que descrevem suas práticas em sua maioria permeadas por conflitos e vivenciadas em contextos adversos. Preenchem as páginas da revista uma multiplicidade de formas de ser família com práticas e configurações diversas (Classe 2).

Nos anos de 1980, o Vaticano lança mão de uma série de estratégias para reaproximar a Igreja brasileira do Estado e da Santa Sé. O país vivencia um processo de secularização dos costumes e a psicologia e a psicanálise despontam como importantes saberes norteadores de condutas. A RFC então se apropria do conhecimento psicológico e o ressignifica de modo a adaptá-lo a seus referenciais e, por meio de concessões, adapta alguns de seus princípios aos novos saberes em ascensão. Vemos, então, um processo de Normatização, uma influência mútua em que ambos se modificam evitando o conflito e ampliando seu poder de influência. Isto acaba por compor uma psicologia católica e um catolicismo psicológico que se reflete nas páginas da RFC, quando se observa a predominância de um discurso prescritivo sobre a família ancorado no vocabulário científico da psicologia (Classe 3). Na década de 1990, este discurso sacro-psicológico permanece presente na RFC; no entanto observa-se um retorno às referências voltadas para Instituição Igreja. Nesta época há um esvaziamento dos movimentos progressistas dentro da instituição e entram em exercício lideranças mais conservadoras que permitem uma maior aproximação com o Vaticano. Para não se perder nos discursos alheios, a Igreja precisa reafirmar sua importância por meio da proclamação de suas leis e rituais. Há, portanto, um reforço na revista de um discurso que afirma a importância de pertencer e participar ativamente da Instituição Igreja por meio da divulgação de seus dispositivos práticos e legais (Classe 4). Por fim, no início deste século, percebe-se que a revista muda de estratégia e assume um discurso mais combativo em relação aos outros Aparelhos de Estado que (in)formam a família (Classe 5). Ela se apropria da noção de “crise” da família pra afirmar a influência danosa de instituições como os meios de comunicação, as escolas, a política e a legislação e se afirmar como salvadora da família e da sociedade. Esta operação teria como objetivo recuperar o poder de influência sobre as famílias e a sociedade como um todo.

Observou-se, portanto, que o objeto família se insere num mundo dinâmico, no qual as instituições sociais se encontram em constante disputa para fazer de suas produções simbólicas as matrizes hegemônicas na construção das representações. Nesta rede simbólica, a Igreja se constitui como um polo de tradição, que atua em função da manutenção de normas e representações. Se em Althusser (1985) a família é considerada um Aparelho Ideológico Dominante, podemos afirmar, com este estudo, que ela não produz ideologia própria, ela se utiliza das ideologias dos demais aparelhos como matriz simbólica para construir representações sociais, e com base nestas representações, ela se constrói e muda a realidade. A representação social do objeto família é um importante elemento balizador nesta construção da realidade. Por isso diferentes saberes concorrem e se complementam na construção desta representação.

Como o próprio Moscovici afirmou (2003), uma representação social não se constrói tranquilamente, mas no bojo de uma batalha ideológica, em uma luta de ideias que tem lugar na comunicação. Afinal, o conceito de senso comum está ancorado na comunicação e esta e as representações se produzem e se condicionam mutuamente. Como a compreensão da sociogênese de uma representação implica na compreensão do processo comunicativo por trás de sua construção, tecemos uma breve reflexão sobre o gênero de comunicação utilizado pela publicação analisada.

A propagação é o gênero de comunicação predominante no discurso analisado, na medida em que este tem o objetivo de expandir uma visão organizada de mundo ou uma ideologia por meio de mensagens claras e explícitas, estruturadas para serem assimiladas e reproduzidas pelo grupo católico. A RFC vai se apropriando seletivamente de outras visões de mundo, como a psicologia, de forma a adaptá-las e integrá-las a um quadro de referência próprio que se exprime claramente. Neste processo de adaptação, a revista ameniza conflitos emergentes entre as visões de homem que poderiam prejudicar seu poder de influência e cria um sistema conceitual próprio, uma “psicologia católica”, que resulta da pressão à

uniformidade, da busca de um denominador comum entre o catolicismo e a psicologia. Toda esta dinâmica tem a finalidade de manter o poder de influência sobre o senso-comum de modo a atingir a conformidade em relação às normas da Igreja. Este movimento observado na revista coincide com o processo que Moscovici (2012/1961) detectou ao estudar a apropriação da psicanálise pela comunicação institucionalizada da Igreja. Em alguns momentos, no entanto, percebemos uma aproximação com o gênero da propaganda, a exemplo do que se dá neste século quando a Revista assume um discurso mais combativo em relação aos AIEs distintos da Igreja. Observa-se, portanto que este periódico se difere da maioria dos meios de comunicação de massa que adotam hegemonicamente o gênero comunicativo da difusão com o objetivo de criar um interesse comum sobre o objeto e formar opiniões, adaptando-se ao interesse dos consumidores.

Na perspectiva de Abric (2000), os processos de transformação das representações e das práticas ocorrem concomitantemente, pois ambos se engendram mutuamente, novas representações questionam e impõem novas práticas ou as novas práticas impõem novas representações. A forma como estas transformações acontecem, como já foi descrito na seção 1.4. desta tese, pode ser resistente, progressiva ou brutal. Acredita-se que no caso da RS da família veiculada pela RFC estamos diante de uma transformação resistente. Novas condições políticas, econômicas e culturais foram gerando novas práticas sociais, que impuseram transformações no discurso da revista. No entanto, percebemos a manutenção de um núcleo de sentido por traz destas transformações, as quais são estratégias executadas pela RFC/Igreja para manter sua influência. Como se pôde observar no processo de psicologização em que o temor a Deus é substituído pelo medo do trauma e da patologia e as oposições: sexo x amor; feminino x masculino; pecado x renúncia dão lugar a outras como: normal x patológico; autonomia x dependência; controle x liberdade; maturidade x imaturidade. Observamos que esta modernização do discurso tem como objetivo a manutenção de seu conteúdo tradicional, pois ele continua sendo atravessado pelos mesmos temas que organizam a RS da família na

revista ao longo dos anos. Trata-se da permanência das *themata* fundamentais ao pensamento cristão: puro x impuro; sagrado x profano; emoção x razão.

Além da RS ser organizada a partir das mesmas *themata*, observa-se que um núcleo de sentidos relativos à família permanece no discurso da revista: a relação com o divino, constituição de pai, mãe e filhos, os sentimentos de amor e união e suas funções reprodutora, educativa, protetora e religiosa. Compreende-se, portanto, que as mudanças atingem apenas o sistema periférico e as novas práticas continuam contraditórias com a representação, constituindo os esquemas estranhos ou mecanismos de defesa propostos por Flament (2001): interpretação, justificação, racionalização, referência a normas externas. Estes esquemas se constroem para possibilitar a convivência com as incoerências entre representações e práticas, amenizando os desconfortos advindos da dissonância.

Esperamos ter evidenciado a relação entre saber, contexto e comunicação e ter demonstrado como em um único discurso convive uma pluralidade de vozes que compõem a tessitura do saber. Nestes saberes observa-se um amálgama de contradições e combinações internas que vão se modificando na medida em que se deslocam no tempo em meio a processos de transformação e influência (Jovchelovitch, 2011). Com isso, observamos a natureza polifásica da representação social da família. Uma representação que se ancora em diferentes universos simbólicos, que vão da religião à ciência, passando pela legislação e envolve, em diferentes dosagens, distintos saberes que se articulam para dar sentido à família e, principalmente, para informar o que ela deve ser. Ao compreender que a RS da família é gerada em um contexto maior de relações intergrupais envolvidas em jogos de poder e se transforma na relação com ideologias, sistemas de valores, crenças e normas que se constituem numa relação dinâmica de um grupo com outros, abordamos a gênese da RS no nível intergrupais ou ideológico proposto por Doise (2002).

Nosso objetivo foi recompor a história da representação social da família na RFC e abordar esta representação como um sistema simbólico em constante movimento na relação

entre uma multiplicidade de saberes e contextos. Ao demonstrar como a família se constitui como objeto de representação, em meio a complexas redes instáveis de sentidos, práticas e poderes, que vão ganhando novas configurações com o passar do tempo, esperamos ter contribuído para esclarecer o processo de sociogênese da representação.

AMARRAÇÃO

Este trabalho teve como objetivo estudar as representações sociais da família e suas variações no tempo e no espaço social como meio para a compreensão do processo de sociogênese da representação. A tese foi pensada a partir do olhar psicossocial proposto por Moscovici (1986), o qual considera que a psicologia social tem como principal foco a relação entre indivíduo e sociedade. Este olhar deriva de uma abordagem complexa do humano por considerá-lo forjado em relações sociais de múltiplos níveis. Adotamos a TRS por ela partir de uma perspectiva psicossocial triangular, a qual propõe que o sujeito, o objeto e o outro social encontram-se intimamente interligados e se engendram mutuamente numa relação ativa de significação e construção da realidade.

Consideramos a indissociabilidade entre sujeito e sociedade para compreendermos que a construção social da família é permeada pela inserção do sujeito numa dada coletividade social e histórica. Desta forma, buscamos valorizar a experiência particular de cada indivíduo, mas entendemos que esta experiência é significada a partir de categorias simbólicas construídas historicamente e compartilhadas socialmente a partir de inserções e relações específicas. A representação da família foi abordada como um fenômeno desenvolvido na mente dos indivíduos a partir da comunicação social, a qual é imersa em relações interpessoais e intergrupais e numa cultura mais ampla. Abordamos a construção do objeto família em função das pertenças sociais para compreender quais regulações sociais atualizam quais funcionamentos cognitivos em quais contextos específicos (Clémence, Doise & Cioldi, 1994). Para tanto, apoiamo-nos na Abordagem Societal de Doise que parte do pressuposto que, entre membros de um grupo, há crenças comuns sobre um objeto, mas também há heterogeneidades nas tomadas de posição frente a este objeto e estas tomadas de posição se ancoram em diferentes realidades simbólicas coletivas. Por isso, buscamos entender como diferentes grupos pensavam a família e se posicionavam diante das mudanças nela ocorridas e

percebemos que as diferenças grupais e individuais se ancoravam em universos simbólicos ou metassistemas derivados da inserção social, mas que também eram inscritos numa experiência pessoal da dinâmica temporal, e emergiam de operações cognitivas, elas também inscritas socialmente.

Diante da complexidade do fenômeno, este não pôde ser apreendido apenas por meio de uma forma expressiva e manifesta. Muitas vezes, o discurso direto omite aquilo que o indireto revela e ambos omitem algo que a expressão corporal evidencia, a qual pode omitir aquilo que as práticas cotidianas e as relações interpessoais revelam ou que os dados estatísticos ou os documentos escritos demonstram. Todas essas formas expressivas são importantes e complementares para a apreensão das Representações em sua complexidade. É por isso que o uso de vários métodos se tornou importante neste estudo.

A ideia que o estudo das representações sociais torna-se insuficiente quando parte de um só método está presente desde a origem da teoria, na obra seminal de Moscovici (2012/1961), quando ele afirma que estudar como o conhecimento sobre o objeto é organizado e utilizado por indivíduos e grupos implica uma perspectiva plurimetodológica. A íntima relação entre teoria e método prevê uma leitura que articule os diferentes níveis de explicação psicossocial - individual, interindividual, posicional, ideológico ou cultural (Doise 1982) - demandados pela TRS. Para tanto, foi necessária a criação de procedimentos metodológicos variados e dispositivos de articulação entre os diferentes níveis de análise com vistas a compreensão dos processos subjacentes à construção dos conteúdos, o que foi conseguido por meio da triangulação metodológica. Esta prevê uma articulação que tem como base o princípio da validação pela combinação de diferentes métodos, visando verificar a estabilidade dos resultados. No entanto, o uso da triangulação neste estudo inclui ao mesmo tempo em que transcende em muito a função de validação dos resultados. Neste estudo, a triangulação metodológica objetivou a transposição das barreiras entre o qualitativo e o quantitativo e, sobretudo, os limites temporais e espaciais de cada método. Exigência esta de

uma pesquisa sobre a sociogênese numa perspectiva multinível e realizada com o rigor, a amplitude e a profundidade previstos pela TRS (Apostolidis, 2006).

Em nosso estudo, utilizamos a triangulação metodológica ao optarmos por responder nosso problema de pesquisa com a realização de três estudos diferentes e complementares, cada um com seus métodos de coleta (a associação livre, o grupo focal e a análise documental) e análise (análises estatísticas descritivas, análise de conteúdo e análise lexical) próprios. Neste caso, priorizamos a triangulação intermétodo na medida em que utilizamos diferentes métodos em cada estudo para atender aos mesmos objetivos. Vale salientar, no entanto, que a triangulação metodológica não é a única a potencializar o rigor e o potencial explicativo de um estudo. Denzin (1978) define quatro tipos diferentes de triangulação: a metodológica, acima explicitada, a triangulação de dados, a triangulação teórica e a triangulação do investigador.

Utilizamos a triangulação de dados, que consiste em recorrer a diferentes fontes na coleta de dados, considerando o fenômeno em diferentes tempos e espaços sociais, tornando a investigação comparativa. A triangulação teórica também foi utilizada quando recorremos a diferentes teorias para interpretar um mesmo conjunto de dados. Na mesma direção, recorremos à triangulação do investigador, que consiste na realização da coleta e da análise dos dados por diferentes investigadores a fim de reduzir a influência subjetiva nos resultados, como foi o caso na coleta de dados do Estudo 1. No Estudo 2, para compensar a ausência de triangulação do investigador, manipulamos o contexto de coleta ao organizarmos diferentes grupos com vistas a analisar justamente a influência do interlocutor na produção do dado. A triangulação do investigador nas análises dos dados deste estudo fica como um convite a outros investigadores para utilizar nosso banco de dados, vinculando a novas pesquisas sobre esta temática.

Nesta tese articulamos todos estes tipos de triangulação em um modelo assentado no olhar psicossocial de forma a produzir um delineamento de pesquisa que nos permitisse uma

leitura multinível da construção da representação social da família, ancorada nos níveis de explicação psicossocial propostos por Doise (1982): intraindividual, interpessoal, intergrupou posicional, ideológico ou societal. Este modelo de triangulação foi pensado com o objetivo de estudar a representação da família enfocando processos e conteúdos em diferentes tempos históricos e espaços sociais. Para tanto, organizamos três estudos de forma a se complementarem numa explicação complexa e dinâmica da sociogênese da RS da família:

O Estudo 1 intitulado A representação social da família e suas variações no espaço e na memória social foi estruturado com o objetivo de mapear como se estruturam os conteúdos da representação social da família e compreender como são percebidas suas transformações, considerando as variações entre diferentes grupos sociais. Este estudo teve um caráter quantitativo e foi realizado por meio de entrevista estruturada com aplicação da técnica de Associação Livre a 600 pessoas. Abordamos a variável tempo por meio do recurso à memória social na medida em que trabalhamos, além da noção genérica de família, a família do presente, do passado e do futuro com participantes de diferentes idades. A variável espaço social foi considerada quando buscamos compreender como diferentes inserções sociais (sexo, escolaridade e faixa etária) ancoravam modulações nas representações estudadas. Observa-se que este estudo teve como foco principal os conteúdos; no entanto, também realizamos importantes inferências sobre os processos subjacentes à organização destes conteúdos.

As análises foram realizadas principalmente a partir de dois níveis: o nível intraindividual foi abordado na medida em que analisamos os mecanismos pelos quais os indivíduos organizam sua experiência no ambiente, ou seja, como os indivíduos organizam cognitivamente e afetivamente as informações relacionadas à família; o nível intergrupou posicional foi analisado ao percebermos que este funcionamento individual encontrava-se imerso em um contexto mais amplo de relações intergrupais permeadas por identidades sociais baseadas na pertença grupal. Investigamos, portanto, como esta pertença reflete variações individuais na representação da família.

Encontramos uma representação social da família bastante idealizada e normativa ancorada em valores tradicionais alimentados pelos discursos religiosos, que com a urbanização, juntou-se à ciência a partir da reforma higienista para fundamentar a noção da família nuclear burguesa. Esta família considerada a base da sociedade é composta por pai, mãe e filhos unidos por laços de amor e respeito sob os olhos de Deus. Este modelo tradicional de família comporta os elementos mais consensuais e normativos da representação e resiste às mudanças nas práticas e às diferentes inserções sociais, com características evidentes de uma representação hegemônica, pela sua expansão e inserção nos mais variados grupos. É um referencial para se pensar a realidade social, para posicionar-se diante dela ou julgá-la sem, no entanto, adotá-lo nas práticas sociais. Observa-se aqui o conteúdo atitudinal como um dos componentes desta representação, o qual se partilha amplamente no âmbito do pensamento social, sem que haja, contudo, uma vinculação direta com o comportamento. Confirma-se aqui, as conhecidas críticas elaboradas no seio da TRS aos estudos de atitudes, desenvolvidos de forma prevalente na psicologia social (Allport, 1935; Doob, 1947; McGuire, 1985). Estes autores, durante décadas, tomaram as atitudes como o principal conceito da psicologia social aplicado com o objetivo de prever o comportamento humano. No entanto, sabe-se, atualmente, que as atitudes não preveem tão efetivamente o comportamento e, por consequência, mudanças de atitudes não implicam em mudanças de comportamento e vice-versa.

Já as representações mais funcionais da família do passado, do presente e do futuro, absorvem aspectos da realidade vivida por cada faixa etária. A família do passado é outra família, fundada no modelo patriarcal e baseada na rigidez e no respeito à hierarquia, com o homem chefe da família e a mulher dona de casa responsável pelos muitos filhos. A família do presente é pautada na liberdade e apresenta-se numa tensão entre a noção genérica de família e sua negação, percebida pela constatação da presença e ao mesmo tempo da ausência de sentimentos e valores como o amor, a união e o respeito. Já a família do futuro seria a não

família. Há dúvidas quanto a sua existência, mas se sobreviver será permeada pela tecnologia e pela falta dos sentimentos e valores que definem a família, o que gerará muitas dificuldades.

Observa-se, portanto, uma perspectiva da mudança que se direciona para relações mais igualitárias e para a valorização da satisfação individual em detrimento da manutenção do grupo, pois se concebe que tamanha liberdade pode levar à extinção da família. Observamos importantes variações nesta compreensão ancoradas nas vivências de acordo com a posição na família, a história de cada grupo, o acesso a diferentes fontes de informação, que determinam a adesão a diferentes universos de normas e valores. Estas variações se dão com vistas à proteção identitária e à manutenção da autoestima. Os jovens, como grupo educado em meio a valores mais igualitários e que não se responsabiliza pelas famílias do passado e do presente, são mais otimistas quanto às mudanças. Os adultos, que foram educados num ideal de família hierárquico, mas que absorveram novos referenciais valorizados socialmente, comportam-se como um grupo intermediário entre os jovens e os idosos. Estes, por sua vez, formam o grupo mais pessimista quanto às mudanças, tendem a valorizar a tradição e colocar as características positivas do passado como modelo para o futuro.

Realizamos, portanto o mapeamento dos conteúdos da representação social da família, compreendemos como suas transformações são percebidas e inferimos como diferentes inserções sociais modulam especificidades nas representações por meio de processos sociopsicológicos. No entanto, este estudo pode ser considerado incompleto quando se espera compreender mais a fundo a sociogênese das representações sociais da família, apoiando-se na ancoragem dos conteúdos e nos processos genéticos envolvidos, os quais ganham concretude nas relações interpessoais e intergrupais.

Para superar estes limites, construímos o Estudo 2 intitulado Representando e vivendo a família em diferentes gerações. Este estudo teve o objetivo de aprofundar os conteúdos da RS de família, considerando como a faixa etária e as interações sociais modulam a apreensão

das transformações nesta, esclarecendo os processos por meio dos quais as representações são vividas, negociadas e reconstruídas em cada geração e entre gerações. Optamos por um delineamento qualitativo, que nos desse acesso ao universo comunicacional das representações. Para tanto, realizamos quatro grupos focais compostos por: jovens (GF1), adultos (GF2), idosos (GF3) e quatro gerações da uma mesma família (GF4). Neste caso, nosso foco maior foi na variável tempo, estudada via memória, ao discutirmos as transformações na família para grupos com diferentes faixas de idade. Ao contrário do estudo anterior, priorizamos a compreensão dos processos subjacentes à seleção dos conteúdos da representação considerando o contexto em que esta se expressa. As análises foram realizadas predominantemente sobre o nível interpessoal e intergrupar. Assim, estudamos os processos por meio dos quais as representações são construídas nas interações comunicacionais interpessoais diretas destacando a influência do outro e das relações na expressão e no funcionamento da RS na construção da realidade. Por compreendermos que estas relações acontecem em um contexto mais amplo de relações intergrupais, permeadas por identidades sociais baseadas na pertença grupal, situamos os sujeitos em grupos que partilhavam a mesma posição social, seja pela idade, pelos papéis sociais que lhe são delegados e assumidos, ou pelas funções exercidas. Destacamos neste estudo como os processos identitários, derivados desta pertença grupal, influenciam a representação da família e a significação da experiência pessoal vivida.

Os dados provenientes deste estudo corroboraram os resultados do Estudo 1. Observamos que os participantes compartilham um ideal de família a partir do qual analisam suas experiências. No entanto, cada grupo apresentou especificidades quanto as formas que pensa e vivencia a família. Os jovens formam um grupo bastante homogêneo quanto a suas opiniões, pois buscam sempre o consenso e suas falas se influenciam mutuamente. Percebe-se uma regulação do discurso a partir dos valores e normas que fundamentam um ideal de família igualitário e um descompromisso de transmitir uma imagem positiva de suas famílias

ou de seu tempo. O grupo se dedicou a discutir a família mergulhando em suas práticas e relações e destacou que a convivência é mais relevante que os laços de sangue na definição da família. Valorizaram o afeto e a união, mas relatam uma experiência pautada nos conflitos, na hierarquia e no apoio nas horas mais difíceis. Os jovens expressam uma rotina de pouco contato com os pais e parentes mais distantes e pouco convívio em casa, consideram as transformações na família de forma positiva em direção a relações mais igualitárias e afetivas.

Já os adultos, apesar de compartilharem alguns referenciais como o respeito às diferenças e à liberdade individual, diferem dos jovens por admitir maior heterogeneidade nas opiniões, pois apresentam experiências de família mais variadas que influenciam diferentes posicionamentos quanto as suas transformações. Eles apresentaram grande interesse em discutir as famílias do presente, passado e futuro demonstrando a preocupação com as repercussões das mudanças para as crianças e para a sociedade. Os adultos expressaram muita dificuldade em definir a família, mas consideram as relações de sangue mais importantes que os jovens, ainda que o afeto e a segurança tenham sido considerados como itens definidores do grupo familiar. A convivência familiar é mais frequente, inclusive com a família extensa; as relações são pautadas no diálogo e na igualdade entre os membros. As transformações na família são consideradas positivas, mas vistas com precaução a partir de reflexões sobre as consequências das novas configurações e da perda da autoridade dos pais em relação aos filhos.

Os idosos, assim como no Estudo 1, formaram um grupo mais diferenciado. Apresentam uma fala mais distanciada e descritiva da família, que acreditamos ter sido recortada em função dos valores e normas partilhados na sociedade atual e local. Eles formam um grupo heterogêneo, em que os discursos são marcados por suas variadas experiências de vida. Suas lembranças são evocadas e mediadas por um olhar atualizado pelo lugar que ocupam na família e na sociedade hoje, o qual influencia os variados níveis de abertura à mudança. Os idosos demonstram forte preocupação em passar uma imagem positiva de suas

famílias, seu discurso parece ligado à tradição e aos valores religiosos e encontra-se ancorado no ideal hierárquico de família, apesar de valorizarem alguns pontos da liberdade individual. Para eles, a relação de sangue garante o afeto e o apoio que definem a família. Apesar de destacarem a rigidez a que eram submetidos no passado, valorizam essa família em detrimento família atual que percebem como pautada no excesso de liberdade e no pouco contato familiar, dos quais derivariam consequências nefastas como os vícios que ameaçam a família de hoje.

No grupo família as diferenças etárias se mantiveram e foi evidenciado como as pessoas lidam com elas e negociam estes sentidos nas relações entre diferentes gerações no interior da família. O grupo apresenta algumas heterogeneidades, mas demonstra a busca pelo consenso e a regulação mútua das falas, além da preocupação com a imagem da família, principalmente entre os mais velhos. O grupo constrói uma imagem de si e uma identidade própria ao contar histórias símbolos e demarcar características de família. Na definição da família valorizam a consanguinidade, os afetos e a segurança, mas expõem as relações permeadas por conflitos. Estes emergem na negociação dos papéis e funções de cada um no grupo e das discordâncias principalmente entre gerações. As transformações não são consideradas lineares, mas percebidas como intercaladas entre uma geração mais rígida e outra mais liberal.

Compreendemos as variações entre os grupos a partir do lugar social que cada um ocupa. Na nossa sociedade os jovens são pensados como o grupo responsável por questionar a realidade e iniciar as mudanças. Os idosos são valorizados como o grupo responsável por ser a memória da sociedade, por assegurar a manutenção das tradições e dos valores, freando esse processo de mudança. Já os adultos seriam o grupo intermediário, que busca o equilíbrio entre as inovações e as tradições; responsabilizam-se pelas repercussões das transformações sociais que consideram terem operado. No entanto, em alguns momentos, os adultos se mostram mais inovadores que os jovens e os idosos apresentam um olhar positivo das mudanças. Ainda

que tenhamos atualmente uma sociedade aberta à inovação e que valoriza a juventude, enquanto a tradição e o velho são desvalorizados, todos os grupos convivem numa mesma sociedade que passou a admitir a coexistência de valores e referenciais difusos e até mesmo opostos. A ciência psicológica e os valores individualistas e igualitários exercem grande influência sobre a representação de família, mas estes convivem com valores religiosos e normas pautadas no bom funcionamento do grupo em detrimento da satisfação pessoal. Metassistemas arcaicos se articulam com os novos e, apesar do jogo de mostra e esconde que observamos nos grupos, todos eles demonstram aderir a ambos os referenciais com variações na ênfase em que cada sistema é resgatado e operado diante de diferentes aspectos do objeto família.

Observamos uma relação de complementariedade entre os dois estudos apresentados. Um corrobora e complementa o outro, pois neste conseguimos compreender as funções sociais e os processos subjacentes à construção de alguns sentidos que não acessamos no estudo anterior. Percebemos o compartilhamento de metassistemas reguladores, mas, em alguns casos, a adesão a valores ancorados em universos simbólicos diferentes é derivada das diferenças de idade e das experiências familiares e sociais. Apreendemos os processos grupais de regulação mútua dos discursos e a busca de exercer a influência por meio da argumentação e negociação diante dos dissensos. Observamos a preocupação com a defesa identitária e a regulação dialética entre a família vivida e a família pensada, ou entre as práticas e experiências vividas e as representações.

Com ambos os estudos compreendemos os processos e os conteúdos constituintes das representações sociais da família para diferentes grupos etários e apreendemos como eles percebem as mudanças nesta instituição. Desta forma, conseguimos responder como a representação vai se (re)construindo na medida em que é vivida e negociada entre diferentes grupos no espaço social em um dado momento. No entanto, a questão sobre estas transformações no tempo ainda não foi respondida, posto que os dados provenientes de

diferentes idades nos fornecem indicativos das transformações desta representação, assim como as referências à família do passado, do presente e do futuro. Trabalhamos com a ideia de memória como uma representação social do passado, ou seja, como uma construção coletiva pautada nas experiências, referenciais e inserções sociais atuais. Assim, obtivemos **uma representação da mudança na família ao longo do tempo** e não a mudança de uma representação de família ao longo do tempo. Foi com o objetivo de ultrapassar esse limite que realizamos o Estudo 3.

O Estudo 3, intitulado A representação social da família: uma história contada pela revista Família Cristã, foi desenvolvido com o objetivo de verificar as transformações no conteúdo da representação social da família veiculada em uma revista católica ao longo de 50 anos e compreender alguns dos processos envolvidos nestas mudanças. Abordou-se, portanto, um discurso datado, cuja produção foi afetada pelo tempo em curso e não pelo contexto atual. Neste caso, optamos por uma análise lexical, cujo tratamento do corpus é baseado em análises estatísticas, sobre a qual se opera também uma análise qualitativa na medida em que as categorias de análise são significadas pela pesquisadora. Este estudo focalizou processos e conteúdos com a mesma ênfase dos estudos anteriores e as análises se deram predominantemente no nível societal, posto que buscamos compreender a construção histórica de uma representação elaborada em um universo simbólico específico construído em meio a jogos de poder entre instituições sociais que constroem e propagam normas, valores e ideologias.

Neste Estudo observamos como o discurso produzido pela Igreja e veiculado pela RFC foi se transformando ao sabor das mudanças na sociedade e nos lugares sociais assumidos pela Igreja Católica ao longo de meio século. Percebemos na década de 1960 um discurso que difundia o ideal hierárquico de família e voltava-se para a mulher de modo a normatizar seu lugar de cuidadora do lar e da família e valorizar a abnegação. Na década de 1970 observamos que os movimentos sociais progressistas ganharam espaço na Igreja com a intensificação da

ditadura; a RFC mudou seu foco, passando a denunciar os problemas sociais brasileiros. Nesta década, a revista se abriu ao discurso das próprias famílias que relatavam suas práticas principalmente em situações adversas. Na década de 1980, a Igreja passa a sufocar os movimentos progressistas em seu interior e retoma a atenção na orientação das condutas na família. Neste contexto, a RFC se apropria do saber científico da psicologia e psicanálise para propagar seus valores e normas sob formas mais aceitas socialmente. Em 1990 a RFC acirra sua estratégia e instaura um movimento de chamada dos fiéis para dentro da Igreja. É quando ela acentua o discurso sobre si própria, considerando suas leis e suas práticas, e prega a importância da participação das famílias na Instituição. Por fim, em 2000, observa-se que a RFC assume um discurso mais combativo ao responsabilizar outros aparelhos ideológicos como a escola e a mídia pela crise na família. Ela passa a discutir temas polêmicos tidos como problemas sociais causados pela crise familiar e cuja solução estaria na adesão aos referenciais católicos.

Aprendemos uma luta histórica entre a Igreja e outras instituições e saberes com vistas a ampliar o poder de influência de modo a atuarem como matriz hegemônica de produção de sentidos e práticas sobre a família. Observamos, portanto, como uma representação social consiste em uma organização instável e momentânea de uma pluralidade de vozes que ganha forma no bojo de uma batalha ideológica objetivada na comunicação. Assim, evidenciamos a relação entre saber, contexto e comunicação na construção da representação social da família e compreendemos como se constrói o metassistema normativo responsável por garantir a coerência social da representação colocada funcionalmente em ação.

Após esta explanação geral de nossos resultados, observamos que o modelo de triangulação adotado foi essencial para possibilitar uma análise multinível do fenômeno representacional que possibilitasse uma articulação entre processos e conteúdos representacionais permitindo situar indivíduos e grupos em seus contextos sociais e culturais

de inserção, em diferentes tempos históricos. Realizamos a triangulação metodológica ao utilizarmos diferentes instrumentos de coleta e procedimentos de análise em cada um dos estudos de modo a associarmos métodos quantitativos aos qualitativos. A triangulação de dados foi realizada nos Estudos 1 e 2 ao utilizarmos os mesmos métodos de coleta e análise para obter resultados relativos a diferentes grupos sociais e ao complementarmos estes resultados com a análise documental do Estudo 3, de modo a acessar a mesma fonte em diferentes tempos históricos. A triangulação teórica foi fundamental para possibilitar a compreensão de alguns processos subjacentes à gênese e a expressão da representação da família. Além da TRS, utilizamos outras teorias da psicologia social e de outras áreas do conhecimento como a Teoria das Minorias Ativas e a Teoria da Identidade Social, a Ideologia, a Memória Social, a Comunicação social, entre outras.

O esquema abaixo demonstra os aspectos/processos subjacentes à gênese da representação social da família por meio dos quais atingimos os diferentes níveis de análise nos três estudos realizados nesta tese, considerando o processo de influência social e as consequentes transformações no tempo e no espaço social.

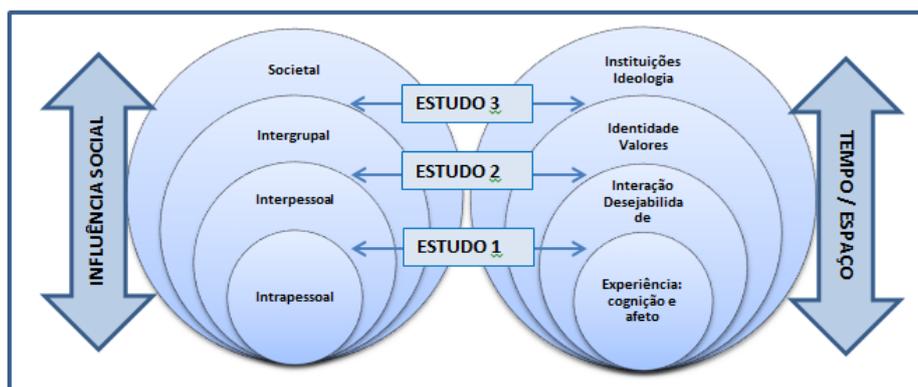


Figura 26: Relação entre os níveis de análise e os processos genéticos

A associação entre estas diferentes formas de triangulação possibilitou compreender a sociogênese da representação social da família a partir de uma complexa análise multinível. Compreendemos como as pessoas constroem teorias sobre a família de modo a darem sentido

a suas experiências e nortearem suas ações, além de delimitarem aspectos de sua identidade. Este trabalho evidenciou como esta construção psicológica é coletiva, pois se encontra inserida em um contexto de interação com o outro permeado por identidades sociais baseadas na pertença grupal. Por fim, evidenciamos que estas pertenças sociais implicam na adesão a universos simbólicos específicos, compostos por valores, normas e ideologias, que por sua vez são construídos em meio a históricos jogos de poder no interior da sociedade.

Desta forma, a articulação entre os três estudos tornou possível que do nível intraindividual chegássemos ao societal, passando pelo níveis interpessoal e intergrupar de modo a transparecer a incidência do social sobre a construção da família como objeto de representação. Vale destacar que a diferenciação de cada estudo em termos de nível de análise, tipo de abordagem metodológica (quali ou quantitativa) e foco no processo ou conteúdo, é uma distinção artificial com fins didáticos, norteada apenas por uma questão de ênfase. Afinal, como explicitamos anteriormente, processos e conteúdos se engendram mutuamente, sendo impossível compreender um sem fazer recurso ao outro. Da mesma forma, indivíduo, grupo, sociedade e cultura são separações artificiais, pois um só se constitui e se define na sua relação com os outros.

Esperamos que esta tese tenha possibilitado uma apreensão ampla dos processos por meio dos quais as representações sociais da família são geradas, circulam entre os grupos e se transformam no devir histórico. Isto é, ansiamos ter alcançado nosso objetivo de abordar a sociogênese da representação social da família de modo a produzir resultados que possam ser úteis para pensarmos o lugar social da instituição familiar. Consideramos que este trabalho responde a algumas questões, mas propicia a abertura de muitas outras discussões teóricas, metodológicas e pragmáticas e que abre para futuras discussões sobre as implicações políticas e éticas das diferentes definições de família que circulam socialmente. Ao final deste mergulho pelos sentidos sobre a família, o que desejamos é que em nossa sociedade seja assegurado às pessoas o livre direito de constituir agrupamentos de convivência em consonância com seus

contextos de vida e que se respeite as práticas familiares baseadas em ideais, valores e representações diversos. Independentemente da configuração e das distribuições de papéis no interior dos grupos, se espera que seja assegurado a todo humano o direito ao vínculo social, necessidade básica da espécie.

REFERÊNCIAS

- Abric, J-C (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des respresentations sociales. Em J-C. Abric (Org.). *Méthodes d'étude des représentations sociales*. Ramonville Saint-Agne:Éres Editions.
- Abric, J-C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. Em A.S.P. Moreira & D.C. de Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp.27-38). Goiânia: AB Editora.
- Abric, J-C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*, Paris: PUF.
- Adena, M. S. & Speller, M. A. R. (2001). A psicanálise e as novas configurações familiares. *Pulsional rev. Psicanál*, 14 (144), 49-59, abr.
- Afonso, L. (2001). Atenção psicossocial a famílias de pacientes em saúde mental. *Interações estud. pesqui. Psicol*, 6 (11), 29-43, jan.-jun.
- Albornoz, A. C. G. & Nunes, M. L. T. (2004). A dor e a constituição psíquica. *Psico USF*, 9 (2), 211-218, jul.-dez.
- Aléssio, R. L. S. (2012). *Representations Sociales et embryon humain: une approche psychosociale comparative Bresil/France*. Tese de Doutorado, Aix-Marseille Université, Marseille, França.
- Allport, G. W. (1935). Attitudes. In: C. Murchison (Ed.). *Handbook of social psychology* (pp.798-844). Worcester, MA: Clark Universty Press.
- Almeida, A. M. O. & Santos, M. F. S. (2002). O envelhecer: teorias científicas x teorias populares. *Psico. Porto Alegre*, 33 (2), 03-24.
- Almeida, A. M. O. (2005). A Teoria das Representações Sociais. Em: M. F. S. Santos & L. M. Almeida (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Recife: UFPE.
- Almeida, A. M. O.; Góes, H A O & Paixão, D. L. L. (2009). Família, escola ou Estado? Representações sociais do adolescente e de seus direitos. Em: Z. A. Trindade, M. C. S.

Menandro & L. Souza. (Orgs.). *Juventudes, masculinidades e risco*. Vitória: GM Gráfica Ed., v. 1, p. 149-168..

Almeida, T. L. (2009). *Uma beleza que vem da tristeza de se saber mulher: representações sociais do corpo feminino*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: edições Graal.

Alves, H. C. & Emmel, M. L. G. (2008). Abordagem bioecológica e narrativas orais: um estudo com crianças vitimizadas. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18 (39), 85-100.

Alves, P. B., Koller, S. H., Silva, A. S., Santos, C. L., Silva, M. R., Reppold, C.T & Prade, L. T. (2002). Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. *Psicol. teor. Pesqui*, 18 (3), 305-313, set.-dez.

Amazonas, M. C. A. & Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Agora (Rio J.)*, 9 (2),177-191, jul.-dez.

Amazonas, M. C. A. & Braga, M.G. R. (2004). Uma redescrição de família e a função paterna. *Encontro*, 9 (10), 33-46, jul.-dez.

Amazonas, M. C. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S. & Silva, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicol. Estud*, 8 (n.esp), 11-20, out.

Amazonas, M. C. L. A., Santana, B. S. & Vaz, D. C. (2001). A família e a criança filha de mãe adolescente. *Interlocuções*, 1 (1), 52-64, jan.-jun.

Andrada, E. G.C. (2003). Família, escola e a dificuldade de aprendizagem: intervindo sistêmica. *Psicol. esc. Educ*, 7 (2),171-178, jul./dez.

Andrade, C. R. (2008). A mediação de conflitos familiares: uma nova prática que pede escuta. *Rev. psicol. plur*, 17 (27), 13-23, jan./jun.

Andreoli, P. B. A., Novaes, M. A. F.P., Karam, C. H. & Knobel, E. (2000). Avaliação das necessidades dos familiares de pacientes gravemente enfermos em UTI. *Rev. SBPH*, 3 (2), 61-63, dez.

- Antoni, C. & Koller, S. H. (2000a). Vulnerabilidade e resiliência familiar: um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos intrafamiliares. *Psico (Porto Alegre)*, 31 (1), 39-66, jan./jun.
- Antoni, C. & Koller, S. H. (2000b). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estud. psicol. (Natal)*, 5 (2), 347-381, jul./dez..
- Apostolidis, T. (2006). *Contexte social et rapport à la santé: une contribution psychosociale* (Habilitation à Diriger des Recherches). Aix-en-Provence: Université de Provence.
- Araújo, C. V. F.O. (2002). Pai, mãe e filho: reflexões sobre família e educação na modernidade. *Estilos clín.*, 7 (12), 100-111.
- Araújo, L.F., Oliveira, J. S. C., Sousa, V. C. & Castanha, A. R. (2007). Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. *Psicol. Soc*, 19 (2), 95-102, maio-ago.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan.
- Armenta, M. F., Sing, B. F. & Osorio, N. C. (2008). Problemas de conducta en niños víctimas de violencia familiar: reporte de profesores. *Estud. psicol. (Natal)*, 13 (1), 3-11, jan./abr.
- Arriagada, I.N. (2000). Familias para un nuevo siglo? *Paidéia*, 10 (18), 28-39, jan.-jul.
- Asch, S.E. (1951) Effects of group pressures on the modification and distortion of judgment. In: Carol Guetzkow (Ed.). *Group, leadership and men*. Pittsburgh: Carnegie Press, p.177-190.
- Ayub, P. (2005). O professor, o aluno com necessidades especiais, a inclusão e a família. *Fam. Comunidade*, 2 (2), 47-64, dez.
- Azevedo, D. (2003). Desafios Estratégicos da Igreja Católica. *Lua Nova*, 60, p.57-79.
- Babls, S. C. & Zacar, F. M. H. (2004). A família e as abrodagens psicossociais na esquizofrenia. *Psicol. Argum*, 22 (39), 27-34, out./dez.
- Bagno, S. (2007). A formação da identidade e de redes sociais na família de imigrantes italianos no Brasil. *Pensando fam*, 11 (2), 101-122, dez.

- Baptista, M. N. & Baptista, A. S. D. (2000) Suporte familiar em adolescentes depressivas. *Psico USF*, 5 (1), 87-102, jan./jun.
- Baptista, M. N. (2005). Desenvolvimento do inventário de percepção de suporte familiar (IPSF), estudos psicométricos preliminares. *Psico USF*, 10 (1), 11-19, jan./jun.
- Baptista, M. N. (2007). Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF), estudo componencial em duas configurações. *Psicol. ciênc. Prof*, 27 (3), 496-509.
- Baptista, M. N., Alves, G. A. S. & Santos, T. M. M. (2008). Suporte familiar, auto-eficácia e locus de controle evidências de validade entre os construtos. *Psicol. ciênc. Prof*, 28 (2), 260-271, jun.
- Baptista, M. N. , Souza, M. S. & Alves, G.A.S. (2008). Evidências de validade entre a Escala de Depressão (EDEP), o BDI e o Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF). *Psico USF*, 13(2), 211-220, dez.
- Barbero, G. H. (2003). A legitimação contemporânea de vínculos homossexuais: novos caminhos de subjetivação e estruturação familiar. *Pulsional rev. Psicanál*, 16 (170), 18-26, jun.
- Barbieri, V., Jacquemin, A. A. & Alves, Z. M. M. B. (2007). O Psicodiagnóstico Interventivo como método terapêutico no tratamento infantil: fundamentos teóricos e prática clínica. *Psico (Porto Alegre)*, 38 (2), 174-181, maio/ago.
- Barbosa, I. R. B. (2003). Existe terapia familiar psicodramática? *Rev. bras. Psicodrama*, 11 (2), 117-124.
- Barbosa, J. A. R. (2004). A educação sexual de estudantes de Aracaju: pesquisa sionômica. *Rev. Bras. Psicodrama*, 12 (2), 179-196.
- Bardin, L. (1985). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, S. M. M. (2007). *Parentalidade "prematura": um estudo sob a ótica da Teoria das Representações Sociais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo.
- Batista, A. P. L. (2001). Adolescência: o que fazer? Como entender. *Virtus*, 1 (1), 7-17, jul.
- Bauer, M. (2008). Análise de conteúdo Clássica: uma revisão. Em: M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático* (pp. 189-217). Petrópolis: Vozes.

- Baumgart, J. A. R. & Santos, D.L. (2009). Síndrome do ninho Vazio temporária: possíveis considerações. *Pensando fam*, 13 (1), 93-101, jun.
- Bazon, F. V. M., Campanelli, E. A. & Blascovi-Assis, S. M. (2004). A importância da humanização profissional no diagnóstico das deficiências. *Psicol. teor. Prát*, 6 (2), 89-99, jul./dez.
- Béjar, V. R., Nazareth, E. R., Moraes, M. E.F.B.R., Pirozzi, M. E. F., Rodrigues, B. L. C. & Silva, G. M. (2002). Os ciclos da vida familiar. *Ide*, (36), 18-30, dez.
- Bem, L. A. & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em família de baixo nível socioeconômico. *Psicol. Estud*, 11 (1), 63-71, jan./abr.
- Berenstein, I. (2002). Problemas familiares contemporâneos o situaciones familiares actuales: Invariancia y novedad. *Psicol. USP*, 13 (2), 15-25.
- Bernardes, E. H. & Pereira, M. J. B. & Souza, N. R. (2007). Integralidade, na concepção de enfermeiros, da estratégia de saúde da família. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog*, 3 (1), fev.
- Bernardino, L. M. F. (2003). O singular e o coletivo na família. *Assoc. psicanal. Curitiba rev.*, 7 (7), 212-224, dez.
- Bernardino, L.M. F. & Kupfer, M. C. M. (2008). A criança como mestre do gozo da família atual: desdobramentos da pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil. *Rev. mal-estar subj.*, 8 (3), 661-680, set.
- Berthoud, C. M. E. (2004). Grupos focais como método qualitativo de pesquisa em psicologia: desafios e perspectivas no ensino e na utilização do método. *Psicol. rev.*, 13 (1), 41-58, maio.
- Bertin, I. P. & Passos, M. C. (2003). A transmissão psíquica em debate: breve roteiro das concepções psicanalítica e sistêmica. *Interações estud. pesqui. Psicol.* 8 (15), 65-79, jan./jun.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicol. teor. Pesqui*, 16 (3), 233-239, set./dez.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicol. teor. Pesqui*, 16 (3), 233-239, set./dez.

- Biasoli-Alves, Z. M. M., Caldana, R. H. L. & Silva, M. H. G. F. D. (1997). Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber técnico-científico. *Rev. Bras. de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 1 (7), jan./jun., 49-62.
- Biasoli-Alves, Z. M. M.; Caldana, R. H. L. & Silva, M. H. D. (1997) Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber técnico-científico. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 7(1), 49-62.
- Biasoli-Alves, Z.M.M. (2000). Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 13(3), Set-Dez, 233-239.
- Bigras, M., Dessen, M. A. (2002). O método Q na avaliação psicológica: utilizando a família como ilustração. *Aval. Psicol.*, 1 (2), 119-131, nov.
- Birman, J. (2009). Pacto perverso e biopolítica. *Psicol. clín.*, 21 (2), 381-396.
- Bittencourt, R. A. A. & Mateus, M. L. F. (2006). Possibilidades de atuação do psicólogo no programa saúde da família: a experiência de Bonito-MS. *Psicol. ciênc. Prof*, 26 (2), 328-343, abr-jun.
- Blumm, C. M. (2009). O suicídio e as suas implicações no contexto familiar. *Rev. Soc. Psicol. Rio Grande Sul*, 8 (1), 144-166, jun.
- Bolognini, S. & Scappaticci, A. L. S. (2008). A família institucional e a fantasmática do analista. *J. psicanal*, 41 (74), 197-215, jun.
- Bolze, S. D. A. & Castoldi, L. (2005). O acompanhamento familiar antes e depois da morte da criança: uma proposta de intervenção para o psicólogo hospitalar. *Aletheia*, (21), 79-91, jan./jun.
- Bonato, V. L. (2002). O deficiente mental - depositário familiar. *Psikhe*, 7 (1), 16-20, jan./jun.
- Borges, C. C. & Magalhães, A. S. (2009). Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. *Psico (Porto Alegre)*, 40 (1), 42-49, jan./mar.
- Boris, G. D. J. B. & Cesídio, M. H. (2007). Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Rev. mal-estar subj.*, 7 (2), 451-478, set.

Born, T. (2001). Quem vai cuidar de mim quando eu ficar velha? Considerações sobre família, residência para idosos (im)previdência social e outras coisas mais. *Rev. Kairós*, 4 (2), 135-148, dez.

Bosi, D., Reis, A. O. A. (2000). A criança asmática na família: estudo de uma representação. *Rev. Bras. de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 2 (10), 60-76, jul./dez.

Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Boss, P. (2005) O trauma da perda ambígua: reflexões ao trabalhar com as famílias dos desaparecidos depois de 11/09/2001. *Pensando fam*, 7 (8), 21-44, jun.

Boudon, R. (1889). *A Ideologia*. São Paulo: Ática.

Braga, M. G. R. & Amazonas, M. C. L. A. (2005). Família , maternidade e procriação assistida. *Psicol. estud* ,10 (1), 11-18, jan.-abr.

Branco, B. M., Wagner, A. & Demarchi, K. A. (2008). Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. *Psicol. reflex. crit* ,21 (1), 125-132.

Brasil (1916). [Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L3071.htm). Acesso em: 11/04/2011, <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L3071.htm>.

Brasil (1990- 1998). *Constituição da República Federativa do Brasil - 05/10/1988*. São Paulo: Ed. Ática.

Brasil (2002). *Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002*. Código Civil. Brasília. Acesso em: 21/07/2010, <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>.

Brasil (2006). *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Acesso em: 11/04/11, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

Brasil, V. R. (2004). A recuperação da pessoa dependente de drogas: o impacto do seu processo de mudança na família. *Fam. comunidade*, 1 (1), 105-124, maio.

Brasileiro, R. F., Jablonski, B. & Féres-Carneiro, T. (2002). Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização. *Psico (Porto Alegre)*, 33 (2), 289-310, jul.-dez.

- Brasiliano, S. (2006). A adolescência e as drogas – reflexões para o profissional que atua com jovens e familiares. *Vínculo*, 3 (3), 57-64, dez.
- Brito, L. M. T. (2005). De "papai sabe tudo" a "como educar seus pais". Considerações sobre programas infantis de TV. *Psicol. soc*, 17 (1), 48-55, jan.-abr. 2005.
- Brito, L. M. T. (2007). Família pós-divórcio: a visão dos filhos. *Psicol. ciênc. prof*, 27 (1), 32-45.
- Brown, P. (1989). Antiguidade Tardia. Em: P. Veyne (Org.). *História da Vida Privada*, 1: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das letras.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2007). Lei, transgressões, famílias e instituições: elementos para uma reflexão sistêmica. *Psicol. teor. pesqui*, 23 (n.esp), 83-87.
- Caldana, R. H. L. & Bisaoli-Alves, Z. M. M. (1993). Educação de crianças: ideias numa revista católica brasileira (1935 a 1988). *Paideia (Rib. Preto)*, 4, 37-44, fev/jul.
- Campos, G. M. & Ferreira, R. F. (2007). A importância da legitimação social na (re)construção da identidade de um alcoolista. *Estud. psicol. (Campinas)*, 24 (2), 215-225, abr.-jun.
- Canho, P. G. M., Neme, C. M. B. & Yamada, M. O. (2006). A vivência do pai no processo de reabilitação da criança com deficiência auditiva. *Estud. psicol. (Campinas)*, 23 (3), 261-269, jul.-set.
- Cano, D. S., Gabarra, L. M., Moré, C. O. & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicol. reflex. crit*, 22 (2), 214-222.
- Cardia, N. G. (1998). A violência urbana e os jovens. In: Pinheiro, Paulo Sergio (Org.). *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana* (pp. 133-154). 1ªed. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda.
- Cardia, N. G. (2003). Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. *Revista Lusotopie*, v. XI, 299-330.
- Carrasco, L. K. (2003). Violência conjugal: um estudo de caso. *Aletheia*, (17/18), 21-30, jan.-dez.
- Carreteiro, T. C. & Cardoso, A. R. S. (2003). Familiarismo e drogas. *Pulsional rev. psicanál*, 16 (171), 48-56, jul.

Carvalho, C. A. F. (2005). *Coisas de Família: Análise Antropológica de Processos de Transmissão Familiar*. Tese: Doutorado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro: UERJ.

Carvalho, E. J. G. (2000). As transformações na sociedade, no espírito de família e educação. *Teor. prat. educ.*, 3 (5), 87-101, mar.

Carvalho, J, Kaihami, H. N. & Alves, V. L. R. (2005). A relação do cuidador com o adulto jovem com seqüelas de traumatismo cranioencefálico. *Fam. comunidade*, 2 (1), 83-102, ago.

Carvalho, M. E. P. (2004). Modos de educação, gênero e relações escola-família. *Cad. pesqui*, 34 (121), 41, jan./abr.

Castro, A. L. S. & Guareschi, P. (2008). Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. *Psicol. soc*, 20 (2), 200-207, maio-ago.

Castro, E. K. & Piccinini, C. A. (2004). A experiência de maternidade de mães de crianças com e sem doença crônica no segundo ano de vida. *Estud. psicol. (Natal)*, 9 (1), 89-99, jan.-abr.

Casullo, M. M. & Liporace, M. F. (2008). Percepción sobre estilos e inconsistencia parentales en adolescentes argentinos. *Estud. psicol. (Campinas)*, 25 (1), 3-9, jan.-mar.

Cerruti, M. Q. & Rosa, M. D. (2008). Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. *Rev. mal-estar subj*, 8 (4), 1047-1076, dez.

Cezar-Ferreira, V. A. M. (2004). A pesquisa qualitativa como meio de produção de conhecimento em psicologia clínica, quanto a problemas que atingem a família. *Psicol. teor. prá*, 6 (1), 81-95, jan.-jun.

Chambel, M. J. & Santos, M. V. (2009). Práticas de conciliação e satisfação no trabalho: mediação da facilitação do trabalho na família. *Estud. psicol. (Campinas)*, 26 (3), 275-286, jul.-set.

Chaves, P. G. S. & Costa, P. L. (2004). O idoso como vítima na cidade de Belo Horizonte: as denúncias na delegacia especializada de proteção ao idoso. *Rev. Kairós*, 7 (2), 113-126, dez.

Chechia, V. A. (2009). *Intervenção com de pais de alunos com insucesso escolar*. Ribeirão Preto, s.n 12, mar.

- Cicco, M. F., Paiva, M. L. S. C. & Gomes, I. C. (2005). Família e conjugalidade: o sintoma dos filhos frente à imaturidade do casal parental. *Psicol. clín.*, 17 (2), 53-63.
- Cimenti, M. E. & Castro, M. G. K. (2000). Psicoterapia infantil: pensar relações e criar significados. *Psicoter. psicanal*, (2), 37-55.
- Cintrón Bou, F. N., Walters-Pacheco, K. Z. & Serrano-García, I. (2008). Cambios: ¿cómo influyen en los y las adolescentes de familias reconstituidas? *Rev. interam. psicol*, 42 (1), 91-100, abr.
- Clémence, A., Doise, W. & Cioldi, F. L. (1994). Prises de position et principes organisateurs des représentations sociales. Em: C. Guimelli (Dir.). *Texte de base en sciences sociales. Structures et transformations des représentations sociales*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- Coelho, C. M. S. (2005). A participação de psicólogos na avaliação de políticas públicas para mulheres. *Psicol. argum*, 23 (40), 37-42, jan.-mar.
- Cohen, R. H. P. (2004). O traumático encontro com os outros da educação: a família, a escola e o Estado. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, 10 (16), 256-269, dez.
- Coimbra, J. C. (2005). A demanda nos processos de habilitação para a adoção e a função dos dispositivos judiciais. *Estud. pesqui. psicol*, 5 (2), 67-78, jul.-dez.
- Corsi, J. (2004). Programas de intervenção com homens que exercem violência. *Pensando fam*, 6 (6), 39-45, jun.
- Corsini, L. F. (2008). Autoridade, família e terapia: discutindo a autoridade no contexto das relações sociais e familiares. *Arq. bras. psicol*, 60 (1), 140-151, jan./jun.
- Cortez, M. B., Padovani, R. C. & Williams, L. C. A. (2005). Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estud. psicol. (Campinas)*, 22 (1), 13-21, jan.-mar.
- Costa, F. T., Teixeira, M. A. P. & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicol. reflex. crit*, 13 (3), 465-473.
- Costa, I. I. (2001). Mal-estar, subjetividade e psicose: reflexões a partir do sistema familiar. *Rev. mal-estar subj.*, 1 (1), 124-137, set.

Costa, J. B., Mombelli, M. A. & Marcon, S. S. (2009). Avaliação do sofrimento psíquico da mãe acompanhante em alojamento conjunto pediátrico. *Estud. psicol. (Campinas)*, 26 (3), 317-325, jul.-set.

Costa, J. F. (2004-1979). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.

Costa, L. F., Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. (2005). O grupo multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicol. USP*, 16 (4), 121-146.

Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B. R., Mendes, J. A. A. & Borba, N. F. (2007). Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arq. bras. psico*, 59 (2), 245-255, Jul.-Dez.

Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicol. reflex. crit*, 20 (3), 425-434.

Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicol. reflex. crit*, 22 (1), 111-118.

Cottet, S. (2007). O avesso das famílias: o romance familiar parental. *Asephallus*, 2 (4), 12-17, maio.-out.

Couto, L. R. M. (2005). Significados da rede social para a mãe de classe baixa que trabalha fora. *Fam. comunidade*, 2 (1), 59-82, ago.

Couto, M. P. & Santiago, A. L. (2007). Família e fracasso escolar. *Asephallus*, 2 (4), 38-49, maio.-out.

Crepaldi, M. A. & Varella, P. Bi. (2000). A recepção da família na hospitalização de crianças. *Paidéia*, 10 (19), 33-39, ago.-dez.

Cypel, L. R. C. (2002). Algumas reflexões sobre os fundamentos do trabalho psicanalítico com família e casal. *Ide*, (36), 2-16, dez.

D'Affonseca, S. M. & Williams, L. C. A. (2003). Clubinho: intervenção psicoterapêutica com crianças vítimas ou em risco de violência física intrafamiliar. *Temas desenvolv*, 12 (67), 33-43, mar.-abr.

- D'Ávila-Bacarji, K. M. G., Marturano, E. M. & Elias, L. C. S. (2005a). Suporte parental: um estudo sobre criança com queixas escolares. *Psicol. estud*, 10 (1), 107-115, jan.-abr.
- D'Ávila-Bacarji, K. M. G., Marturano, E. M. & Elias, L. C. S. (2005b). Recursos e adversidades no ambiente familiar de crianças com desempenho escolar pobre. *Paidéia*, 15 (30), 43-55, jan.-abr.
- Day, V. P. (2002). Crimes na família. *Rev. bras. psicoter*, 4 (1), 33-41, jan.-abr.
- De Antoni, C., Barone, L. R. & Koller, S. H. (2007). Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicol. teor. pesqui*, 23 (2), 125-132, abr.-jun.
- De Tilio, R. & Caldana, R. H. L. (2005). "As mulheres de Misael": corrupção de menores, atentados ao pudor e atos libidinosos na comarca de Ribeirão Preto, 1871 a 1942. *Psicol. USP*, 16 (4), 147-174.
- D'Elia, O. (2001). Direito de família, sexualidade e psicologia uma abordagem multidisciplinar. *Ter. sex.*, 4 (1), 87-94, jan.-jun.
- Denzin, N. (1978). *The research act*. Chicago: Aldine.
- DeSouza, E., Baldwin, J. R. & Rosa, F. H. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicol. reflex. crit*, 13 (3), 485-496.
- Dessen, M. A. & Polonia, A. C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17 (36), 21-32, jan.-abr.
- Dias, A. C. G & Gomes, W. B. (2000). Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes. *Psicol. reflex. crit*, 13 (1), 109-125.
- Dias, A. C. G & Lopes, R. C. S. (2003). Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. *Psicol. estud*, 8 (n.esp), 63-73, out.
- Dias, A. C. G. (2001). Reações à gestação na adolescência. *Psicol. inf*, 5 (5), 45-67, Jan.-Dez.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Doise, W. (1996). Representaciones Sociales en la Identidad Personal. Em J. F. Morales, D. Paez, J. C. Deschamps & S. Worchel (Orgs.), *Identidad Social: aproximaciones psicossociales a los grupos y a las relaciones entre grupos*. Valência: Paonolibro.

Doise, W. (2001). Cognições e representações sociais a abordagem genética. Em: D. Jodelet (Org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 301 -320.

Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 18 (1), abr., 27-35.

Doise, W. (2011). Sistema e metassistema. Em A. M. O. Almeida, F. M. S. Santos, & Z.A. Trindade (Orgs.). *Teoria das Representações sociais 50 anos*. Brasília: Technopolitik.

Doob, L.W. (1947) The behavior of attitudes. *Psychological Review*, 54, 135-156.

Duarte, E. A., Mamani, A. W., Rosales, G. & Kymalainen, J. (2008). Logro educacional como vaticinador de atribuciones y emoción expresada en una muestra tri-étnica de familiares de pacientes con esquizofrenia. *Rev. interam. psicol*, 42 (1), 161-170.

Duveen, G. & Lloyd, B. (1990). Introduction. Em: G. Duveen & B. Lloyd (Eds.). *Social Representation and the development of knowledge* (pp. 01-10). Cambridge: Cambridge University Press.

Duveen, G. (1995). Crianças enquanto atores sociais: as Representações Sociais em desenvolvimento. Em: P. Guareschi & S. Jochelovicht (Orgs.). *Textos em representações sociais* (pp. 261-293). 8ed. Petrópolis: Vozes.

Engels, F. (s/d - 1884). A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: Karl Marx & Friedrich Engels. *Obras escolhidas* (pp. 07-143). Vol. 3, São Paulo: Alfa-Omega.

Fagundes, J. O. (2002). A família e o adolescente. O dilema familiar: visão de futuro e os ideais de geração adolescente frente aos conflitos e expectativas socioeconômicas atuais. *Ide*, (36), 48-53, dez.

Falcão, D. V. S., Salomão, N. M. R. (2006). Mães adolescentes de baixa renda: um estudo sobre as relações familiares. *Arq. bras. psicol*, 2 (58), 11-23, jul.-dez.

Falcke, D.; Oliveira, D. Z.; Rosa, L. W. & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos clín*, 2 (2), 81-90, jul.-dez.

Fave, A. D. & Massimini, F. (2000). Vivendo em família ou em instituição: a experiência ótima, metas e desafios na vida de adolescentes. *Paidéia*, 10 (19), 55-66, ago.-dez.

- Fávero, M. Â. B. & Santos, M. A. (2005). Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. *Psicol. reflex. crit*, 3 (18), 358-369.
- Feitosa, I. C. N. & Dimenstein, M. (2004). Trabalho infantil e ideologia nas falas de mães de crianças trabalhadoras. *Estud. pesqui. psicol*, 4 (2), 59-75, dez.
- Figueira, S. (1987). O 'moderno' e o 'arcaico' na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. Em: S. Figueira (Org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico da família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 11-30.
- Filipini, R. (2009). Reconfiguração sociométrica da família na contemporaneidade: os desafios de crianças e adolescentes. *Rev. bras. psicodrama*, 17 (1), 35-50.
- Fischer, M. I., Oliveira, M. A. M. & Utpadel, S. C. (2009). Relato de experiência no Escritório Modelo de Advocacia: conflitos familiares. *Pensando fam*, 13 (1), 121-134, jun.
- Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. Em: D. Jodelet (Org.). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 173-186.
- Fleck, A. C. & Wagner, A. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicol. estud*, 8 (n.esp), 31-38, out.
- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicol. USP*, 13 (2), 49-68.
- Fonsêca, C. M. S. M. S., Santos, C. P. & Dias, C. M. S. B. (2009). A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19 (44), 303-311, set.-dez.
- Fonseca, M. A. A. & Carvalho, A. M. (2005). Fragmentos da vida: representações sociais de doação de órgãos para transplantes. *Interações estud. pesqui. psicol*, 10 (20), 85-108, jul.-dez.
- Fonseca, M. M. & Gonçalves, H. S. (2003). Violência contra o idoso: suportes legais para a intervenção. *Interação psicol*, 7 (2), 121-128, jun.-dez.
- Forbes, J. (2009). Família e responsabilidade. *SEPHallus*, 4 (8), 100-106, mai.-out.
- Foresti, A. J. (2005). Desenhando a rede cidadania infantil: um desafio na prática profissionalizante em serviço social. *Pensando fam*, 7 (8), 126-138, jun.

Foucault, M. (1990). *História de Sexualidade*, Vol.II: o uso dos prazeres. 6ªed., Rio de Janeiro: Graal.

França, A. C. P. & Viana, B. A. (2006). Interface psicologia e programa saúde da família - PSF: reflexões teóricas. *Psicol. ciênc. prof*, 26 (2), 246-257, abr-jun.

França, M. R. C. (2009). Famílias homoafetivas. *Rev. bras. psicodrama*, 17 (1), 21-34.

Freyre, G. (2006-1933). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51ª ed.rev., São Paulo: Global.

Frizzo, G. B. (2005). As novas configurações familiares e a depressão materna: análise do filme "um grande garoto". *Pensando fam*, 7 (9), 135-146, nov.

Fuks, S. I. (2007). A intimidade nas relações de casal: desafios para a criação de mundos singulares na pós-modernidadei. *Pensando fam*, 11 (2), 11-30, dez.

Furegato, A. R. F. (2002). Grupos de auto-ajuda, Psicóticos Anônimos - P.A., Amigos e Parentes dos Psicóticos Anônimos . *Rev. SPAGESP*, 3 (3), 126-129.

Futino, R. S. & Martins, S. (2006). Adoção por homossexuais: uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Alethéia*, 24, 149-159, jul.-dez.

Galiás, I. (2009). Relações pais-filhos as poderosas complicações amorosas. *Junguiana*, 27 (27), 13-19, nov.

Garcia, M. A. A., Santana, C. A., Garcia, D. R., Martins, L. D. & Bongiovanni, R. G. (2001). As condições de vida em uma região de Campinas, São Paulo. *Rev. ciências médicas*,10 (1), 11-18, jan.-abr.

Garcia, M. L. T., Menandro, P. R. M. (2000) A relação conjugal de mulheres de alcoolistas - um estudo qualitativo. *J. bras. psiquiatr*, 9 (49), 343-350, set.

Gaskell, G. (2008). Entrevistas individuais e grupais. Em: M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.

Gaspard, J-L. (2007).Toxicomania: complexo familiar e figura do pai.*Psicol. rev. (Belo Horizonte)*,13 (2), 243-252, dez.

- Geertz, C. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gellano, C. (2007). Família e inconsciente. *Stylus*, (15), 11-24, nov.
- Glória, D. M. A. (2005). Relação entre escolaridade e diferenças constitutivas das fratrias. *Paidéia*, 15 (30), 31-42, jan.-abr.
- Goldenberg, M. (2001). Laços de família: novas conjugalidades na novela das oito. *Psicol. clín*, 13 (2), 85-102.
- Gomes, A. J. S. & Resende, V. R. (2004). O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicol. teor. pesqui*, 20 (2), 119-125, maio-ago.
- Gomes, E. C. & Duarte, L. F. D. (2008). *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: FGV Editora
- Gomes, I. C. & Paiva, M. L. S. C. (2003). Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? *Psicol. estud*, 8 (n.esp), 3-9, out.
- Gomes, I. C., Levy, L. (2009). Psicanálise de família e casal: principais referenciais teóricos e perspectivas brasileiras. *Alethéia* (29), 151-160, jun.
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. P. (2003). O adolescente e a rua: encantos e desencantos. *Rev. mal-estar subj*, 3 (1), 107-121, mar.
- Gomide, P. I. C., Bussadori, D. J., Sabbag, G. M. , Berri, G. C. & Furtado, M. S. (2003). A influência da TV e dos estilos parentais nos horários de refeição das famílias. *Psicol. argum*, 21 (32), 27-35, jan.
- Gonçalves, H. S., Borsoi, T. S., Santiago, M. A., Lino, M. V., Lima, I. N. & Federico, R. G. (2008). Problemas da juventude e seus enfrentamentos: um estudo de representações sociais. *Psicol. soc*, 20 (2), 217-225, maio-ago.
- Guimarães, R. M. & Romanelli, G. (2002). A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. *Psicol. estud*, 7 (2), 117-126, jul.-dez.
- Gus, I. I. (2005). Raízes socioculturais da psicopatologia contemporânea. *Psicoter. psicanal*, 7, 32-38.

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A. & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicol. teor. pesqui*, 21 (3), 341-348, set.-dez.

Halbwachs, M. (1956). *La memoire collective*. Paris: PUF.

Hennigen, I. (2008). A família que aparece na mídia: hegemonia de um modelo. *Psico (Porto Alegre)*, 39 (2), 166-174, abr.-jun.

Henriques, C. R., Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2006). Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão. *Paidéia*, 16 (35), 327-336, set.-dez.

Henriques, M. I. G. & Gomes, I. C. (2005). Mito familiar e transmissão psíquica: uma reflexão temática de forma lúdica. *Psyche (São Paulo)*, 9 (16), 183-196, jul.-dez.

Herédia, V., Sirena, N. (2006). Faces e interfaces da família no olhar dos idosos. *Estud. interdiscip. envelhec*, 10, 9-27.

Houzel, D. (2005). Influência de fatores familiares sobre a saúde mental de crianças e de adolescentes. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam*, 8 (3), 443-479, set.

Ibañez, T. (1988). *Ideologias de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai.

Instituto Brasileiro de Direito de Família (2007). *Estatuto da Família*: projeto de lei nº2285/2007. Porto Alegre: Magister.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2012). Censo demográfico 2010. Acesso em: 10/12/2012. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br//home/estatistica/populacao/censo2010/familias_e_domicilios/default_familias_e_domicilios.shtm

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2010). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2009. Acesso em: 09/05/2010. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf

Jardim, F. C., Driemeier, F., Costa, F., Zeni, C. & Zavaschi, M. L. (2008). A família que morava na casa dos ratos: um relato de caso. *Rev. bras. psicoter*, 10 (1), 49-56, ago.

Jeber, L. J. (2005). Auto-regulação: um conceito para a educação da criança na família e na escola. *Psicol. corpor*, 6, 53-57, jan.

João Paulo PP II. (1981). *Familiares Consortio* (Exortação Apostólica). Vaticano: Libreria Editrice Vaticana. Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio_po.html. Acesso em: 03/12/2012.

Jodelet, D. (2005a). *Loucuras e Representações Sociais*, Petrópolis: Vozes.

Jodelet, D. (2005b). Discutindo relações entre experiência e representação social. Em: M.S.S. Menin & A. M. Shimizu (Orgs.). *Experiência e Representação Social: questões teóricas metodológicas* (pp. 23-56). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Joly, M. C. R. A., Dias, A. S. & Marini, J. A. S. (2009). Avaliação da agressividade na família e escola de ensino fundamental. *Psico USF*, 14 (1), 83-93, jan.-abr.

Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública*. Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia Social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*. 16 (02), 20-31.

Jovchelovitch, S. (2011). Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre pluralidade e a sabedoria da razão em Psicanálise sua Imagem e seu Público. Em: A. M. O. Almeida; M. F. S. Santos & Trindade, Z. A. (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais*. Brasília: Technopolitik, 159-176.

Kaës, R. (2003). O Intermediário na abordagem psicanalítica da Cultura. *Psicol. USP*, 14 (3), 15-33.

Kamers, M. (2006). As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Estilos clín*, 11 (21), 108-125, dez.

Klarmann, R. P. (2004). Os afetos primitivos no homem contemporâneo. *Psicoter. psicanal*, 6, 80-91.

Kreppner, K. (2001). On the generation of data in the study of social interaction. *Psicol. teor. pesqui*, 17 (2), 109-118, maio-ago.

Kronberger, N. & Wagner, W. (2002). Palavras-chave em contexto: análise estatísticas de textos. Em M. W. Bauer e Gaskell (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.

Kublikowski, I. & Macedo, R. M. S. (2001). Trabalho, família e a mulher na meia idade: velhos dilemas em novos contextos. *Psicol. rev*, 12 (2), 99-107, nov.

L'Abate, L. (2000). Sentimentos de injúria e socialização da personalidade na família. *Psicol. teor. pesqui*, 16 (2), 113-123, maio/ago.

Labate, R. C. & Barros, G. C. (2006). Uma possibilidade de escuta a uma família enlutada: ressignificando a experiência de perda. *Rev. SPAGESP*, 7 (1), 50-57, jan.-jun.

Lago, V. M. & Bandeira, D. R. (2009). A Psicologia e as demandas atuais do direito de família. *Psicol. cienc. prof*, 29 (2), 290-305, jun.

Leitão, D. O. & Ribeiro, M. A. (2007). Filhos: ter ou não ter? O que influencia essa decisão?. *Pensando fam*, 11 (1), 47-68, jul.

Lemos, F. C. S. (2004). Conselhos tutelares: proteção e controle. *Rev. Dep. Psicol., UFF*, 16 (2), 85-100, jul.-dez.

Lévi-Strauss, C. (1956) A família. In: Spiro, Melford et al. (orgs.). *A família: origem e evolução*. Porto Alegre, Editorial Villa Martha, 1980. p. 7-45.

Lévi-Strauss, C. (2009). *As estruturas elementares do parentesco*. 5 ed. Petrópolis: Vozes.

Levy, L. & Féres-Carneiro, T. (2002). Famílias monoparentais femininas: um estudo sobre a motivação de mulheres que adotam. *Interação psicol*, 6 (2), 243-250, jul.-dez.

Levy, L., Pinho, P. G. R. & Faria, M. M. (2009). Família é muito sofrimento”: um estudo de casos de “devolução” de crianças. *Psico (Porto Alegre)*, 40 (1), 58-63, jan.-mar.

Lichtig, I., Cárnio, M. S., Couto, M. I. V., Akiyama, R., Gomes, M. & Mecca, F. (2001). Atendimento fonoaudiológico centrado na família de crianças surdas de 3 a 6 anos de idade. *Bol. psicol*, 51 (115), 177-185, jul.-dez.

Lima, A. L. G. (2006). A "criança-problema" e o governo da família. *Estilos clín*, 11 (21), 126-149, dez.

- Lima, A. O. & Ribeiro, F. S. (2004). Quando o amor dói!. *Fam. comunidade*, 1 (2), 59-65, nov.
- Lima, C. M. B. (2002). O mal de nossos tempos ou um Édipo mal resolvido. *Ide*, (36), 94-101, dez.
- Lima, L. D. & Marques, J. C. (2007). Relações interpessoais em famílias com portador da doença de Alzheimer. *Psico (Porto Alegre)*, 38 (2), 157-165, maio-ago.
- Lisboa, C. S. M., Koller, S. H. (2000). Questões de ética na pesquisa com crianças e adolescentes. *Aletheia*, (11), 59-70, jan.-jun.
- Lisboa, C., Koller, S. H., Ribas, F. F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciúncula, L. P. & De Marchi, R. B. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicol. reflex. crit*, 15 (2), 345-362.
- Longo, C. S. (2004). A permanência no Brasil de discursos ético pedagógicos disciplinares favoráveis às punições corporais domésticas na infância. *Rev. psicol*, 22 (2), 9-21, jul.-dez.
- Lordelo, L. R., Bastos, A. C. S. & Alcântara, M. A. R. (2002). Vivendo em contexto de violência: o caso de um adolescente. *Psicol. estud*, 7 (2), 31-40, jul.-dez.
- Löwy, M. (1991). *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez.
- Macêdo, K. B., Caixeta, C. M. M., Guimarães, D. C., Macêdo, G. N. S., Hernandez & J. C. (2004). O processo sucessório em organizações familiares e a exclusão da mulher. *Psicol. soc*, 16 (3), 69-81, set.-dez.
- Machado, H. V. (2005). Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. *Psicol. estud*, 10 (2), 317-323, mai.-ago.
- Machado, J.P. (2005). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Acesso em: 11/04/2011
- Machado, Z. (2008). A família está viva!. *Stylus*, (16), 53-66, maio.
- Maffioletti, V. L. R. (2005). Velhice e família: reflexões clínicas. *Psicol. ciênc. prof*, 3 (25), 336-351.
- Magagnin, C., Körbes, J. M., Daudt, P. R., Dib, M. A. K., Oliveira, J. R. S. & Jacques, J. M. (2000). Ciclo de vida familiar. *Aletheia*, (11), 41-58, jan.-jun.

- Magalhães, A. S. & Féres-Carneiro, T. (2004). Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, 10 (16), 243-255, dez.
- Maia, M. V. C. M., Zamora, M. H. R. N., Vilhena, J. & Bittencourt, M. I. (2007). "Crianças impossíveis - quem as quer, quem se importa com elas". *Psicol. estud*, 12 (2), 335-342, maio.-ago.
- Maimoni, E. H. & Bertone, M. E. (2001). Colaboração família-escola em um procedimento de leitura para alunos de séries iniciais. *Psicol. esc. educ*, 5 (1), 37-48, jan.-jun.
- Maluschke, J. S. N. F. B. (2001). A AIDS na encruzilhada das subjetividades: reflexões em torno de uma pesquisa. *Rev. mal-estar subj*, 1 (1), 138-149, set.
- Marcondes Filho, C. (1990). *Quem manipula quem?* São Paulo: s/r.
- Mariano, F. N. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?. *Psicol. reflex. crit*, 21 (1), 11-19.
- Mariotto, R. M. M. (2002). Laço conjugal homossexual: família ou irmandade?. *Assoc. psicanal. Curitiba rev*, 6 (6), 91-100, dez.
- Marková, I. (2003). Les focus groups. Em: S. Moscovici & F. Buschini (Orgs.). *Les méthodes des sciences humaines* (pp.221-242). Paris: Presses Universitaires de France.
- Marra, C. & Feijó, M. (2004). Mapas das redes culturais: um instrumento para o trabalho com famílias e casais em contexto de migração. *Fam. comunidade*, 1 (2), 27-42, nov.
- Martini, F. & Hemesath, T.P. (2009). Abuso sexual infantil e características da família em situação de risco - um olhar da psicologia frente ao manejo da equipe multiprofissional em um hospital geral. *Rev. Soc. Psicol. Rio Grande Sul*, 8 (1), 130-143, jun.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estud. psicol. (Natal)*, 9 (1), 177-187, jan.-abr.
- Martins, E. M. A., Rabinovich, E. P. & Silva, C. N. (2008). Família e o processo de diferenciação na perspectiva de Murray Bowen: um estudo de caso. *Psicol. USP*, 19 (2), 181-197, jun.
- Martins, F., Santo, L. E. & Percílio, D.. (2002). Representação social da droga em Brasília II - O movimento sóciocul. *Rev. psicol*, 20 (1), 19-27, jan.-jun.

- Matsukura, T. S., Emmel, M. L. G., Palhares, M. S., Martinez, C. M. S. & Suriam, C. (2000). A importância da provisão de suporte aos cuidadores de crianças portadoras de transtornos do desenvolvimento. *Temas sobre Desenvolvimento*, 48 (8), 5-10, jan./fev.
- Mattar, C. & Carreiro, T. C. (2003). Percurso biográfico, percurso social: violência conjugal em análise. *Psicol. clín*, 15 (2), 49-66.
- Mazuca, K. P. P. & Sardinha, L. S. (2000). Dependência do álcool: a importância da família no tratamento e na prevenção da recaída. *Bol. iniciaç. cient. psicol*, 1 (1), 23-31, jan.-dez.
- Mc Guire, W. J. (1985). The nature of attitudes and attitude change. In: G. Lindzey and E. Aronson (eds.) *Handbook of social psychology* (pp.233-346), 3ed. (vol.2), New York: Random House.
- Melchiori, L. E., Alves, Z. M. M. B., Souza, D. C. & Bugliani, M. A. P. (2007). Família e creche: crenças a respeito de temperamento e desempenho de bebês. *Psicol. teor. pesqui*, 23 (3), 245-252, jul.-set.
- Melgoza M. M. E. (2008). Família reconstruída: um modelo de psicoterapia grupal com adolescentes. *Vinculo*, 5 (2), 146-163.
- Menezes, C. N. B., Passareli, P. M., Drude, F. S. & Santos, M. A. (2007). Câncer infantil: organização familiar e doença. *Rev. mal-estar subj*, 7 (1), 191-210, mar.
- Menin, M.S.S. (2006). Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (1), 43-52.
- Milani, R. G. & Loureiro, S. R. (2008). Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. *Psicol. cienc. prof*, 28 (1), 50-67, mar.
- Milgam, S. (1983). Obediência à autoridade: uma visão experimental. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Minerbo, M. & Chu, A. V. A. (2004). Diário clínico: o mendigo que virou príncipe. um paciente analisador da família, do social e da instituição. *Pulsional rev. psicanál*, 17 (180), 61-70, dez.
- Mondin, E. M. C. (2005). Um olhar ecológico da família sobre o desenvolvimento humano. *Psicol. argum*, 23 (41), 25-35, abr.-jun.

- Monteiro, J. K., Espirito Santo, F. C. & Bonacina, F. (2005). Valores, ética e julgamento moral: um estudo exploratório em empresas familiares. *Psicol. reflex. crit*, 18 (2), 237-246.
- Moreira, M. S. S. (2004). A dependência familiar. *Rev. SPAGESP*, 5 (5), 83-88, jan.-dez.
- Moreno, J. B., Muñoz, R. A. , Hernández, G. E., Morante, B. M. E. & Carvajal, R., R. (2005). Diferencias de género en el trabajo: un estudio en población española. *Psicol. estud*, 10 (1), 3-10, jan.-abr.
- Moscovici, S. (1986). Introducción: el campo de la psicología social. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología Social* (pp. 17-37). Barcelona: Paidós.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2011/1979). *Psicologia das Minorias Ativas*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2012/1961). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1990). Social Psychology and Developmental Psychology: extending the conversation. Em: G. D. & B. L. (Eds.). *Social Representation and the development of knowledge* (pp.164-185). Cambridge: Cambridge University Press.
- Motta, J. M. C. (2004). Como está a sexualidade do trabalhador globalizado?. *Rev. Bras. Psicodrama*, 12 (2), 157-166.
- Moura, S. M. S. R. & Araújo, M. F. (2004). A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicol. ciênc. Prof*, 24 (1), 44-55.
- Munhoz, S. C. D & Maciel, D. A. (2008). Interação família-criança: possibilidades de negociação na co-construção da escrita. *Fractal rev. psicol*, 20 (1), 269-284, jan.-jun.
- Narvaz, M. & Koller, S. H. (2005). A invenção da família. *Pensando fam*, 7 (9), 121-134, nov.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicol. soc*, 1 (18), 49-55, jan.-abr.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico (Porto Alegre)*, 37 (1), 7-13, jan.-abr.

- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2007). Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida. *Psicol. clin*, 19 (2), 117-131, dez.
- Nascimento, C. & Coelho, M. R. M. (2006). Apego e perda ambígua: apontamentos para uma discussão. *Rev. mal-estar subj*, 6 (2), 426-449, set.
- Nascimento, E. C. & Justo, J. S. (2000). Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. *Psicol. reflex. crit*, 13 (3), 529-538.
- Nascimento, V. S. (2009). Tabus e crenças sobre a violência sexual intrafamiliar contra crianças frente às concepções histórico-culturais. *Pensando fam*, 13 (1), 37-48, jun.
- Negreiros, T. C. G. M. & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estud. pesqui. psicol*, 4 (1), 34-47, jun.
- Nieweglowski, V. H. & Moré, C. L. O. O. (2008). Comunicação equipe-família em unidade de terapia intensiva pediátrica: impacto no processo de hospitalização. *Estud. psicol. (Campinas)*, 25 (1), 111-122, jan.-mar.
- Nominé, B. (2007). O sintoma e a estrutura familiar. *Stylus* (15), 45-56, nov.
- Nunes, C. C., Silva, N. C. B. & Aiello, A. L. R. (2008). As contribuições do papel do pai e do irmão do indivíduo com necessidades especiais na visão sistêmica da família. *Psicol. teor. pesqui*, 24 (1), 37-44, jan.-mar.
- Nunes, K. K. (2003). Psicoterapia vincular domiciliar - duas estagiárias e uma só família - cenas de uma novela familiar. *Rev. Soc. Psicol. Rio Grande Sul*, 2 (2), 54-62, jun.
- Oliveira, C. M. & Mariotto, R. M. M. (2008). Dois casos e uma questão: qual é o lugar do cuidador na subjetivação da criança?. *Estilos clin*, 13 (24), 176-189, jun.
- Oliveira, D. C. & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estud. pesqui. psicol*, 6 (2), 34-50, jul.-dez.
- Oliveira, H. C. (2004). O grupo como estratégia de sobrevivência: configurações vinculares de crianças na favela. *Rev. psicol*, 22 (1), 48-66, jan.-jun.
- Oliveira, J. F. P. (2003-2004). Marcas do tempo - envelhecimento: a família e sua trajetória entre valores e gerações. *Ser. doc*, 9 (14/15), 19-35.

- Oliveira, S. M. (2004). A exclusão da família no cenário social. *Fam. comunidade*, 1 (2), 67-76, nov.
- Oliveira, T. T. S. & Caldana, R. H. L. (2004). Mães psicólogas ou psicólogas mães: vicissitudes na educação dos filhos. *Estud. psicol. (Natal)*, 9 (3), 585-593, set.-dez.
- Orth, A. P. S. & Moré, C. L. O. O. (2008). Funcionamento de famílias com membros dependentes de substâncias psicoativas. *Psicol. argum*, 26 (55), 293-303, out.-dez.
- Pacheco, A. L. P. B. (2001). Trabalho e família sob o olhar feminino. *Psico USF*, 6 (2), 11-19, jul.-dez.
- Padovani, R. C. & Williams, L. C.A. (2008). Histórico de violência intrafamiliar em pacientes psiquiátricos. *Psicol. ciênc. prof*, 28 (3), 520-535, set.
- Paiva, V., Lima, T. N., Santos, N., Ventura-Filipe, E. & Segurado, A. (2002). Sem direito de amar? A vontade de ter filhos entre homens (e mulheres) vivendo com o HIV. *Psicol. USP*, 13 (2), 105-133.
- Paludo, S.S. & Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicol. soc*, 20 (1), 42-52, jan.-abr.
- Parreira, S. M. C. P. & Justo, J. S. (2005). A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. *Psicol. estud*, 10 (2), 175-180, mai.-ago.
- Paschoal, T. & Tamayo, A. (2005). Impacto dos valores laborais e da interferência família - trabalho no estresse ocupacional. *Psicol. teor. pesqui*, 21 (2), 173-180, maio-ago.
- Pasqualin, L. (2001). Relação profissional de saúde e família de crianças com deficiência: ansiedade que inviabiliza o diálogo. *Bol. psicol*, 51 (115), 215-234.
- Passos, M. C. & Polak, P. M. (2004). A identificação como dispositivo da constituição do sujeito na família. *Mental*, 2 (3), 39-50, nov.
- Passos, M. C. (2002). Família: o que muda e o que permanece em diferentes configurações. *Cad. psicol. (Belo Horizonte, 1984)*, 12 (1), 31-43.
- Passos, M. C. (2003). A estética em novas formas de ser família. *Psicol. clín*, 15 (2), 81-92.

- Pedone, C. & Araujo, S. G. (2008). Los laberintos de la ciudadanía. Políticas migratorias e inserción de las familias emigrantes latinoamericanas en España. *REMHU*, 16 (31), 143-164, dez.
- Pelisoli, C., Teodoro, M. L. M. & Dell'Aglio, D. D. (2007). A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar. *Arq. bras. psicol*, 59 (2), 256-269, jul.-dez.
- Pereira, P. C., Santos, A. B. & Williams, L. C. A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicol. teor. pesqui*, 25 (1), 19-28, jan.-mar.
- Peron, P. R. (2001). Uma análise do conto Os laços de família de Clarice Lispector, segundo o recorte da Psicanálise da família. *Interações estud. pesqui. psicol*, 6 (12), 107-116, jul.-dez.
- Perucchi, J. & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicol. clin*, 19 (2), 57-69, dez.
- Petean, E. B. L. & Borges, C. D. (2002). Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de língua de sinais na opinião das mães. *Paidéia*, 12 (24), 195-204.
- Petrini, J. C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. *Memorandum* (8), 20-37, abr.
- Piccinini, C. A., Marin, A. H., Alvarenga, P., Lopes, R. C. S. & Tudge, J. R. (2007). Responsividade materna em famílias de mães solteiras e famílias nucleares no terceiro mês de vida da criança. *Estud. psicol. (Natal)*, 12 (2), 109-117, maio-ago.
- Pinto J. & Antonio A. (2001). O trabalho com crianças vítimas de violência sexual doméstica: promovendo a resiliência. *Temas desenvolv*, 10 (55), 40-46, mar.-abr.
- Pitanguy, J. (2002). Violência de gênero: uma questão política. *Cad. psicanál. (Rio J.,1982)*, 18 (21), 85-100.
- Pitombo, E. M. (2007). Família, psicopedagogia e pós-modernidade. *Cad. psicopedag*, 6 (11).
- Pittau, F. (2008). Esperienza migratoria e famiglia. *REMHU*, 16 (30), 129-146, jun.
- Poletto, R. C., Koller, S. H. (2002). Rede de apoio social e afetivo de crianças em situação de pobreza. *Psico (Porto Alegre)*, 33 (1), 151-175, jan.-jun.

- Poli, C. B., Munhoz, J. H., Furtado, H., Ferlini, M. C. S., Castro, M. G. K., Rosa, S. M. M. & Siqueira, T. (2001). Laços de família: a crise adolescente, segredos familiares e transgeracionalidade. *Psicoter. psicanal*, 3:81-92, ago. 2001..
- Polonia, A.C. & Dessen, M. A. (2005). Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. *Psicol. esc. educ*, 9 (2), 303-312, jul.-dez.
- Ponciano, E. L. T. & Féres-Carneiro, T. (2003). Modelos de família e intervenção terapêutica. *Interações estud. pesqui. psicol*, 8 (16), 57-80, jul.-dez.
- Ponciano, E. L. T. & Féres-Carneiro, T. (2006). Terapia de família no Brasil: uma visão panorâmica. *Psicol. reflex. crit*, 19 (2), 252-260, maio-ago.
- Ponciano, E. L. T. (2002). Família Nuclear e Terapia de Família: conexões entre duas histórias. *Estud. pesqui. psicol*, 2 (2), 39-56, jul.-dez.
- Ponciano, E. L.T. & Féres-Carneiro, T. (2001). Diversidade de fontes de inspiração: uma perspectiva histórica da terapia de família. *Psico (Porto Alegre)*, 32 (2), 131-147, jul.-dez.
- Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C., Garotti, M. & Magalhães, C. M. C. (2007). Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. *Alethéia*, (26), 67-79, jul./dez.
- Porto, M. (2000). Intervenção psicológica em abrigo para mulheres em situação de violência: uma experiência. *Psicol. teor. pesqui*, 24 (3), 369-374, jul.-set.
- Prado, M. C. A. (2000). Questões edípicas na inversão de gerações. *Psicol. clín*, 12 (1), 147-172.
- Prado, M. C. A. (2001). Como cantar de galo? - Saindo da casca!: em busca da genitalização. *Psicol. Clín.*,13 (2), 53-71.
- Prandi, J. R. (1975). Catolicismo e família: transformação de uma ideologia. *Cadernos CEBRAP* (21), s/e.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicol. estud*, 12 (2), 247-256, maio-ago.

- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2007). Opiniões dos adolescentes do ensino médio sobre o relacionamento familiar e seus planos para o futuro. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17 (36), 103-114, jan.-abr.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2009). Uso de drogas na família e avaliação do relacionamento com os pais segundo adolescentes do ensino médio. *Psico (Porto Alegre)*, 40 (1), 32-41, jan.-mar.
- Puntel, J. T. (1984). Família Cristã: caminhos e respostas. *Família Cristã*, 50 (577), 48-58.
- Pupin, V. M. & Cardoso, C. L. (2008). Agentes Comunitários de Saúde e os sentidos de "ser agente". *Estud. psicol. (Natal)*, 13 (2), 157-163, maio-ago.
- R. B. R. & Neme, C. M. B. (2008). Experiências afetivo-familiares de mulheres com alopecia areata. *Estud. psicol. (Campinas)*, 25 (4), 487-497, out.-dez.
- Raduan, M. T. C. & Araujo, C. A. (2009). Os filhos nas famílias reconstituídas. *Junguiana*, 27 (27), 20-25, nov.
- Ramos, D. M. & Nascimento, V. G. (2008). A família como instituição moderna. *Fractal rev. psicol*, 20 (2), 461-472, jul.-dez.
- Ramos, D.M. & Nascimento, V. G. (2008). A Família como Instituição Moderna. *Revista de Psicologia*, 20 (2), 461-472, Jul/dez.
- Rateau, P. (1999). Les representations sociales. Em: J-P. PÉTARD (Coord.). *Psychologie sociale*. Paris: Bréal. 162-194.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Raupp, C. S. & Menezes, C. C. (2007). Transgeracionalidade: quando crescer não é permitido. *Pensando fam*, 11 (2), 57-70, dez.
- Realí, A. M.M. R. & Tancredi, R. M. S. P. (2005). A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva. *Paidéia*, 15 (31), 239-247, maio-ago.
- Reinert, M. (1986). Un Logiciel d'analyse lexicale: ALCESTE. *Les Cahiers de l'analyse des Données*, 4, 471-484.

- Reppold, C. T., Reppold, L. T., Xavier, A. C. M. & Hutz, C. S. (2004). AIDS pediátrica: aspectos epidemiológicos, clínicos e socioemocionais da síndrome entre crianças e adolescentes infectados e suas famílias. *Psico (Porto Alegre)*, 35 (1), 79-88, jan.-jun.
- Rezende, M. M. (2001). Abordagem familiar no tratamento de toxicodependentes: aspectos esquemáticos de uma modalidade de atendimento. *Psicol. inf*, 5 (5), 35-44, jan.-dez.
- Ribeiro, A. S. M. (2005). *Os homossexuais em busca de visibilidade social*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Ribeiro, D. F. & Andrade, A. S. (2006). A assimetria na relação entre família e escola pública. *Paidéia*, 16 (35), 385-394, set.-dez.
- Ribeiro, S. C. C. (2002). As inovações constitucionais no Direito de Família. *Jus Navigandi*, Teresina, 58, ano 6, ago. Acesso em: 21/07/2010, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3192>.
- Rios, M. G., Gomes, I. C. (2009). Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. *Estud. psicol. (Campinas)*, 26 (2), 215-225, abr.-jun.
- Rizzini, I. C. (2002). Adolescentes e famílias: tendências e preocupações globais. *Interação psicol.*, 6 (1), 45-47, jan.-jun.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação. *Psicol. clín*, 15 (2), 93-107.
- Rodriguez, A. C. R. (2001). Anorexia nervosa: adolescência e dinâmica familiar. *Psicol. inf*, 5 (5), 68-98, Jan.-Dez.
- Rolfesen, A. B., Martinez, C. M. S. (2008). Programa de intervenção para pais de crianças com dificuldades de aprendizagem: um estudo preliminar. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18 (39), 175-188.
- Romagnoli, R. C. (2004). Trabalhando com famílias na rede de saúde mental: dificuldades e desafios. *Pulsional rev. psicanál*, 17 (180), 71-80, dez.
- Romanelli, G. & Prieto, D. I.C. (2002). Adolescentes do sexo feminino: família, grupo de pares e relações afetivas. *Paidéia*, 12 (22), 57-68, jan.-jun.

Romanelli, G. (2003). Paternidade em Famílias de Camadas Médias. *Estud. pesqui. psicol*, 3 (2), 79-95, jul.-dez.

Rosa, E. M. & Tassara, E. T. O. (2004). Violência, ética e direito: implicações para o reconhecimento da violência doméstica contra crianças. *Psicol. ciênc. prof*, 24 (3), 34-39, set.

Rosa, E. M. & Tassara, E.T.O. (2003). Em busca de um sentido para a violência doméstica contra crianças. *Psicol. argum*, 21 (34), 35-40, jul.-set.

Rosa, L. C. S. (2005). A inclusão da família nos projetos terapêuticos dos serviços de saúde mental. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, 11 (18), 205-218, dez.

Rouche, M. (1989). Alta Idade Média Ocidental. Em: P. Veyne (Org.). *História da Vida Privada 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das letras.

Said, A. D. L. (2005). Conceitualizações psicanalíticas sobre trauma. *Psicoter. psicanal*, 7, 11-21.

Samara, E. M. (2002). O que mudou na família brasileira?: da colônia à atualidade. *Psicol. USP*, 13 (2), 27-48.

Sampaio, I. T. A. & Gomide, P. I. C. (2007). Inventário de estilos parentais (IEP) - Gomide (2006) percurso de padronização e normatização. *Psicol. argum*, 25 (48), 15-26, jan./mar.

Santos, I. E., Dias & C. M. S. B. (2008). Homem idoso: vivência de papéis desempenhados ao longo do ciclo vital da família. *Alethéia* (27), 98-110, jan.-jun.

Santos, L. M. M. (2005). O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicol. estud*, 10 (1), 57-66, jan.-abr.

Santos, L. V. & Costa, L. F. (2004). Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicol. teor. prá*, 6 (1), 59-72, jan.-jun.

Santos, M. A. (2002). O trabalho em grupo na instituição hospitalar: acompanhamento psicológico de apoio familiar. *Rev. SPAGESP*, 3 (3), 68-73.

Santos, M. A., Oliveira, É. A., Moscheta, M.S. & Ribeiro, R. P. P. (2004). "Mulheres plenas de vazio": os aspectos familiares. *Vínculo*, 1 (1), 46-51, dez.

Santos, M. C., Caldana, R. H. L. & Alves, Z. M. M.B. (2001). O papel masculino dos anos quarenta aos noventa. *Paidéia*, 11 (21), 57-68.

- Santos, M. C.; Caldana, R. H. L. & Biasoli-Alves, Z. M. M. (2001). O papel do Masculino dos anos quarenta aos noventa: transformações no ideário. *Paideia (Rib. Preto)*, 11(21), 57-58.
- Santos, M. F. S. (2005). A Teoria das Representações Sociais. Em: M. F. S. Santos & Almeida, L. M. (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Recife: UFPE.
- Santos, M. F. S., Aléssio, R. L. & Silva, J. M. (2008). Os adolescentes e a violência na Imprensa. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 25(3), 447-452, jul.
- Santos, R. K., Mouraria, C. G., Soares, I., Vilas Bôas, Prizanteli, C. C., Bighetti, F., Godoy, R. S. P., Ribeiro, R. P.P. & Santos, M. A. (2002). Grupo de apoio psicológico aos familiares de portadores de anorexia e bulimia nervosa. *Rev. SPAGESP*, 3 (3), 139-143.
- Santos, S. S. & Dell'Aglio, D.D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. *Psicol. teor. pesqui*, 25 (1), 85-92, jan.-mar.
- Sarti, C. A. (1999). "Deixarás o teu pai e a tua mãe": notas para uma discussão sobre Lévi-Strauss e a família. *XXIII Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)*. Caxambu, Minas Gerais.
- Sarti, C. A. (2004). A família como ordem simbólica. *Psicol. USP*, 15 (3), 11-28.
- Sastre, S., Fuentes, N., Limbrunner, L. & Nieto, M. (2002). Los jóvenes en la Argentina: ¿Cómo son? ¿Qué quieren? ¿Qué necesitan?. *Conscientia*, 6 (1), 22-27, jan.-mar.
- Scarparo, M. L. D., Cruz, L. & Guareschi, N. (2005). Atendimento à família na assistência social: constituindo demanda por meio da escuta. *Psicol. argum*, 23 (40), 59-65, jan.-mar.
- Scazufca, M. (2000). Abordagem familiar em esquizofrenia. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 1 (22), 50-52, maio.
- Scherer, E. A. & Scherer, Z. A. P. (2002). Grupos com doentes mentais crônicos e familiares em comunidade terapêutica: relato de experiência. *Rev. SPAGESP*, 3 (3), 40-43.
- Schincariol, M. F., Vasconcellos, A. C. (2001). Suporte psicossocial a familiares de militares durante operação de manutenção de paz. *Psicol. teor. práct*, 3 (2), 37-45, jul.-dez.
- Schmidt, C., Bosa, C. (2003). A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo. *Interação psicol*, 7 (2), 111-120, jun.-dez.

- Schnitman, D. F. (2004). Enfoque sistémico en familias. *Fam. comunidade*, 1 (1), 69-82, maio.
- Scott, A. S. V. (2002). O avesso e o direito: concubinato e casamento numa comunidade do noroeste português. *Paidéia*, 12 (22), 39-56, jan.-jun.
- Seadi, S. M. S. & Oliveira, M. S. (2009). A terapia multifamiliar no tratamento da dependência química: um estudo retrospectivo de seis anos. *Psicol. clín*, 21 (2), 363-378.
- Sei, M. B., Oliveira, S. A. P., Cabrera, C. C. & Kodato, S. (2003). Atenção psicossocial à mulher e criança vitimizada: uma experiência. *Rev. SPAGESP*, 4 (4), 77-82, jan.-dez.
- Seixas, M. R. D. (2005). A família na atualidade: adequação dos recursos terapêuticos e valores do terapeuta. *Pensando fam*, 7 (9), 109-120, nov.
- Selig, G. A. & Valore, L. A. (2008). Orientabilidade ao longo de um processo grupal com adolescentes: relato de uma experiência. *Rev. bras. orientac. prof*, 9 (2), 127-140, dez.
- Semionato-Tozo, M. S. P. & Biasoli-Alves, Z. M. M. (1997). O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. *Paidéia*. Ribeirão Preto:USP Fev/Ago.
- Sherif, M. (1935). A study of some social factors in perception. *Archives of psychology*, 27 (187), 1-60.
- Silva d'Alencar, R. (2005). Punidos por envelhecer. *Estud. interdiscip. envelhec.*,8:67-81.
- Silva, E. Z. M. (2001). A prova de Rorschach nas varas de família e sucessões. *Bol. soc. Rorschach São Paulo*,11 (1), 95-103, jan.-dez.
- Silva, L. F. C. B. (2001). Perspectivas para os novos modelos familiares: a família do novo milênio. *Univ. psicol.*, 2 (2), 87-97.
- Silva, L. P. & Vandenberghe, L. (2008). A importância do treino de comunicação na terapia comportamental de casal. *Psicol. estud*,13 (1), 161-168, jan.-mar.
- Silva, M. A. C. B. & Nascimento, R. O. (2005). Relação pais e filhos e o processo de aprendizagem escolar: um estudo de caso. *Aprender (Vitória Conqu.)*, 3 (4), 89-110, jan.-jun.
- Silva, M. T. A. (2000). O uso dos testes psicologicos no trabalho de pericia das varas da familia e das sucessoes do "Forum Joao Mendes Junior - Sao Paulo - Brasil". *Bol. soc. Rorschach São Paulo*, 10 (1), 23-33jan./dez. 1999-jan./dez.

- Silva, M.B.N. (1998). *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silva, N. L. P. & Dessen, M. A. (2001). Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. *Psicol. teor. pesqui*, 17 (2), 133-141, maio-ago.
- Silva, N. L. P. & Dessen, M. A. (2007). Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. *Interação psicol*, 6 (2), 167-176, jul.-dez.
- Silveira, I. T. (2006). Sociedade, educação e família. *Aprender (Vitória Conqu.)*, 4 (7), 149-172, jul-dez.
- Silveira, P. G. & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estud. psicol. (Campinas)*, 4 (23), 441-453, out.-dez.
- Sittou, R. (2007). L'adolescent la différence et le lien social. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam*, 10 (1), 63-75, mar.
- Soares, C. B., Avila, L. K. & Salvetti, M.G. (2000). Necessidades (de saúde) de adolescentes do D.A. Raposo Tavares, SP, referidas a família, escola e bairro. *Rev. Bras. de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 2 (10), 19-34jul./dez.
- Soares, S. S. G. S. (2002). O casal a um passo de... vir a ser família. *Ide*, (36), 102-111, dez.
- Soares, S. S. G. S., Nicoletti, M. A. Q., Hoffman, A. B., Lima, C. M. B., Milani, E. T., Groeninga, G., Aoki, N. A. & Muszkat, S. (2002). Desafios à família contemporânea. *Ide*, (36), 31-37, dez.
- Soares, T. C. (2005). "A vida é mais forte do que as teorias": o psicólogo nos serviços de atenção primária à saúde. *Psicol. ciênc. Prof*, 4 (25), 590-601.
- Souza, D. B. L. & Ferreira, M. C. (2005). Auto-estima e coletiva mães e não-mães. *Psicol. estud*, 10 (1), 19-25, jan.-abr.
- Souza, I. M. C. C. (2009). Psicologia jurídica, dimensionando o sentimento no direito de família. *Rev. Soc. Psicol. Rio Grande Sul*, 8 (1), 122-129, jun.
- Souza, J. M. B., Ribeiro, A. N., Almondes, K. M., Castro, M. M., Maia, E. M. C. & Silva, N. G. (2005). Obesidade e tratamento: desafio comportamental e social. *Rev. bras. ter. cogn*, 1 (1), 59-67, jan.-jun.

Souza, N. H. S., Wagner, A., Branco, B. M. & Reichert, C. B. (2007). Famílias com casais de dupla carreira e filhos em idade escolar: estudo de casos. *Alethéia*, (26), 109-121, jul./dez.

Souza, R. A. & Carvalho, A. M. (2003). Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia. *Estud. psicol. (Natal)*, 8 (3), 515-523, set.-dez. 2003.

Souza, R. M. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. *Psicol. teor. pesqui*, 16 (3), 203-211, set./dez.

Spier, A., Lomando, E., Toschi, E., Marodin, M. & Breittman, S. (2001). A evolução da família. *Rev. Soc. Psicol. Rio Grande Sul*, 1 (1), 31-33, jun.

Stasevskas, K. O. & Schor, N. (2000). Uma mulher de família. *Rev. Bras. de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 2 (10), 77-82, jul./dez.

Szapiro, A. M. (2003). O Indivíduo Fora da Cidade: Questões à Transmissão na Sociedade Contemporânea. *Estud. pesqui. psicol*, 3 (1), 45-58, jan.-jun.

Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. *Estud. psicol. (Campinas)*, 21 (2), 5-16, maio-ago.

Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tardivo, L. S.P. C., Pinto Júnior, A. A. & Santos, M. R. (2005). Avaliação psicológica de crianças vítimas de violência doméstica por meio do teste das fábulas de Düss. *Psic*, 6 (1), 59-66.

Tatsch, D. T., Teixeira, M. A. P. & Gomes, W. (2003). Estilos parentais na percepção dos adolescentes de comunidades ítalo e teuto-gaúchas. *Psico (Porto Alegre)*, 34 (2), 389-406, jul.-dez.

Tavares, C. J. R., Madalozzo, D. & Ferraz, M. G. C. (2000). Interferências da família na produção de distúrbios de linguagem. *Temas sobre Desenvolvimento*, 49 (9), 16-22, mar./abril.

Teixeira, L. C. (2006). Morte, luto e organização familiar: à escuta da criança na clínica psicanalítica. *Psicol. clin*, 18 (2), 63-76.

Teixeira, M. A. R. & Hashimoto, F. (2005). Família e escolha profissional: a questão espacial, temporal e o significado dos nomes. *Pulsional rev. psicanál*, 18 (182), 63-73, jun.

Tendlarz, S. E. (2007). As incidências na clínica das versões do nome-do-pai (III). *Asephallus*, 2 (4), 18-31, maio-out.

Testoni, R. J. F. & Tonelli, M. J. F. (2006). Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família. *Psicol. soc*, 1 (18), 40-48, jan.-abr.

Tfouni, L. V. & Moraes, J. (2003). A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte. *Psicol. USP*, 14 (1), 65-84.

Tomás, C. A. (2001). A transformação da infância e da educação: algumas reflexões sócio-históricas. *Paidéia*, 11 (21), 69-72.

Tomé, G. L. & Schermann, L. (2004). Padrasto, o novo pai: nova postura. *Aletheia*, (19), 21-30, jan.-jun.

Torres, B. S. & Magalhães, R.C.B. P. (2003). Educação de alunos com deficiência mental na perspectiva de mães: construindo um olhar compreensivo. *Temas desenvolv*, 12 (67), 11-15, mar.-abr.

Trindade, Z. A. (1998). Reflexões sobre o estatuto das práticas na teoria das Representações Sociais. *I Simpósio Internacional sobre Representações Sociais: Textos para Discussão*, v.1, Natal,18-28.

Vagostello, L., Oliveira, A. S., Silva, A. M., Donofrio, V. & Moreno, T. C.M. (2003). Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. *Paidéia*,13 (26), 191-196, jul.-dez.

Vagostello, L., Oliveira, A.S., Silva, A.M., Donofrio, V. & Moreno, T.C. M. (2006). Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo. *Psic*, 7 (1), 87-94, Jan.-Jun.

Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M. & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19 (43), 221-229, maio-ago.

Vecina, T. C. C. (2005). Reflexões sobre a construção dos papéis de vítima, vitimizador e não-protetor nas situações de violência intrafamiliar. *Rev. Bras. Psicodrama*, 13 (1), 79-96.

Veyne, P. (1989). O Império Romano. Em: P. Veyne (Org.). *História da Vida Privada 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das letras.

- Vieira, C. M. & Cordeiro, M. P. (2005). Trabalho e subjetividade: intervenção psicossocial com uma equipe de profissionais do Programa Saúde da Família. *Arq. bras. psicol*, 57 (1/2), 58-74, jan./dez.
- Villasanti, M. A. (2004). Aspectos psicosexuales sobre los tipos de família. *Ter. sex*, 7 (2), 23-28.
- Voivodic, M. A. M. A. & Storer, M. R. S. (2002). O desenvolvimento cognitivo das crianças com síndrome de Down à luz das relações familiares. *Psicol. teor. prá*t, 4 (2), 31-40, jul./ago.
- Vygostky, L. S. (2007). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ªed. São Paulo: Martins fontes
- Wagner, A., Falcke, D., Silveira, L. M. B. O. & Mosmann, C. P. (2002). A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicol. estud*, 7 (1), 75-80, jan.-jun.
- Wagner, A., Krug, J. S., Morais, G. P. & Grzybowski, L. S. (2001). Características da comunicação familiar: a perspectiva do adolescente. *Aletheia*, (14), 29-37, jul.-dez.
- Wagner, A., Predebon, J. C., Falcke, D., Dotta, R. M. & Garcia, I. S. (2002). A comunicação familiar: uma experiência com adolescentes em grupos focais. *Psico (Porto Alegre)*, 33 (1), 137-150, jan.-jun.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicol. teor. pesqui*, 21 (2), 181-186, maio-ago.
- Wanderbroocke, A. C. N. (2002). A família como cuidadora do idoso com câncer. *Rev. SBPH*, 5 (1/2), 3-8, jun.-dez.
- Wanderbroocke, A. C. N. S. (2002). Perfil do cuidador do paciente idoso com câncer. *Psico (Porto Alegre)*, 33 (2), 401-412, jul.-dez.
- Wanderbroocke, A. C. N. S. (2005). Cuidando de um familiar com câncer. *Psicol. argum*, 23 (41), 17-23, abr.-jun.
- Weber, L. N. D., Brandenburg, O. J. & Salvador, A. P. V. (2006). Programa de Qualidade na Interação Familiar (PQIF), orientação e treinamento para pais. *Psico (Porto Alegre)*, 37 (2), 139-149, maio.-ago.

- Wendling, M. I. (2007). O casamento na contemporaneidade: construindo espaços para o eu e o nós na relação. *Pensando fam*, 11 (1), 87-105, jul.
- Wendt, N. C. & Crepaldi, M. A. (2008). A Utilização do Genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicol. reflex. crit*, 21 (2), 302-310.
- Wilhelm, F. A. & Tonet, J. (2007). Percepção sobre a violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas. *Psicol. argum*, 25 (51), 401-412, out.
- Yunes, M. Â. M., Arrieche, M. R. O., Tavares, M. F. A. & Faria, L. C. (2001). Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia*, 11 (21), 47-56.
- Yunes, M. A. M., Garcia, N. M. & Albuquerque, B. M. (2007). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicol. reflex. crit*, 20 (3), 444-453.
- Zago, N. (2000). Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas. *Paidéia*, 10 (18), 70-80, jan.-jul.
- Zamberlan, M. A. T., Ottoni, T. P. M. E. & Sônego, R.V. (2005). Situações e recursos de aprendizagem em famílias de crianças escolares. *Aletheia*, (22), 71-78, jul.-dez.
- Zanelatto, N. A. & Rezende, M. M. (2005). Co-dependência: a função de grupos terapêuticos para esposas de alcoolistas. *Psicol. inf*, 9 (9), 29-39, jan.-dez.
- Zarankin, B. D. (2004). La terapia vincular-familiar. *Cad. psicopedag*, 3 (6), 48-53, jan.-jun.

ANEXO 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido

Estudo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o(a) Senhor(a) _____, participante desta pesquisa, após leitura da CARTA DE INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA, ciente dos procedimentos aos quais será submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância em participar da pesquisa proposta. Fica claro que o participante pode, a qualquer momento, retirar seu consentimento e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa. Fica também o participante ciente de que todo o trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

_____, ____ de _____ de 2009

Participante da pesquisa

Contatos dos Pesquisadores:

Profa. Dra. Ângela Maria de Oliveira Almeida. Celular: 8456-5578. E-mail: aalmeida@unb.br

Luiza Mônica Assis da Silva. Celular: 9976-9707. E-mail: luizamonica@uol.com.br

ANEXO 2 - Questionário/ Roteiro de entrevista - Estudo 1

UERJ Análise Psicossocial da Memória Histórica dos Anos

Dourados - Política, Cultura e Cotidiano

COD. ENTREVISTADOR

COD. BAIRRO

FILTRO 1

VERIFICAR SE A PESSOA A SER ABORDADA

CORRESPONDE AO SEXO DETERMINADO NA COTA

FILTRO 2

BAIRRO

Bom dia / boa tarde / boa noite.) O(A) Sr.(a) mora neste bairro?

1.() Sim - PROSSIGA

2.() Não - ENCERRE

APRESENTAÇÃO:

Meu nome é _____ e estou a serviço da (NOME DA UNIVERSIDADE) . No momento estamos realizando uma pesquisa e precisamos contar com a sua colaboração.

FILTRO 3

Em qual destas faixas de idade o(a) Sr.(a) se inclui?

MOSTRAR CARTÃO 1 E VERIFICAR SE A IDADE

CORRESPONDE À COTA

SE SIM - PROSSIGA

SE NÃO - ENCERRE

Na primeira pergunta eu vou falar uma expressão que diz respeito a um período da história de nosso país e gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse 5 (cinco) coisas que lhe vêm à cabeça quando se menciona essa expressão. (VERIFICAR SE O ENTREVISTADO ENTENDEU)

1. Muito bem, eu gostaria então que o(a) Sr.(a) me dissesse as 5 (cinco) palavras ou expressões que lhe vêm logo à lembrança quando eu falo dos ANOS DOURADOS.

- () _____
- () _____
- () _____
- () _____
- () _____

2. O(A) Sr.(a) se lembra de qual foi o período que passou a ser chamado de "Anos Dourados"?

1.() Lembra. Qual foi? _____

2.() Não lembra

1.1. Agora eu gostaria que o(a) Sr.(a) colocasse estes termos em ordem de importância (MOSTRAR OS TERMOS EVOCADOS PELO SUJEITO). No espaço entre parênteses à frente de cada um deles, vamos escrever o número "1" para aquele que o(a) Sr.(a) acha que é o mais importante, o número "2" para aquele que o(a) Sr.(a) acha que segue em importância, e assim por diante.

(DIZER AO SUJEITO, CASO TENHA ERRADO A DATA) Há algumas divergências quanto ao período dos chamados "Anos Dourados", mas a maioria dos historiadores diz que eles se referem à década de 1950, ao conjunto dos anos 50.

3. O(A) Sr.(a) sabe porque a década de 1950 passou, mais tarde, a ser chamada pelos historiadores de Anos Dourados?

1.() Sabe. Por quê?

- _____
- _____
- _____

2.() Não sabe

4. Muito bem, eu gostaria então que o(a) Sr.(a) me dissesse 5 (cinco) palavras ou expressões que lhe vêm logo à lembrança quando eu falo o nome de um personagem político daquele período: JUSCELINO KUBITSCHKEK, ou, para abreviar, "JK".

- () _____
- () _____
- () _____
- () _____
- () _____

4.1. Agora eu gostaria que o(a) Sr.(a) colocasse estes termos em ordem de importância (MOSTRAR OS TERMOS EVOCADOS PELO SUJEITO). No espaço entre parênteses à frente de cada um deles, vamos escrever o número "1" para aquele que o(a) Sr.(a) acha que é o mais importante, o número "2" para aquele que o(a) Sr.(a) acha que segue em importância, e assim por diante.

5. O(A) Sr.(a) se lembra do Estado onde JK nasceu?

1.() Lembra. Qual foi? _____

2.() Não lembra

6. O(A) Sr.(a) se lembra de quando JK foi Presidente da República?

1.() Lembra que foi de 1956 a 1960

2.() Lembra que foi em outro período: _____

3.() Não lembra

Até que série o(a) Sr.(a) estudou, com aprovação?

FILTRO 4

GRAU

Pós-grad.

Sup. incompl.

Sup. compl.

SÉRIE

4 4

0 3

3 3

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1º GRAU: ENSINO FUNDAMENTAL; 2º GRAU: ENSINO MÉDIO; 3º GRAU: ENSINO SUPERIOR

5a. SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL OU ACIMA - PROSSIGA

4a. SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL OU ABAIXO - ENCERRE

Versão 13

Página 2

7. Na sua opinião, como Presidente, JK, durante o seu Governo, fez mais coisas boas ou mais coisas ruins?

1.() Mais coisas boas

2.() Mais coisas ruins

3.() Tanto coisas boas quanto coisas ruins

4.() Não sabe / Não lembra

8. De quais coisas boas feitas por JK como Presidente o(a) Sr.(a) se lembra?

- _____
- _____
- _____

9. De quais coisas ruins feitas por JK como Presidente o(a) Sr.(a) se lembra?

- _____
- _____
- _____

10. O(A) Sr.(a) se lembra se as crises políticas no Governo JK foram mais graves ou menos graves do que as que ocorreram no Governo Getúlio Vargas, que veio antes?

1.() Lembra que foram mais graves

2.() Lembra que foram menos graves

3.() Lembra que não houve diferença

4.() Não lembra

11. O(A) Sr.(a) se lembra se as crises políticas no Governo JK foram mais graves ou menos graves do que as que ocorreram no conjunto dos Governos Jânio Quadros / João Goulart, que veio depois?

1.() Lembra que foram mais graves

2.() Lembra que foram menos graves

3. () Lembra que não houve diferença
4. () Não lembra

12. Em que medida o(a) Sr.(a) acha que JK cumpriu a promessa, feita na campanha eleitoral, de fazer o Brasil progredir o equivalente a 50 anos durante os 5 anos do seu governo? O(a) Sr.(a) acha que ele...

1. () ...cumpriu plenamente,
2. () cumpriu muito,
3. () cumpriu pouco,
4. () ou não cumpriu nada?

13. O(A) Sr.(a) se lembra se a morte de JK ocorreu antes, durante ou depois do Regime Militar?

1. () Ocorreu antes do Regime Militar
2. () Ocorreu durante o Regime Militar
3. () Ocorreu depois do Regime Militar
4. () Não lembra

14. O(A) Sr.(a) se lembra de qual foi a causa da morte de JK noticiada na época pelos jornais e televisão?

1. () Lembra que foi acidente de automóvel
2. () Lembra que foi outra causa: _____

3. () Não lembra - PULE PARA 17

15. O(A) Sr.(a) se lembra se, na ocasião, as pessoas deram alguma outra interpretação para a morte de JK?

1. () Lembra. Qual foi? _____
2. () Não lembra - PULE PARA 17

16. E, na sua opinião, qual deve ter sido a verdadeira causa da morte de JK?

(DIZER AO SUJEITO, CASO NÃO TENHA RESPONDIDO CORRETAMENTE) Para refrescar um pouco a sua memória, JK foi Presidente da República de 1956 a 1960, ou seja, em plenos Anos Dourados. Não faz mal que o(a) Sr.(a) não tenha lembrado disso, mas pedimos que tenha esse fato em mente nas respostas às próximas perguntas.

17. Agora, mudando de assunto, eu gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse 5 (cinco) palavras ou expressões que lhe vêm logo à lembrança quando eu falo da CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA.

17.1. Como nas vezes anteriores, peço que o(a) Sr.(a) coloque estes termos em ordem de importância (MOSTRAR OS TERMOS EVOCADOS PELO SUJEITO). No espaço entre parênteses à frente de cada um deles, vamos escrever o número "1" para aquele que o(a) Sr.(a) acha que é o mais importante, o número "2" para aquele que o(a) Sr.(a) acha que segue em importância, e assim por diante.

- () _____
() _____
() _____
() _____
() _____

18. Pelo que o(a) Sr.(a) se lembra, a construção de Brasília, para ser a nova capital do Brasil, ocorreu antes, durante ou depois do Governo JK?

1. () Ocorreu antes do Governo JK
2. () Ocorreu durante o Governo JK
3. () Ocorreu depois do Governo JK
4. () Não lembra

(DIZER AO SUJEITO, CASO TENHA CASO NÃO TENHA RESPONDIDO "DURANTE O GOVERNO JK") Para refrescar um pouco a sua memória, Brasília foi construída pelo Governo JK, ou seja, também durante os Anos dourados. Não faz mal que o(a) Sr.(a) não tenha lembrado disso, mas pedimos que tenha esse fato em mente nas respostas às próximas perguntas.

21. O(A) Sr.(a) se lembra se, na ocasião, a construção de Brasília foi mais apoiada ou foi mais criticada pela

opinião pública brasileira?

1. () Lembra que foi mais apoiada
2. () Lembra que foi mais criticada
3. () Lembra que foi tão apoiada quanto criticada
4. () Não lembra

22. O(A) Sr.(a) se lembra de alguns dos argumentos usados por aqueles que apoiavam com mais entusiasmo a construção de Brasília?

1. () Lembra. Quais eram? _____

2. () Não lembra

23. O(A) Sr.(a) se lembra de alguns dos argumentos usados por aqueles que criticavam mais duramente a construção de Brasília?

1. () Lembra. Quais eram? _____

2. () Não lembra

24. E, hoje em dia, o(a) Sr.(a) acha que a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília acabou sendo bom ou ruim para o país?

1. () Acha que foi bom. Por quê?
2. () Acha que foi ruim. Por quê?
3. () Não sabe

25. Pelo que o(a) Sr.(a) se lembra, com a transferência da capital federal para Brasília, a população da cidade do Rio de Janeiro ficou, naquela ocasião...

1. () ...revoltada,
2. () chateada,
3. () indiferente
4. () ou até gostou?
5. () Não lembra

26. Agora eu gostaria de saber como, ou seja, através de que meios, o(a) Sr.(a) tomou conhecimento dos fatos e informações relacionadas ao Governo de JK e à construção de Brasília que acaba de lembrar?

01. () Por professores
02. () Por parentes ou amigos
03. () Pela Internet
04. () Por livros
05. () Por jornais
06. () Pela televisão
07. () Pelo cinema
08. () Por revistas
09. () Por outro meio: _____

27. Passando para o campo da música popular, dos seguintes tipos de músicas que eu vou mostrar, qual ou quais deles o(a) Sr.(a) se lembra de ter surgido nos anos 50? (MOSTRAR CARTÃO 2)

1. () Samba
2. () Marchinha
3. () Rock
4. () Bossa nova
5. () Bolero
6. () Baião
7. () Não lembra - PULE PARA 29

28. E, desses tipos de música, qual deles o(a) Sr.(a) acha que tinha mais a "cara" ou o "jeito" dos Anos Dourados no Brasil? (MOSTRAR CARTÃO 2)

|__| _____

29. Com relação à bossa nova, o(a) Sr.(a) se lembra de alguns de seus compositores e/ou intérpretes?

1. () Lembra. Quais? _____

2. () Não lembra
19. O(A) Sr.(a) se lembra de quais foram os principais arquitetos a quem JK encomendou o planejamento da nova capital?

1. () Lembra que foi Lúcio Costa
2. () Lembra que foi Oscar Niemeyer
3. () Lembra que foram ambos
4. () Lembra que foram outros: _____

5. () Não lembra
20. O(A) Sr.(a) se lembra de como eram chamados os operários que se deslocaram de diversas partes do Brasil, para trabalhar na construção de Brasília?

1. () Lembra que eram chamados de "candangos"
2. () Lembra que eram chamados por outros nomes:

3. () Não lembra
30. E o(a) Sr.(a) se lembra de algumas músicas de bossa nova que fizeram mais sucesso? Se não se lembra do título correto, diga apenas aquilo de que se lembra.

1. () Lembra. Quais? _____

2. () Não lembra

Versão 13

Página 4

31. Pelo que o(a) Sr.(a) se lembra, quais dos seguintes sentimentos ou estados de ânimo estavam mais associados à bossa nova? (MOSTRAR CARTÃO 3)

1. () Felicidade
2. () Tristeza
3. () Pessimismo
4. () Otimismo
5. () Alegria
6. () Depressão
7. () Outro: _____
8. () Não sabe

32. E o(a) Sr.(a) mesmo(a), como se situaria na seguinte escala em relação à bossa nova? O(A) Sr.(a)...

1. () ...adora,
2. () gosta,
3. () não gosta nem desgosta,
4. () não gosta
5. () ou detesta?

33. Passando a falar de automóveis, qual ou quais das seguintes marcas ou modelos o(a) Sr.(a) se lembra de terem começado a ser fabricadas nos anos 50 no Brasil? (MOSTRAR CARTÃO 4)

1. () DKW (decavê)
2. () Gordini
3. () Fusca
4. () Romi-Isetta
5. () Gurgel
6. () Simca Chambord
7. () Não lembra - PULE PARA 35

34. E dessas marcas ou modelos de automóveis, qual deles o(a) Sr.(a) acha que tinha mais a "cara" ou o "jeito" dos Anos Dourados no Brasil?

|_| _____
35. Com relação ao Fusca, por que o(a) Sr.(a) acha que um carro tão diferente de tudo o que existia até então, fez tanto sucesso e continuou a ser fabricado por tanto tempo?

36. E o(a) Sr.(a) mesmo(a), como se posicionaria na seguinte escala em relação ao Fusca? O(A) Sr.(a)...

1. () ...adorava,

2. () gostava,
3. () não gostava nem desgostava,
4. () não gostava
5. () ou detestava?

37. Vamos falar agora de futebol. Na década de 50, houve três Copas do Mundo. O(A) Sr.(a) se lembra do ano daquela em que o Brasil foi campeão pela primeira vez?

1. () Lembra. Qual foi?
1.1. () 1950
1.2. () 1954
1.3. () 1958
2. () Outro ano: _____
3. () Não lembra

38. Pelo que o(a) Sr.(a) se lembra, quais eram os jogadores de futebol que mais empolgavam a torcida brasileira naquela época?

39. Na sua opinião, entre Pelé e Garrincha, qual foi o melhor jogador daquela época?

1. () Garrincha
2. () Pelé
3. () Foram iguais
4. () Não sabe

40. Passando, finalmente, aos concursos de Miss Brasil e de Miss Universo nos Anos Dourados, o(a) Sr.(a) se lembra deles?

1. () Lembra. O(A) Sr.(a) acha que naquela época os concursos de Misses eram mais importantes ou menos importantes do que hoje em dia?

- 1.1. () Eram mais importantes
1.2. () Eram menos importantes
1.3. () Eram iguais a hoje
2. () Não lembra - PULE PARA 42

41. O(A) Sr.(a) se lembra do nome de algumas Misses Brasil dos anos 50?

1. () Lembra. Qual(is)? _____

2. () Não lembra

42. Agora eu gostaria de saber como, ou seja, através de que meios, o(a) Sr.(a) tomou conhecimento dos fatos e informações relacionados à música, a automóveis, ao futebol e aos concursos de "miss" que acaba de lembrar?

01. () Por professores
02. () Por parentes ou amigos
03. () Pela Internet
04. () Por livros
05. () Por jornais
06. () Pela televisão
07. () Pelo cinema
08. () Por revistas
09. () Por outro meio: _____

43. Nós acabamos de conversar sobre uma quantidade de fatos e personagens políticos, como a construção de Brasília e o Presidente Kubitschek, além de música, futebol e concursos de "misses", que caracterizaram os Anos Dourados. O(A) Sr.(a) se lembra de mais alguma coisa desse período que ache importante?

Por exemplo...

1. ...algum outro fato histórico?

2. ...algum outro personagem político?

3. ...algum outro artista, em qualquer ramo?

4. ...algum outro esportista, por exemplo:

4.1) no boxe? _____

4.2) no tênis? _____

4.3) no atletismo? _____

4.4) em outro esporte? _____

5. ...algum escritor, jornalista ou cronista da época?

6. ...algum hábito popular ou costume comum na época?

7. ...alguma moda de vestuário da época?

8. ...algum tipo de festa ou baile de época?

9. ...algum jornal, revista, rádio ou canal de TV influente na época?

10. Alguma outra coisa que o(a) Sr.(a) gostaria de dizer em relação aos Anos Dourados?

44. Algum tempo atrás, a Rede Globo exibiu uma minissérie sobre os "Anos Dourados". O(A) Sr.(a) se lembra disso?

1.() Lembra. O(a) Sr.(a) assistiu a alguns episódios dessa minissérie?

1.1.() Sim

1.2.() Não

2.() Não lembra

45. Algum tempo atrás, a Rede Globo exibiu uma minissérie sobre os "JK". O(A) Sr.(a) se lembra disso?

1.() Lembra. O(A) Sr.(a) assistiu a alguns episódios dessa minissérie?

1.1.() Sim

1.2.() Não

2.() Não lembra

FAMÍLIA

Assim como na primeira pergunta, eu vou falar uma expressão e gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse 5 (cinco) coisas que lhe vêm à cabeça quando se menciona essa expressão.

46. Eu gostaria então que o(a) Sr.(a) me dissesse as 5 (cinco) palavras ou expressões que lhe vêm logo à mente quando eu falo FAMÍLIA.

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____

1. Da mesma forma que da outra vez, eu gostaria que o(a) Sr.(a) colocasse estes termos em ordem de importância (MOSTRAR OS TERMOS EVOCADOS PELO SUJEITO). No espaço entre parênteses à frente de cada um deles, vamos escrever o número "1" para aquele que o(a) Sr.(a) acha que é o mais importante, o número "2" para aquele que o(a) Sr.(a) acha que segue em importância, e assim por diante.

47. Muito bem, agora eu vou dizer outra expressão e gostaria que o(a) Sr.(a) novamente me dissesse as 5 (cinco) palavras ou expressões que lhe vêm logo à mente

quando eu falo FAMÍLIA DE ANTIGAMENTE, OU DA ÉPOCA DOS SEUS AVÓS.

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____

1. Agora vamos colocar estes termos em ordem de importância (MOSTRAR OS TERMOS EVOCADOS PELO SUJEITO).

48. Agora eu vou dizer mais uma expressão e gostaria que o(a) Sr.(a) novamente me dissesse as 5 (cinco) palavras que lhe vêm logo à mente quando eu falo FAMÍLIA ATUAL, OU DE HOJE EM DIA.

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____

1. Agora vamos colocar estes termos em ordem de importância (MOSTRAR OS TERMOS EVOCADOS PELO SUJEITO).

49. Agora eu vou dizer a última expressão e gostaria que o(a) Sr.(a) novamente me dissesse as 5 expressões que lhe vêm à mente quando eu falo FAMÍLIA DO FUTURO, OU DAQUI A VINTE ANOS.

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____

1. Agora vamos colocar estes termos em ordem de importância (MOSTRAR OS TERMOS EVOCADOS PELO SUJEITO).

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

50. Sexo do entrevistado.

1.() Masculino

2.() Feminino

51. Para classificar suas respostas, precisamos saber algumas informações sobre o(a) Sr.(a).

O(A) Sr.(a) se incomodaria em dizer a sua idade?

|_|_| anos

52. O(A) Sr.(a) é natural de qual estado do Brasil?

|_|_| _____

53. (SE NÃO FOR NATURAL DO ESTADO) Há quantos anos o(a) Sr.(a) vive neste estado?

|_|_| anos

54. Você classificaria a sua atual orientação política como de...

1.() ...Direita,

2.() Centro-direita,

3.() Centro-esquerda,

4.() ou Esquerda?

5.() Outra. Qual? _____

6.() Não tem orientação política

55. Qual é o seu atual estado civil?

1.() Solteiro

2.() Casado / união estável

3.() Divorciado

4.() Viúvo

5.() Recasado pela () vez.

56. O Sr. (a) possui filhos?

1.() Não

2.() Sim; Quantos? _____

57. Quantas e quais pessoas moram com o Sr. (a)?

() _____

58. O Sr.(a) se incomodaria em dizer sua orientação sexual? _____

59. (Se não for heterossexual) O que o(a) senhor pensa sobre famílias formadas por cônjuges do mesmo sexo?

59. O Sr. (a) possui religião?

1. () Não

2. () Sim ; Qual? _____

- Obrigado por responder a esta entrevista -

OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

--

**ANEXO 3 - Carta de apresentação com os objetivos e
implicações da pesquisa - Estudo 1**

CARTA DE INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A presente pesquisa é sobre a memória que as pessoas da população de Brasília têm de um certo período no passado da cidade e do país e sobre a família ao longo dos tempos. Para isso vamos fazer perguntas sobre esse período a 450 pessoas de ambos os sexos e de diferentes idades e escolaridades, pois esta é a única maneira de saber o que elas lembram. Mas, se não se lembrarem de algumas coisas que vamos perguntar ou mesmo de nenhuma delas, não faz mal, pois isto não é uma "prova" e ninguém vai receber "nota baixa" por não se lembrar. Para esta pesquisa, o lembrar e o não lembrar têm exatamente a mesma importância.

As pessoas são inteiramente livres para participar da pesquisa ou recusar-se a fazê-lo ou ainda a interromper a colaboração a qualquer momento. As respostas que as pessoas derem, bem como suas identidades e os locais das entrevistas, serão guardadas em sigilo absoluto e serão utilizadas exclusivamente para as finalidades da pesquisa. Somente os resultados do conjunto dos entrevistados, sem a identificação pessoal de nenhum deles, serão divulgados em congressos e em revistas científicas, e os participantes poderão ter acesso a eles se assim o desejarem. Para isso e para quaisquer outros esclarecimentos, basta fazer contato com o pesquisador responsável, na Universidade de Brasília (UnB).

Brasília, 16 de Setembro de 2009

Profa. Dra. Ângela Maria de Oliveira Almeida

Contatos dos Pesquisadores:

Profa. Dra. Ângela Maria de Oliveira Almeida. Celular: 8456-5578. E-mail: aalmeida@unb.br

Luiza Mônica Assis da Silva. Celular: 9976-9707. E-mail: luizamonica@uol.com.br

**ANEXO 4 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -
Estudo 2**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O (a) senhor (a) está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Vivendo e representando a família em três gerações”, a qual consiste numa parte da tese de doutorado realizada pela aluna Karina Vasconcellos sob orientação da professora Angela Almeida na Universidade de Brasília.

Apresentação

Esta pesquisa tem por finalidade conhecer o que as pessoas pensam sobre a família e como percebem as mudanças que esta instituição vem passando nos últimos anos. Os resultados podem ajudar a fundamentar intervenções nas áreas de psicologia clínica, do desenvolvimento e da educação. O trabalho será realizado a partir de um grupo de discussão sobre o tema, no qual cada participante deverá exibir algumas fotografias da própria família em diferentes épocas e discutir seus pontos de vista sobre o assunto. Ao moderador do grupo cabe levantar questões que direcionem o diálogo, evitando a fuga do tema. Os grupos terão duração aproximada de uma hora e serão filmados para fins de análise, mas os participantes terão sua identidade preservada na tese, em apresentações em congressos ou encontros científicos e em publicações científicas sobre o trabalho. Os voluntários possuem o direito de suspender sua participação a qualquer momento, ou se negar a responder quaisquer questões, mesmo a após consentir sua participação.

Riscos e Benefícios

A participação na pesquisa é voluntária e não acarretará nenhum ônus nem bônus financeiro para os participantes e também não deverá acarretar benefícios nem danos significativos para a saúde dos mesmos. Como benefício, podemos estimular a reflexão e o diálogo sobre o assunto, acarretando melhora na comunicação intrafamiliar. Como desconforto, a discussão poderá tocar em aspectos pessoais, revelando conflitos intra e interpessoais. Caso os incômodos provocados sejam relevantes, os participantes serão encaminhados para apoio psicológico.

Estaremos a disposição para quaisquer esclarecimentos antes, durante e depois da pesquisa:

Karina Vasconcellos (doutoranda responsável): karina_kmv@yahoo.com.br; 81-88940715

Angela Almeida (professora orientadora): aalmeida@yahoo.com.br ; 61- 78122277.

Este termo encontra-se redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para a pesquisadora.

Consentimento:

Eu, _____,
CPF _____ fui devidamente apresentado(a) às informações acima e, após lê-las e compreendê-las, decidi que eu quero participar da pesquisa em questão.

Brasília, __ de _____ de 2012.

Participante voluntário
pela pesquisa

Pesquisadora responsável

AGRADECEMOS MUITO POR SUA COLABORAÇÃO!